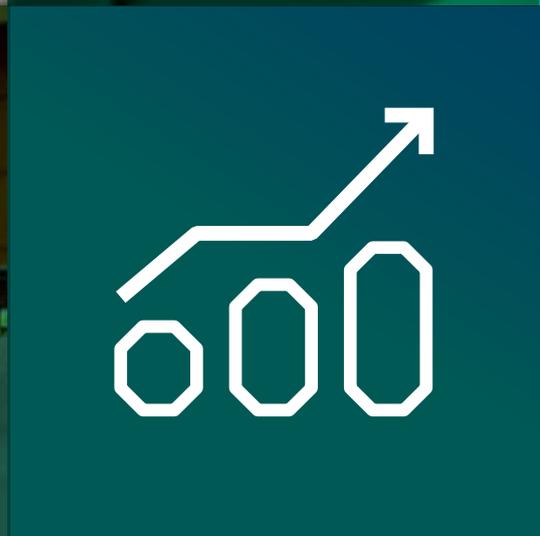
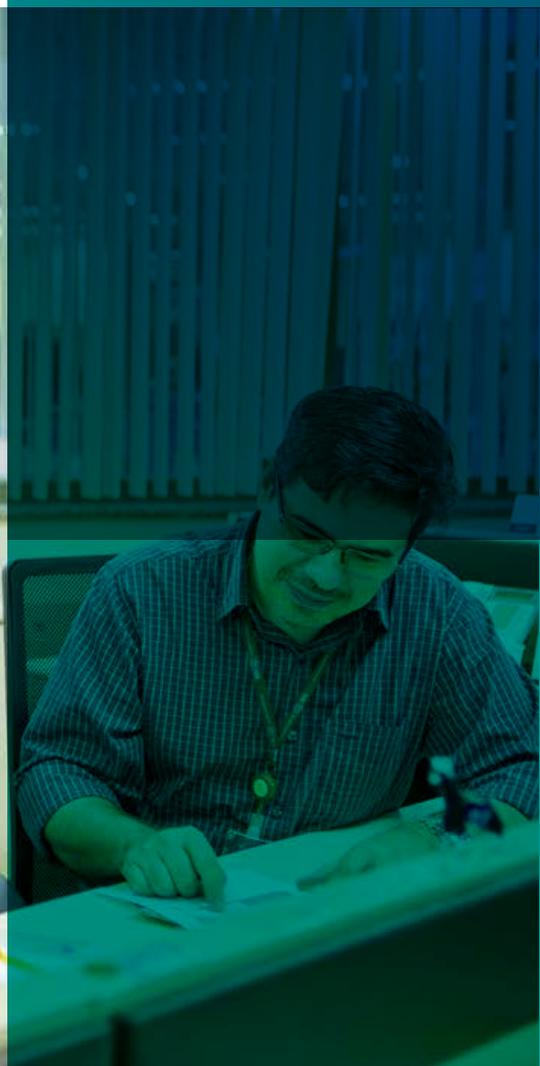




RELATÓRIO ANUAL 2017



Sumário

3 Apresentação

4 Mensagens da liderança

- 5 Diretoria Executiva
- 6 Conselho Deliberativo
- 7 Conselho Fiscal
- 10 Conselho Consultivo do Plano 1
- 11 Conselho Consultivo do PREVI Futuro

12 A PREVI

- 13 Perfil
- 15 2017 em números: o desempenho no ano
- 17 Geração de valor
- 18 Governança corporativa

25 Estratégia e planejamento

- 27 O contexto socioeconômico do ano e a previdência complementar
- 28 Objetivos estratégicos em 2017
- 33 Materialidade
- 34 Gestão de riscos
- 36 Responsabilidade socioambiental em investimentos

39 Políticas e decisões de investimento

- 41 Políticas de Investimentos do Plano 1
- 44 Desempenho dos investimentos do Plano 1
- 52 Políticas de Investimentos do PREVI Futuro
- 55 Desempenho dos investimentos do PREVI Futuro
- 60 Empresas e empreendimentos participados – Plano 1

62 Planos de benefícios

- 63 Plano 1
- 68 PREVI Futuro
- 73 Capec
- 75 Plano de Gestão Administrativa (PGA)
- 77 Operações com participantes – Plano 1
- 79 Operações com participantes – PREVI Futuro

82 Relacionamento com os públicos

- 84 Participantes
- 91 Educação previdenciária
- 95 Público interno
- 102 Posicionamento institucional

104 Anexo GRI

- 105 Sobre o Relatório
- 105 Sumário de conteúdo GRI

109 Demonstrações financeiras

139 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

139 Parecer Atuarial

234 Créditos



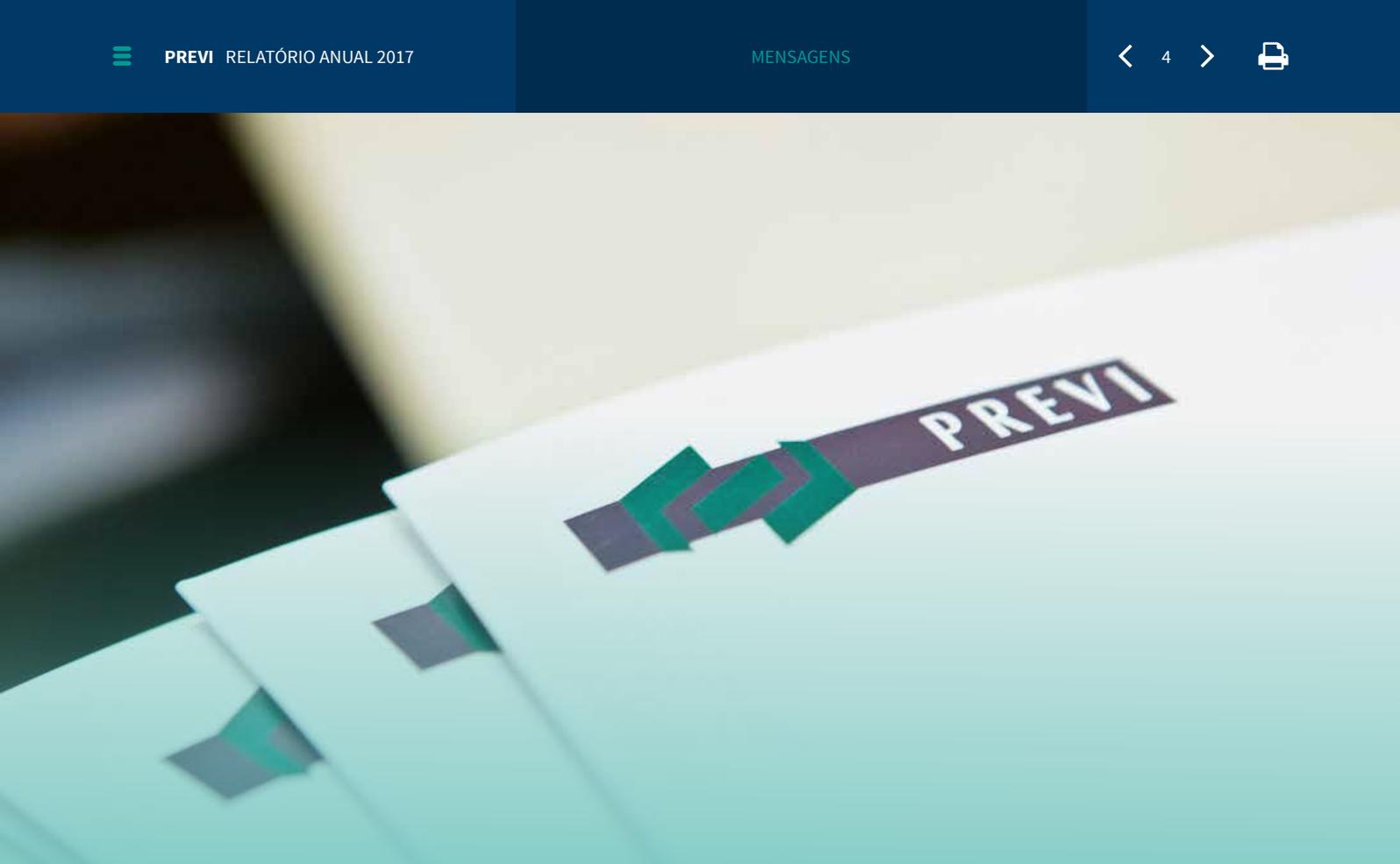
Apresentação

Este é o Relatório Anual 2017 da PREVI, um documento que apresenta os mais relevantes fatos protagonizados pela Entidade durante o ano e presta contas a respeito do desempenho de seus planos de benefícios. Endereçado principalmente ao seu público mais importante – os mais de 200 mil participantes dos planos – o Relatório resume o posicionamento da PREVI no mercado de previdência complementar, aborda as estratégias executadas no ano, explica as mais relevantes decisões de investimento e traz um panorama da situação do Plano 1, do PREVI Futuro e da Carteira da Pecúlios (Capec) em 2017. Os esforços em prol de uma gestão mais eficiente e eficaz também são abordados, com a busca permanente pela redução de custos e pela sustentabilidade financeira. Além disso, o Relatório repassa os avanços na sua governança, com ênfase no papel da Entidade como indutora das melhores práticas de integridade, ética e transparência.

Durante todo o ano de 2017, diversas iniciativas buscaram aumentar a transparência na comunicação sobre a gestão e o desempenho da PREVI. As apresentações de resultados foram segmentadas para os participantes do Plano 1 e os do PREVI Futuro, e foram realizadas pela primeira vez em 15 capitais. Com o lançamento do Boletim de Desempenho, os associados passaram a receber informativos mensais sobre investimentos e rentabilidade dos planos. Essas ações são complementadas por outros veículos, como a *Revista PREVI*, o Painel Informativo e o próprio Relatório Anual.

Seu conteúdo foi elaborado de acordo com os padrões da Global Reporting Initiative (GRI), organização não governamental que estabelece padrões mundialmente aceitos para reporte de desempenho e impactos sociais, econômicos e ambientais. Foram adotadas as diretrizes GRI Standards, o mais atualizado conjunto de indicadores disponibilizados pela GRI.

Boa leitura!



Mensagens

As lideranças da PREVI – a Diretoria Executiva e os Conselhos da Entidade – apresentam suas visões sobre os principais destaques de 2017

NESTE CAPÍTULO

- 5 Diretoria Executiva
- 6 Conselho Deliberativo
- 7 Conselho Fiscal
- 10 Conselho Consultivo do Plano 1
- 11 Conselho Consultivo do PREVI Futuro

Mensagens da liderança

Diretoria Executiva

O ano de 2017 foi marcado pelos primeiros sinais de recuperação da economia brasileira depois de um período especialmente turbulento para o país. Após dois anos seguidos de recessão, a taxa de crescimento voltou a apresentar números favoráveis. Nesse contexto, a Diretoria Executiva da PREVI atuou de maneira consistente, com tomada de decisões importantes para recuperar os resultados desses anos anteriores. Os associados poderão constatar que a performance foi positiva para os dois planos.

No último ano, promovemos significativa melhoria nos processos de Planejamento da Entidade. A PREVI ampliou a integração entre os níveis estratégicos, tático e operacional, com o processo de construção do orçamento e das Políticas de Investimentos dos planos de benefícios. O resultado dos trabalhos foi uma estratégia sólida, elaborada de forma participativa, com o envolvimento das diferentes áreas e núcleos de tomada de decisões.

A prestação de contas continuou sendo um compromisso da PREVI com seus participantes. Em 2017, investimos em uma comunicação mais frequente e tempestiva. Ao longo do ano, várias ações reforçaram essa postura pautada por valores éticos na relação com os associados, como o lançamento do App, a publicação mensal do Boletim de Desempenho e a Apresentação de Resultados, oportunidade em que a Diretoria Executiva visitou 15 capitais do país para apresentar seus números aos participantes.

Nosso modelo de governança, maduro e transparente, e políticas de investimentos criteriosas estão entre os fatores que proporcionaram o equacionamento do déficit de 2016 sem contribuições extraordinárias para os associados. Os participantes da PREVI nunca tiveram e não têm contribuições extras. Temos um corpo técnico qualificado, e as decisões de investimento são pautadas por políticas e diretrizes bem definidas, que sempre buscam a remuneração adequada do capital no longo prazo, com a ponderação dos riscos e atenção à liquidez.

A revisão do Programa de Integridade da PREVI veio reforçar ainda mais essa cultura de governança. A principal medida é a ampliação de critérios de Integridade nas Políticas de Investimentos. Ou seja, a adesão a práticas de combate e prevenção à corrupção passa a ser um dos critérios objetivos de seleção para os investimentos da Entidade.

É preciso destacar também as iniciativas adotadas para reduzir as despesas administrativas. A “Gestão eficiente e eficaz” continuou como um dos objetivos estratégicos e algumas diretrizes, como a que prevê a modernização da TI e a otimização da sede no Rio de Janeiro, permitirão uma economia considerável de despesas para a Entidade.

A PREVI reforça o seu compromisso com o aprimoramento do sistema de Previdência Complementar Fechado e segue confiante na solvência e liquidez de seus planos, firme na sua missão de pagar benefícios aos seus mais de 200 mil associados.

Mensagem do Conselho Deliberativo GRI 102-14

No ano de 2017, a economia brasileira mostrou fôlego e emitiu sinais de recuperação, com diminuição nos índices de desemprego, queda da inflação e redução das taxas de juros. Esse novo cenário, mais aquecido, estimulou os investidores a buscar diversificação das aplicações para além dos títulos públicos na renda fixa e os investimentos em renda variável obtiveram rentabilidade bastante superior à meta atuarial no Plano 1 e no PREVI Futuro.

A boa performance dos investimentos da carteira coloca a PREVI em posição destacada no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar, com resultado positivo no exercício de 2017 e relevante redução do déficit acumulado, evitando, dessa forma, aportes extras de recursos por parte dos associados e do patrocinador. O déficit conjuntural acumulado do Plano 1 avançou a passos largos para a completa equalização, com superávit no exercício. E no PREVI Futuro, o patrimônio continua sua trajetória de ascensão, colocando o plano dentre os maiores no *ranking* nacional, se fosse uma entidade em separado da PREVI.

Entre as principais operações realizadas no ano, destacam-se o novo acordo de acionistas da Vale, que trouxe liquidez à participação da PREVI na companhia, ajustada aos mais exigentes padrões de governança corporativa, e a incorporação da Elektro pela Neoenergia, o que permite que a PREVI detenha participação em uma empresa maior e com maior potencial de valorização. Sob a óptica estratégica do desinvestimento líquido, houve a participação da PREVI na oferta pública inicial da Petrobras Distribuidora.

A gestão da PREVI foi conduzida com energia e foco nos objetivos alicerçados na construção integrada do Planejamento Estratégico e do Orçamento entre a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo, com a participação dos Conselhos Consultivos do Plano 1 e do PREVI Futuro. Além do Planejamento Estratégico, os Conselhos Consultivos contribuíram para a construção da Política de Gestão de Riscos Corporativos e das Políticas de Investimentos.

Em relação à governança, o Conselho Deliberativo aprovou a ampliação do papel dos Comitês de Assessoramento Técnico e a implantação do Comitê de Auditoria, visando minimizar riscos e fortalecendo ainda mais o Conselho na tomada de decisão. O Programa de Integridade foi revisado, ganhando robustez a partir de novas ações, como a ampliação de parâmetros de integridade nas Políticas de Investimentos. A governança paritária da PREVI com decisões colegiadas, segregação clara de funções e o atendimento a critérios de transparência superiores aos exigidos pela legislação é comparável às empresas que estão listadas no Novo Mercado.

O atingimento desse patamar é resultado do comprometimento das lideranças e do quadro de funcionários tecnicamente qualificado, que nos permite lançar um olhar otimista para o futuro. É muito importante que todos nós, associados, acompanhem os destinos da Entidade para garantir o reforço contínuo das boas práticas de governança, de gestão e mitigação de riscos, oferecendo maior robustez aos números futuros a serem gerados, reforçando o cumprimento da missão da PREVI por todos os conselheiros, dirigentes e funcionários, garantindo, assim, o pagamento de benefícios a todos nós, associados, de forma eficiente, segura e sustentável.

Mensagem do Conselho Fiscal

O ano de 2017 trouxe para o país sinais de recuperação econômica. Esse cenário favorável na economia contribuiu para que a PREVI alcançasse rentabilidades expressivas nos ativos dos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro.

O cenário econômico também favoreceu os investimentos em renda variável, dado que as empresas dotadas de boas estruturas de governança, em que a PREVI investe, se mostraram resilientes e capazes de superar crises, razão pela qual obtiveram melhoras em seus desempenhos em 2017.

O Plano 1 teve rentabilidade de duas vezes a meta atuarial, o que reduziu substancialmente o déficit acumulado, com perspectivas de alcançar o equilíbrio em 2018. Tais níveis de rentabilidade propiciaram o equacionamento do déficit acumulado até 2016, sem contribuições extraordinárias pelos participantes e assistidos.

O bom momento foi utilizado ainda para reduzir a concentração de investimentos na modalidade variável, em consonância com o previsto na Política do Plano 1, e para auxiliar na preparação de ativos para futura alienação, de modo a aproveitar oportunidades e gerar liquidez.

Merece destaque a realização de ajustes relevantes no acordo de acionistas da Vale, maior ativo da carteira do Plano 1 (18,45% dos investimentos do Plano e 37,93% de sua carteira de renda variável). O novo acordo culminou na migração da companhia para o Novo Mercado da B3 (antiga BM&FBovespa), o qual exige padrões ainda mais elevados de governança e transparência, e incrementou a participação do Plano 1 na empresa em 1,70%, sem desembolso de caixa. Além disso, cerca de 50% da participação da PREVI na Vale ficou desvinculada do novo acordo de acionistas, deixando essa parcela livre para negociação.

A PREVI também liderou, em conjunto com os demais controladores, processo de incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia, uma operação que fortaleceu a empresa, gerando melhores indicadores financeiros e perspectiva de maior rentabilidade e liquidez para o ativo.

O Plano PREVI Futuro obteve rentabilidade superior ao dobro da taxa atuarial definida. Ademais, houve importante e inovadora alteração nos Perfis de Investimento, com vistas a clarificar suas características e dar aos participantes melhores subsídios para tomar decisões quanto à escolha de seus Perfis e para monitorar o desempenho dos recursos usados para as futuras aposentadorias.

Atenta ao fato da crescente importância do Plano PREVI Futuro no contexto geral da Entidade, a PREVI tem promovido ações específicas de educação financeira e previdenciária de seus participantes e assistidos, e de fortalecimento das Políticas de Investimentos específicas, visando ampliar o potencial de geração de benefícios.

O PREVI Futuro passou a contar, a partir de 2017, com apresentações específicas de seus resultados e a disponibilização de boletins de desempenho mais detalhados sobre seus investimentos.

O Conselho Fiscal, como principal órgão da estrutura de controles internos, responsável pela fiscalização da gestão administrativa e econômico-financeira da Entidade, manteve-se atento e acompanhou de perto, durante todo o ano, os atos de gestão, os principais números, os investimentos e as decisões mais relevantes, tanto voltadas para o Plano 1 como para o PREVI Futuro, a Capec e o PGA.

Nesse sentido, têm merecido atenção especial, entre outros: a monitoração dos serviços de assessoramento jurídico, que passa por importante reestruturação, revisão de processos e análises de suas práticas; os processos de arbitragem no qual a PREVI é parte; as medidas para obtenção de melhores níveis de eficiência operacional e redução de despesas administrativas; as principais decisões de investimentos e desinvestimentos; e os casos objeto de fiscalização da Previc e/ou de apurações especiais por autoridades, como os da Operação Greenfield.

O Conselho Fiscal tem acompanhado de perto os impactos, para o Plano 1, das reclamatórias trabalhistas decorrentes da relação laboral entre participantes e assistidos com o patrocinador Banco do Brasil. Registramos a seguir os principais aspectos referentes ao assunto.

A PREVI, há anos, vem sendo demandada judicial e extrajudicialmente por associados, que buscam revisar benefícios de Complementação de Aposentadoria, em face das controvérsias previdenciárias e trabalhistas. Quando são dados ganhos de causas aos reclamantes, as revisões de benefícios causam impactos às reservas matemáticas do Plano 1, os quais não foram dimensionados nos cálculos atuariais originais, haja vista a imprevisibilidade dos fatos reclamados, cujas motivações ocorrem fora do espaço de governança da PREVI. Reclamações relacionadas a horas extraordinárias são parte importante desse universo, cabendo registrar que, em 27 de março de 2011, o Tribunal Superior do Trabalho modificou o entendimento de que as horas extras passariam a integrar os cálculos para efeito de complementação de aposentadoria, quando alterou a redação da sua Orientação Jurisprudencial nº 18 da SDI-I.

Em busca de soluções para o crescimento extraordinário do passivo atuarial, em setembro de 2015 a PREVI fez consulta à Previc, que confirmou, mediante Parecer nº 120/2015/CGAT/DITEC/PREVIC, de 21 de setembro de 2015, não caber revisão dos benefícios previdenciários em decorrência de recolhimento de contribuições do assistido relativas à reclamação trabalhista contra o patrocinador e que essas contribuições devem ser devolvidas aos interessados, devidamente atualizadas pela rentabilidade financeira de seus ativos garantidores.

Quanto aos casos objeto de decisões judiciais, as revisões transitadas em julgado vêm seguindo parâmetros definidos em sentenças e respectivos títulos executivos. Em geral, principalmente em decisões mais antigas, a responsabilidade pela recomposição da reserva matemática não foi abordada objetivamente, o que torna a questão ainda mais complexa.

O Conselho Fiscal, ciente dos riscos envolvidos e tendo presentes os impactos causados para o mútuo como um todo, em virtude de demandas judiciais e extrajudiciais alheias à vontade e diligência da PREVI, as quais beneficiam apenas uma parcela minoritária do quadro de associados (participantes e assistidos), apresentou, nos últimos três exercícios, parágrafo de ênfase em seus pareceres sobre as demonstrações contábeis e financeiras, para destacar o assunto como de importância relevante e merecedora de atenção especial.

Como resultado de discussões antecedentes, em 27 de janeiro de 2017 o Conselho Deliberativo aprovou a criação de Grupo de Trabalho conjunto entre a PREVI e o Banco do Brasil. Após várias tratativas internas, o Conselho Fiscal apontou também a conveniência de ser constituída Força-Tarefa para dar maior celeridade ao levantamento de informações complementares, relevantes para o desenvolvimento das atividades no âmbito da PREVI, além de outras medidas internas. Dita Força-Tarefa teve sua instalação em outubro de 2017, trazendo importantes subsídios para o tratamento das questões relacionadas a reclamações trabalhistas.

Com o objetivo de preservar os interesses coletivos do Plano 1 e identificar alternativas para a desejável conciliação entre as partes, ou a tomada de outras decisões pela PREVI, foram então realizadas reuniões periódicas para discutir, entre outros: I) os impactos atuariais e financeiros; a forma de equacionamento; as características das ações judiciais transitadas em julgado; II) as implicações previdenciárias e administrativas na PREVI e as trabalhistas no BB; e III) as implantações de benefícios feitas administrativamente (extrajudiciais).

Em tal contexto, há que se aclarar que existem ações judiciais ainda não julgadas definitivamente, para as quais será exigido grande esforço de integração das duas organizações (patrocinador e patrocinada), para mitigar riscos atuariais. Esse conjunto é composto, em especial, por duas vertentes: I) processos sentenciados na Justiça do Trabalho até 20 de fevereiro de 2013, que seguirão naquela esfera e serão tratados caso a caso; II) processos originalmente ajuizados naquela esfera, porém sem sentença proferida até a data mencionada, ou novos ingressos em juízo, os quais serão tratados na esfera cível, sendo competência da Justiça Comum.

No entendimento deste Conselho Fiscal, mercê dos esforços compartilhados entre este Conselho, o Deliberativo e a Diretoria Executiva, o assunto passou a receber a devida prioridade por ambas instituições envolvidas, iniciando-se um período virtuoso que, apesar de exigir continuados esforços e permanente vigilância e diligência pela administração da PREVI e do Banco do Brasil, trará maior transparência e melhorará critérios e métodos para que as instituições possam tratar adequadamente os processos de revisões judiciais em curso (sem definição judicial) e os casos já transitados em julgado ou implantados administrativamente, além de preparar as instituições para possíveis novas ações que possam surgir, na esfera trabalhista ou previdenciária.

A quantidade de eventos por si só demonstra o volume de trabalho a ser enfrentado, envolvendo matéria de alta complexidade. Não obstante, é mister que os esforços sejam permanentes e ininterruptos, para salvaguardar o interesse do Plano, de seus associados e a própria governança.

Por fim, este Conselho ratifica seu compromisso de exercer suas atribuições com responsabilidade e zelo, primando sempre pela lisura e ética da Entidade, com o objetivo de assegurar o cumprimento de sua missão de “garantir o pagamento de benefícios a todos nós, associados, de forma eficiente, segura e sustentável”.

Mensagem do Conselho Consultivo do Plano 1

O ano de 2016 representou o início do ciclo de reversão do déficit registrado em 2015, decorrente de questões econômicas conjunturais. Em 2017, o resultado do Plano 1 no exercício foi superavitário e caminhamos rumo ao equilíbrio atuarial, objetivo maior de todo plano de benefícios.

Consequentemente, não será preciso demandar que participantes e patrocinadora façam contribuições adicionais. O Plano 1 está saudável, em plenas condições de seguir cumprindo o contrato previdenciário com seus 114.030 participantes. Em 2017, o Plano 1 pagou mais de R\$ 12 bilhões em benefícios, montante que tende a atingir seu ápice na próxima década, quando provavelmente todos os seus associados estarão aposentados.

A rentabilidade geral do Plano em 2017 foi o dobro da meta atuarial e alcançou 14,85%. A carteira de investimentos em empresas da economia real oferece rentabilidades interessantes e gera dividendos que contribuem para o pagamento anual de benefícios. Por sua vez, o grau de liquidez da carteira de títulos públicos tem proporcionado disponibilidade de recursos necessários para assegurar o fluxo mensal de pagamento de benefícios.

O Conselho Consultivo tem acompanhado os movimentos que visam trazer resultados positivos e assegurar a sustentabilidade do Plano 1. A principal iniciativa em 2017 foi a conclusão do novo acordo de acionistas da Vale, maior ativo da carteira, com 18,45% dos investimentos. O acordo possibilitou o ingresso da companhia no Novo Mercado da B3 (antiga BM&FBovespa), em que estão as empresas que atendem aos critérios mais rígidos de governança e transparência, e proporcionou maior grau de liquidez para a participação da PREVI.

Outra negociação relevante foi a incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia. Apesar de ter seu percentual reduzido, a PREVI passou a deter participação em uma empresa mais robusta, com melhores indicadores financeiros e potencial de valorização.

Confiante nas perspectivas futuras, este Conselho continuará, no âmbito de suas atribuições, acompanhando de perto a gestão da PREVI e zelando para que continue a ser praticada com integridade e transparência.



Mensagem do Conselho Consultivo do PREVI Futuro

Depois de um período com conjuntura econômica desfavorável, 2017 foi um ano de retomada. Neste cenário, o plano PREVI Futuro obteve rentabilidade total de 14,97% no ano, o que corresponde a mais que o dobro da meta atuarial do período, que foi de 7,17% (INPC + 5% ao ano).

Em consonância com o objetivo estratégico de “Maximização do benefício do participante do PREVI Futuro dado seu perfil de risco”, a PREVI efetuou modificações no programa Perfis de Investimento. Entre as melhorias, estão mudanças nos percentuais de renda variável de cada Perfil, alteração de nomenclaturas e a definição de um novo Perfil padrão. Essas alterações deixaram mais clara a natureza de cada Perfil e visam dar maior autonomia aos participantes sobre as decisões e o desempenho dos seus recursos.

Esse objetivo estratégico também impulsionou uma Política de Investimentos voltada para maximizar a rentabilidade do saldo do pessoal da ativa e iniciar a tomada de medidas que deem equilíbrio à chamada parte BD (Benefício Definido), que cobre o benefício dos participantes aposentados e pensionistas.

O ano de 2017 foi marcado também por uma maior aproximação da PREVI com os participantes do plano, o que resultou em maior conscientização para a necessidade e importância das contribuições adicionais, visando melhoria no valor do seu benefício futuro. Em conformidade com o objetivo estratégico de “Fortalecimento da relação com o associado”, a Diretoria Executiva esteve em 15 capitais prestando contas sobre o desempenho do Plano, acompanhada de equipe técnica do PREVI Itinerante para atender aos associados.

Para estimular o crescimento das reservas de cada um, a partir de agosto de 2017 a PREVI isentou as contribuições 2C da taxa de carregamento, o que gerou aumento de 134% no número de contribuições mensais, se comparado com igual período de 2016.

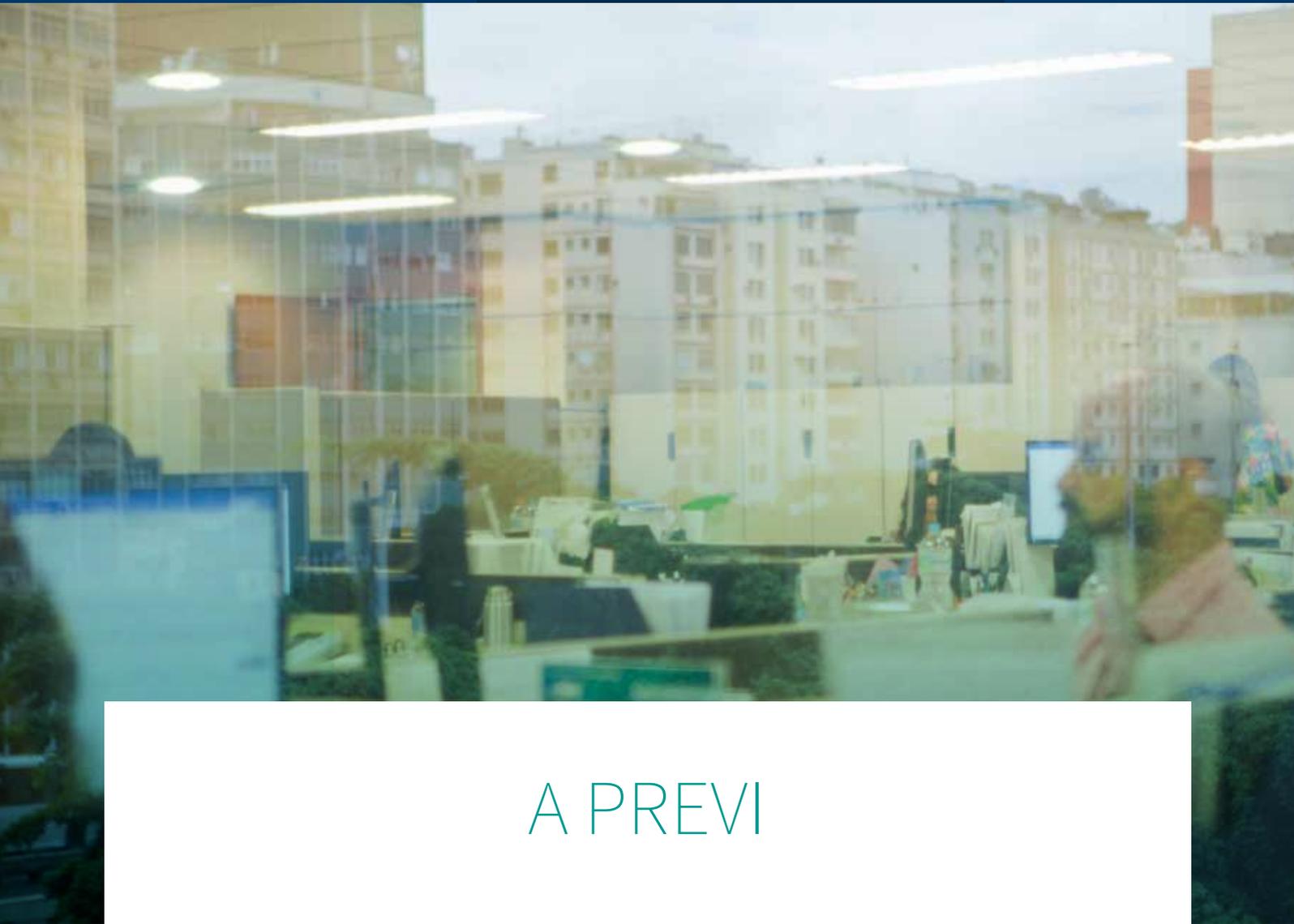
Outros avanços importantes no ano de 2017 foram as melhorias e alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios PREVI Futuro, já aprovadas pelo Conselho Deliberativo da PREVI e que estão sob análise de órgãos competentes.

De acordo com o objetivo estratégico de promover a educação previdenciária e financeira em 2017, a PREVI lançou o API e a Trilha Previdenciária da PREVI no ambiente da UNIBB. Essa trilha integra o conjunto de ações do programa Mais PREVI de Educação Previdenciária e visa à compreensão ampla e integral dos assuntos mais relevantes sobre a previdência complementar e sobre o próprio plano de benefícios (PREVI Futuro).

Ressalte-se que o Conselho teve participação ativa nos encaminhamentos de estudos, propostas e sugestões à PREVI, o que contribuiu para a consolidação das inúmeras iniciativas de melhoria ao plano e para o relacionamento com o participante que a Entidade passou a implementar, com os devidos aperfeiçoamentos de sua equipe técnica.

O Conselho convida a todos os participantes a conhecerem e utilizar as ferramentas oferecidas, usufruindo das novas facilidades oferecidas tanto pelo Portal PREVI quanto pelo App PREVI.

Por fim, sempre é bom reforçar que, por mais extenso que cada um pense ser o tempo que falta para a aposentadoria, ele já começou a correr. Acompanhe e participe ativamente da construção do seu futuro.



A PREVI

Maior entidade de previdência complementar da América Latina, a PREVI é a referência no mercado brasileiro pela solidez de sua gestão e pela integridade de sua governança corporativa

NESTE CAPÍTULO

13 Perfil

15 2017 em números: o desempenho no ano

17 Geração de valor

18 Governança corporativa



A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI – trabalha para garantir benefícios adicionais aos da previdência oficial a funcionários e ex-funcionários do Banco do Brasil, aos empregados do quadro próprio da Entidade e aos seus beneficiários. Sediada no Rio de Janeiro (RJ), administra reservas para fazer frente ao pagamento de benefícios a um conjunto de mais de 200 mil participantes. A gestão dos investimentos que asseguram esses benefícios abrange vários segmentos (renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior e imóveis, além de empréstimos e financiamentos imobiliários para os participantes), é orientada por estratégias específicas para cada plano de benefício e visa à formação de um patrimônio sólido e duradouro. GRI 102-1, 102-3, 102-4, 102-5, 102-6, 102-7

Considerada referência no mercado brasileiro de entidades fechadas de previdência complementar (EFPCs) pela robustez de sua governança corporativa e pela qualidade de sua gestão, a PREVI dispõe de diferenciais importantes no segmento. Suas normas, processos e controles internos não raro ultrapassam os requisitos da legislação e as exigências feitas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc, principal órgão de supervisão do setor). Seu corpo técnico, composto de especialistas em planejamento, gestão de investimentos, operações financeiras, seguridade e atendimento, entre outras áreas, passa por atualizações constantes de conhecimentos e é reconhecido como referência do setor. Além disso, é formado em sua maioria por funcionários cedidos do próprio Banco do Brasil, e todos são participantes dos planos de benefícios – ou seja, têm a formação e a valorização de seus próprios patrimônios como incentivos para resultados cada vez mais positivos. Conforme definido em seu Estatuto, a PREVI mantém uma separação entre as áreas responsáveis pelo planejamento, pela execução e pelo monitoramento das decisões de investimento, num fluxo que integra diferentes setores internos e leva a uma gestão mais assertiva e criteriosa.



200 mil

participantes: o total de associados da PREVI superava esta marca em 2017

3 planos

de benefícios são administrados: Plano 1, PREVI Futuro e Capec

A PREVI administra três planos de benefícios: dois de pagamento contínuo e um de pagamento único. GRI 201-3. 102-2

- **Plano 1:** plano de benefício definido que inclui os funcionários do Banco do Brasil empossados até 23 de dezembro de 1997. Considerado um plano maduro, no qual cerca de 90% dos associados já recebem benefícios, o Plano 1 não aceita novos participantes.
- **PREVI Futuro:** plano de previdência complementar de contribuição variável, oferecido de forma voluntária aos funcionários do Banco e do quadro próprio da PREVI admitidos a partir de 24 de dezembro de 1997. Aberto a adesões de funcionários da ativa ou entrantes, é um plano em consolidação de patrimônio, ainda com baixo percentual de aposentados.
- **Carteira de Pecúlios (Capec):** oferece pecúlios em caso de falecimento dos participantes ou dos seus cônjuges/companheiros e invalidez. É aberta para adesões de todos os funcionários do Banco do Brasil e do quadro próprio da PREVI e dos aposentados até 56 anos.

As contribuições básicas mensais dos participantes do Plano 1 e do PREVI Futuro são acompanhadas pelo Banco do Brasil na mesma proporção. Saiba mais sobre o desempenho, os indicadores financeiros e demais detalhes sobre a posição de cada plano nos capítulos *Políticas e decisões de investimento* e *Planos de benefícios*.

MISSÃO, VISÃO E VALORES DA PREVI GRI 102-16

A PREVI foi criada para garantir o pagamento dos benefícios a todos os seus participantes, compromisso que exige sustentabilidade financeira, planejamento de longo prazo e solidez na criação de valor. As diretrizes fundamentais da Entidade – sua Missão, sua Visão e seus Valores – procuram sintetizar esses imperativos e têm suas definições revistas periodicamente, para adequá-las à estratégia traçada e às mudanças nas demandas apresentadas por cada plano de benefício.

Em 2017, como parte do mais recente Plano Estratégico, a Missão e os Valores da PREVI foram redefinidos.

**MISSÃO**

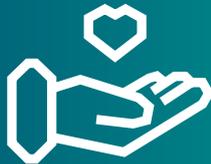
Garantir o pagamento de benefícios a todos nós, associados, de forma eficiente, segura e sustentável.

A Missão teve uma sutil mas significativa alteração. A inclusão da expressão “a todos nós” reforça o princípio do mutualismo e a ideia de pertencimento e convergência entre a PREVI e seus associados, construindo juntos o próprio futuro.

Uma das fortalezas da PREVI é o fato de seus funcionários serem participantes dos planos de benefícios da Entidade. São associados gerindo o próprio patrimônio, o que reforça o comprometimento para que a Missão de garantir o pagamento de benefícios seja sempre cumprida.

**VISÃO**

Ser a melhor administradora de planos de benefícios do Brasil, referência internacional e motivo de orgulho para associados, patrocinadores e funcionários.

**VALORES**

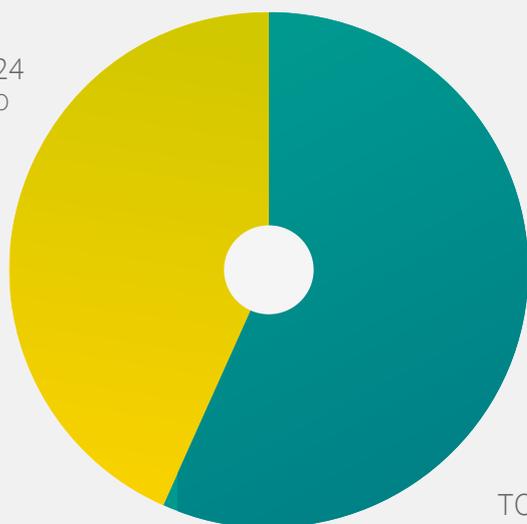
- Foco do associado
- Ética
- Transparência
- Comprometimento
- Excelência
- Inovação
- Eficiência

O valor “Foco no associado” tornou-se “Foco do associado”, reforçando que não há distinção entre PREVI e associados, logo os objetivos são os mesmos. Já os valores “Inovação” e “Eficiência” foram incluídos para sublinhar o olhar da PREVI para seu futuro, com a busca por soluções inovadoras em produtos e serviços e por uma gestão cada vez mais eficiente.

Os números da PREVI em 2017

TOTAL DE PARTICIPANTES

43,2%
TOTAL 86.724
PREVI FUTURO

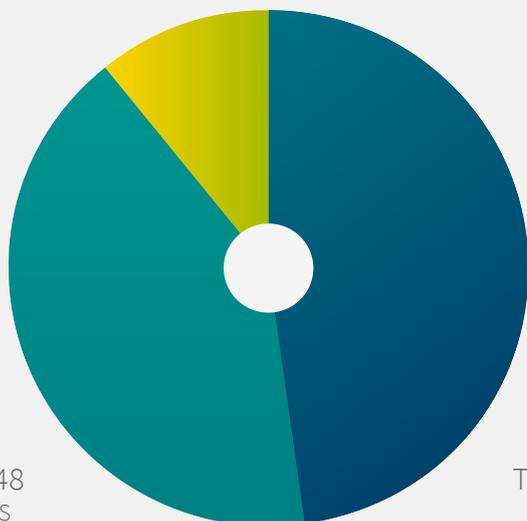


TOTAL
200.754
participantes

56,8%
TOTAL 114.030
PLANO 1

PARTICIPANTES, POR SITUAÇÃO

10,8%
TOTAL 21.733
PENSIONISTAS

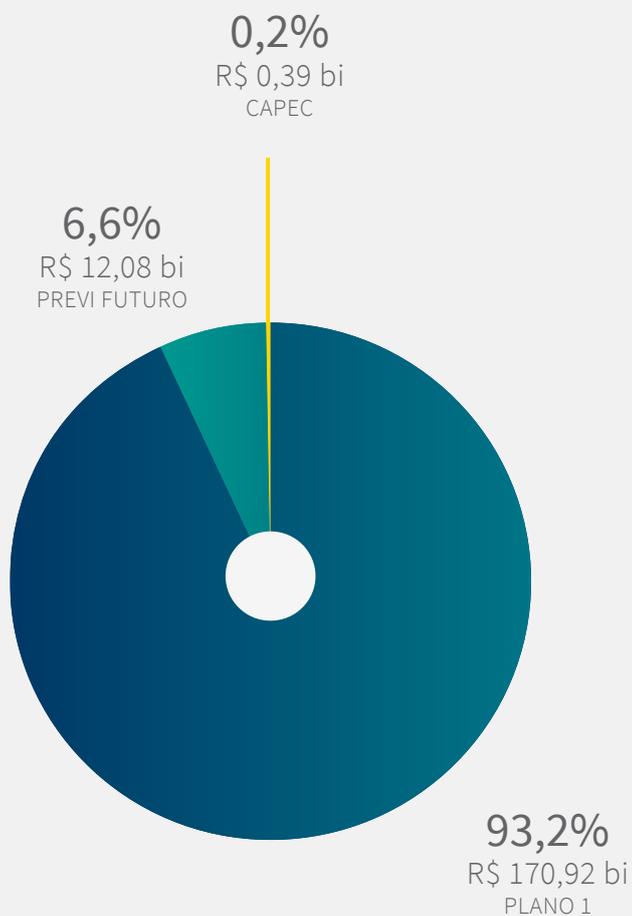


TOTAL
200.754
participantes

41,2%
TOTAL 82.748
APOSENTADOS

48,0%
TOTAL 96.273
ATIVOS

TOTAL DE ATIVOS

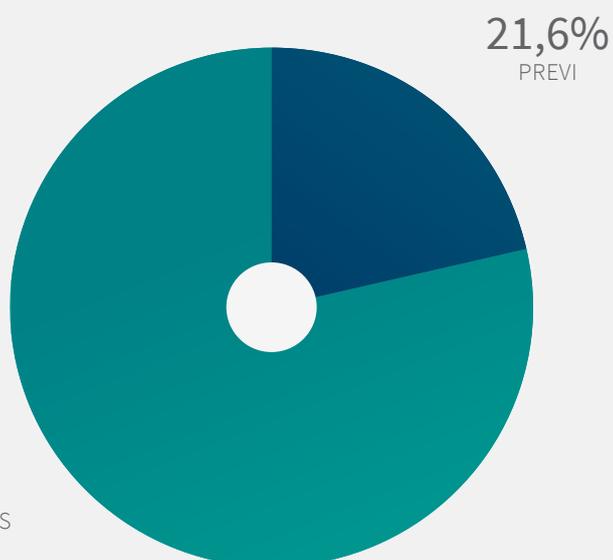


TOTAL
R\$ 183,39 bi

Os ativos da PREVI correspondem a

21,6%

do total de ativos do sistema brasileiro de previdência complementar*



Com
R\$ **170,92** bi

em ativos, o Plano 1 é o maior plano do sistema brasileiro de previdência complementar fechada*

Já o PREVI Futuro é o 7º maior plano de benefícios do sistema, com R\$ 11,50 bilhões em ativos*

78,4%
DEMAIS EFPCS

*fonte: Informe Estatístico Trimestral Previc/setembro 2017

Geração de valor

O cumprimento da Missão da PREVI depende da capacidade da Entidade de gerar e distribuir valor para seus participantes no decorrer de um longo prazo: os compromissos do Plano 1, por exemplo, estão previstos para se estender aproximadamente até o ano de 2090, considerando o pagamento até o último pensionista. O quadro a seguir resume como a PREVI emprega diversos tipos de capitais – fontes de valor que aumentam, diminuem ou se transformam por meio de atividades e produtos – e as variadas formas de valor gerado por cada um deles.

TIPO DE CAPITAL	DE ONDE VEM	COMO A PREVI O EMPREGA PARA GERAR VALOR E CUMPRIR SUA MISSÃO	SAIBA MAIS A RESPEITO NESTE RELATÓRIO NO(S) CAPÍTULO(S):
Capital financeiro	Contribuições mensais dos participantes e dos seus patrocinadores (Banco do Brasil e a própria PREVI)	Os recursos são investidos de maneira diversificada, obedecendo às Políticas de Investimentos de cada plano e aos princípios de RSA da PREVI	Políticas e decisões de investimento, Planos de benefícios
Capital humano	Empregados da própria Entidade, funcionários cedidos pelo Banco do Brasil, terceirizados, estagiários e jovens aprendizes	Após uma seleção que inclui avaliações curricular e comportamental e entrevistas, os profissionais recebem treinamentos e capacitações constantes, num processo de atualização permanente	Relacionamento com os públicos
Capital intelectual	Os funcionários da PREVI são qualificados e têm experiência em diversas áreas de conhecimento, indispensáveis ao desempenho de suas funções, em temas como mercados de capitais, gestão de risco em investimentos, planejamento financeiro, análises macroeconômicas, atendimento, gestão de pessoas, tecnologia da informação, seguridade e atuária	Esses conhecimentos são usados em atendimentos, comunicação com os participantes, no cálculo de benefícios e da reserva e na condução dos investimentos, que contemplam análises de risco e a necessária proteção ao patrimônio da Entidade	Relacionamento com os públicos
Capital social	Rede de relacionamento com públicos de interesse, na qual se destacam participantes, pensionistas e funcionários do Banco do Brasil em geral. A Instituição também mantém estreito contato com diversos segmentos do mercado financeiro, segmentos de previdência complementar, associações de participantes, as empresas de sua carteira de participações, carteira imobiliária, várias instâncias do poder público e órgãos reguladores	A PREVI busca constantemente ampliar a transparência na relação com todos os seus públicos. Em 2017, esse esforço incluiu novas formas de prestação de contas e de contato com associados e demais públicos de interesse	Políticas e decisões de investimento, Planos de benefícios, Relacionamento com os públicos

Governança corporativa GRI 102-18

São três os órgãos sociais de alta liderança responsáveis pela gestão e pela fiscalização das atividades da PREVI.

- O **Conselho Deliberativo** é o órgão máximo da administração da PREVI e o responsável por definir os direcionamentos globais para a administração da Entidade. Composto por seis membros titulares e respectivos suplentes. Três são eleitos pelos participantes e assistidos e outros três indicados pelo Banco do Brasil. Os mandatos dos conselheiros são de quatro anos, com possibilidade de uma recondução consecutiva ou de várias não consecutivas. Metade das vagas é renovada a cada dois anos.

CONSELHO DELIBERATIVO

Titular	Suplente	Mandato	Representação
Walter Malieni Júnior* (Presidente)	Carlos Célio de Andrade Santos	Até 31/5/2020	Indicados pelo Banco do Brasil
Carlos Alberto Araújo Netto	Vago	Até 31/5/2018	Indicado pelo Banco do Brasil
Eduardo César Pasa	Vago	Até 31/5/2018	Indicado pelo Banco do Brasil
Antonio José de Carvalho	José Bernardo de Medeiros Neto**	Até 31/5/2018	Eleitos pelos associados
Carlos Alberto Guimarães de Sousa	Odali Dias Cardoso	Até 31/5/2020	Eleitos pelos associados
Wagner de Sousa Nascimento	Rafael Zanon Guerra de Araújo	Até 31/5/2020	Eleitos pelos associados

* Walter Malieni Jr. assumiu a presidência do Conselho em 13 de fevereiro de 2017, em substituição ao conselheiro Paulo Ricci, que renunciou na mesma data. Carlos Netto, suplente de Paulo Ricci, assumiu a vaga de titular.

**O conselheiro José Bernardo de Medeiros Neto renunciou em 1º de fevereiro de 2018.

O Conselho Deliberativo define os direcionamentos globais para a administração da PREVI

– A **Diretoria Executiva** é composta por seis membros. Três (presidente, diretor de Investimentos e diretor de Participações) são indicados pelo Banco do Brasil e três (diretor de Seguridade, diretor de Planejamento e diretor de Administração) são eleitos pelos participantes e pensionistas. A Diretoria Executiva cuida da administração geral e propõe e executa as diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo, além dos demais atos necessários à gestão. Como no Conselho, os mandatos dos diretores são de quatro anos, com possibilidade de uma recondução consecutiva ou de várias não consecutivas e renovação de metade das cadeiras a cada dois anos.

Diretoria	Titular	Atribuições	Mandato	Representação
Presidência	Gueitiro Matsuo Genso	Coordenação geral da Diretoria Executiva e do relacionamento com os demais órgãos de administração e fiscalização	Até 31/5/2018	Indicado pelo Banco do Brasil
Investimentos	Marcus Moreira de Almeida	Gestão dos investimentos e avaliação dos ativos	Até 31/5/2020	Indicado pelo Banco do Brasil
Participações	Renato Proença Lopes	Acompanhamento das empresas que compõem a carteira de renda variável e de imóveis	Até 31/5/2020	Indicado pelo Banco do Brasil
Planejamento	Marcus Martins Madureira*	Análise e proposição das políticas orientadoras da gestão dos ativos da PREVI	Até 31/5/2018	
Seguridade	Marcel Juvianino Barros	Gestão dos planos de benefícios, seus regulamentos e relacionamento com participantes	Até 31/5/2020	Eleito pelos participantes
Administração	Cecília Mendes Garcez Siqueira	Coordenação das áreas de suporte administrativo e gestão de pessoal, suporte tecnológico, contabilidade, organização e métodos e controladoria	Até 31/5/2018	Eleita pelos participantes

* Assumiu em 17 de julho de 2017, indicado na forma do Estatuto por unanimidade pelos conselheiros eleitos para substituir José Carlos Reis da Silva, que renunciou ao cargo em 1 de junho de 2017.

- O **Conselho Fiscal** é o órgão do controle interno que realiza a fiscalização da gestão administrativa e econômico-financeira da PREVI. É formado por quatro membros efetivos e respectivos suplentes, dos quais dois são eleitos por participantes e assistidos, e dois indicados pelo Banco do Brasil. Metade das vagas é renovada a cada dois anos, sendo vedada a recondução.

CONSELHO FISCAL

Titular	Suplente	Mandato	Representação
Adriano Meira Ricci	Vago	Até 31/5/2018	Indicado pelo Banco do Brasil
Rudinei dos Santos	Eslei José de Moraes	Até 31/5/2020	Indicados pelo Banco do Brasil
Williams Francisco da Silva	Vago*	Até 31/5/2018	Eleito pelos associados
Rosalina do Socorro Ferreira Amorim	Fábio Santana Santos Ledo	31/05/2020	Eleitos pelos associados

* A conselheira Íris Carvalho Silva renunciou em 23 de outubro de 2017.

- Outros dois órgãos – os **Conselhos Consultivos do Plano 1** e do **PREVI Futuro** –, também compostos por integrantes eleitos e por membros indicados pelo Banco do Brasil, acompanham e formulam propostas sobre a gestão dos respectivos planos.

CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO 1

Titular	Suplente	Mandato	Representação
Luiz Carlos Teixeira	Vago	Até 31/5/2018	Eleito pelos participantes
Paulo Roberto Pavão	Vago	Até 31/5/2018	Eleito pelos participantes
José Ulisses de Oliveira	Rita de Cássia de Oliveira Mota	Até 31/5/2020	Eleitos pelos participantes
Augusto Cesar Machado*	Vago	Até 31/5/2018	Indicados pelo Banco do Brasil
Gerson Eduardo de Oliveira	César José Dhein Hoefling	Até 31/5/2020	Indicados pelo Banco do Brasil
Marco Tulio Moraes da Costa	Célio Cota de Queiroz	Até 31/5/2020	Indicados pelo Banco do Brasil

* O conselheiro Augusto Cesar Machado assumiu o cargo de titular após a renúncia de João Batista Gimenez Gomes em 21 de fevereiro de 2017.

CONSELHO CONSULTIVO DO PLANO PREVI FUTURO

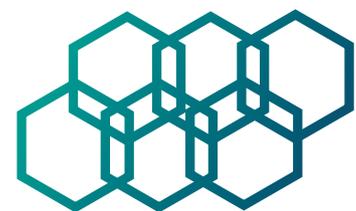
Titular	Suplente	Mandato	Representação
Lissane Pereira Holanda	Eduardo Henrique de Resende Cunha	Até 31/5/2018	Eleitos pelos participantes
Felipe Garcia Nazareth	Flávia Casarin Nunes	Até 31/5/2018	Eleitos pelos participantes
Deborah Negrão de Campos	Tânia Dalmau Leyva	Até 31/5/2020	Eleitas pelos participantes
Felipe Menegaz Lajus	Marcelo Gusmão Arnosti	Até 31/5/2018	Indicados pelo Banco do Brasil
Cesar Augusto Jacinto Teixeira	Arthur Guilherme do Nascimento Filho	Até 31/5/2020	Indicados pelo Banco do Brasil
Emmanoel Schmidt Rondon	Inês Maria Saldanha de Matos Neves Lima	Até 31/5/2020	Indicados pelo Banco do Brasil

Integridade GRI 103 | 205, 415

“Integridade” foi a palavra de ordem na governança em 2017. Criado em 2014, o Programa de Integridade da PREVI abrange controles internos, questões de conduta, monitoramento de riscos e canal de denúncias, dentre outras medidas. Durante o ano de 2017 o Programa foi revisado e teve seu escopo ampliado com a criação de dois novos pilares: Iniciativas Externas Anticorrupção, que abrange a participação em ações coletivas de engajamento; e Estratégia de Investimento Anticorrupção, que compreende o estabelecimento, nas Políticas de Investimentos, de diretrizes e critérios de boas práticas de integridade que deverão ser observados na aplicação dos recursos garantidores (*leia mais em Políticas e decisões de investimento*). Como um dos resultados dessa revisão, a PREVI aderiu, em maio, ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, do Instituto Ethos.

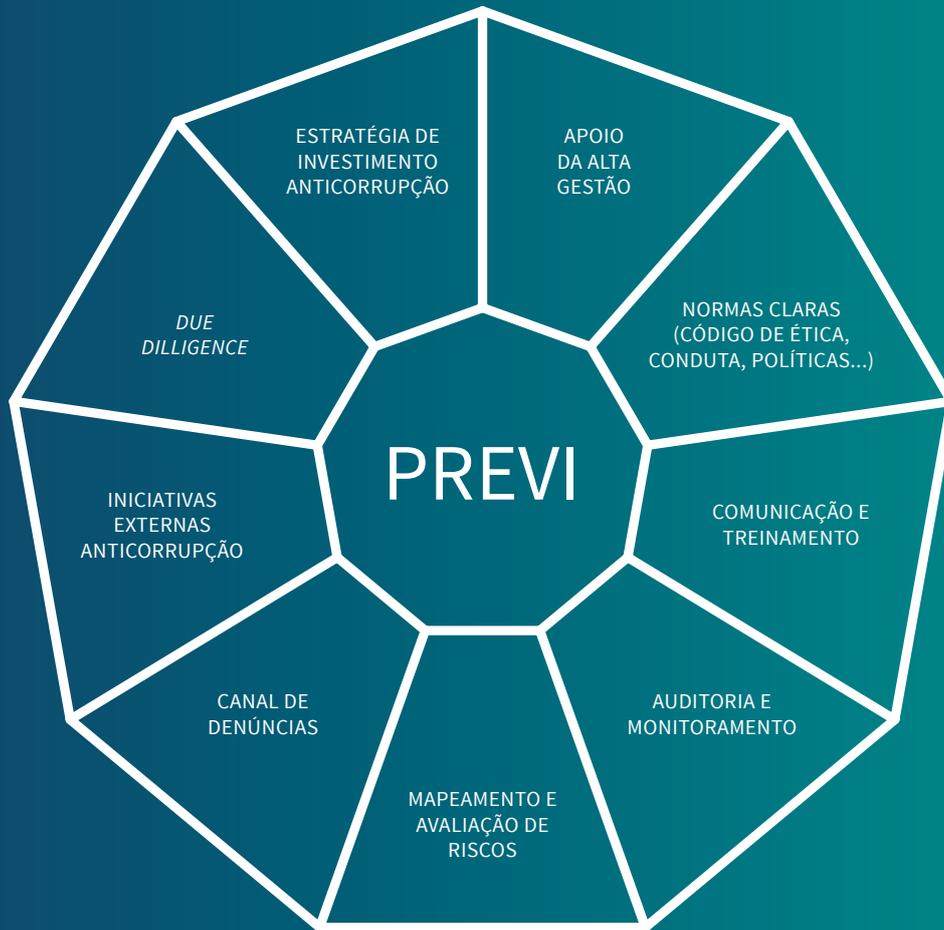
As ações implementadas por intermédio do Programa de Integridade são reportadas e encaminhadas à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal. De forma complementar, existe cláusula específica sobre o tema na minuta padrão de contratação de fornecedores de serviços e produtos, que aborda, entre outras, questões sobre a lei anticorrupção. A Ouvidoria da Entidade também acolhe denúncias externas e internas relacionadas ao tema. Não foram identificados casos ou processos jurídicos públicos sobre corrupção em 2017. GRI 205-3

O Programa de Integridade foi revisto e teve seu escopo ampliado em 2017 para incluir iniciativas anticorrupção



9 pilares

orientam as ações do Programa de Integridade da PREVI

NOVE PILARES DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE SÃO:

Reforçando sua posição como referência principal de governança no mercado, a PREVI apresentou o Programa de Integridade em eventos externos, como o Congresso da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). Também foi destaque no 18º Encontro PREVI de Governança Corporativa, realizado em setembro, e no 3º Seminário de Controles Internos, que contou com a participação de outras entidades do sistema de previdência complementar, como a Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, e a Previc (órgão fiscalizador e supervisor das entidades fechadas de previdência complementar), cujo diretor, Fábio Coelho, apresentou a palestra “Entidades Sistemicamente Importantes e a Supervisão Baseada em Riscos”.

Na parte de controles internos, todo o ambiente de gestão da área foi revisado para garantir as linhas de defesa contra riscos de compliance e conformidade. O cumprimento da Trilha Ética – capacitação específica sobre gestão da ética – foi considerado uma meta corporativa no segundo semestre de 2017, e foi realizada uma análise específica dos riscos de fraude aos quais os processos da PREVI possam estar expostos. Das 24 gerências da PREVI, 46% tiveram avaliações de riscos relacionados à fraude e/ou corrupção. A avaliação ocorreu nos processos que pela sua própria natureza possam estar suscetíveis a essas situações. Os controles adequados para mitigar a probabilidade de materialização desses riscos estão sendo tratados por meio de planos de ação junto às gerências. [GRI 205-1](#)

Em 2017, todos os 35 membros dos conselhos (Rio de Janeiro) e os 556 empregados (Rio de Janeiro e Brasília) foram comunicados sobre políticas e procedimentos de combate à corrupção.

Um membro do conselho (equivalente a 2,86% do total) e 542 empregados (95,46%) receberam o treinamento sobre a Lei Anticorrupção.

EMPREGADOS QUE FORAM TREINADOS EM POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO, POR REGIÃO* GRI 205-2

Região	Categoria funcional	Empregados	2017	
Rio de Janeiro	Diretora	Número total de empregados treinados	1	
		Percentual de empregados treinados	16,67%	
	Gerência Executiva	Número total de empregados treinados	21	
		Percentual de empregados treinados	87,50%	
	Gerência de Núcleo	Número total de empregados treinados	46	
		Percentual de empregados treinados	76,67%	
	Administrativo	Número total de empregados treinados	331	
		Percentual de empregados treinados	100,00%	
	Técnico/supervisão	Número total de empregados treinados	84	
		Percentual de empregados treinados	100,00%	
	Brasília	Gerência de Núcleo	Número total de empregados treinados	1
			Percentual de empregados treinados	100,00%
Administrativo		Número total de empregados treinados	2	
		Percentual de empregados treinados	100,00%	
Operacional		Número total de empregados treinados	5	
		Percentual de empregados treinados	100,00%	

* Treinamento implementado em abril de 2017.

A preocupação renovada com a integridade somou-se às boas práticas de governança corporativa já estabelecidas pelas estruturas de gestão da PREVI, com destaque para normas que vão além das exigências dos órgãos regulamentares, como a composição paritária da Diretoria Executiva (que apresenta proporção igual de membros eleitos pelos associados e indicados pelo patrocinador, o Banco do Brasil, o que é legalmente exigido apenas para os Conselhos Deliberativo e Fiscal). O Estatuto da Entidade define a segregação de funções entre a proposição, a gestão e o acompanhamento de investimentos e a necessidade de maioria absoluta nas decisões tomadas pela Diretoria Executiva (sem voto de minerva).

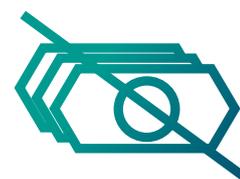
Em 2017 houve um replanejamento dos trabalhos internos de auditoria para o ano de 2018, bem como a revisão da Política e Diretrizes de Comunicação Institucional, aprovado pelo Conselho Deliberativo. As atividades de auditoria interna são realizadas por funcionários do Banco do Brasil cedidos à PREVI. Existe um sistema que suporta essas atividades, no qual são registradas e acompanhadas as recomendações de auditoria até o efetivo cumprimento. Há previsão de reportes à Diretoria e ao Conselho Deliberativo em caso de atraso na implementação das recomendações. [GRI FS9](#)

Os trabalhos internos de auditoria
contam com um sistema para registro e
acompanhamento das recomendações feitas
até seu efetivo cumprimento

Adesão ao Código de Autorregulação Abrapp/Sindapp/ICSS

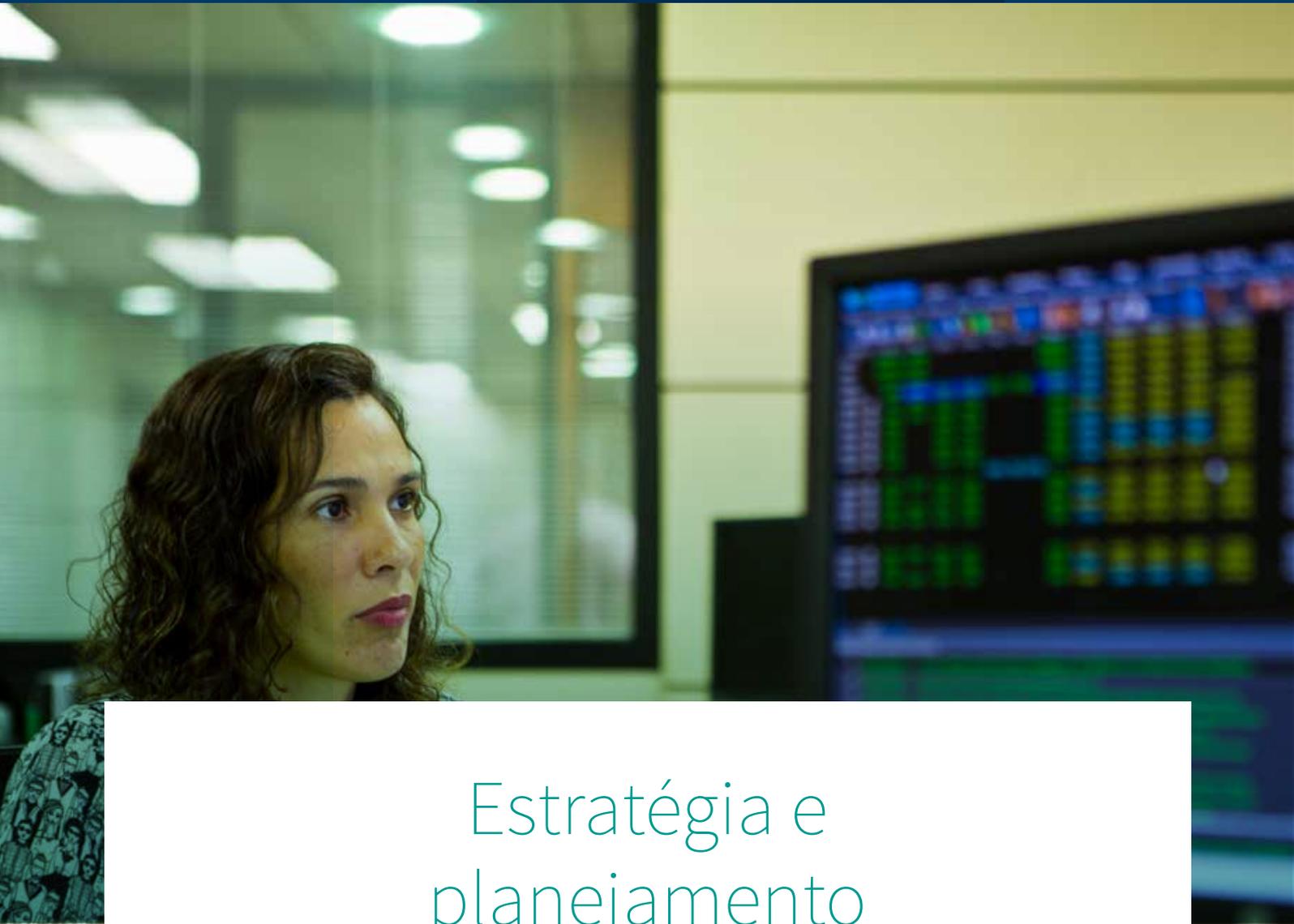
GRI 102-12, 103 | 415

A PREVI aderiu em 2017 ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos, uma iniciativa copatrocinada pela Abrapp, pelo Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp) e pelo Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS). O documento traz uma série de princípios e obrigações a serem observados pelas entidades signatárias – incluindo a transparência nos processos de governança de investimentos, garantia à informação adequada e clara nos assuntos que envolvam planos de benefícios e a adoção de práticas que fortaleçam a relação fiduciária entre as partes interessadas das entidades. Especialistas participaram da construção do Código, integrando o grupo de trabalho que definiu seus princípios.



100%

personal técnico e administrativo
da PREVI foi treinado em
procedimentos anticorrupção



Estratégia e planejamento

As mudanças no processo de planejamento estratégico em 2017 e as diretrizes tomadas diante do contexto macroeconômico do ano

NESTE CAPÍTULO

- 27 O contexto socioeconômico do ano e a previdência complementar
- 28 Objetivos estratégicos em 2017
 - 33 Materialidade
 - 34 Gestão de riscos
- 36 Responsabilidade socioambiental em investimentos

A PREVI direciona suas ações a partir de dois documentos: o Plano Estratégico e Tático e as Políticas de Investimentos. Essas são as grandes bússolas que determinam os caminhos pelos quais a Entidade cumprirá a Missão de garantir pagamentos de benefícios a todos nós associados no longo prazo.

O Plano Estratégico e Tático da PREVI tem um horizonte de cinco anos, mas é revisto anualmente para incorporar eventuais mudanças de cenário e ajustes de rota identificados como necessários durante o processo de revisão estratégica. Os trabalhos do Plano Estratégico e Tático influenciam diretamente a construção das Políticas de Investimentos da PREVI, que têm horizonte de sete anos, mas também são revistas anualmente. Essa integração é fundamental para que os dois grandes direcionadores da PREVI estejam alinhados visando ao efetivo cumprimento da Missão.

—

A integração entre os níveis estratégico, tático e operacional foi ampliada, com amplos debates sobre os objetivos da Entidade

—

Em 2017, a PREVI executou as ações previstas no Plano Estratégico e Tático 2017-2021 ao mesmo tempo em que, a partir de junho, iniciou a revisão anual que resultou no Plano Estratégico e Tático 2018-2022. Para esse ciclo, a integração entre os processos de revisão estratégica (definição dos objetivos e diretrizes da PREVI para um horizonte de cinco anos) e desdobramento tático (planejamento das ações que cumprirão os objetivos e diretrizes definidos) foi ainda mais intensificada. Contribuiu para isso a realização de Fóruns Estratégicos e Táticos mensais, nos quais se discutiu o andamento das ações previstas e se produziram insumos para a revisão do Plano.

A exemplo de 2016, estratégia e tática foram aprovadas conjuntamente pelo Conselho Deliberativo, o que reduz a possibilidade de que sejam realizadas ações dissonantes da linha estratégica.

Outra parte fundamental desse processo integrado foi a elaboração do orçamento, que ocorreu a partir dos direcionamentos do Plano Estratégico e Tático. O teto orçamentário foi definido com base na estratégia, que também especificou as prioridades para alocação interna de recursos (leia mais na seção Plano de Gestão Administrativa). Por fim, as ações definidas no Plano Estratégico e Tático foram integralmente refletidas no acordo de trabalho das equipes, reforçando que o foco prioritário está integralmente voltado para os objetivos e as diretrizes estratégicas da PREVI.

5 anos

é o horizonte de tempo contemplado pelo Plano Estratégico e Tático da PREVI



7 anos

horizonte considerado nas Políticas de Investimentos, que são revistas anualmente

O contexto socioeconômico do ano e a previdência complementar

Depois de uma recessão que provocou uma queda no Produto Interno Bruto (PIB) entre 2014 e 2016, em 2017 a economia brasileira mostrou os primeiros sinais de recuperação. Entre as notícias positivas, registraram-se o início da recuperação do mercado de trabalho, inflação em acentuado viés de baixa e um recuo histórico na taxa básica de juros (Selic), que chegou a 7% no fim do ano. Além disso, não houve grandes sobressaltos cambiais e a balança comercial teve resultado positivo, com a alta nas exportações. A queda nos juros e a agenda econômica no Congresso Nacional aumentaram o otimismo dos setores produtivos, com a elevação nos índices de confiança da indústria. Entretanto, a instabilidade política e institucional e o desequilíbrio nas contas públicas persistiram, fatores que ainda contribuem para incertezas e volatilidade em curto e médio prazos.

A redução da taxa de juros diminuiu a rentabilidade das aplicações em títulos públicos. De acordo com dados da Previc, os investimentos diretos em títulos públicos concentravam em 2017 cerca de 17% dos investimentos totais do sistema de previdência complementar fechada; além disso, boa parte dos recursos aplicados em fundos de renda fixa (que representam 53,7% dos investimentos totais do sistema) também são investidos em títulos públicos. A queda na rentabilidade fez com que, de modo geral, as EFPCs procurassem uma maior diversificação em suas carteiras.

Diante desse panorama, a PREVI considerou dois cenários para fundamentar sua política de investimentos. Um dos cenários incluía a manutenção de uma baixa taxa básica de juros e a aceleração do crescimento econômico com o aumento do investimento na produção e a ampliação na concessão de crédito. Essa situação permitiria maior apetite ao risco nos investimentos, incluindo aportes em títulos privados e ativos de renda variável, para maximizar o potencial de retorno no momento positivo. O outro cenário previa um desempenho ainda deprimido da economia, com crescimento baixo (ou zero), crise fiscal, inflação em viés de alta e um conseqüente aumento da taxa Selic. Uma maior aversão ao risco levaria a um retorno aos títulos públicos e à busca por maior liquidez e aumento dos recursos em caixa.

Além das circunstâncias externas, o planejamento levou em conta os diferentes momentos vividos pelo Plano 1 e pelo PREVI Futuro. Com grande número de associados já em fase de recebimento de benefícios, o Plano 1 teve como prioridade o aumento da liquidez para garantir o caixa necessário aos pagamentos. Já para o PREVI Futuro, plano ainda em fase de acumulação, foi buscado um ajuste fino da relação entre risco e retorno que considerasse os diferentes perfis dos participantes, seus objetivos e expectativas.

Foram esses fatores, bem como a mensuração das forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, que orientaram a revisão de 2017 do Plano Estratégico e Tático e a conseqüente definição dos direcionamentos para o quinquênio 2018-2022.



foi o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2017, após dois anos de queda



Objetivos estratégicos em 2017

Os objetivos estratégicos abrangem basicamente três temas essenciais para o cumprimento da Missão: o relacionamento com os associados, a gestão da PREVI e os investimentos.

Na revisão realizada em 2016, que deu origem ao Plano Estratégico 2017-2021, a PREVI direcionou o objetivo estratégico de relacionamento com os associados para um foco mais refinado, considerando os diferentes perfis de comportamento e necessidades específicas dos associados, no que diz respeito a produtos, serviços e comunicação.

No tema gestão, foi identificada a necessidade de aprofundar o trabalho de aprimoramento de processos, na busca contínua por eficiência e eficácia. Assim, foi mantido o objetivo estratégico “Gestão eficiente e eficaz”. Para o tema investimentos, em consonância com o que já acontece na elaboração das Políticas de Investimentos, a estratégia foi segmentada em dois objetivos: um que trata especificamente das necessidades do Plano 1 e outro do PREVI Futuro.

Para cada objetivo são definidas diretrizes estratégicas, que orientam o foco do desdobramento dos objetivos em ações táticas.

Veja abaixo o quadro de objetivos e diretrizes estratégicas do Plano 2017-2021:



4 objetivos

estratégicos foram propostos para o Plano relativo ao período entre 2017 e 2021

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO	DIRETRIZES PROPOSTAS
Fortalecimento na relação com os associados com soluções adequadas a cada perfil	Aproximar-se mais do participante e entender suas necessidades e expectativas de acordo com seu momento de vida	Canais de relacionamento Oportunidades de novos produtos e serviços Comunicação alinhada aos diferentes perfis de associados Educação previdenciária
Balanceamento da gestão de investimentos com necessidades do passivo do Plano 1	Gerenciar a carteira de ativos do Plano de forma a reduzir riscos e obter a liquidez necessária para o pagamento de um volume crescente de benefícios	A performance dos investimentos alinhada ao equilíbrio do Plano O aumento da liquidez da carteira A garantia do fluxo de pagamento de benefícios

OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO	DIRETRIZES PROPOSTAS
Maximização do benefício do participante do PREVI Futuro dado seu perfil de risco	Assegurar aos participantes as informações e condições necessárias para a formação de suas reservas previdenciárias, de forma consciente e em linha com seu perfil de risco	<p>Revisão dos Perfis de Investimento</p> <p>Alinhamento das expectativas dos participantes do Plano em relação aos seus benefícios futuros esperados</p> <p>Geração de retornos alinhados ao perfil de risco dos participantes</p>
Gestão eficiente e eficaz	Construir processos mais ágeis e eficientes de administração, gerando redução de custos e um atendimento mais assertivo aos participantes	<p>Reavaliação das alçadas e competências das instâncias decisórias</p> <p>Otimização de processos e estruturas</p> <p>Sustentabilidade das competências</p> <p>Implementação de novo processo de orçamentação</p> <p>Otimização do planejamento, da execução e da entrega de projetos</p>

Iniciada a vigência do Plano Estratégico e Tático, começa também a fase de acompanhamento da sua execução. Em 2017, foram realizados mensalmente Fóruns de Acompanhamento Estratégico e Tático que reuniram diretores, assessores e gerentes executivos para apresentar as ações realizadas para o atingimento dos objetivos estratégicos e cumprimento da Missão da PREVI.

Além de permitir maior engajamento na execução e acompanhamento do Plano, os Fóruns também forneceram importantes insumos para a revisão estratégica, iniciada em junho de 2017.

Outros insumos considerados na revisão do Plano foram os cenários previdenciários e macroeconômicos, bem como entrevistas prévias realizadas com os conselheiros, diretores, gerentes executivos e assessores da PREVI.

Todo esse material foi trabalhado nos Workshops de Planejamento Estratégico realizados em agosto, com conselheiros deliberativos, presidente do Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, assessores e gerentes executivos. Em 2017 a participação nos Workshops foi estendida também a representantes dos Conselhos Consultivos, o que contribuiu para que os trabalhos contassem com novas visões sobre os potenciais direcionamentos da PREVI.

Como resultado, foram ajustados os objetivos e diretrizes estratégicas da PREVI para 2018-2022 (*ver quadro Ajustes nos Objetivos Estratégicos 2018-2022*) que, em seguida, foram desdobrados pelas equipes em ações táticas para seu atingimento. O resultado final é o Plano Estratégico e Tático PREVI 2018-2022.

ETAPAS DO PLANEJAMENTO INTEGRADO EM 2017



FÓRUMS ESTRATÉGICOS E TÁTICOS:

realizados mensalmente, fizeram o acompanhamento do Plano Estratégico e Tático 2017-2021



REVISÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

iniciada em junho, com apresentações de cenários, entrevistas prévias e levantamento dos principais temas



WORKSHOPS DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:

realizados em agosto com a presença de diretores, gerentes executivos, assessores, representantes dos Conselhos Consultivos da PREVI, conselheiros deliberativos e com o presidente do Conselho Fiscal para discutir objetivos e as diretrizes estratégicas



PLANO TÁTICO:

consolidado em setembro com os Workshops Táticos, que definiram as ações para o cumprimento dos objetivos estratégicos, com responsáveis, prazos e metas



POLÍTICAS DE INVESTIMENTOS 2018-2024:

elaboradas a partir de junho, consideraram as diretrizes apontadas na revisão do Planejamento Estratégico



PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:

sua elaboração foi induzida pelo Planejamento Estratégico, com o teto orçamentário direcionado pelo Plano Estratégico

A BUSCA PELA INTEGRAÇÃO ENTRE ESSAS ETAPAS SE BASEOU EM 3 PILARES E 2 BÚSSOLAS:

BÚSSOLAS



PILARES



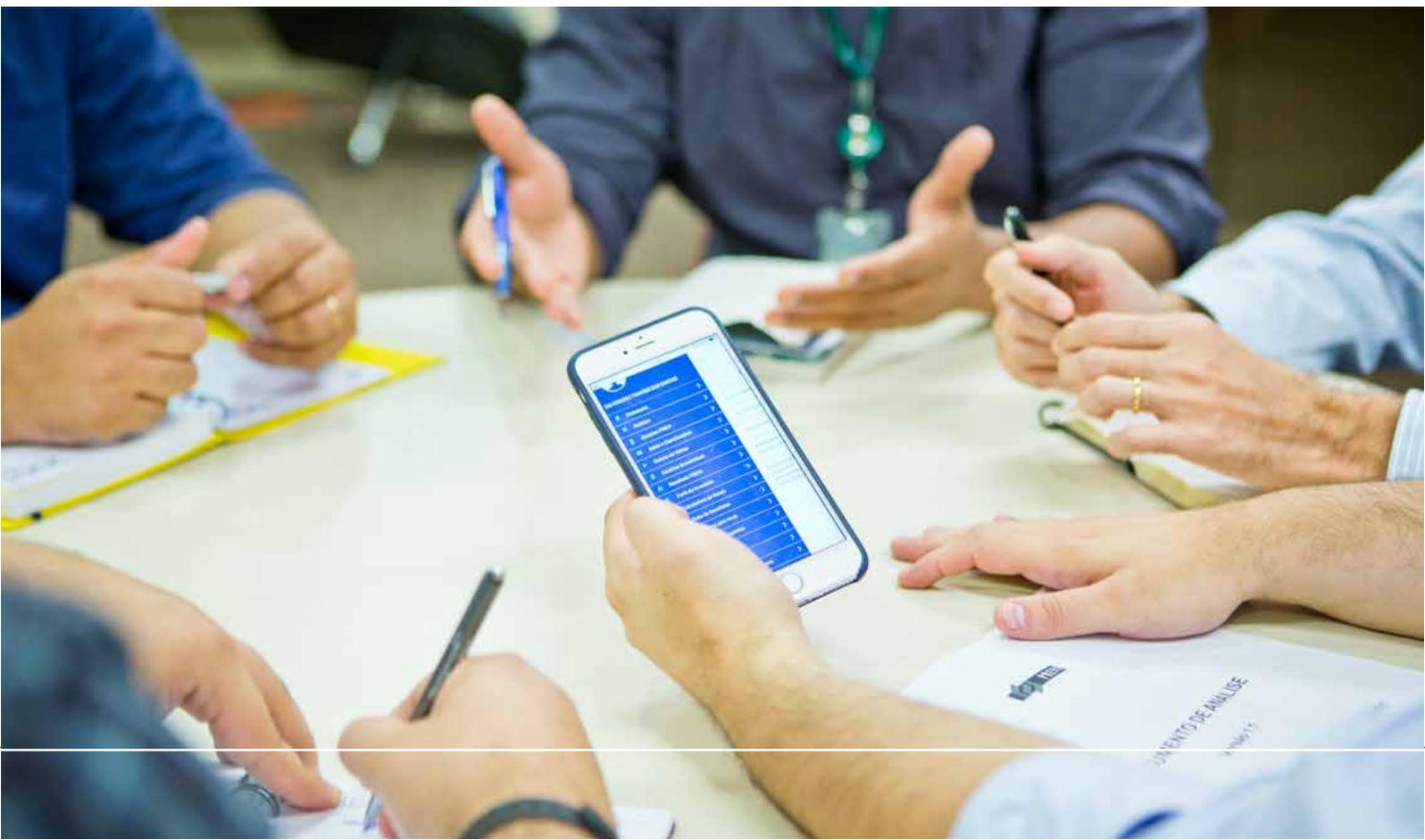


Ajustes nos objetivos estratégicos em 2018

Para o período entre 2018 e 2022, foram promovidos ajustes em alguns dos objetivos estratégicos válidos em 2017. Se antes um deles era o “Fortalecimento do relacionamento com os associados de acordo com cada perfil”, passou a ser de acordo com “cada segmento”. A mudança reflete as conclusões da pesquisa realizada em 2017, que mostrou as diferentes necessidades e os segmentos distintos dos participantes (*leia mais no capítulo Relacionamento com os públicos*). Esse ajuste foi realizado com base nas iniciativas tomadas a partir do ciclo de Planejamento Estratégico e Tático do ano anterior e ajuda a focar melhor os esforços de atendimento e comunicação que aproximam a PREVI dos participantes.

A “Gestão eficiente e eficaz” continuou como um dos objetivos estratégicos, mas algumas diretrizes foram ajustadas ou reforçadas. Como aquela que prevê a modernização da área de TI na PREVI, que permite ganhos de eficiência na gestão e no atendimento aos participantes. Outra das principais ações em desenvolvimento para avançar nesse objetivo é o projeto de otimização da sede, no Rio de Janeiro, que será executado em 2018 e permitirá uma economia considerável de despesas para a Entidade.

No caso do objetivo que trata exclusivamente do Plano 1, a estratégia está focada no equilíbrio do plano, considerando tanto a gestão dos ativos (investimentos) quanto do passivo (taxa atuarial, reservas matemáticas). Para o PREVI Futuro, o Plano Estratégico continua focando na maximização dos benefícios (fase de acumulação), mas passa a dar cada vez mais relevância estratégica à fase de gozo de benefícios, na medida em que o número de associados nessa fase só tende a crescer.



Materialidade

GRI 102-47

A relação de temas materiais da PREVI – os aspectos mais relevantes a serem considerados pela Entidade em sua gestão, planejamento e estratégia – foi redefinida em 2016 e revalidada para este Relatório pela Diretoria Executiva. A lista de temas resume os principais desafios, impactos e prioridades a serem considerados na condução da PREVI. O quadro abaixo apresenta a definição de cada um dos oito temas, divididos por quatro pilares fundamentais, e como eles se relacionam com os objetivos estratégicos.

Pilar	Temas materiais	Por que é importante para a PREVI?	Relacionado a qual(is) objetivo(s) estratégico(s)?
Investimento responsável: investimentos de longo prazo com impacto socioambiental e retorno financeiro adequado	Investimento responsável	Resume a preocupação da PREVI com a sustentabilidade de seus investimentos e os impactos socioambientais, em análises que incluem a perenidade dos ativos e seus impactos sociais e ambientais, além do retorno financeiro	Balanceamento da gestão de ativos e passivos visando ao equilíbrio do Plano 1
			Maximização dos benefícios e equilíbrio do plano PREVI Futuro
Desempenho operacional: resultados compartilhados com seus públicos, estimulando uma visão ampliada com observação dos resultados financeiros e não financeiros	Desempenho econômico Gestão de riscos e eficiência operacional	Inclui a identificação, a mensuração e a mitigação dos principais riscos envolvidos no negócio e nas operações e uma gestão ativa dos investimentos, com foco na solidez da carteira de ativos e em um planejamento de longo prazo	Gestão eficiente e eficaz
Relacionamento com os públicos e educação: comunicação aberta reforçando participação e atuação transparente da gestão, atendendo aos limites éticos estabelecidos junto aos grupos	Relacionamento com os participantes Planos de benefícios Educação previdenciária	A construção de laços de confiança com os associados, garantida por uma comunicação cada vez mais clara, transparente e ágil, além do esforço na disseminação de conhecimentos sobre a previdência complementar	Fortalecimento na relação com os associados com soluções adequadas a cada perfil
Ética e transparência: compromisso ético construído orienta todas as ações e avaliações de investimento e a atuação de todo o corpo funcional	Ética, conformidade e combate à corrupção Transparência e prestação de contas	Necessárias para garantir a divulgação e o esclarecimento sobre todos os aspectos relativos à entidade. E uma gestão pautada pela conformidade a todas as normas e leis aplicáveis, o que contribui para a perenidade e a estabilidade	Gestão eficiente e eficaz

Gestão de riscos

GRI 203-2

A política de riscos da PREVI passou por uma revisão em 2017, de forma integrada à definição do Plano Estratégico 2017-2021. A gestão continuou baseada no tripé risco/retorno/liquidez, com o reforço em um ciclo de quatro etapas: identificação dos riscos, avaliação, controle e monitoramento. Um relatório unificado passou a ser distribuído para a Diretoria Executiva e para os Conselhos Deliberativo e Fiscal, com avaliações que consideram vários aspectos (mercado, crédito, limites, cenários de estresse e outros). Os dados coletados e analisados pela Gerência de Risco também alimentam um painel mensal com os status de cada risco específico, usados para orientar as decisões de investimento e pensar cenários futuros.

A gestão passou a adotar, em 2017, uma nova metodologia de análise setorial que procura identificar riscos potenciais em diversos segmentos da economia. Essas informações passaram a ser consideradas nas definições das Políticas de Investimento e contemplam riscos de curto e de longo prazos referentes a investimentos em títulos privados, como debêntures, e em renda variável (ações). Além disso, buscou-se definir o apetite de risco específico de cada um dos planos da PREVI (Plano 1, PREVI Futuro, Capec e Plano de Gestão Administrativa).



9 categorias

distintas de riscos são monitoradas pela PREVI, em uma gestão baseada na relação entre risco, retorno e liquidez

Uma nova categoria de riscos, relativos à governança corporativa, foi incluída na Política de Gestão de Riscos Corporativos da Entidade em 2017

A Política de Gestão de Riscos Corporativos, documento que formaliza as diretrizes básicas aplicadas ao tratamento do tema na PREVI, é revisitada a cada dois anos. Sua última revisão já reflete uma evolução no conceito de gestão baseada em risco (GBR) que passa a incluir aspectos de controles internos – governança, risco e *compliance* (GRC) – na relação de riscos corporativos a que a PREVI está exposta. Com isso, uma nova categoria (risco de governança corporativa) foi incluída na Política, acompanhando as evoluções no tratamento de questões ligadas à integridade (*leia mais no capítulo A PREVI*). A lista atual inclui:



RISCO (DE)	DEFINIÇÃO
Estratégia	Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão
Mercado	Possibilidade de perdas financeiras resultantes das oscilações nos índices, indicadores e preços dos ativos financeiros e investimentos
Solvência	Possibilidade de perdas financeiras e/ou de credibilidade devido à incapacidade dos planos de benefícios administrados pela PREVI de cumprir compromissos
Liquidez	Possibilidade de perdas financeiras resultantes da dificuldade de se desfazer de ativos dos planos para honrar seus compromissos
Crédito	Possibilidade de perdas financeiras resultantes de inadimplência, ou seja, não recebimento de montantes financeiros
Contencioso judicial	Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras oriundas de decisões desfavoráveis em processos judiciais movidos contra a PREVI
Operacional	Possibilidade de perdas financeiras resultantes de falhas humanas ou de sistemas, deficiência de controles, inadequação dos processos internos ou fatores externos
Atuarial	Incapacidade do plano de benefícios de saldar as obrigações assumidas com os participantes, em decorrência da adoção de premissas e hipóteses atuariais que não se confirmem
Governança corporativa	Possibilidade de perda financeira ou de danos à imagem da PREVI oriundos da ineficácia do modelo de governança corporativa das empresas nas quais a Entidade possui participação acionária

Com os Indicadores-chave de Riscos (*Key Risk Indicators* ou KRIs), a PREVI acompanha a exposição da Entidade a riscos e monitora a eficiência de sua gestão. São também um mecanismo mais eficiente e transparente, adequado às melhores práticas de gestão dos fundos de pensão nacionais e estrangeiros. Um painel com 20 KRIs, atualizado constantemente, está disponível na intranet da PREVI aos gestores, o que permite o monitoramento de todas as categorias de riscos.



4 etapas

compõem a gestão de riscos:
identificação, avaliação, controle
e monitoramento

Responsabilidade socioambiental em investimentos

GRI 103 | 203-2

Em 2017, a PREVI manteve o foco nos direcionamentos estabelecidos em sua Política de Responsabilidade Socioambiental (RSA). De acordo com a atualização no escopo do Programa de Integridade, houve um reforço no monitoramento das questões ligadas ao compliance e às boas práticas de governança nos investimentos da Entidade. Com recomendações baseadas no Código PREVI de Governança Corporativa, a observação dessas boas práticas foi uma das prioridades, incluindo indicadores específicos sobre integridade na avaliação do grau de sustentabilidade das empresas participadas.

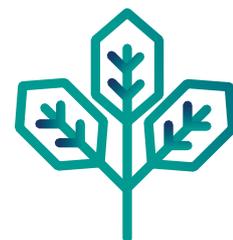
Como ativista das questões relacionadas aos investimentos responsáveis, a PREVI é o único fundo de pensão da América Latina representado no grupo executivo do PRI, além de também indicar um membro para compor o Conselho do Carbon Disclosure Project (CDP), buscando cada vez mais a consolidação dos investimentos responsáveis.

Política de Responsabilidade Socioambiental (RSA) GRI FS1, FS2,

FS4, FS15

A Política de RSA da PREVI define as diretrizes de atuação da Entidade em relação às questões sociais e ambientais envolvidas em seu negócio, tendo influência nas áreas de investimentos, governança, gestão de pessoal, relação com fornecedores e relação com associados. O risco socioambiental é um dos fatores de análise qualitativa dos investimentos e operações, e também das análises setoriais e cenários. Os principais riscos que a Política de RSA aborda são os socioambientais e de imagem institucional. Nas gerências da PREVI existe a figura dos multiplicadores de RSA, que são funcionários que disseminam os conceitos de responsabilidade socioambiental nas gerências. Em 2017, a PREVI realizou dois encontros gerais com os multiplicadores de RSA. No primeiro semestre, o palestrante foi o professor de Geografia da PUC-RJ e CEO da consultoria Eco-brand, Marcelo Motta, que apresentou uma visão mais aprofundada sobre a temática RSA. No segundo semestre, o palestrante foi o diretor de Sustentabilidade da Vale, Alberto Nínio, que exibiu os principais programas de RSA implantados na Vale.

A fim de aprimorar o conhecimento dos analistas da área de investimento quanto à utilização de ferramentas de análise em investimento sustentável, em dezembro de 2017 a PREVI trouxe a diretora do Carbon Disclosure Project (CDP), Juliana Lopes, e o professor da Coppead/UFRJ, Celso Lemme, para o workshop “Análise sustentável – estabilidade financeira e mudanças climáticas”.



11

são os princípios gerais da Política de Responsabilidade Socioambiental da PREVI

Os princípios gerais da Política de RSA

- Aplicação e promoção dos princípios da boa governança corporativa
- Combate a práticas discriminatórias, de assédio, corrupção, extorsão e propina
- Conduta ética
- Erradicação do trabalho forçado e infantil
- Geração e disposição de resíduos de forma responsável
- Melhoria das condições de trabalho
- Participação seletiva em programas e projetos de RSA
- Promoção da equidade
- Proteção dos direitos humanos
- Respeito à diversidade
- Respeito à representação dos trabalhadores
- Utilização sustentável de recursos naturais

De acordo com as definições formalizadas em sua Política de RSA, a PREVI assume a necessidade de que todos os agentes econômicos – respeitadas as suas legítimas finalidades – devem preocupar-se com a busca de melhores resultados sociais e menores impactos ambientais decorrentes de suas atividades, visto que, além de possível, também é necessária a busca de retornos financeiros que observem os princípios de RSA. Isso inclui a avaliação de aspectos socioambientais na análise e seleção de investimentos, o estímulo à inserção de aspectos de sustentabilidade ao negócio das empresas e o respeito à ética e à transparência no relacionamento com todos os seus públicos (participantes, funcionários, patrocinadora, fornecedores e demais entidades do segmento de previdência complementar, entre outros).

As Políticas de Investimento privilegiam ativos que se destaquem pela adoção das melhores práticas de governança corporativa e por ações de responsabilidade socioambiental e ética, em consonância com os Princípios para Investimento Responsável (PRI) e com o Código de Governança Corporativa. No segmento de renda variável, há a priorização de investimentos em empresas que tenham como prática, ou que estejam de fato empenhadas em incorporar os princípios básicos de responsabilidade econômica, social, ambiental e ética, em consonância com o PRI, como a filiação a pactos e movimentos, como o Pacto Global e o CDP (Carbon Disclosure Project), e a declaração de não utilização de mão de obra infantil ou trabalho compulsório [GRI 203-2, FS1](#).

Desde o segundo semestre de 2017, as aplicações em títulos privados passaram a contar com uma nova metodologia que inclui elementos relacionados ao tema “Integridade” além de atribuir rating para cada companhia, denominado “rating ESGI”. O segmento de renda fixa já incorporava em suas análises de investimentos aspectos relacionados a questões ambientais, sociais e de governança (ESG) da empresa emissora. Sem inibir a participação na operação em análise, o objetivo é verificar o grau de aderência às práticas de investimentos responsáveis mediante atribuição de ágio ou deságio sobre a curva de crédito Anbima*.

Na classificação de seus empreendimentos imobiliários, a Entidade reviu os critérios de desempenho socioambiental, buscando alinhamento com certificações ambientais que são referência no mercado. Como recomendações de investimento, a PREVI busca empreendimentos que demonstrem, entre outros atributos, o incentivo a um programa de gestão ecoeficiente e a adoção de aspectos de RSA no processo de avaliação de seus locatários. A aplicação das políticas ambientais e sociais se baseia também no Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa em Empreendimentos de Base Imobiliária, que converte princípios básicos em recomendações objetivas. Também há o Guia de Orientação do Síndico, que objetiva proporcionar transparência

ESGI:

sigla vem dos seguintes temas:
ambiental (*environment*),
social (*social*) e governança
(*governance*) e integridade
(*integrity*)



na gestão e auxiliar síndicos e administradores de imóveis no cumprimento do dever de prestar contas aos proprietários, contribuindo, assim, para a maximização de valor e para a sustentabilidade da propriedade imobiliária. Neste segmento, 100% das empresas tiveram interação com a PREVI sobre o tema. [GRI 203, FS1, FS10, FS15](#)

A Matriz de Atratividade Setorial é um instrumento desenvolvido internamente que oferece informações acerca da diversificação setorial dos investimentos e contribui para a mitigação do risco de concentração setorial. É integrada ao conjunto de indicadores que acompanham o tripé risco/retorno/liquidez, e que subsidiam as decisões de investimento. A análise é feita em três dimensões:

- Dimensão empresarial: mensura características ligadas ao perfil médio das empresas que compõem determinado setor, como a taxa de retorno de cada setor.
- Dimensão estrutural: afere características da organização industrial do setor, como o regime de incentivos e a regulação setorial.
- Dimensão sistêmica: avalia os impactos do cenário político-econômico e as perspectivas de cada setor. [GRI 203-2](#)

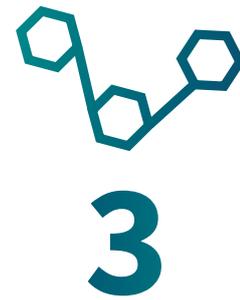
Na Matriz, a avaliação de fatores socioambientais está contemplada na dimensão sistêmica, por meio da análise de informações de caráter qualitativo a serem levantadas em relação aos setores, avaliando os níveis de risco ambiental, legal e de impacto social mais relevantes em cada setor. O indicador qualitativo de responsabilidade ambiental avalia a exposição do setor ao impacto de decisões políticas e a existência de restrições legais em temas como comércio exterior, acordos internacionais, relação entre capital e trabalho e riscos ao meio ambiente, dentre outros. Quanto maior o nível de exposição do setor em tais aspectos, menor a nota. Esta nota é ponderada pelo peso do indicador na matriz que compõe a média ponderada do setor. Entre os setores que impactam negativamente no indicador de responsabilidade socioambiental, pode-se citar o setor de mineração, petroquímica, siderurgia e agronegócios e biocombustíveis. [GRI 103-2](#)

O resultado final da Matriz está baseado na ponderação de todos os fatores analisados em cada uma das três dimensões, em comparação ao nível de exposição setorial da PREVI e do mercado. Além disso, são calculadas faixas de tolerância para os investimentos em cada um dos setores, de forma a detectar quais setores se encontram fora dos limites definidos pela ferramenta.

As Políticas de Investimento incluem o monitoramento dos impactos socioambientais. Todas as companhias da carteira de participações são submetidas a pesquisas sobre gestão de riscos e de sustentabilidade e avaliação de relatórios, balanços e demais documentos públicos sobre suas atividades. Em contatos regulares e diretos com as diretorias e os conselhos de Administração, são abordados não apenas o desempenho econômico, mas também as práticas de governança corporativa, transparência no relacionamento com a sociedade e mitigação de riscos ambientais e sociais. Internamente, as ferramentas para análise socioambiental dos potenciais novos investimentos são revisadas regularmente e as questões de sustentabilidade e de boa governança são incluídas na capacitação do corpo técnico. [GRI FS2, FS11](#)

Um destaque entre as decisões de investimento de 2017 referentes ao posicionamento socioambiental da PREVI foi a venda da pequena parcela remanescente da participação nas Forjas Taurus, fabricante de armas. Não investir em empresas que tenham como atividade principal a comercialização de fumo e armas faz parte dos princípios de sustentabilidade da Entidade. A decisão também está alinhada às recomendações do PRI aos investidores institucionais. [GRI FS1](#)

**Referência para a precificação de ativos de crédito privado no mercado secundário, dividida por níveis de risco e elaborada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).*



dimensões definem a Matriz e Atratividade Setorial: empresarial, estrutural e sistêmica



Políticas e decisões de investimento

GRI 103 | 201

As orientações básicas definidas para os investimentos da Entidade em 2017 e o desempenho dos ativos do Plano 1 e do PREVI Futuro

NESTE CAPÍTULO

- 41 Políticas de Investimentos do Plano 1
- 44 Desempenho dos investimentos do Plano 1
- 52 Políticas de Investimentos do PREVI Futuro
- 55 Desempenho dos investimentos do PREVI Futuro
- 60 Empresas e empreendimentos participados – Plano 1

A definição e a execução das Políticas de Investimentos da PREVI em 2017, válidas para o período de 2017 a 2023, estiveram alinhadas às diretrizes dos objetivos estratégicos fixados no Plano Estratégico 2017-2021. A premissa da segregação de funções foi mantida – a Diretoria de Planejamento se encarrega de traçar as Políticas, que são aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo e executadas pela Diretoria de Investimentos. Na revisão anual das Políticas, debates envolvendo gerências de todas as diretorias foram travados, para antecipar possíveis cenários e avaliar potenciais mudanças no panorama macroeconômico.

A Política e as decisões de investimentos voltadas para o Plano 1 tiveram como objetivo o aumento da liquidez nos ativos, de modo a garantir o fluxo de caixa suficiente para o pagamento de benefícios. Já para o PREVI Futuro, sob o objetivo estratégico de “Maximização do benefício do participante do PREVI Futuro dado seu perfil de risco”, a Política se concentrou nas alterações nos Perfis de Investimento disponibilizados aos participantes.

Cada plano de benefício teve Políticas e decisões específicas, definidas de acordo com seus objetivos traçados no Plano Estratégico 2017-2021

As mudanças no cenário nacional tiveram influência nas decisões de investimento. O segmento de renda variável esteve mais atraente na comparação com 2016, assim como determinados ativos de renda fixa (títulos privados com boa relação entre risco e retorno). Ações de empresas como a Vale e o Banco do Brasil (e outros bancos) obtiveram boas valorizações, ainda que o Índice Brasil (IBRX100) tenha sofrido oscilações negativas relevantes em maio e em novembro.

As aplicações em títulos privados passaram a contar com análise de aspectos de “Integridade” (*leia mais em Responsabilidade socioambiental em investimentos*). Já o investimento em títulos públicos federais perdeu atratividade recente com a queda na taxa dos papéis, sobretudo aqueles de curto prazo (influenciados pela taxa Selic em um dígito, atualmente em 7% a.a). Com isso, o foco foram os títulos de maior duração, que apresentam taxas ainda acima da meta atuarial, mas que demandam análises mais criteriosas sobre as posições no segmento.

O setor imobiliário ainda vive um momento de baixa; a situação foi enfrentada pela PREVI com desinvestimentos em imóveis mais antigos e com menor atratividade.

O próximo ciclo (2018-2024) das Políticas de Investimentos começou a ser discutido em junho de 2017, durante o 3º Seminário PREVI de Políticas de Investimentos. O evento reuniu diretores, técnicos e conselheiros da PREVI, representantes de outras EFPCs e de órgãos como a Previc, a Abrapp e Sindapp. Entre os temas tratados estiveram o panorama para a elaboração das próximas Políticas, a gestão de ativos em um ambiente de queda nas taxas de juros e os desafios e perspectivas apresentados às EFPCs nos próximos anos.



000
7%

taxa básica de juros (Selic) ao fim de 2017, patamar mais baixo da história

Política de Investimentos do Plano 1

Objetivo estratégico: balanceamento da gestão de investimentos com necessidades do passivo do Plano 1

Na condição de plano maduro, sem novos entrantes e no qual menos de 10% dos participantes ainda estão na ativa, o Plano 1 teve uma gestão de investimentos voltada à obtenção de liquidez e à minimização do risco. O volume de pagamentos está em ritmo de crescimento e deve chegar, em 2040, a seu ápice histórico em termos nominais. Para se adequar a esse cenário, buscaram-se ativos com prazos de vencimento cada vez mais próximos do fluxo de pagamentos de benefícios e que possam proporcionar liquidez em curto prazo, caso necessário.

O mais importante movimento do ano em renda variável foi a renegociação do acordo de acionistas da Vale, maior ativo da carteira do Plano 1. Ao final de 2016, o plano detinha 15,50% de participação na Vale por meio da Litel (*holding* que concentra as participações externas na Vale). Esse percentual estava avaliado em R\$ 24,2 bilhões. Após a reestruturação, que previa a operação de troca de ações preferenciais por ordinárias e a incorporação da Valepar, ocorreu incremento dessa participação em 1,70%, sem desembolso de caixa. Com isso, a participação indireta do Plano 1 na Vale passou a ser de 17,20%. Outro ponto a destacar da operação é que aproximadamente 50% dessa participação foi desvinculada do acordo de acionistas, o que oferece novas fontes de liquidez e atende às exigências do objetivo estratégico do Plano 1 (*leia mais sobre a Vale e outras operações na carteira de renda variável em Desempenho dos investimentos do Plano 1*).

Em renda fixa, manteve-se a tendência de aumento do percentual investido e de busca por papéis de baixo risco, em especial títulos públicos indexados pela inflação e com prazos que coincidam com o fluxo de caixa necessário aos pagamentos devidos. Quanto às alocações em *private equity*, a Política determinou a não realização de novos investimentos, com a manutenção de patamares de risco adequados.

Empresas e empreendimentos participados

A carteira de participações da PREVI comprovou sua resiliência em 2017, ano em que os ativos baseados na economia real e as empresas dotadas de boas estruturas de governança sentiram os primeiros efeitos positivos da recuperação do crescimento. Orientada pelo objetivo estratégico do Plano 1 (“Balanceamento da gestão de investimentos com necessidades do passivo”), a Diretoria de Participações focou em viabilizar a desconcentração dos investimentos em renda variável, conforme previsto na Política de Investimentos do Plano 1, e na preparação de ativos para alienação futura e consequente obtenção de liquidez. Tendo em vista um cenário em que as participações em blocos de controle serão reduzidas, a PREVI também se preparou para se posicionar prioritariamente como acionista minoritária, mantendo o mesmo cuidado no controle e no monitoramento das práticas de governança das companhias investidas.

17,2%

participação do Plano 1 na Vale em 2017, ativo de maior valor na carteira de investimentos do plano



Prosseguiram os refinamentos no processo de seleção dos conselheiros da Entidade nas empresas. Além das verificações de dados curriculares e do atendimento aos critérios eliminatórios, a adequação do perfil do candidato a conselheiro à empresa em questão foi analisada de modo ainda mais apurado. A atuação de cada conselheiro aprovado foi avaliada por meio de nova metodologia, mais minuciosa. Em seu *Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa*, a PREVI recomenda que os conselhos das empresas tenham uma composição que privilegie a diversidade de conhecimentos, experiências e visões, além de incentivar a participação feminina cada vez maior nos órgãos de governança de suas empresas participadas.

Em junho foi realizado no Rio de Janeiro o Workshop PREVI de Conselheiros 2017. O evento, que teve como tema “Desafios dos conselhos das companhias em tempos de mudanças”, reuniu os conselheiros de administração e fiscais, eleitos com apoio institucional da PREVI, que assistiram a palestras e debates sobre assuntos práticos do cotidiano das empresas de capital aberto. No encontro foram enfatizadas as boas práticas de governança corporativa, com a finalidade de maximizar o valor econômico de longo prazo das companhias.

A PREVI não possui política de voto. Questões ambientais ou sociais são aprovadas pelo diretor de Participações, assim como demais questões que estejam sob sua alçada. A PREVI participa de todas as assembleias das empresas participadas, ou seja, aquelas na qual a Entidade possui assento no Conselho de Administração ou Fiscal ou aquelas nas quais possua recursos aplicados que ultrapassem 0,25% do seu patrimônio. No caso de empresas investidas que não estejam classificadas como “empresas participadas”, é feita análise da pauta da assembleia e há avaliação acerca da pertinência da participação da PREVI.

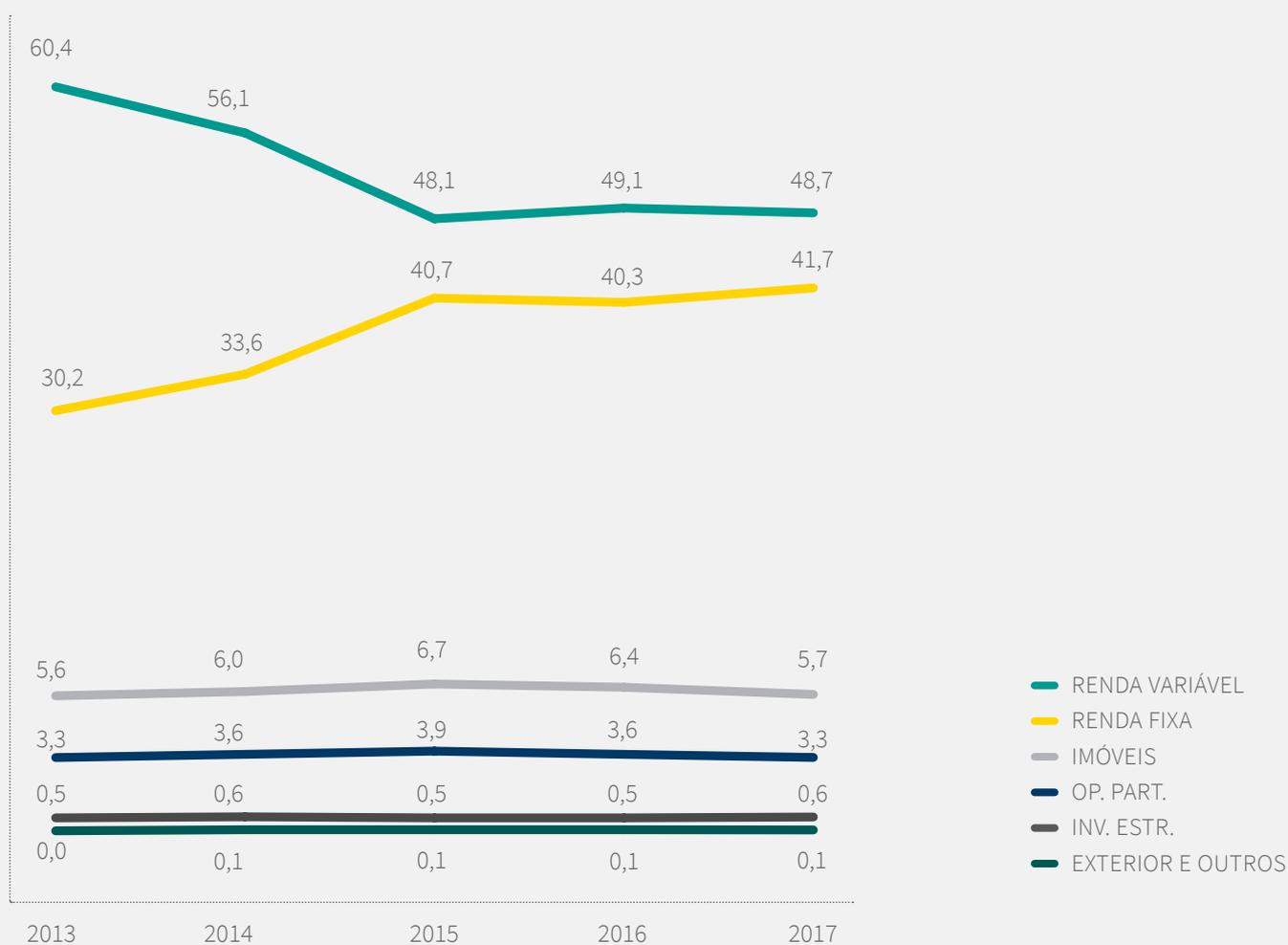
Os registros de votação da PREVI em cada assembleia das empresas participadas podem ser consultados trimestralmente no site da PREVI, seção Resultados de Assembleias, no link <http://www.previ.com.br/investimentos/governanca/resultados-de-assembleias/>. GRI FS 12



MACROALOCAÇÕES EM 2017 – PLANO 1

Segmento	% do total de investimentos do plano	
	Mínimo	Máximo
Renda fixa	39,85	47,85
Renda variável	41,75	49,75
Investimentos estruturados (<i>private equity</i>)	0	1
Imóveis	5	7,5
Operações com participantes	1,5	5,5
Investimentos no exterior	0	0,5

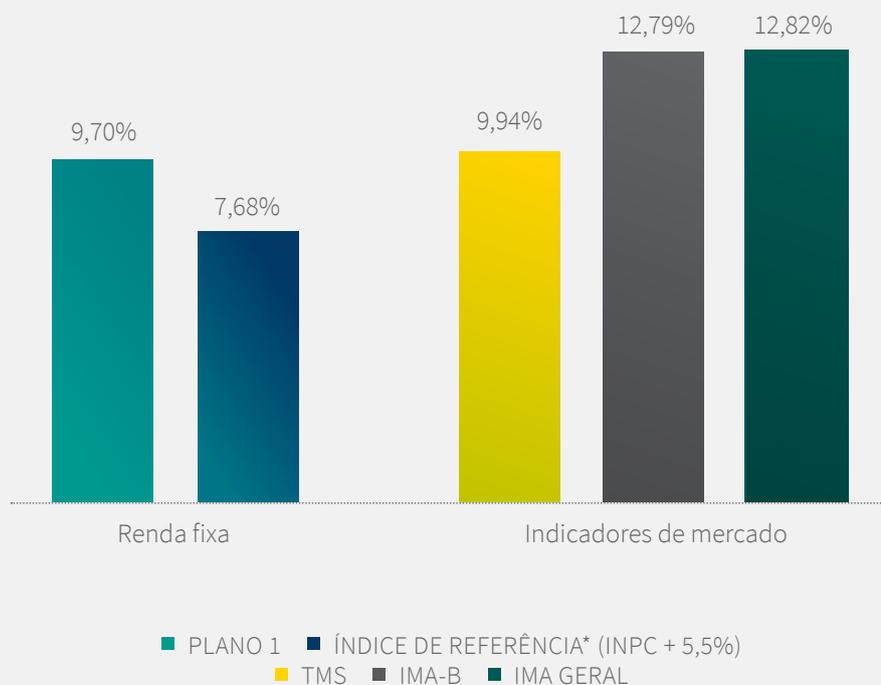
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ALOCAÇÃO DE ATIVOS (%) – PLANO 1



Desempenho dos investimentos do Plano 1

Renda fixa

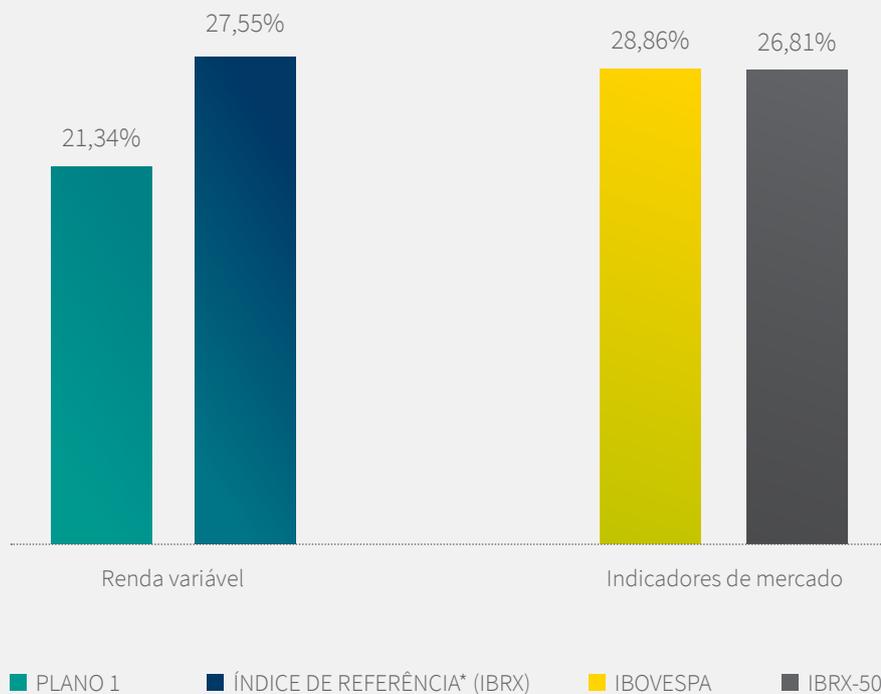
Foi privilegiada a compra de títulos públicos marcados até o vencimento, estratégia tomada diante da queda da taxa de juros. O cenário favoreceu os títulos com prazos mais longos. Houve também investimentos expressivos em títulos de empresas privadas. Apesar de a rentabilidade do segmento ter caído em relação a 2016, o resultado ficou acima da meta atuarial do ano.



*Índice de referência do segmento definido na Política de Investimentos do Plano 1.

Renda variável

A rentabilidade de 2017 superou com folga a meta atuarial, embora abaixo do índice IBRX. A estratégia passou pelo gradual desinvestimento na carteira de renda variável, que representava em 2017 cerca de 50% dos investimentos do plano. O valor total das alienações no ano chegou a R\$ 11,49 bilhões. Entretanto, pela primeira vez em alguns anos, houve novos investimentos no segmento, de acordo com o conceito de desinvestimento líquido – a substituição das participações atuais, muitas das quais submetidas a acordos de acionistas, por outras menores, mais diluídas e que gerem mais liquidez e dividendos. A estratégia ajuda na diversificação da carteira e reduz a exposição a riscos decorrentes da concentração em um número menor de ativos. Assim como nos anos anteriores, o desfazimento de ações considerou a posição individual de cada ativo, o risco envolvido e o potencial de ganhos futuros, de modo a preservar valor e aproveitar os momentos mais propícios para a venda.



*Índice de referência do segmento definido na Política de Investimentos do Plano 1.

Novo acordo de acionistas na Vale

A participação do Plano 1 na Vale representa 18,45% dos investimentos da plano e 37,93% da carteira de renda variável. Na década passada, foi responsável em grande parte pela geração de superávits que ajudaram a constituir reservas especiais que propiciaram aos participantes do Plano 1 a suspensão da cobrança das contribuições de 2007 a 2013 e ainda a distribuição do Benefício Especial Temporário (BET). Em 2017, um novo acordo de acionistas foi celebrado, que permitiu sua migração para o Novo Mercado da B3 (antiga BM&FBovespa), com padrões mais elevados de governança e transparência. O objetivo é futuramente tornar a Vale uma empresa de controle pulverizado.

Essa mudança traz mais liquidez e valor para a carteira de renda variável do Plano 1, o que está em consonância com os objetivos estratégicos e a Política de Investimentos do plano. Isso não quer dizer que a PREVI irá se desfazer imediatamente de seus ativos na companhia; de acordo com a visão de longo prazo inerente à previdência complementar, as perspectivas de ganhos futuros e as mudanças no cenário macroeconômico serão ponderadas antes de qualquer decisão nesse sentido. A venda dessas ações no mercado, quando ocorrer, será feita de maneira gradual e organizada, sempre aproveitando as melhores oportunidades para geração de valor. Além da perspectiva de ganhos de liquidez, o novo acordo promove melhores práticas de governança corporativa, uma vez que possibilita o alinhamento de interesses entre os acionistas e fortalece o Conselho de Administração.

Em agosto de 2017, foram concluídas com sucesso a reestruturação societária, com incorporação da Valepar por Vale com prêmio de 10% para os acionistas da Valepar, e a etapa de conversão de ações preferenciais em ordinárias com a adesão de 84,4% dos preferencialistas. A conversão das ações preferenciais remanescentes em ordinárias foi aprovada em assembleia em outubro de 2017, quando também ocorreu a eleição de dois membros independentes no Conselho de Administração. No período de três anos de duração do novo acordo de acionistas, os sócios manterão influência relevante sobre a Vale, com o objetivo de conferir estabilidade para a companhia no período de transição, o que contribui para o crescimento da mineradora.

A reestruturação societária na Vale permitirá no futuro, dadas as condições do mercado, que o Plano 1 obtenha mais liquidez com sua participação na empresa



3 anos:

duração do novo acordo de acionistas da Vale, no qual os sócios ainda mantêm influência relevante

Liquidação da venda da CPFL Energia

Divulgada ao mercado em setembro de 2016, a liquidação financeira da operação da venda de ações de emissão da CPFL Energia, vinculadas ao acordo de acionistas do qual a PREVI fazia parte, foi realizada em janeiro de 2017. A alienação da participação na empresa garantiu uma entrada de R\$ 5,13 bilhões em janeiro no caixa da Entidade, contribuindo para o atingimento do objetivo estratégico “Balanceamento da gestão de investimentos com necessidades do passivo do Plano 1” e para a redução do déficit conjuntural registrado em 2015. A oportunidade de venda surgiu com a negociação entre o grupo Camargo Corrêa e a State Grid Brazil Power Participações Ltda., que assumiu o controle da CPFL Energia; a PREVI exerceu seu direito de tag along (venda conjunta), por considerar favoráveis as condições para a alienação.

R\$ **5,13** bi

valor obtido com a venda da participação na CPFL Energia

Em continuidade à operação, a State Grid realizou uma Oferta Pública de Aquisição (OPA) das ações ordinárias de emissão da CPFL Energia para os minoritários da empresa. A oferta foi concluída em novembro de 2017, e a PREVI vendeu suas ações remanescentes, não pertencentes ao bloco de controle. Essas ações representavam 9,64% do capital social da companhia, o que representou o recebimento de mais R\$ 2,72 bilhões pela PREVI.

Com a liquidação financeira da venda de ações da CPFL Energia, o Plano 1 reforçou seu caixa, o que contribuiu para a redução do déficit conjuntural de 2015

Incorporação na Neoenergia

A PREVI, em conjunto com os demais acionistas controladores, liderou o processo de incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia, que atua em distribuição, geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. Com a incorporação, a Iberdrola passou a deter 52,45%, a PREVI 38,21% e o BB Banco de Investimento 9,35% da companhia. Apesar de ter seu percentual reduzido, a PREVI passou a deter participação em uma empresa maior, com melhores indicadores financeiros e com melhor potencial de valorização. A operação incluiu um novo compromisso de realização de uma Oferta Pública Inicial de Ações (IPO) assim que as condições de mercado se apresentarem mais favoráveis. Essa é mais uma oportunidade de gerar liquidez para o Plano 1, por meio de negociações em bolsa.

Reestruturação na Paranapanema

Em 2017 foi finalizado um plano de reestruturação da empresa. O plano contemplou capitalização por parte de alguns dos principais acionistas e de um dos maiores conglomerados do setor de mineração, o grupo Glencore, no valor de aproximadamente R\$ 360 milhões; a conversão de dívida em ações por parte de credores no mesmo montante; o reperfilamento da dívida com maiores prazos e redução de taxas. Essa operação permitiu fortalecer a estrutura de capital e retomar a atividade operacional da companhia em melhores níveis. Com esse movimento, a PREVI busca promover a estabilidade operacional e a posterior busca de condições de gerar liquidez à sua participação na empresa.

Investimento na Petrobras Distribuidora

A PREVI investiu R\$ 470 milhões em recursos do Plano 1 na oferta pública inicial (IPO) de ações da Petrobras Distribuidora S.A., o suficiente para garantir uma participação de 2,69% na subsidiária da Petrobras. A operação segue a lógica do desinvestimento líquido em renda variável, traçada para o Plano 1: alienação de ativos em blocos de controle substituídos por investimentos menores e mais diversificados, com grande potencial de liquidez.

Liquidação da participação na Celesc

Pelo valor de R\$ 230 milhões, a PREVI vendeu toda a sua participação na Celesc para a EDP Energias do Brasil. O ativo não possui liquidez e sua alienação faz parte da estratégia de desenquadramento de renda variável prevista na Política de Investimentos do Plano 1. A concretização da operação ainda está sujeita ao atendimento de algumas condições precedentes.

Kepler Weber: venda cancelada

Anunciada em fevereiro de 2017, a venda da participação na empresa de agro-negócio Kepler Weber foi cancelada em novembro. A concretização do negócio dependia do atendimento de diversas condições precedentes exigidas pela compradora, a AGCO do Brasil, e parte delas não foi cumprida no prazo estabelecido. A PREVI vem acompanhando a reestruturação financeira e operacional da Kepler Weber e mantém-se atenta a novas possibilidades de negociação.

R\$ **230**mi

de reais: valor recebido pela venda da participação na Celesc

No começo de 2018, a PREVI completou a operação de venda da Sauípe S.A., iniciada em 2017. A empresa é a controladora do complexo hoteleiro Costa do Sauípe

Venda de Sauípe S.A.

Em novembro de 2017, foi divulgada a venda da Sauípe S.A., controladora do complexo hoteleiro Costa do Sauípe, na Bahia, da qual a PREVI detinha 100% do capital, à Companhia Termas do Rio Quente. O preço de aquisição foi de R\$ 140,5 milhões, sujeito a ajustes usuais nesse tipo de operação, dentre eles endividamento líquido e variação do capital circulante líquido da Companhia. A alienação foi concretizada em janeiro de 2018 e encerra um longo período no qual a Entidade buscou diversas maneiras de reduzir perdas e revitalizar o negócio, incluindo novos investimentos e contratação de consultorias de gestão.

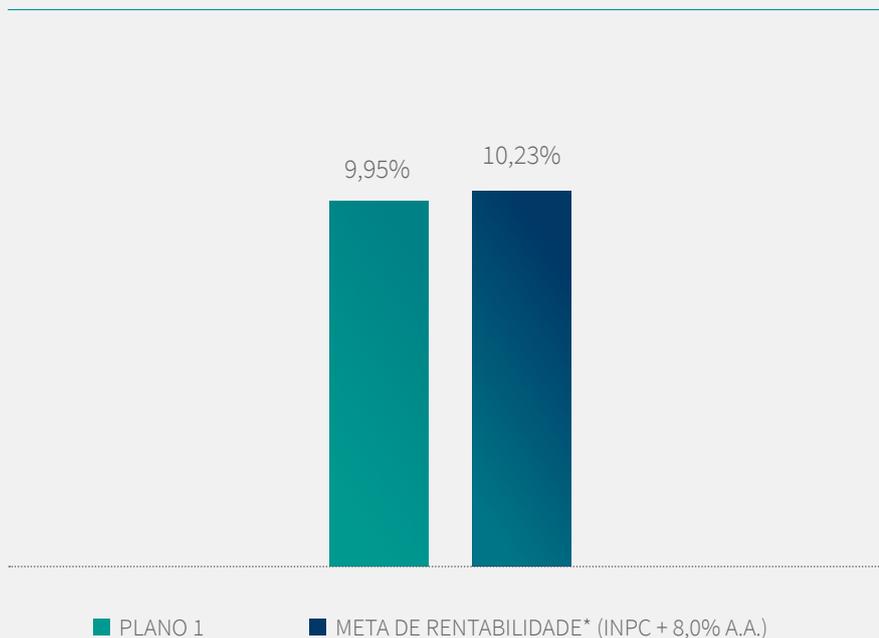
Petrobras e Sete Brasil

A PREVI, durante 2017, adotou as medidas jurídicas cabíveis em face da Petrobras, visando à defesa de seus direitos no âmbito dos investimentos Sete Brasil e da própria Petrobras.

Imóveis

A rentabilidade do Plano 1 ficou acima da meta fixada para o ano. O segmento de shopping centers, tradicionalmente um dos mais rentáveis, prosseguiu com bons resultados. Três ativos da carteira imobiliária do Plano 1 foram vendidos em 2017: o Hospital São Luiz, o Condomínio São Luiz e o Condomínio Centenário Plaza, todos em São Paulo (SP). As alienações foram em razão de oferta financeira frente aos valores de avaliações, necessidade de investimentos em modernizações e estratégia de giro da carteira. As vendas representaram importante desinvestimento em imóveis em 2017, que atingiu o valor de R\$ 767 milhões.

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS



*Meta de rentabilidade do segmento definido na Política de Investimentos do Plano 1.

Ocupação da Torre Matarazzo

Um dos maiores destaques entre os investimentos imobiliários da PREVI, a Torre Matarazzo foi ocupada em 2017 por escritórios do Banco do Brasil em São Paulo (SP). Situada na Avenida Paulista, é um dos mais modernos prédios comerciais da capital do estado. É classificada pelo Núcleo de Real Estate da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo como “AAA” por seus avançados sistemas de automação e supervisão predial, ar-condicionado, elevadores, instalações elétricas e hidráulicas, geração de energia, telecomunicações, conforto térmico e acústico.

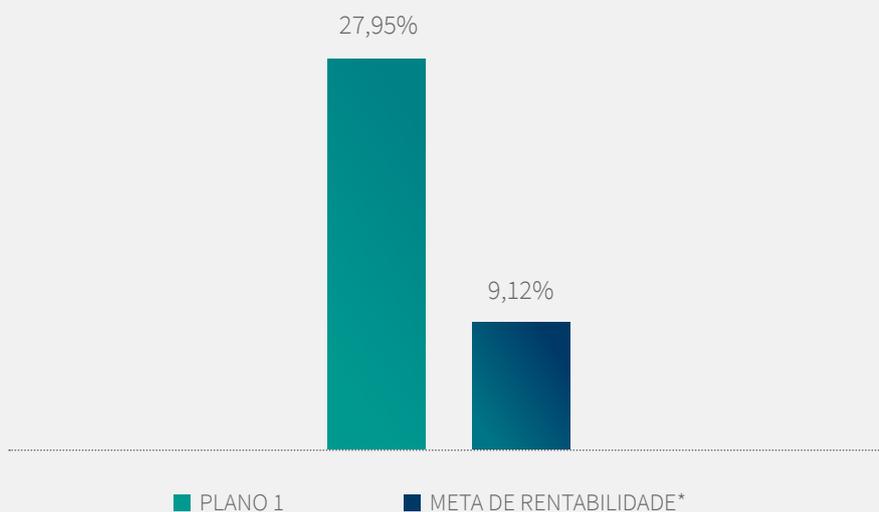
Investimentos estruturados

O segmento apresentou rentabilidade positiva, de 27,95% em 2017. Mesmo sem investimentos em novos fundos, o valor total da carteira vem aumentando desde 2015, por conta da valorização dos ativos, chegando ao montante de mais de R\$ 1 bilhão no final de 2017.

O grande destaque do segmento em 2017 foi o IRB Brasil RE, companhia investida do fundo de investimento em participações (FIP) Caixa Barcelona, que retornou para o fundo cerca de R\$ 208,3 milhões, referentes à Oferta Inicial de Ações (IPO) pela venda das ações da oferta-base e do lote suplementar, iniciado em julho de 2017. Desse montante, coube ao Plano 1 cerca de R\$ 41,6 milhões. O FIP Caixa Barcelona teve um retorno de mais de 400% desde a sua criação, em 2013, considerando valorização do ativo, dividendos e venda de papéis em bolsa. Adicionalmente, em 2017, o investimento também retornou ao Plano 1 o valor de R\$ 13,2 milhões a título de juros e dividendos.

Outro fundo que merece destaque é o FIP Kinea Private Equity II, com o desinvestimento total na empresa Alliar. O investimento na companhia se iniciou em janeiro de 2013, com um aporte do fundo de R\$ 57,2 milhões nos laboratórios Delfin Imagem. Posteriormente, em março de 2016, foi realizada fusão com a Alliar. O investimento resultou em uma taxa interna de retorno (TIR) de 23,1% a.a. e um retorno de 2,23%. O Plano 1 aportou aproximadamente R\$ 4,2 milhões e contou com o retorno de R\$ 9,5 milhões.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

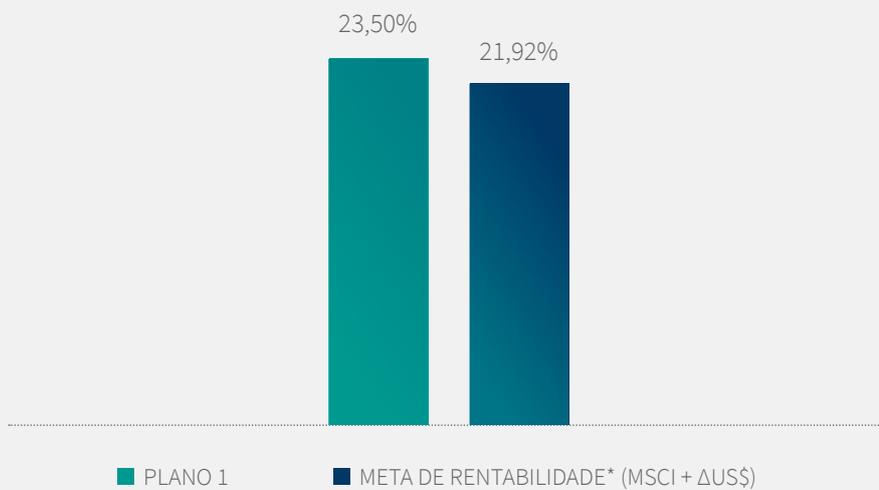


*Meta de rentabilidade do segmento definido na Política de Investimentos do Plano 1 (IPCA + 6% a.a.).

Investimentos no exterior

Após uma ligeira queda no total investido em 2016, os ativos do Plano 1 em investimentos no exterior retornaram a um patamar similar ao de 2015. A rentabilidade superou a meta definida para o segmento (índice MSCI + variação do dólar), com uma recuperação expressiva após o desempenho negativo registrado em 2016.

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR



*MSCI World Index + variação cambial.

Política de Investimentos do PREVI Futuro

Objetivo estratégico: maximização do benefício do participante do PREVI Futuro dado seu perfil de risco

A grande inovação de 2017 na gestão dos investimentos do PREVI Futuro foi a mudança no programa Perfis de Investimento, em consonância com a visão de dar mais ferramentas aos participantes para as decisões e o desempenho dos seus recursos – de acordo com o objetivo estratégico traçado para o plano. Foram alteradas as macroalocações em cada Perfil, incluindo a determinação de fixar em 0% o percentual de renda variável do Perfil Conservador. Com isso, foi necessário fazer um desinvestimento na carteira de renda variável para adequação às novas macroalocações, observando-se as condições mais propícias para venda e reinvestindo-se os valores obtidos em outros segmentos. O Perfil padrão (aquele em que são incluídos automaticamente todos os participantes que acabam de entrar no plano) passou a ser o Moderado. Durante o período de adaptações às mudanças, foi permitido aos participantes que já haviam alterado seu Perfil nos últimos 12 meses uma nova troca, se quisessem (*leia mais sobre essas mudanças no capítulo Planos de benefícios*).

0%

percentual de renda variável definido para o Perfil Conservador

As mudanças no programa Perfis de Investimento realizadas em 2017 visaram à oferta de mais ferramentas aos participantes para as decisões sobre seus recursos

De modo a permitir um potencial maior de retorno, a macroalocação do plano em renda variável foi mantida em até 60%. A liquidez necessária (para fazer frente a eventuais migrações de Perfil e aos pagamentos à pequena, mas crescente, parcela de participantes que já recebem benefícios) está garantida pelo fato de ser vedado ao PREVI Futuro entrar em blocos de controle acionário. Na renda fixa, foram privilegiados os títulos públicos marcados até o vencimento. Não houve novos investimentos em fundos de *private equity* e em imóveis a determinação foi de privilegiar participações em empreendimentos já operantes, de rentabilidade comprovada.



MACROALOCAÇÕES EM 2017 – PREVI FUTURO

Segmento	% do total de investimentos do plano	
	Mínimo	Máximo
Renda fixa	21	95
Renda variável	0	60
Investimentos estruturados (<i>private equity</i>)	0	5
Imóveis	0	8
Operações com participantes	5	15
Investimentos no exterior	0	1

PERFIS DE INVESTIMENTO: LIMITES DE ALOCAÇÃO

Perfis em 2017	% em renda variável	Nome anterior	% em renda variável anterior
Conservador	0	Conservador	0 a 10
Moderado	0 a 20	Moderado	20 a 30
Arrojado	20 a 40	PREVI	30 a 50
Agressivo	40 a 60	Agressivo	40 a 60

TOTAL DE PARTICIPANTES POR PERFIL DE INVESTIMENTO

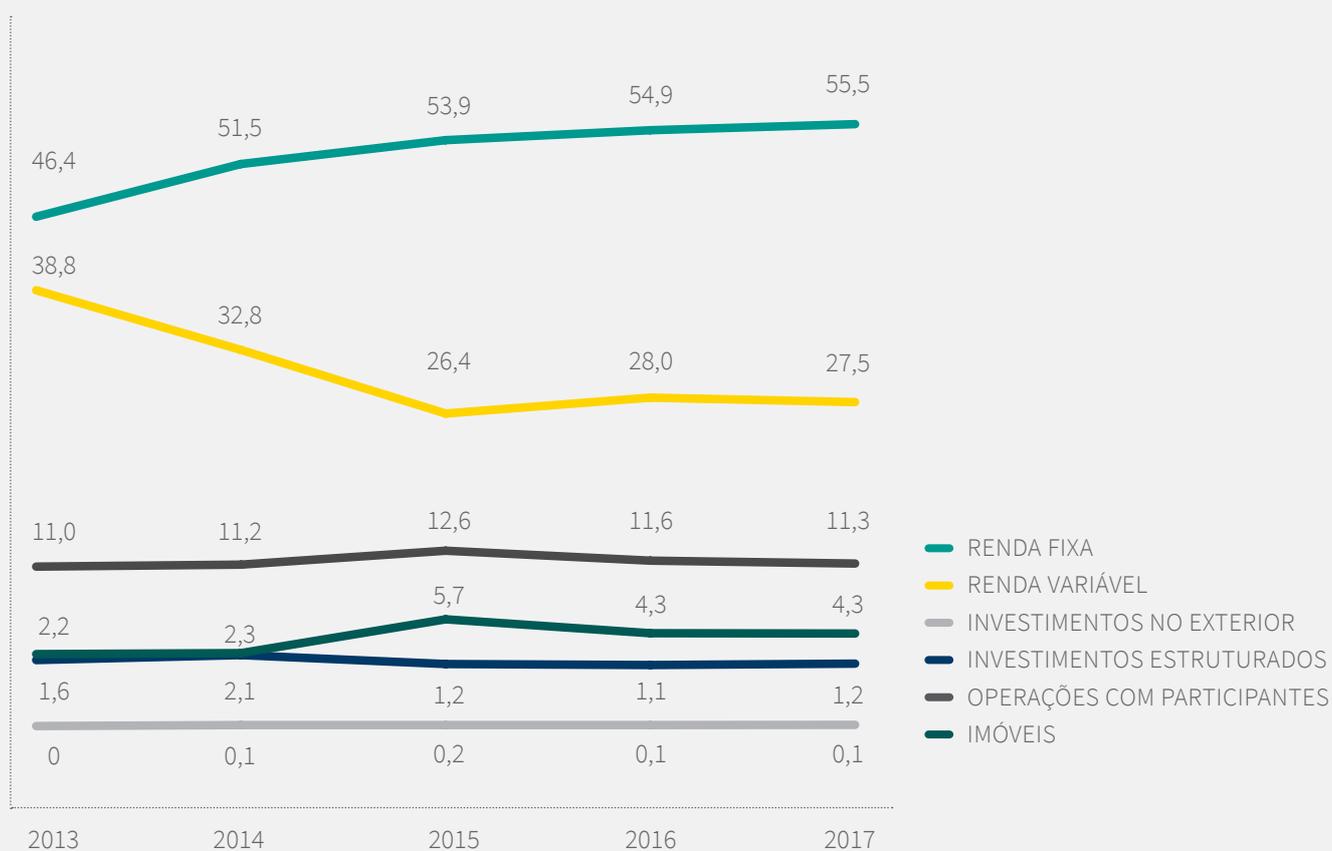
Perfil	2015	2016	2017
Agressivo	1.005	1.350	2.211
Arrojado	70.642	66.859	67.389
Moderado	706	931	3.539
Conservador	13.267	16.952	11.970
TOTAL	85.618	86.092	85.109



RENTABILIDADE ACUMULADA DOS PERFIS DE INVESTIMENTO (%)

Perfil	2016	2017
Conservador	18,52	10,17
Moderado	20,92	13,11
Arrojado	22,86	15,87
Agressivo	24,96	17,89

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ALOCAÇÃO DE ATIVOS (%) – PREVI FUTURO

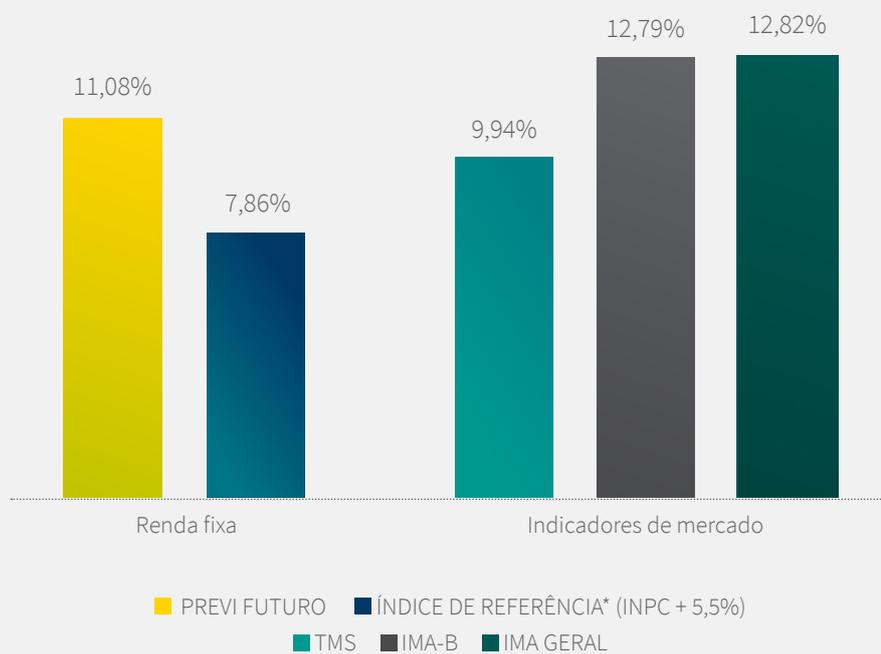


Desempenho dos investimentos do PREVI Futuro

Renda fixa

Assim como aconteceu com o Plano 1, houve a definição de investir em títulos públicos marcados até o vencimento e um maior interesse nos títulos privados, com taxas mais atraentes. A rentabilidade ficou acima tanto da meta atuarial quanto da meta estabelecida para o segmento no ano (INPC + 5%).

RENDA FIXA

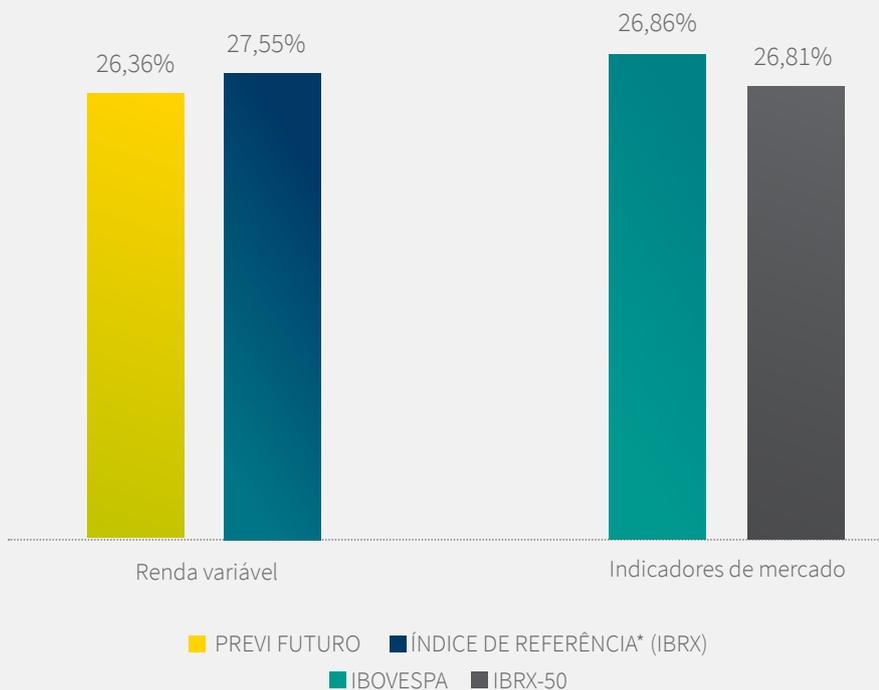


*Índice de referência do segmento definido na Política de Investimentos do PREVI Futuro.

Renda variável

Para adequar os ativos do PREVI Futuro aos limites de alocação previstos pelos novos Perfis de Investimento, foi necessário realizar vendas de parte da carteira de renda variável do plano. O processo foi feito de forma gradual, sem destruir valor. Os recursos obtidos foram reinvestidos em outros segmentos. A rentabilidade ao fim do ano quase se equiparou ao IBRX e ficou bem acima da meta atuarial.

RENDA VARIÁVEL



*Índice de referência do segmento definido na Política de Investimentos do PREVI Futuro.

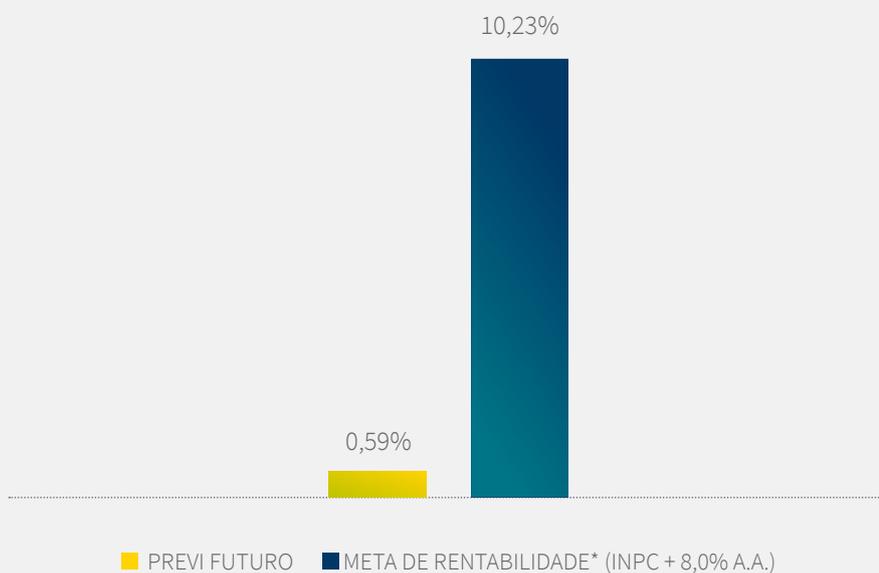
Investimento na Petrobras Distribuidora

A PREVI investiu R\$ 30 milhões em recursos do PREVI Futuro na oferta pública inicial (IPO) de ações de emissão da Petrobras Distribuidora S.A., equivalentes a 0,17% do capital total da subsidiária da Petrobras. Assim como aconteceu com o Plano 1, a compra das ações segue o plano de fazer investimentos menores e mais diversificados em renda variável, com maior potencial de liquidez.

Imóveis

O desempenho do segmento ficou abaixo da meta prevista para o ano, ainda como reflexo do momento de baixa do mercado e por ter empreendimentos ainda em construção. O destaque da carteira foi a compra, em janeiro de 2017, de uma participação pelo PREVI Futuro no Shopping Barra, um dos principais shopping centers de Salvador (BA). A Entidade adquiriu 25% da parte original e 19,25% da expansão do empreendimento, pelo valor de R\$ 115 milhões. Somando-se a nova aquisição à participação do Plano 1 no Shopping Barra, a PREVI passou a deter 50% da parte original e 39,83% da expansão.

INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS



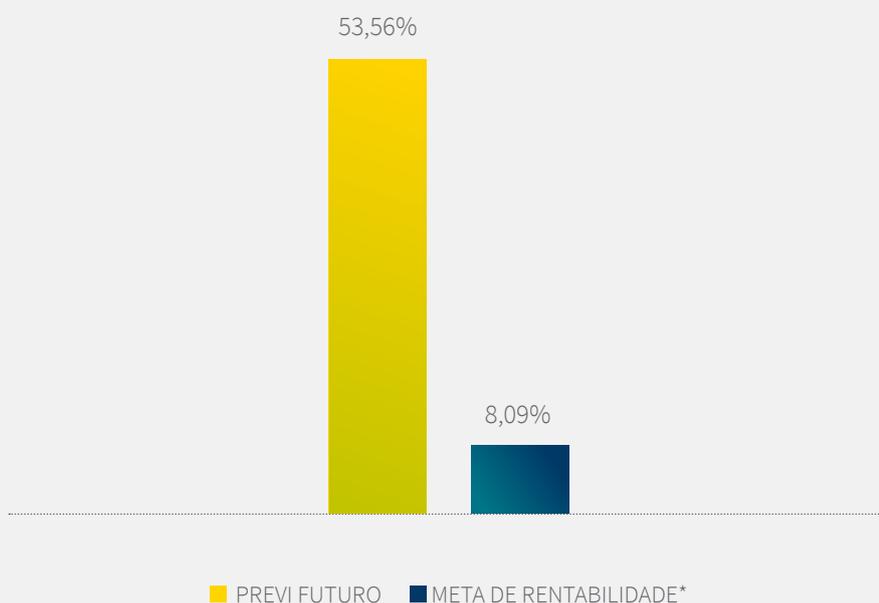
*Meta de rentabilidade do segmento definido na Política de Investimentos do PREVI Futuro.

Investimentos estruturados

A rentabilidade de 53,56% dos investimentos do PREVI Futuro em investimentos estruturados em 2017 foi a maior entre todos os segmentos. O resultado foi alavancado pelo desempenho do fundo de investimento em participações (FIP) Caixa Barcelona, do qual a PREVI detém uma participação de 25%. Com a oferta inicial de ações do IRB Brasil Resseguros, ativo da carteira do FIP Caixa Barcelona, obteve-se uma rentabilidade acumulada de mais de 400%, considerando a valorização do ativo, dividendos e venda de papéis em bolsa, o que representou o recebimento de R\$ 13,7 milhões para o PREVI Futuro em 2017.

Outro fundo que merece destaque é o FIP Kinea Private Equity II, com o desinvestimento total na empresa Alliar. O investimento na companhia se iniciou em janeiro de 2013, com um aporte do fundo de R\$ 57,2 milhões nos laboratórios Delfin Imagem. Posteriormente, em março de 2016, foi realizada fusão com a Alliar. A venda da participação na companhia resultou em recebimento pelo fundo de R\$ 127,8 milhões, o que significou retorno de R\$ 3,17 milhões para o PREVI Futuro, representando uma taxa interna de retorno (TIR) de 23,1% e um retorno sobre o investimento de 2,23%.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

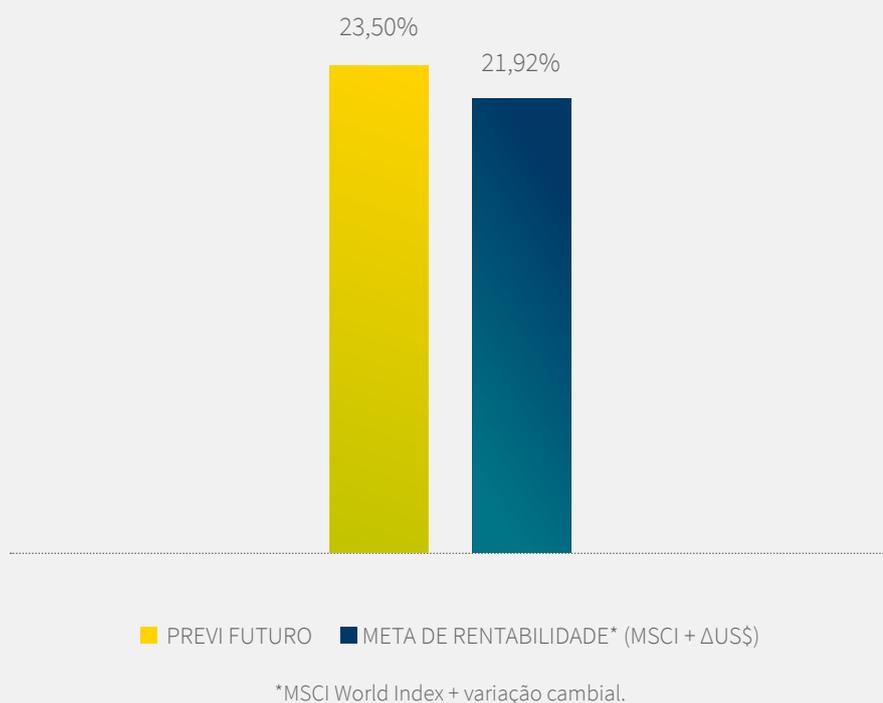


*Meta de rentabilidade do segmento definido na Política de Investimentos do PREVI Futuro (IPCA + 5% a.a.).

Investimentos no exterior

A performance foi semelhante à do Plano 1, com a recuperação do valor dos ativos para níveis similares aos de 2015. A rentabilidade esteve em alta e bateu a meta estabelecida (índice MSCI + variação do dólar).

INVESTIMENTOS NO EXTERIOR



53,56%

rentabilidade dos investimentos estruturados do PREVI Futuro, a maior registrada em 2017

Relação de empresas participadas

Veja a seguir a relação de empresas, o percentual de participação da PREVI em cada uma e os índices nos quais se incluem.

Os índices são ferramentas que indicam e mensuram o desempenho de ativos que, segundo alguns critérios, apresentam diferenciação em termos de sustentabilidade e governança corporativa. Esses aspectos tendem a refletir empresas que apresentam uma gestão mais focada na perenidade da companhia. Estão relacionados os seguintes índices: Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE); Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC-X); Índice BM&FBovespa de Governança Corporativa Trade (IGC-T); Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada – Novo Mercado (IGC-NM); Índice Carbono Eficiente (ICO2); e Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG).

Empresa	Segmento	Participação da PREVI (%)	Integra o ISE/IGC?
521 Participações	Energia elétrica	100,00	-
Afluentes Transmissão	Energia elétrica	2,29	-
Ambev	Alimentos e bebidas	1,73	ICO2
Banco Bradesco	Bancos	1,25	IGC-X, ISE, IGC-T, ICO2 e ITAG
Banco do Brasil	Bancos	8,53	IGC-X, ISE, IGC-T, IGC-NM, ICO2 e ITAG
BRF	Alimentos e bebidas	10,66	IGC-X, IGC-T, IGC-NM, ICO2 e ITAG
Coelba	Energia elétrica	2,29	-
Cosern	Energia elétrica	1,54	-
Embraer	Indústria aeronáutica	4,79	IGC-X, IGC-T, IGC-NM e ITAG
Frasle	Bens industriais	12,41	IGC-X
Gerdau	Siderurgia	0,14	IGCT, IGCC e ITAG
Invepar	Infraestrutura	25,56	-
Invitel Legacy	Telecom e TI	19,99	-

Empresa	Segmento	Participação da PREVI (%)	Integra o ISE/IGC?
Itaú Unibanco	Bancos	1,48	IGC-X, ISE, IGC-T, ICO2 e ITAG
Itaúsa	Bancos	2,05	IGC-X, ISE, IGC-T, ICO2 e ITAG
Jereissati Participações	Telecom e shopping centers	19,02	-
Kepler Weber	Bens industriais	17,48	ITAG
Metalúrgica Gerdau	Holding	0,14	IGC-X e ITAG
Neoenergia	Energia elétrica	38,21	-
Newtel Participações	Telecom e TI	22,54	-
Paranapanema	Mineração	21,77	IGC-X, IGC-T, IGC-NM e ITAG
Petrobras	Petróleo, gás e petroquímica	2,73	ICO2
Randon	Bens industriais	3,11	IGC-X, IGC-T e ITAG
Rumo	Infraestrutura	0,55	IGC-X, IGC-T e ITAG
Sauípe	Hotelaria	100,00	-
Sul 116 Participações	Telecom e TI	11,17	-
Tupy	Bens industriais	26,03	IGC-X, IGC-T, IGC-NM e ITAG
Ultrapar Participações	Petroquímica	4,23	IGC-X, IGC-T, IGC-NM, ICO2 e ITAG
Vale	Mineração	17,32*	IGC-X, IGC-T, IGC-MN e ITAG
WEG	Bens industriais	0,08	IGC-X, ISE, IGC-T, IGC-NM e ITAG

Obs.: posição em 29 de dezembro de 2017.

*Reflete a participação direta (PREVI Futuro: 0,13%) e indireta (Plano 1: 17,19%).



Planos de benefícios

GRI 201-3, 103 | 419

Os dados sobre o número de participantes, situação das reservas, benefícios concedidos e operações com participantes do Plano 1, PREVI Futuro e Capec operações com participantes do Plano 1, PREVI Futuro e Capec, além de informações sobre o Plano de Gestão Administrativa da Entidade

NESTE CAPÍTULO

63 Plano 1

68 PREVI Futuro

73 Capec

75 Operações com participantes

77 Operações com o PREVI Futuro

79 Plano de Gestão Administrativa

A gestão dos planos de benefícios da PREVI em 2017 esteve ainda mais alinhada aos objetivos estratégicos traçados para a Entidade – que contemplam os diferentes momentos nos quais os planos se encontram. De modo geral, o ano confirmou a solidez e a boa administração dos três planos.

Para o Plano 1, que encerrou o ano anterior com um déficit, foi necessária a elaboração de um plano de equacionamento. O resultado obtido ao fim de 2017, entretanto, foi suficiente para dispensar contribuições extras dos participantes. O PREVI Futuro passou por diversas mudanças na condução de seus investimentos, visando dar melhores ferramentas ao participante na construção de seu patrimônio. Já a Capec teve mais um ano de trabalho voltado ao aumento no número de adesões e upgrade de cobertura.

Plano 1 GRI 201-3

Objetivo estratégico: balanceamento da gestão de investimentos com necessidades do passivo do Plano 1

O Plano 1 oferece benefícios definidos complementares ao da previdência oficial para os funcionários do Banco do Brasil admitidos até 23 de dezembro de 1997 e seus beneficiários. Cerca de 90% de seus participantes já recebem benefícios de aposentadoria (por invalidez, por tempo de contribuição, antecipado ou por idade). Os beneficiários têm direito à pensão por morte. O Plano 1 é custeado pelas contribuições de aposentados, no percentual de 4,8% do benefício e contrapartida do mesmo valor por parte do patrocinador, e pelas contribuições dos participantes ativos. O valor do compromisso com o pagamento dos benefícios aos participantes ao final de 2017 era aproximadamente de R\$ 146,6 bilhões.

Em 2017, o Plano 1 obteve uma rentabilidade mais de duas vezes superior à taxa atuarial definida para o período, o que permitiu reduzir significativamente o déficit acumulado.

Plano 1 em números em 2017

114.030

participantes

14,85%

de rentabilidade, superior à taxa atuarial do ano (7,17%)

R\$ **146,6** bi

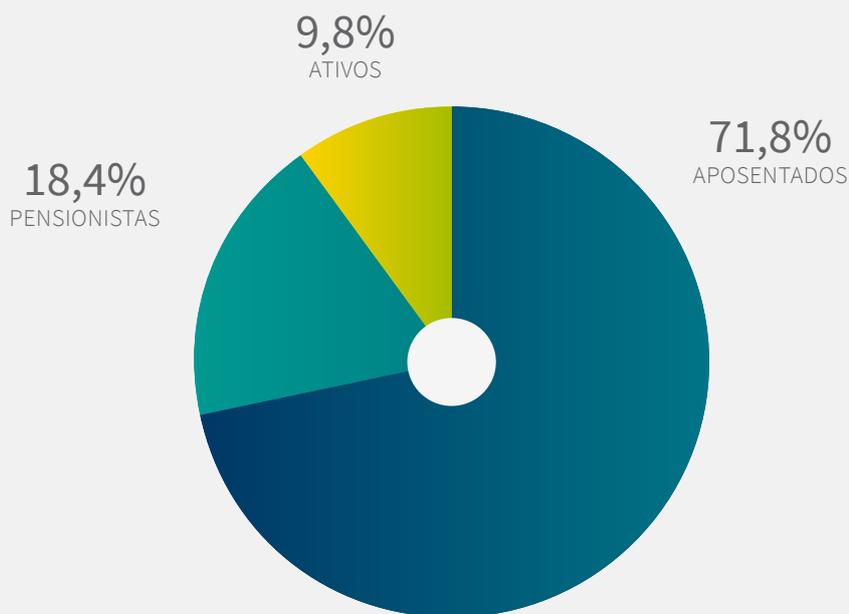
de Reserva Matemática

R\$ **12,22** bi

pagos em benefícios

6,57994%:

reajuste aplicado aos benefícios



Déficit de 2016

Apesar da boa rentabilidade obtida em 2016, o ano havia sido encerrado com um déficit acumulado de R\$ 13,94 bilhões, acima do limite determinado pelas regras de solvência. Em obediência à Resolução CGPC 26/2008, a PREVI precisou elaborar em 2017 um novo plano para o equacionamento do valor de R\$ 1,44 bilhão.

O bom desempenho dos investimentos até novembro de 2017 contribuiu para a construção de um resultado líquido de R\$ 5,7 bilhões, suficiente para que o déficit técnico de R\$ 1,44 bilhão fosse coberto sem necessidade de contribuições extraordinárias para equacionamento, assim como já ocorrera no ano anterior. A utilização de eventuais resultados líquidos positivos como fonte alternativa de recursos para o equacionamento de déficit estava prevista na Instrução Previc nº 32, de setembro de 2016.

O déficit do Plano 1, originado em 2015, se deve às condições desfavoráveis na economia brasileira nos últimos anos. Com as decisões de investimento tomadas pela equipe da PREVI para mitigar a influência negativa do cenário, foi possível obter resultados positivos em 2016 e 2017. O desempenho nos últimos anos deixa o Plano 1 cada vez mais próximo do equilíbrio técnico, com uma consonância entre o patrimônio líquido, o passivo atuarial e a meta atuarial.

Resultado de 2017

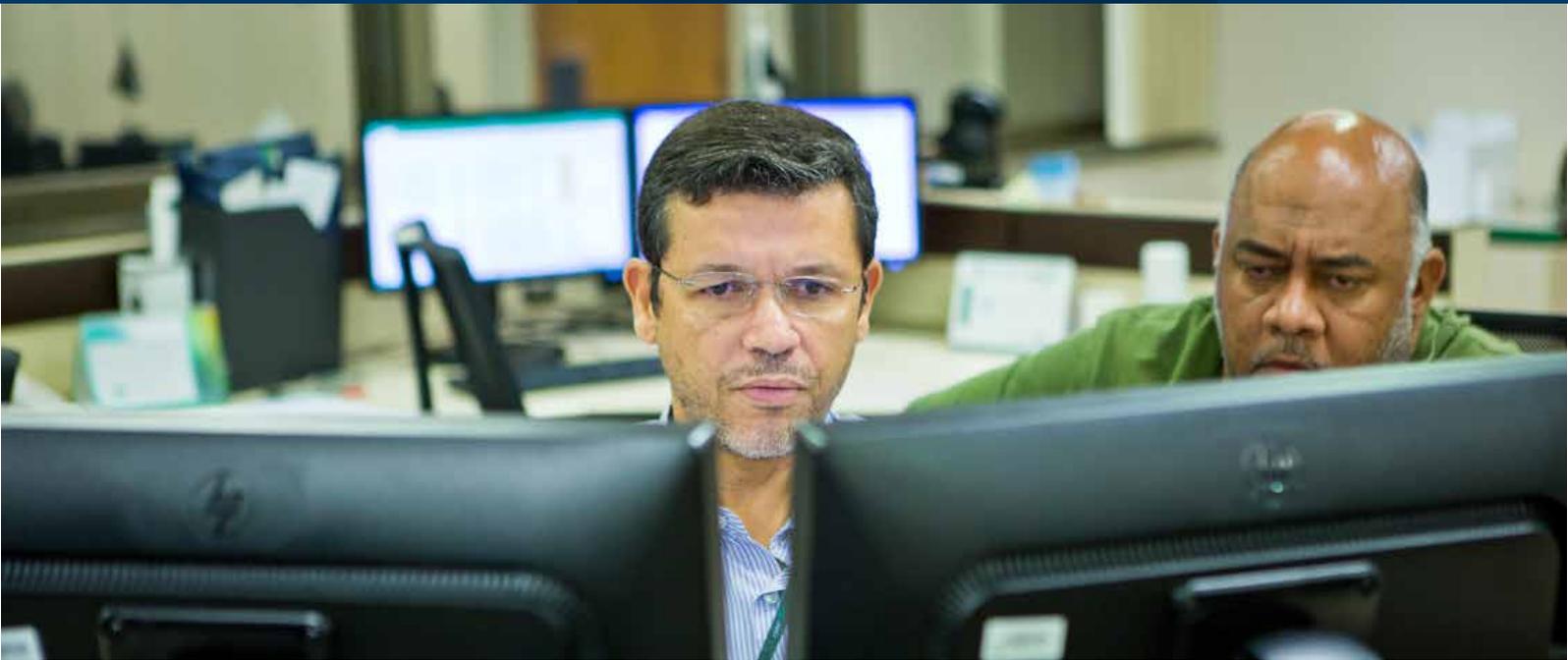
A rentabilidade de 14,85% obtida em 2017 gerou um resultado positivo no ano de R\$ 9,65 bilhões, o que reduziu o déficit acumulado do Plano 1 para R\$ 4,29 bilhões.

De acordo com as regras da previdência complementar, os planos de benefícios podem manter déficits até um limite calculado a partir da *duration* (duração do passivo, ou a média ponderada dos prazos de fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios). Os déficits que ultrapassarem o limite definido pela *duration* precisam ser equacionados. O Plano 1, considerado maduro e com fluxos de pagamentos de benefícios mais curtos, tem uma *duration* relativamente mais curta e, portanto, um limite menor de déficit aceitável. Esse limite é dinâmico e é recalculado ano a ano.

Com a redução alcançada em 2017, o déficit acumulado passou a ser inferior ao limite de R\$ 10,96 bilhões calculado de acordo com a *duration* do plano, de 11,48. Com isso, não será necessário elaborar plano de equacionamento em 2018.

R\$ **5,7** bi

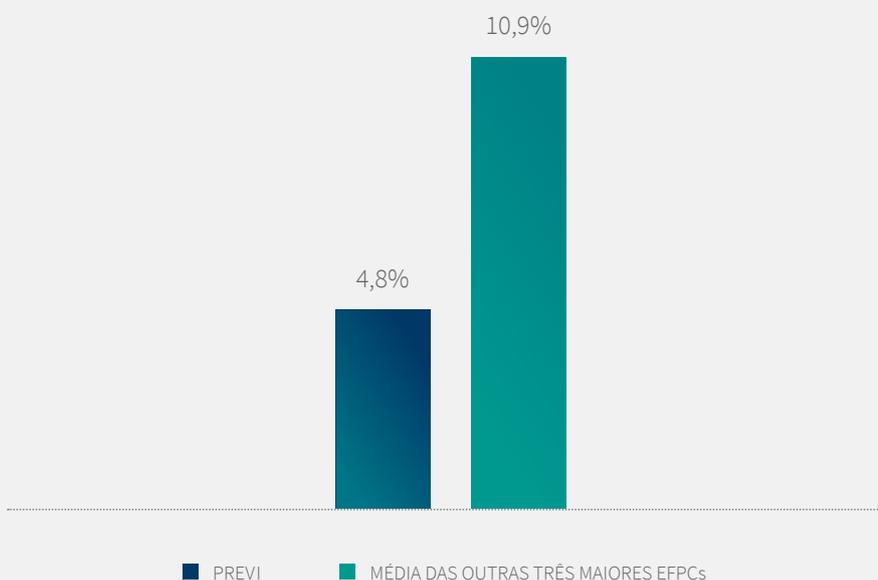
de reais: resultado líquido de 2017, suficiente para cobrir o déficit sem contribuições extras



Desempenho acima da média do mercado

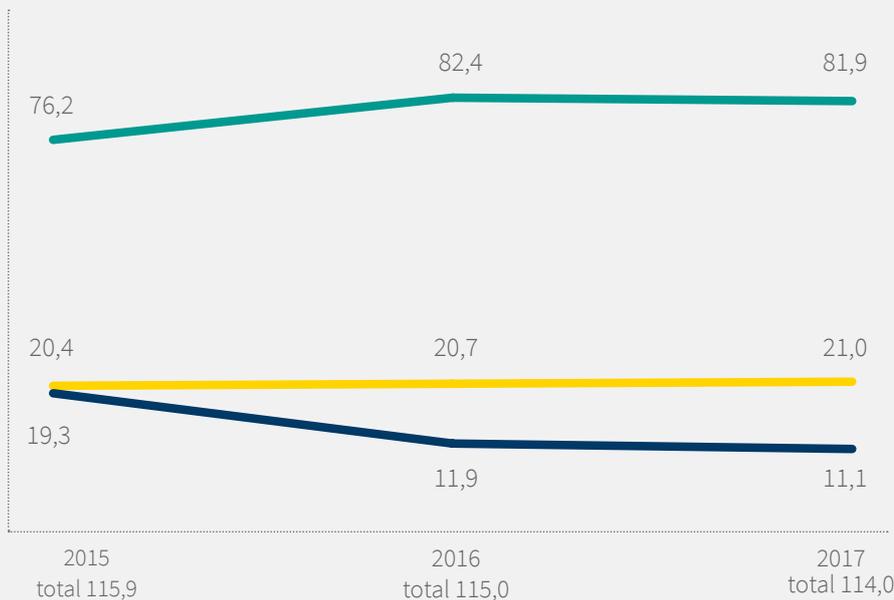
A PREVI manteve-se em 2017 em uma situação muito mais positiva que a de algumas das principais entidades fechadas de previdência complementar no Brasil. Além da sequência de bons desempenhos e rentabilidades, a PREVI é a única, entre as quatro maiores entidades do país, a não cobrar contribuições extras. Além disso, a contribuição regular cobrada dos aposentados do Plano 1 é menor que a cobrada, em média, pelas outras três maiores EFPCs.

CONTRIBUIÇÃO DE APOSENTADOS

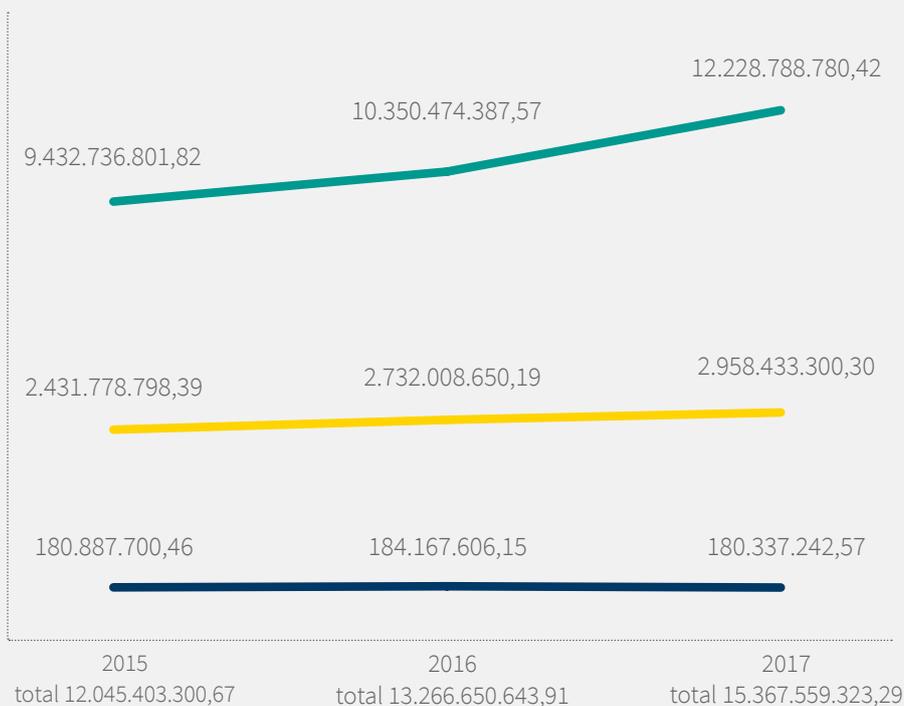


Evolução histórica do Plano 1

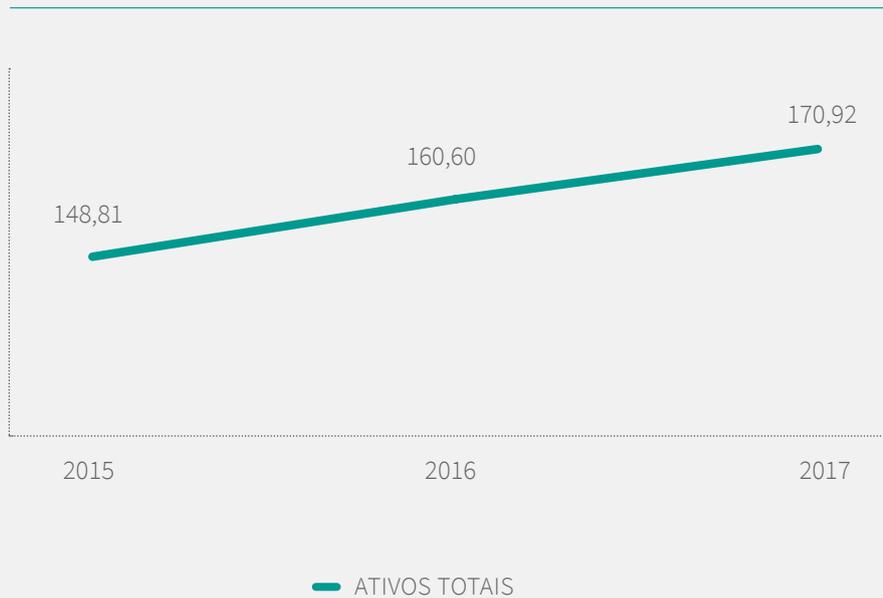
PARTICIPANTES POR CATEGORIA (MILHARES)



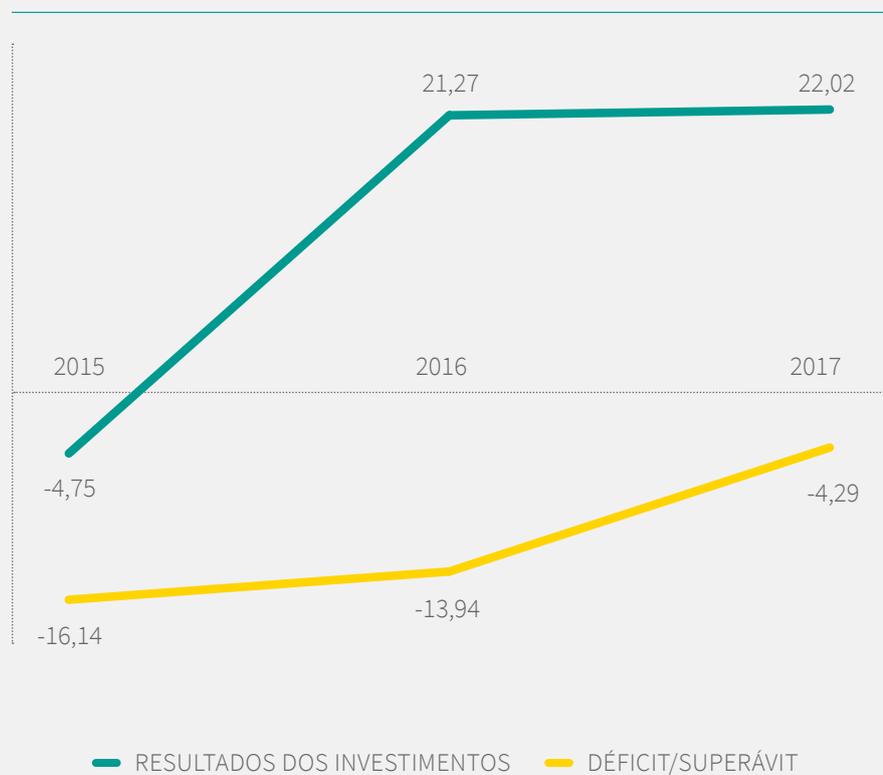
BENEFÍCIOS PAGOS (R\$)



RESULTADOS ACUMULADOS (R\$ BILHÕES)



RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS X DÉFICIT/SUPERÁVIT ACUMULADO (R\$ BILHÕES)



PREVI Futuro GRI 201-3

Objetivo estratégico: maximização do benefício do participante do PREVI Futuro dado seu perfil de risco

O PREVI Futuro é o plano de benefícios disponibilizado aos funcionários que tomaram posse no Banco do Brasil após 24 de dezembro de 1997. Conta com dois tipos de benefícios: de risco, que inclui complemento de aposentadoria por invalidez e de pensão por morte; e programados, que são a renda mensal de aposentadoria, a renda mensal antecipada de aposentadoria, renda mensal vitalícia e renda mensal de pensão por morte. É custeado pelas contribuições mensais de participantes e do patrocinador, e esporádicas somente dos participantes. Não há contribuições dos aposentados. O valor do compromisso com o pagamento dos benefícios aos participantes ao final de 2017 era aproximadamente de R\$ 11,37 bilhões.

Apesar de ser um plano “jovem”, ainda em fase de acumulação de recursos e no qual a maioria dos participantes está na ativa, o PREVI Futuro conta com um número crescente de associados que já reúnem condições de se aposentar. Essa evolução foi levada em conta nas decisões de gestão tomadas em 2017, bem como o direcionamento estratégico de tornar o participante cada vez mais corresponsável pela condução de seus investimentos.

O número de associados do plano permaneceu praticamente estável em relação a 2016. Isso se deveu à queda no número de posses de novos funcionários no Banco do Brasil. Com isso, os esforços para aumentar a adesão ao plano se concentraram em captar os não filiados, cerca de 5% dos funcionários em atividade, bem como os que cancelaram e podem reingressar. As adesões de participantes do PREVI Futuro ao Programa Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (Peai) do Banco do Brasil, lançado em 2016, contribuíram para elevar o número, ainda pequeno, de aposentados do plano.

PREVI Futuro em números em 2017

86.724
participantes

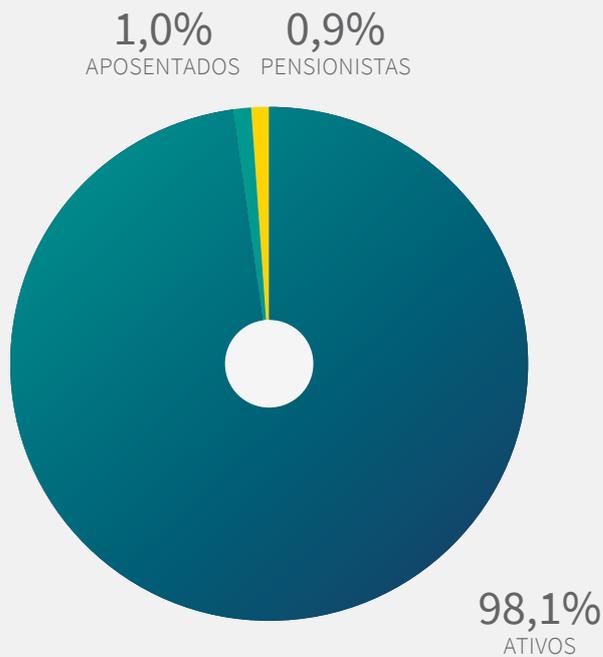
R\$ **23,16**mi
pagos em benefícios

14,97%
de rentabilidade, superior à taxa atuarial do ano (7,17%)

R\$ **12,08**bi
em ativos totais

95%
dos funcionários do BB empossados após 24/12/1997 são associados

3,348%
de reajuste (para benefícios concedidos até 30/06/2016)



Como diretriz do objetivo estratégico referente ao plano, o Programa Perfis de Investimento foi remodelado. Os Perfis Conservador, Moderado e Agressivo mantiveram seus nomes, e o Perfil PREVI passou a se chamar Arrojado. As alocações máximas e mínimas de investimento em renda variável foram ajustadas de modo a não haver mais sobreposição nas faixas de cada perfil. O regimento do Programa Perfis de Investimento também foi atualizado. O perfil padrão – aquele no qual os participantes são automaticamente enquadrados quando ingressam no PREVI Futuro – também foi alterado e passou a ser o Moderado, que prevê alocação de 0 a 20% em renda variável.

Para auxiliar o participante na identificação de seu perfil de investidor, foi criado o questionário “Análise do Perfil do Investidor”, disponível no App PREVI e no Autoatendimento do site.

Durante o período de mudanças, foi permitida, nos meses de maio a julho, a migração entre Perfis mesmo para os participantes que haviam trocado há menos de 12 meses. Após esse período, o tempo mínimo para uma nova migração voltou a ser de um ano. Facilitando todo esse processo, o termo de autorização necessário para efetuar a troca de Perfis passou a ser assinado de forma eletrônica, por meio do Autoatendimento do site (anteriormente era necessário imprimir, assinar uma cópia física do termo e enviá-la à PREVI). Essas mudanças foram amplamente divulgadas nos vários canais de comunicação da PREVI (*leia mais detalhes nos capítulos Políticas e decisões de investimento e Relacionamento com os públicos*).

Contribuições adicionais (2B e 2C)

De modo a aumentar seu saldo de conta e garantir um benefício maior durante sua aposentadoria, os participantes do PREVI Futuro contam com a possibilidade de fazer contribuições opcionais além do valor aportado todos os meses (7% do salário de participação, com igual valor pago pelo Banco do Brasil). São duas modalidades de contribuição. A contribuição 2B pode variar de 1% a 10% do salário de participação, de acordo com a pontuação individual do participante – PIP (calculada mensalmente de acordo com sua evolução na carreira e o tempo de filiação ao plano). O patrocinador se compromete a aportar o mesmo valor desembolsado pelo associado. Já a contribuição 2C é paga exclusivamente pelo associado, sem contrapartida do patrocinador, e pode ser feita de forma esporádica (a partir de um mínimo de 20% do salário de participação) ou mensal (com um mínimo de 2% do salário de participação).

Desde agosto de 2017, as contribuições 2C estão desoneradas da taxa de carregamento (cobrada para custear as despesas administrativas do plano), uma demanda dos participantes que tornou a opção ainda mais atraente. Em dezembro, cada participante do PREVI Futuro recebeu um comunicado com informações sobre as vantagens de fazer as contribuições e os ganhos potenciais (calculados de forma personalizada) em dedução tributária. Nos eventos externos reunindo associados, como os encontros do PREVI Itinerante e apresentações de resultado, também foram divulgadas informações sobre as características e os valores das contribuições. Essas mudanças colaboraram para um aumento de 27,90% (equivalente a 501 participantes) no número de associados que optaram por contribuir em comparação a 2016.

Destaques do ano

Em 2017,

47,08 %

dos filiados ativos do PREVI Futuro estavam habilitados a fazer contribuições 2B

89,51%

desse total de funcionários contribuiu com o percentual máximo

21,71%

crescimento do número de contribuições 2C esporádicas em relação a 2016

17,99%

aumento no valor arrecadado com contribuições 2C esporádicas em relação a 2016

R\$ **501 mil**

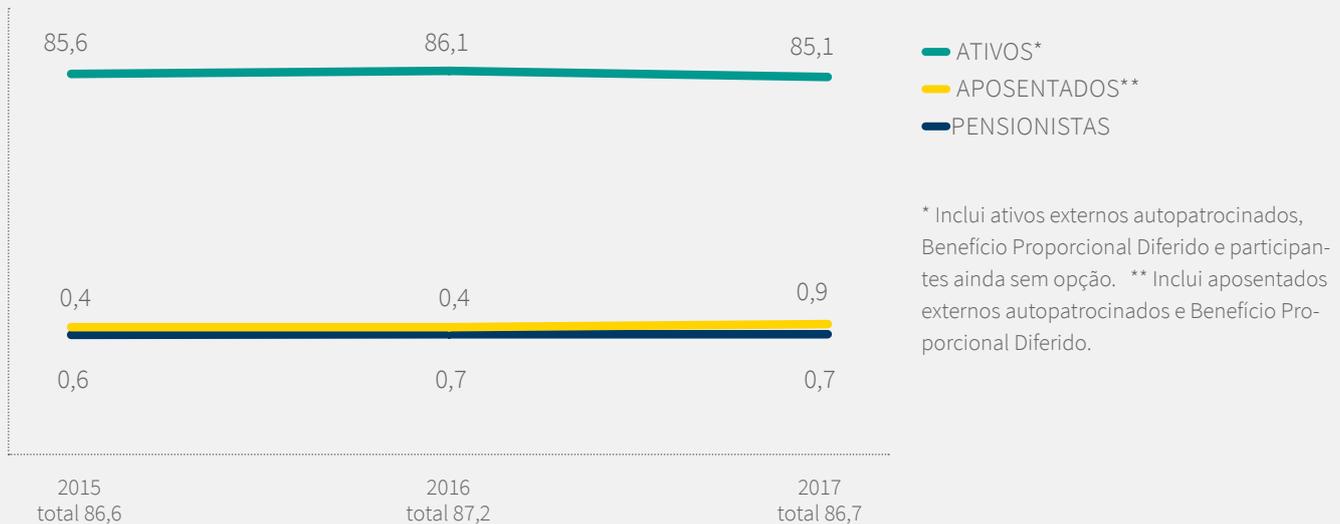
valor médio das contribuições 2C mensais, aumento de 29,79% em comparação com 2016

1.771

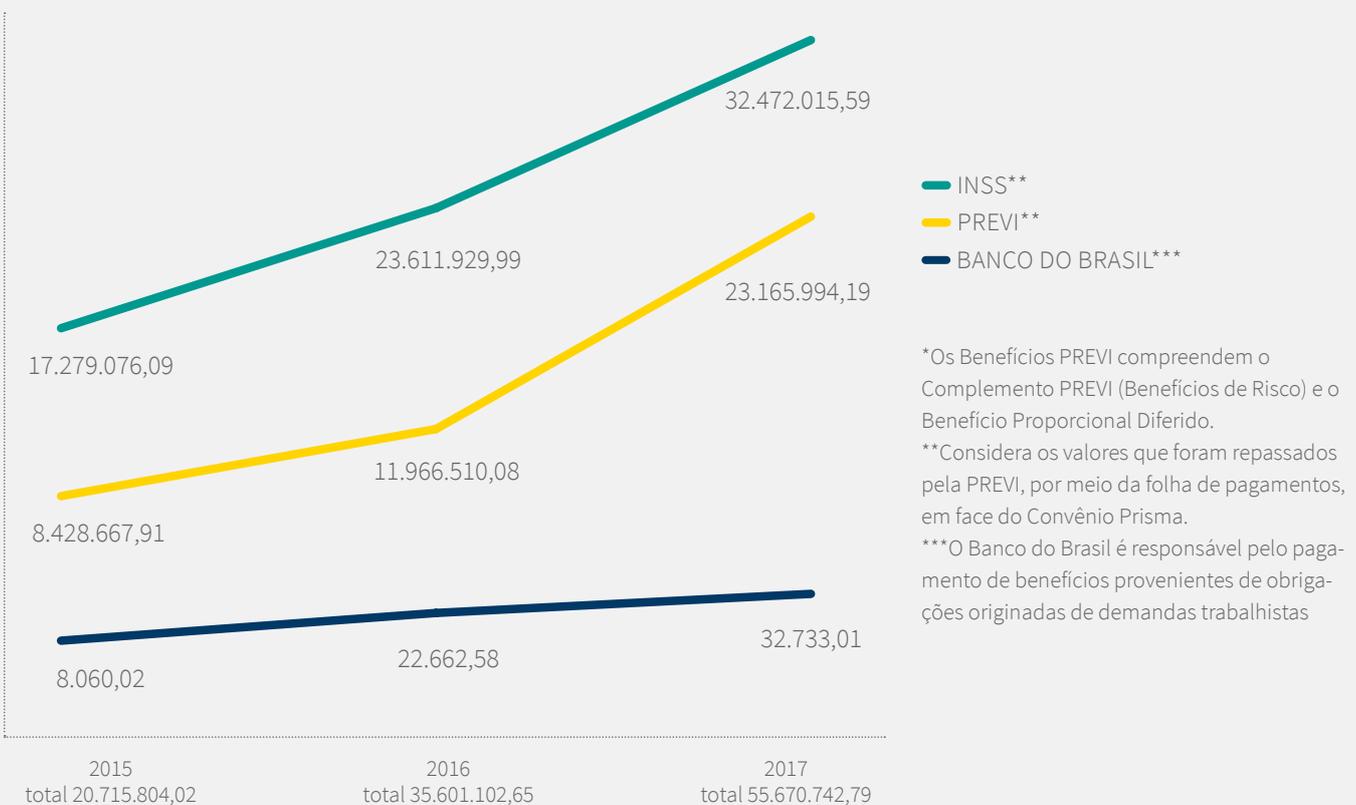
número médio de participantes que fizeram contribuições 2C mensais, aumento de 24,89% em comparação com 2016

Evolução histórica do PREVI Futuro

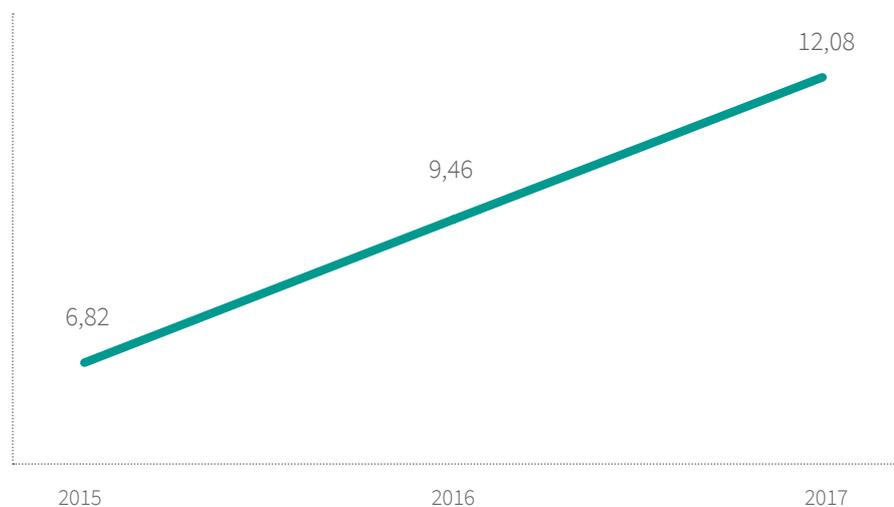
PARTICIPANTES POR CATEGORIA (MILHARES)



BENEFÍCIOS PAGOS (R\$)



PATRIMÔNIO ACUMULADO (R\$ BILHÕES)



PARTICIPANTES POR PERFIL DE INVESTIMENTO

PERFIL	2015	2016	2017
Agressivo	1.005	1.350	2.211
Arrojado*	70.642	66.859	67.389
Moderado	706	931	3.539
Conservador	13.267	16.952	11.970
TOTAL	85.620	86.092	85.109

*Antes de 2017, o Perfil Arrojado era chamado de Perfil PREVI.

PERFIS X ÍNDICES: RENTABILIDADE ACUMULADA 2015 A 2017 (%)

	TMS	ATUARIAL	IBOVESPA	PERFIL Arrojado	CONSERVADOR	MODERADO	AGRESSIVO
2015	13,27	16,84	-13,31	1,31	9,32	5,04	-0,42
2016	14,02	11,91	38,94	22,86	18,52	20,92	24,96
2017	9,94	7,17	26,86	15,87	10,17	13,11	17,89
ACUMULADO	41,98	40,13	52,78	44,22	42,73	43,66	46,69

Carteira de Pecúlios (Capec)

A Carteira de Pecúlios da PREVI (Capec) oferece pecúlios (Morte, Especial e Invalidez) pagos ao participante ou a seus beneficiários indicados, em uma parcela única. Não há carência e os valores das contribuições são muito competitivos em comparação a produtos similares no mercado, pois a Capec não tem fins lucrativos e sua estrutura de custos é solidária, com indenizações e demais despesas divididas entre os associados. O Banco do Brasil não participa do custeio do plano. Entre outras vantagens, há a possibilidade de continuidade do Pecúlio Especial mesmo após a morte do participante e a manutenção dos pecúlios contratados independentemente da idade. A Capec tem sua própria Política de Investimentos, que em 2017 previu aplicação total dos recursos do plano em ativos de renda fixa.

Para a Capec, que é um plano de benefícios de prestação única, apenas os participantes contribuem. Os benefícios em prestação única, a partir de 01/01/2018, variam de R\$ 39 mil a R\$ 195 mil e as contribuições têm valores diferenciados a depender da idade, do sexo, da modalidade e do tipo de pecúlio que escolham. Trata-se de um plano de adesão voluntária, e há um trabalho permanente de divulgação de suas características aos participantes. Em 2017, esse trabalho foi voltado ao incentivo a novas adesões e elevação de cobertura para o PREVI Futuro – plano que possui cerca de 53 mil participantes que podem se inscrever na Capec – e à promoção de atualização cadastral para o Plano 1. As abordagens foram efetuadas por meio dos canais de comunicação com o associado e nos encontros presenciais do PREVI Itinerante.

Capec em números em 2017

127.552

participantes

37,45%

dos participantes do PREVI
Futuro são associados

2.119

novos associados

R\$ **278,8** mi

pagos em pecúlios

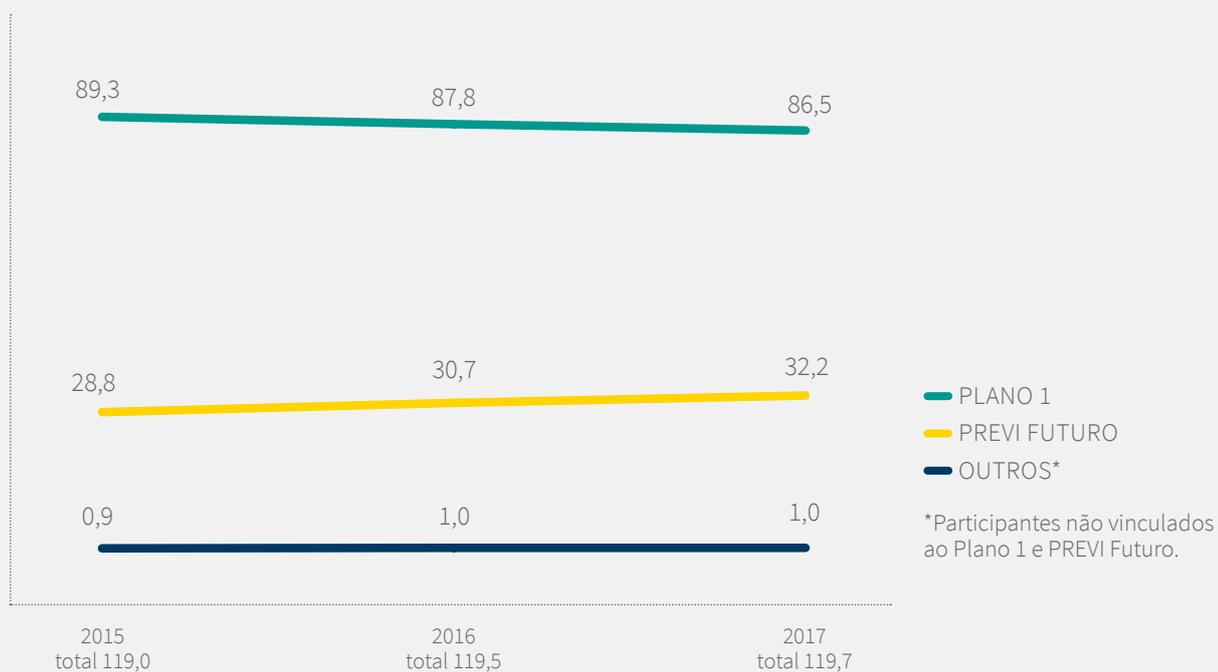
92,94%

dos participantes do Plano 1
são associados

R\$ **390,79** mi

em ativos totais

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CAPEC



VALORES DESEMBOLSADOS PELA CAPEC: SÉRIE HISTÓRICA

	2015	2016	2017
Valor (R\$ milhões)	225,73	264,64	278,81
Beneficiários	3.530	3.962	3.789

Operações com participantes

São duas as operações financeiras que a PREVI oferece a seus participantes, ambas com condições e taxas bastante competitivas em relação ao mercado: o Empréstimo Simples e o Financiamento Imobiliário. Em 2017, os encargos relativos a ambas as modalidades estiveram abaixo de 1% ao mês, tanto para o Plano 1 quanto para o PREVI Futuro. A taxa cobrada pela Instituição sobre as operações é pós-fixada e é a mínima permitida pela legislação (5% a.a. + variação do INPC). Além de serem benefícios adicionais para os associados, as operações com participantes representam um relevante investimento dos próprios planos, com bom retorno e riscos relativamente baixos para a PREVI.

Os participantes da PREVI têm no Empréstimo Simples (ES) uma modalidade de crédito com condições vantajosas em relação a soluções semelhantes oferecidas no mercado. Já a Carim, a Carteira de Financiamentos Imobiliários da PREVI, aceita financiamentos de imóveis residenciais, novos ou usados, de alvenaria e em boas condições de conservação. Os imóveis precisam estar situados em regiões urbanas, com obras concluídas e devidamente averbados no Registro de Imóveis.

Desde agosto de 2017, informações sobre as operações com participantes passaram a compor um dos cursos da Trilha de Educação Previdenciária da Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB). Com tempo estimado de 45 minutos, o conteúdo está disponível apenas aos participantes do Plano 1 e do PREVI Futuro da ativa e aborda as características do Empréstimo Simples e do Financiamento Imobiliário, além de conceitos como crédito responsável. Esses materiais educativos ajudam a esclarecer o princípio do mutualismo, fundamental à gestão de um fundo de previdência – sistema que se baseia na entidade mútua, na contribuição de todos para o benefício individual de cada um dos contribuintes. A ideia é que todos os participantes são responsáveis pela construção do patrimônio da Entidade e isso também passa pela tomada de decisão responsável em relação a empréstimos e financiamentos. A PREVI está estudando maneiras de disponibilizar os cursos aos aposentados e pensionistas.

Novas regras para descontos em folha

Durante o ano de 2017, ocorreram mudanças nas regras concernentes aos descontos em folha para os participantes. Por força da Lei 13.183, promulgada em 2015, é necessário respeitar o limite de 30% da remuneração disponível (rendimentos brutos deduzidos dos descontos obrigatórios, como o imposto de renda ou pensões alimentícias) como margem consignável para descontos em folha de empréstimos e/ou financiamentos. Tanto o Empréstimo Simples quanto o Financiamento Imobiliário já estavam enquadrados no novo limite desde 2016; em janeiro de 2017, os débitos de entidades em folha foram submetidos aos novos parâmetros. Também em janeiro foi anunciada a decisão de limitar os débitos em folha apenas a mensalidades de associações. Os participantes que possuíam descontos de valores relativos a outros produtos, como empréstimos e seguros, tiveram um período de transição para providenciar a migração desses pagamentos para outros canais.



Cartão Alelo Multibenefícios PREVI

Um produto inovador disponibilizado em 2017 foi o Cartão Alelo Multibenefícios PREVI, desenvolvido pela Alelo com exclusividade para aposentados e pensionistas de ambos os planos de benefícios. A fatura é paga por meio de desconto em folha no mês seguinte à realização das despesas. Aceito em mais de 500 mil estabelecimentos (farmácias, supermercados, açougues, restaurantes, livrarias, cinemas, teatros e muitos outros), o Alelo oferece como diferencial descontos de até 85% em compras de medicamentos em algumas das principais redes de farmácias do país. Os usuários ainda contam com um serviço de orientação jurídica, financeira e psicológica, com atendimento telefônico gratuito.

Operações com o Plano 1

Para os participantes do Plano 1, estão disponíveis três tipos de Empréstimo Simples: o ES Rotativo, o ES 13º Salário (adiantamento do 13º salário, sem limite de idade e não submetido à margem consignável para desconto em folha) e o ES Finimob (exclusivo para quitação de saldo de Financiamento Imobiliário). Em 2017, as regras do Fundo de Quitação por Morte (usado para quitar o débito no caso de falecimento do participante) foram alteradas, com a introdução de novas faixas de idade: eram cinco, passaram a ser oito, de acordo com o quadro abaixo. Diferentemente do que é praticado por outras instituições financeiras – que, em geral, elevam os custos de suas operações em função da idade dos tomadores de empréstimos – na PREVI esses custos são suavizados por conta do efeito de solidariedade presente no mútuo.

SIMULAÇÃO

Taxas de FQM – R\$ 160 mil / 120 meses

	Até 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 a 84 anos	85 a 89 anos	A partir de 90 anos
Taxas sem solidariedade (% a.a.)	0,33	0,62	0,98	1,86	3,14	4,96	7,82	13,13
Taxa com solidariedade (% a.a.)	0,60	1,00	1,20	2,50	3,50	4,00	4,50	5,00

EMPRÉSTIMO SIMPLES EM 2017

	Plano 1
Contratações	27.416
Renovações	32.668
Valor líquido (R\$ mil)	846.474
Estoque carteira (quantidade de contratos)	74.254
Volume (R\$ mil)	4.645.846

R\$ **5,8** bi

valor total do volume de Empréstimos Simples ao fim de 2017, somando Plano 1 e PREVI Futuro

Financiamento Imobiliário em 2017

Em 2017, a PREVI ofereceu aos associados a possibilidade de liquidação antecipada de seu financiamento, com desconto. Um número expressivo de participantes optou por aproveitar a oportunidade.

	Plano 1
Contratações	230
Valor das concessões (R\$ mil)	69.175
Estoque carteira (quantidade de contratos)	12.185
Volume (R\$ mil)	3.527.918

Operações com o PREVI Futuro

São três as opções de ES oferecidas aos associados do PREVI Futuro: ES Rotativo, ES 13º Salário e ES Reingresso (crédito pessoal para funcionários do BB da ativa que estejam reingressando no PREVI Futuro).

As condições de concessão de ES para associados do PREVI Futuro mudaram em 2017. O teto de concessão foi elevado de R\$ 55 mil para R\$ 60 mil e o prazo de pagamento foi ampliado de 108 para 120 meses. As taxas do Fundo de Quitação por Morte (usado para quitar o débito no caso de falecimento do participante) foram fixadas em cinco faixas, entre 0,1% (para participantes de até 59 anos) e 4,0% (participantes a partir de 90 anos). A metodologia de prazo atuarial vigente para o Plano 1 também foi adotada para os participantes do PREVI Futuro, com os prazos máximos definidos a partir da idade do associado.



EMPRÉSTIMO SIMPLES EM 2017

	PREVI Futuro
Contratações	36.969
Renovações	48.683
Valor líquido (R\$ mil)	484.567
Estoque carteira (quantidade de contratos)	65.768
Volume (R\$ mil)	1.212.616

Financiamento Imobiliário em 2017

Em 2017, a Carim convocou todos os participantes do PREVI Futuro que estavam aguardando liberação de Financiamento Imobiliário. As convocações, que antes aconteciam com uma periodicidade maior, passaram a ser realizadas semanalmente. Isso pôs fim à fila de espera que começou em 2008, quando as operações de financiamento imobiliário foram abertas aos associados do plano. As convocações eram pouco frequentes por causa de limitações legais que reduziam os recursos disponíveis para operações de créditos com participantes.

Um total de 5.130 associados, todos com pelo menos 10 anos de contribuição ao plano, foram chamados. Os convocados podem financiar até 100% do valor de avaliação do imóvel por até 420 meses. Desde setembro de 2008, 11.400 associados foram convocados e 615 mutuários beneficiados. Ao todo, já foram financiados R\$ 129,5 milhões.

	PREVI Futuro
Contratações	328
Valor das concessões (R\$ mil)	79.356
Estoque carteira (quantidade de contratos)	669
Volume (R\$ mil)	148.567

Recuperação de créditos

Em 2017, a PREVI ultrapassou R\$ 400 milhões acumulados em recuperação de créditos, referentes às operações de Empréstimos Simples, Financiamentos Imobiliários e Dívidas Previdenciárias. No ano, o montante recuperado atingiu R\$ 70,3 milhões, o que representou um incremento de 36,8% em relação a 2016. A atuação da PREVI, em conjunto com empresas especializadas em recuperação de créditos e dos escritórios de advocacia que representam a Entidade, foi determinante para o alcance dos resultados.

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Objetivo estratégico: gestão eficiente e eficaz

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) realiza o pagamento das despesas relativas aos planos de benefícios e provê recursos para arcar com os custos operacionais e administrativos da PREVI como um todo. É alimentado pela taxa de carregamento dos planos (4% no Plano 1 e no PREVI Futuro e 2,5% na Capec) e do Fundo Administrativo (formado pelas rentabilidades dos investimentos do PGA e pelos excedentes, de anos anteriores, das contribuições provenientes das taxas de carregamento dos planos) além da taxa de administração sobre investimentos.

Em 2017, houve esforço para preservar o valor atual do fundo administrativo do PGA, com reduções escalonadas de gastos e atenção à solvência do plano. Nos próximos anos, o controle de despesas, a renegociação de contratos com fornecedores e a busca por maior eficiência operacional continuarão como pontos de atenção por parte da gestão.

O valor orçado para as despesas administrativas no ano foi de R\$ 370 milhões, considerando inclusive o depósito judicial do PIS/Cofins, e o realizado foi de R\$ 337 milhões, 8,79% inferior ao estimado para o período. Em comparação com o exercício de 2016, houve um aumento de 5,17% nas despesas realizadas em 2017, variação um pouco superior ao INPC do ano, que foi de 2,07%.

Esse aumento se deve ao pagamento de multa e juros cobrados da PREVI pela Receita Federal no valor de R\$ 11.027.330,30, decorrentes do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o pagamento realizado em fevereiro de 2011 para todos os aposentados e pensionistas da Entidade que foram beneficiados pelo crédito do Benefício Especial Temporário (BET), na forma de adiantamento extrafolha. Caso não houvesse a cobrança, as despesas administrativas de 2017 teriam um valor nominal inferior ao de 2016, o que traduz o esforço de economia de todas as áreas da PREVI.

Detalhamento das despesas administrativas de 2017

O detalhamento das despesas administrativas, no quadro a seguir, apresenta a visão da contabilidade, em que o depósito judicial do PIS/Cofins, incluído no item “Contingências”, não é somado ao total das despesas administrativas. Nessa abordagem, a variação das despesas administrativas de 2017 e 2016 é de 2,91%.

8,79%

diferença entre o valor previsto com despesas administrativas em 2017 e o valor efetivamente realizado

Plano Administrativo (R\$ mil)

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	2016	2017	Varição (%)
Total das despesas administrativas	299.700	308.432	2,91
Pessoal e encargos	191.812	185.262	(3,41)
Treinamento/congressos e seminários	2.141	3.703	72,96
Viagens e estadias	1.915	1.835	(4,18)
Serviços de terceiros	40.787	44.113	8,15
Despesas gerais	45.135	46.466	2,95
Depreciações e amortizações	9.683	7.791	(19,54)
Tributos	8.201	8.219	0,22
Outras	26	11.042	-
Constituições/reversões de contingências	20.863	28.719	37,66
Reversão de recursos para os planos de benefícios	21	19	(9,52)

Diversas evoluções no modelo orçamentário da PREVI foram registradas em 2017. Em um esforço ligado diretamente ao objetivo estratégico “Gestão eficiente e eficaz”, foi implementado um novo modelo que inclui a definição de uma meta orçamentária e de um prazo para atingi-la. Essas definições foram tomadas dentro do conceito de orçamento base zero, no qual não se faz referência aos dados orçados ou realizados no último exercício. Um segundo método, o matricial, também foi adotado; sua premissa é de que os gestores de uma determinada área passem a negociar seu orçamento com gestores de outras áreas. A introdução da figura dos “pacoteiros” – gerentes executivos responsáveis por grupos orçamentários, com poder de negociação junto às áreas e metas a cumprir – trouxe mais transparência e integração ao processo.

Os salários dos dirigentes da Entidade, no quadro a seguir, não foram reajustados em 2017:

REMUNERAÇÃO MENSAL PAGA À ADMINISTRAÇÃO DA PREVI (EM REAIS)

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente	64.138,30
Diretor	54.358,52

CONSELHO DELIBERATIVO

Titular*	16.034,58
Suplente	8.017,29

CONSELHO FISCAL

Titular*	12.827,66
Suplente	6.413,83

CONSELHOS CONSULTIVOS PLANO 1 E PREVI FUTURO	0
---	----------

* Proporcionalidade sobre remuneração do Presidente, conforme regimento interno.

No relacionamento com fornecedores, foram fixadas (e batidas) metas de redução de custos, que incluíram a revisão e a renegociação de todos os contratos vigentes. E, pela primeira vez, a Política de Investimentos específica do PGA foi considerada no fluxo de trabalho. Com tudo isso, foi possível fazer um planejamento orçamentário de prazo mais longo, já considerando uma futura redução da taxa de carregamento e a sustentabilidade financeira da PREVI. GRI 102-9

Projeto Compras GRI 102-9

Prossiguiu em 2017 a evolução do Projeto Compras, que vai introduzir um sistema novo para processamento do cadastro de fornecedores, requisição de material de expediente, compras e contratações e pagamentos de bens e serviços. Quando estiver totalmente operante, o sistema vai permitir maior captação de fornecedores e uma potencial melhoria no processo de negociação de preços. Facilidades como o autocadastro, o acompanhamento das concorrências e o envio de documentos digitais vão trazer mais eficiência e otimização de custos aos processos de compras da PREVI.



Relacionamento com os públicos

Como a PREVI abordou, em 2017, os principais públicos com os quais se relaciona: participantes, empregados e demais entidades do sistema de previdência complementar

NESTE CAPÍTULO

- 84 Participantes
- 91 Educação previdenciária
- 95 Público interno
- 102 Posicionamento institucional

A PREVI mantém relacionamentos institucionais com uma gama variada de públicos, com os quais se comunica por diversos meios: encontros presenciais, iniciativas de comunicação e marketing, prestações oficiais de contas, atendimentos diretos aos associados, representações em eventos externos e em conselhos de administração e/ou fiscais de empresas participadas. GRI 102-42

RELAÇÃO DE PÚBLICOS DE INTERESSE DA PREVI GRI 102-40

TIPO DE PÚBLICO	DESCRIÇÃO
Participantes	Associados do Plano 1, do PREVI Futuro e da Capec, pensionistas e seus beneficiários
Público interno	Funcionários da PREVI, incluindo os cedidos pelo BB, quadro próprio e terceirizados
Banco do Brasil	Patrocinador da PREVI. Inclui os funcionários da ativa e demais empresas do conglomerado BB
Governo Federal	Ministério da Fazenda, Conselho Nacional de Previdência Complementar, Previc, Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e órgãos reguladores e fiscalizadores
Sindicatos e outras associações de classe	Entidades representativas dos funcionários e aposentados do BB
Entidades do mercado de previdência complementar	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) e outros fundos de pensão
Empresas e empreendimentos imobiliários participados	Acionistas, conselhos de Administração e Fiscal, síndicos, administradoras e coproprietários dos empreendimentos imobiliários
Entidades externas de governança e boas práticas	Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Conselho Internacional de Relato Integrado (IIRC) e outras
Mercado financeiro e imobiliário	Bancos, corretoras, consultorias
Fornecedores e parceiros	Fornecedores de produtos e serviços e parceiros do Clube de Benefícios
Imprensa	Veículos de comunicação e mídia em geral, formadores de opinião



Participantes

GRI 102-42, 102-43, 102-44

Objetivo estratégico: fortalecimento na relação com os associados com soluções adequadas a cada perfil

Como principal grupo de *stakeholders* da Instituição, os participantes dos planos de benefícios mereceram um objetivo estratégico voltado especificamente ao seu relacionamento com a PREVI, dentro do Plano Estratégico 2017-2021. Associadas aos Valores da Entidade – Foco do associado, Ética, Transparência, Comprometimento, Excelência, Inovação e Eficiência – as diretrizes para o cumprimento do objetivo passaram por inovações nos canais de relacionamento, a identificação de oportunidades de novos produtos e serviços e um alinhamento da comunicação aos diferentes perfis dos associados, considerando também os momentos pelos quais passam cada plano.

Para fundamentar a estratégia de cumprimento do objetivo, a PREVI realizou em 2017 uma pesquisa com os participantes em duas etapas – uma qualitativa, feita em quatro capitais reunindo grupos de aposentados do Plano 1 e ativos do PREVI Futuro, e outra qualitativa, via telefone ou contato presencial, com 900 participantes ativos e aposentados. O objetivo era fundamentar um plano com ações customizadas para cada grupo identificado de associados, levando em consideração suas necessidades e momentos de vida. Com isso, buscou-se dar mais assertividade à comunicação com os participantes e garantir maior satisfação no relacionamento com a PREVI.

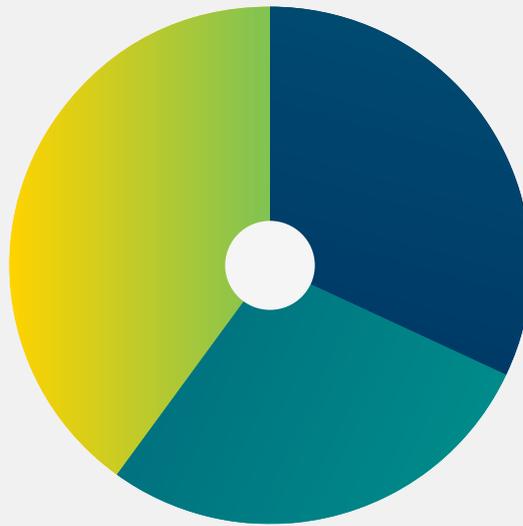
A partir de uma pesquisa ampla realizada entre os participantes, a Entidade definiu estratégias específicas de comunicação para o Plano 1 e para o PREVI Futuro

As perguntas giraram em torno da proximidade do entrevistado com os temas previdenciários, seus hábitos de consumo e de poupança e sua ligação pessoal com a PREVI. Os dados coletados permitiram a identificação de seis perfis diferentes de associado, três deles compostos por participantes da ativa (concentrados no PREVI Futuro) e outros três por aposentados (basicamente do Plano 1). [GRI 102-43](#), [102-44](#)

PERFIS DOS ATIVOS (PREVI FUTURO)

40%

Tem um número maior de dependentes e passa por momentos de maior insegurança financeira. É o perfil que se considera mais próximo da PREVI

**32%**

Vive momento de menor preocupação com o futuro, tem poucos dependentes financeiros (ou nenhum) e, em geral, mantém uma relação distante com a PREVI

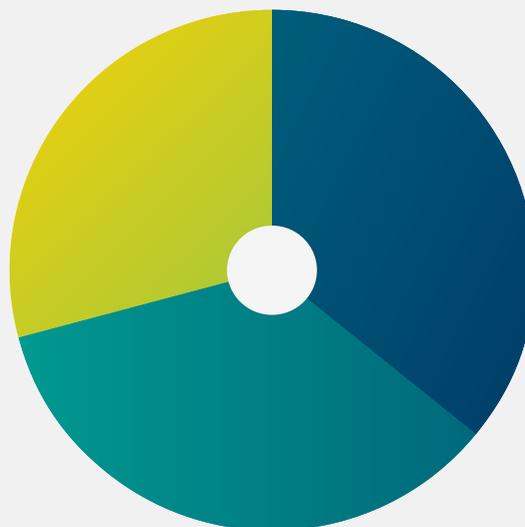
28%

Preocupa-se mais com o futuro e gostaria de aumentar seu conhecimento sobre o plano. A maioria já é casada e com filhos

PERFIS DOS APOSENTADOS (PLANO 1)

29%

Vive momentos de insegurança financeira e, em geral, aciona mais frequentemente operações como o Empréstimo Simples. Tem um número maior de dependentes

**36%**

Tem controle sobre seus gastos, mas gostaria de poder poupar mais. Prioriza os momentos de lazer e a realização de alguns sonhos, e avalia bem a PREVI

35%

Tem menos dependentes financeiros e mais facilidade para poupar. Gosta de viajar e de praticar esportes e tem bom nível de conhecimento sobre a PREVI

Ações de comunicação

Os regulamentos e as cartilhas de todos os planos da PREVI são entregues aos participantes no momento da Adesão, e estão disponíveis para consulta no site da Entidade na internet. No Certificado de Adesão constam os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de participante, bem como os requisitos de elegibilidade e forma de cálculo do benefício. Nas cartilhas, estão reunidas, em linguagem simples e precisa, as principais informações sobre o funcionamento dos planos. Nelas são apresentadas de maneira objetiva as características dos planos, as modalidades, os requisitos para adesão, elegibilidade e manutenção do vínculo com a entidade, critérios de contribuição e forma de cálculo dos benefícios. GRI 417-1

Prestação de contas

Os tradicionais eventos de apresentação dos resultados do ano foram realizados em 2017 em 15 capitais, cobrindo uma região total que abrange mais de 85% dos associados da PREVI. Vitória (ES), Cuiabá (MT) e João Pessoa (PB) foram incluídas no roteiro, que já contava com apresentações em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Goiânia (GO) e Belém (PA). Os eventos tiveram uma agenda estendida – de março a outubro – e, com o passar dos meses, foram incorporando informações atualizadas sobre os resultados mensais de 2017. Além da presença de membros da Diretoria Executiva, a equipe do PREVI Itinerante participou dos encontros, tirando dúvidas sobre produtos e serviços. Esses encontros presenciais complementaram a apresentação oficial da Diretoria Executiva, transmitida via internet em março de 2017.

Tanto a apresentação *online* quanto os eventos presenciais foram segmentados de acordo com o plano de benefícios dos participantes. Os resultados do Plano 1 e do PREVI Futuro foram debatidos de forma separada, com foco na situação específica de cada plano e nas dúvidas mais típicas dos associados. As apresentações do Plano 1 incluíram detalhes sobre as empresas participadas e sobre a liquidez dos investimentos; já as do PREVI Futuro enfatizaram as rentabilidades do período, a maior autonomia que os participantes têm sobre seus investimentos e a necessidade de acompanhamento/gestão de seu plano desde o início.

Para ambos os planos, foram lançados em agosto de 2017 os Boletins de Desempenho, comunicado mensal via e-mail com dados atualizados sobre performance dos investimentos, rentabilidades de cada segmento de ativos e, no caso do PREVI Futuro, sobre o desempenho de cada um dos Perfis de Investimento disponibilizados aos participantes.

Essas iniciativas segmentadas fazem parte da prestação de contas contínua que a PREVI mantém como compromisso com o associado. Há outras iniciativas nesse processo, como o Painel Informativo, com séries históricas de dados sobre a situação de cada plano; a série de vídeos *De Olho nos Ativos*, na qual executivos das principais empresas da carteira de participações são entrevistados; as notícias divulgadas regularmente no portal e na *Revista PREVI*; e a publicação do Relatório Anual.

App PREVI

O Aplicativo (App) PREVI foi lançado em fevereiro de 2017. Disponível para dispositivos móveis iOS ou Android, o aplicativo oferece conteúdos úteis para o participante: notícias, galeria de vídeos, resultado mensal, rentabilidade dos planos e análise de cenários econômicos. Além disso, conta com uma calculadora de renda, para fazer projeções sobre benefícios futuros, e uma seção de Análise do Perfil do Investidor para o PREVI Futuro. Em dezembro, uma versão atualizada do App passou a contar também com serviços de autoatendimento – verificação de

15

capitais receberam eventos de apresentação de resultados em 2017

8 meses

duração da agenda de apresentações (de março a outubro), com dados atualizados mês a mês



contracheques para aposentados e pensionistas e, para os associados do PREVI Futuro, consulta ao saldo de conta e extrato das contribuições ao plano. O canal Fale Conosco, pelo qual podem ser enviadas dúvidas e sugestões, também foi incorporado ao aplicativo. Mais serviços do Autoatendimento serão incorporados ao App paulatinamente.

Guia PREVI

Lançado em janeiro de 2017, na Intranet BB, o Guia PREVI apresenta para os participantes ativos, de forma simples e acessível, as principais informações sobre os produtos e serviços da Entidade. Com conteúdos específicos para cada plano, aborda os Perfis de Investimento, Preservação do Salário de Participação e as contribuições esporádicas (na seção do PREVI Futuro) e orientações sobre Assessoria Previdenciária e planejamento financeiro (para o Plano 1). O manual *on-line* ainda apresenta a Capec, o Empréstimo Simples, o Financiamento Imobiliário e o Clube de Benefícios.

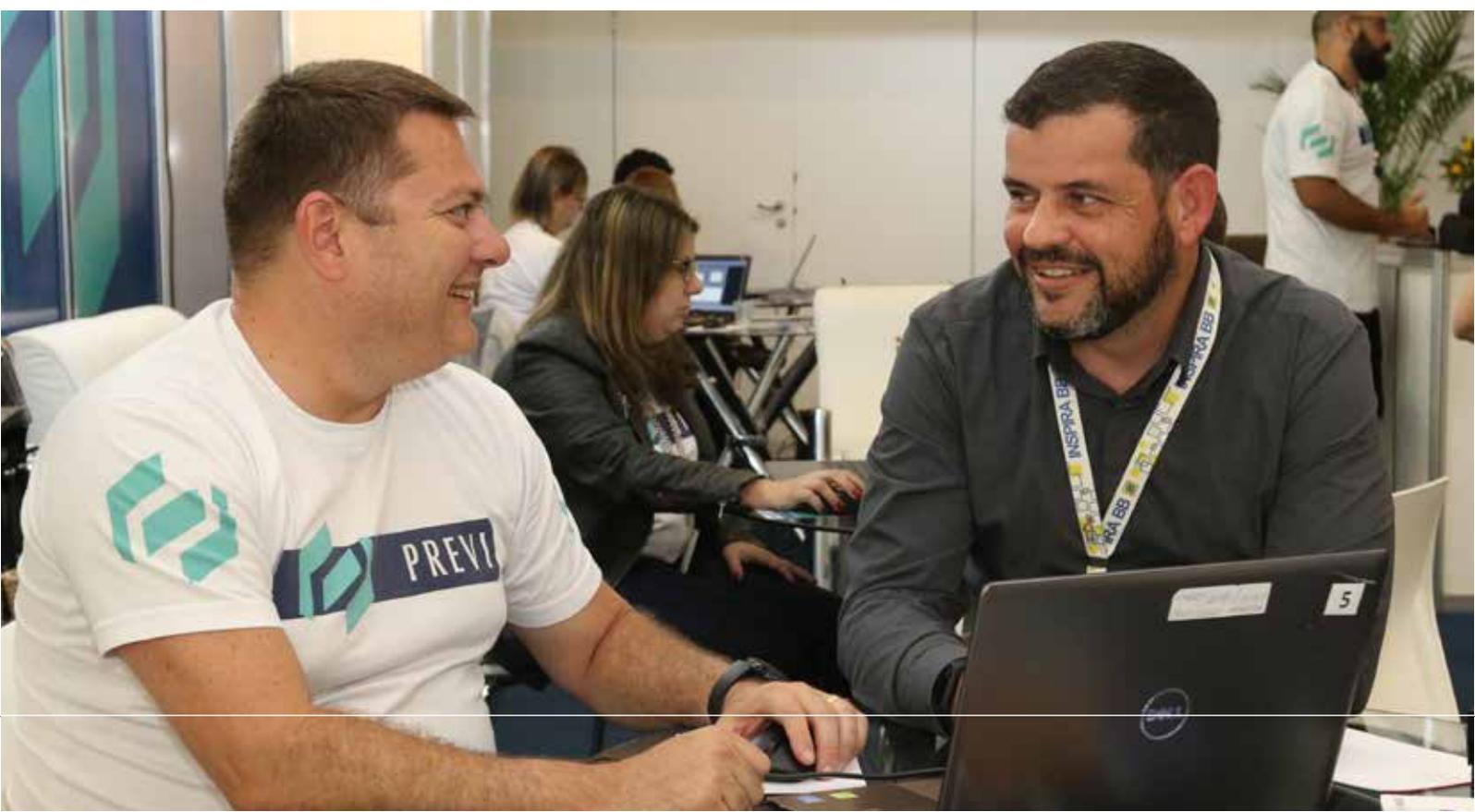
PREVI Itinerante

É o programa de atendimento presencial aos participantes da PREVI, que leva equipes da Entidade a eventos nos quais há grandes concentrações de funcionários e a dependências do Banco do Brasil. Os atendimentos incluem prestação de informações sobre os planos de benefícios, esclarecimento de dúvidas sobre regulamentos e questões previdenciárias, campanhas de adesão ao PREVI Futuro e à Capec e outros temas. Como em toda a estratégia de comunicação, houve palestras diferenciadas para os participantes do Plano 1 e do PREVI Futuro.

Em 2017, o PREVI Itinerante acompanhou todas as apresentações do resultado de 2016 nas 15 capitais. Nesses eventos, foram realizados 827 atendimentos. A equipe ainda retornou a Belo Horizonte, em outubro, onde prestou 309 atendimentos e realizou 13 palestras de educação previdenciária para 251 participantes, e a Brasília, em novembro, onde realizou 442 atendimentos. No Distrito Federal, ainda foram realizadas 14 palestras voltadas aos participantes do PREVI Futuro, que contaram com a presença de 525 pessoas. A equipe PREVI Itinerante também foi acionada em outros eventos realizados no ano, como na 1ª Semana PREVI de Educação Financeira e Previdenciária.

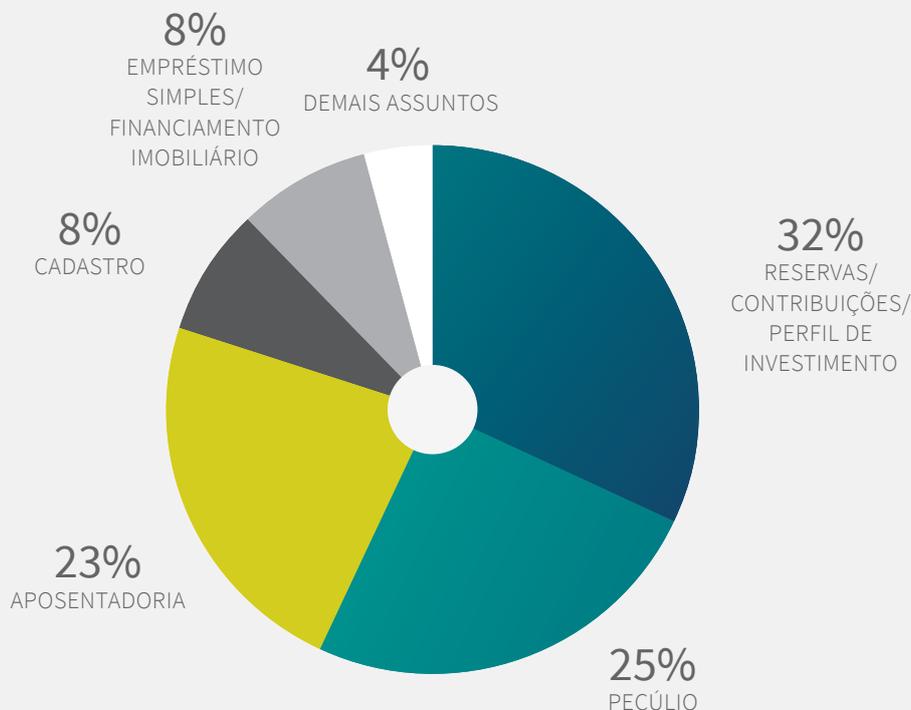
827

atendimentos prestados
pelo PREVI Itinerante
durante as apresentações
do resultado anual



Números do PREVI Itinerante em 2017

Principais assuntos abordados



1.445

participantes atendidos

1.624

atendimentos

3.187

consultas

Programa de Visitas a Empresas e Empreendimentos

Realizado desde 2012, o Programa promove visitas guiadas a empresas e empreendimentos imobiliários da carteira de participações da PREVI, com a presença de executivos da Entidade. Em 2017, em maio e junho, o Programa levou associados para visitar o Centro de Experiência da Cervejaria Bohemia (RJ), controlada pela Ambev; o Shopping Curitiba (PR); o MorumbiShopping (SP); o WTorre Nações Unidas (SP); e o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) do Rio de Janeiro.

A agenda das visitas é anunciada previamente nos canais de comunicação e os interessados devem se cadastrar por e-mail; a cada visita, de 20 a 30 participantes são convidados, por ordem de chegada dos pedidos. É uma oportunidade para conhecer, na prática, o patrimônio dos planos e o cotidiano do funcionamento de grandes empresas e complexos imobiliários.

Canais de atendimento

A PREVI conta com várias formas de atendimento a seus participantes em caso de dúvidas, necessidade de orientações, agendamento de Assessorias Previdenciárias, recebimento de sugestões e críticas ou quaisquer outras demandas.

A Central de Atendimento funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h. O participante também pode usar o serviço de autoatendimento no portal da PREVI ou por telefone, 24 horas por dia, sete dias por semana. Vale lembrar que o serviço de autoatendimento foi estendido para o App PREVI e que o portal da Entidade (www.previ.com.br) oferece respostas rápidas às dúvidas mais comuns no endereço <https://www.previ.com.br/menu-auxiliar/fale-conosco/>.

Os associados que entram em contato com a Central de Atendimento são convidados a participar da Pesquisa de Satisfação, na qual é avaliado o grau de satisfação com o atendimento recebido. Em 2017, o índice de satisfação com o atendimento telefônico foi de 93,9%. A pesquisa é um dos indicadores acompanhados mensalmente pela Diretoria de Seguridade. GRI 102-43, 102-44

QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS POR ANO

Canal	2015	2016	2017
Telefone	245.689	235.978	224.784
E-mail /carta	55.049	57.211	58.194
Presencial	7.138	6.030	6.533
Autoatendimento via internet	8.658.572	9.001.380	9.572.244
Autoatendimento via telefone	58.896	55.895	53.295
TOTAL	9.025.344	9.356.494	9.915.050

Ouvidoria da PREVI

Outro canal de atendimento aberto a todos os públicos é a Ouvidoria da PREVI. Criada em 2015, acolhe denúncias e reclamações de segunda instância, externas ou internas, com garantia de sigilo das fontes e anonimato. No ano, houve um aumento de denúncias e demandas internas, o que indica a solidificação da cultura do uso e da percepção da importância do canal.

Em se tratando de reclamação de segunda instância, é necessário que o assunto já tenha sido objeto de reclamação junto aos canais habituais de atendimento ao participante (primeira instância): Central de Atendimento e Fale Conosco.

Todas as demandas cadastradas constituem subsídios para a avaliação de melhorias nos processos que deram origem aos registros. Assim, além de obter a solução para uma insatisfação ou problema reportado, o demandante da Ouvidoria contribui diretamente com a sua visão para o aperfeiçoamento dos processos internos que, além de outros benefícios, tem como consequência a melhoria do atendimento da PREVI.



Telefone da Ouvidoria:
0800 729 0303

Acesso via portal web:
<http://previ.com.br/ouvir>

MECANISMOS DE QUEIXA

Queixas	2015	2016	2017
Número de queixas identificadas por meio do mecanismo	15	182	198
Número de queixas endereçadas ¹	11	163	181
Número de queixas resolvidas ²	11	163	181
Número de queixas registradas antes do período coberto pelo relatório resolvidas no decorrer deste período ³	0	0	1

¹ Desconsideradas as demandas não passíveis de tratamento pela Ouvidoria devido ao assunto estar sob discussão na esfera judicial.

² Demandas procedentes e improcedentes, solucionadas e não solucionadas.

³ Em dezembro de 2017, foi recebida uma demanda, solucionada em janeiro de 2018, já contabilizada no quadro número de queixas resolvidas.

Novidades no Clube de Benefícios GRI 103-2 | 417

O Clube de Benefícios ampliou, em 2017, o número de empresas parceiras que oferecem descontos e vantagens aos participantes da PREVI. Foram anunciados acordos com a BMW (carros e motos), a Latam Travel (agência de viagens) e a Semp TCL (eletroeletrônicos), além de ter reativado a parceria com o Hotel Urbano (agência de viagens *online*).

A relação completa das empresas e das promoções oferecidas está no endereço <http://www.previ.com.br/sala-do-participante/clube-de-beneficios/>. Em 2017, 23.601 transações foram feitas por meio das parcerias com empresas do Clube de Benefícios. O percentual médio de desconto por produto foi de 11,05%, com R\$ 4,76 milhões concedidos em descontos aos participantes.

Educação previdenciária (Mais PREVI)

GRI 103-2 | 417, FS 16

O Mais PREVI, programa de educação previdenciária da Entidade, continuou a trabalhar na disseminação de informações sobre o funcionamento e as regras da previdência complementar, planejamento financeiro, orçamento pessoal e a importância de poupar para o futuro. O portal da PREVI na internet conta com um espaço exclusivo para o Mais PREVI, com vídeos específicos para os participantes do Plano 1 e do PREVI Futuro, reportagens e links para publicações ligadas aos temas citados e informações sobre o serviço de Assessoria Previdenciária.

Mais PREVI em números – 2017

2.355

participantes concluíram os cursos *online* disponíveis na UniBB

1.624

atendimentos prestados em eventos externos pela equipe PREVI Itinerante

2.125

Assessorias Previdenciárias prestadas, das quais 270 foram para o PREVI Futuro

**99,89%:**

índice de satisfação dos participantes atendidos pela Assessoria Previdenciária

75 mil

associados receberam mala direta informativa sobre a possibilidade de aumentar a contribuição para o PREVI Futuro

**1.405**

participantes ativos do PREVI Futuro foram contatados para esclarecimentos sobre a contribuição 2B

Assessoria Previdenciária

A Assessoria Previdenciária é destinada aos participantes que desejam planejar a sua aposentadoria. O participante pode agendar data e horário — pela Central 0800 729 0505 ou pela seção Fale Conosco do site ou do App — para ser atendido por telefone por um especialista, que o auxilia no planejamento de sua aposentadoria. Após uma análise prévia da situação do participante, os analistas prestam assessoria customizada sobre quaisquer modalidades de benefício de aposentadoria concedidos pela PREVI ou pelo INSS. Em 2017, foram realizadas 2.125 assessorias previdenciárias para participantes do Plano 1 e do PREVI Futuro.

Desde 2013, todos os participantes atendidos pela Assessoria Previdenciária recebem, por e-mail, uma pesquisa de satisfação sobre o atendimento. De caráter voluntário, a pesquisa registrou em 2017 o índice de satisfação de 99,89%. GRI 102-43, 102-44

Consultoria sobre contribuição 2B

Em 2017, foram realizadas 1.405 consultorias com os participantes do PREVI Futuro que possuem percentual 2B optado menor que o calculado para esclarecimentos sobre a importância da contribuição 2B para a formação do saldo de conta. Mais de 20% dos participantes contatados aumentaram o percentual de contribuição.

1ª Semana PREVI de Educação Financeira e Previdenciária

Realizada em maio no prédio da sede da PREVI, no Rio de Janeiro (RJ), a primeira Semana PREVI de Educação Financeira e Previdenciária foi voltada aos funcionários da própria Entidade (que também são participantes dos planos de benefícios). O evento contou com a participação de palestrantes convidados, que discutiram sobre cenário econômico e planejamento financeiro, psicologia econômica e as decisões sobre investimentos de longo prazo e planos de previdência. A Semana visou atender também à estratégia de disseminação da educação financeira e previdenciária traçada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef), do qual a Previc é um dos integrantes.

Funcionários de várias gerências da PREVI apresentaram informações sobre os planos de benefícios, Perfis de Investimento e sobre o benefício de aposentadoria da previdência oficial (INSS). Em complemento às apresentações, atendimentos presenciais nos moldes do PREVI Itinerante foram prestados aos funcionários.

Trilha de Educação Previdenciária na UniBB

A partir de julho de 2017, a UniBB e o Portal de Educação da PREVI passaram a oferecer a trilha de cursos Educação Previdenciária. Inicialmente, foram apresentados quatro cursos: “Você tem previdência?”, “O que é previdência?”, “Planos de benefícios” e “A gestão dos planos de benefícios”. Em agosto, mais quatro cursos foram acrescentados à trilha: “Conhecendo o Plano 1”, “Conhecendo o PREVI Futuro”, “Conhecendo a Capec” e “Operações com os participantes”. Em setembro, outros cursos (“De olho nos resultados” e “Política de Investimentos”) entraram na programação. Em dezembro foi lançado o game Fazendo a Gestão da sua Previdência, somando 11 peças educativas em 2017.

A construção do conteúdo das 11 peças de educação previdenciária foi realizada por diversas gerências especialistas da PREVI. A PREVI contou ainda com a parceria com o Banco do Brasil para a adequação do material para a UniBB. Para 2018, está prevista a publicação de quatro novos cursos na trilha. Além de sua utilidade para o planejamento financeiro pessoal do participante, o cumprimento da trilha passou a ser requisito básico para os funcionários do Banco do Brasil que desejam participar de processos de seleção para a PREVI.

2.125

atendimentos prestados pela Assessoria Previdenciária

11

cursos estão disponíveis na Trilha de Educação Previdenciária, na UniBB e no Portal de Educação da PREVI



Curso PREVI para Participantes

Voltado a representantes das associações de funcionários da ativa e aposentados, colaboradores das Gerências Regionais de Gestão de Pessoas (Gepes) e das Equipes de Comunicação e Autodesenvolvimento (Ecoas), o curso apresenta a PREVI no contexto previdenciário, aborda os planos de benefícios e os demais produtos e serviços da Entidade. A ideia é disseminar as informações e estreitar o relacionamento com entidades representativas, seus associados e funcionários multiplicadores do Banco do Brasil. Em 2017, 13 edições do curso foram promovidas, um aumento expressivo em relação ao ano anterior, quando a iniciativa foi criada.

Os participantes que concluíram o curso também responderam a um questionário de avaliação posteriormente, cujo índice de adesão foi de 90,75%. O questionário avaliava, entre outros pontos, a adequação da metodologia proposta, a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos e a compreensão dos conteúdos. 76,15% dos que responderam à pesquisa avaliaram o curso como “excelente” e “bom”.

EDIÇÕES DO CURSO EM 2017

Local	Data	Quantidade de participantes
AAFBB-PR	21/3/2017	22
AFABB-PR	24/3/2017	16
AAFBB-DF	18/4/2017	13
AAFBB-Niterói	19/4/2017	11
Federação DF	20/4/2017	13
AAFBB -PA	25/5/2017	20
AAFBB -PA	26/5/2017	19
ANABB-Campinas	18/7/2017	22
AAFBB-SP	17/8/2017	18
AAFBB-SP	18/8/2017	20
AAFBB Fortaleza	21/9/2017	19
Sindicato BH	8/11/2017	19
AAFBB CG	22/11/2017	15
TOTAL		227



Contencioso jurídico

Como nos anos anteriores, em 2017 houve um esforço da área jurídica para reduzir o número de demandas nas quais a PREVI é ré, em geral movidas por participantes que requerem revisões dos valores de benefícios. Esse trabalho passou por diversas iniciativas de comunicação para esclarecer os riscos envolvidos em um processo jurídico que nem sempre pode ser decidido a favor do participante. É direito do associado contestar a Entidade, se ele se sentir lesado; entretanto, a PREVI incentiva os participantes a sempre procurá-la para mais esclarecimentos, antes de tomar a decisão de ir aos tribunais.

Um total de 3.250 processos foram encerrados no período entre 2015 e 2017, boa parte deles referente a pedidos para inclusão do valor da cesta-alimentação no benefício. A PREVI vem negociando a devolução dos valores recebidos por decisões judiciais em caráter precário pelos associados beneficiados em primeiras instâncias, depois que uma decisão do Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo, definiu que os participantes que receberam valores em tutela antecipada devem restituí-los (mais os custos dos processos). Não houve aumento significativo de ações contestando valores de benefícios em comparação a anos anteriores.

Em 2017, R\$ 168,7 milhões foram recuperados após o mapeamento de mais de 3 mil depósitos judiciais pendentes de conversão. Além disso, a Entidade mudou seu modelo de terceirização e remuneração dos escritórios de advocacia contratados para gestão do contencioso. A nova metodologia se baseia em critérios objetivos de avaliação de desempenho e de equilíbrio na distribuição dos processos.

Público interno

GRI 102-42, 102-43

Objetivo estratégico: gestão eficiente e eficaz

A PREVI conta com um corpo técnico capacitado, formado em sua quase totalidade por funcionários cedidos pelo Banco do Brasil e que é reconhecido no mercado de previdência complementar por seu desempenho. Ao fim de 2017, a Entidade contava com 566 empregados, entre funcionários cedidos, terceirizados e do quadro próprio.

Indicadores de recursos humanos

GRI 102-8

EMPREGADOS POR TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO E GÊNERO¹

Tipo de contrato	2016			2017		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Tempo indeterminado	329	236	565	323	243	566

¹ todos os empregados da PREVI (quadro próprio e cedidos do Banco do Brasil) possuem contrato de tempo indeterminado e jornada integral. Os dados são extraídos do sistema AQF - Administração do Quadro de Funcionários.

EMPREGADOS POR REGIÃO¹

Região	2016	2017
Rio de Janeiro	557	558
Brasília	8	8
Total	565	566

¹ todos os empregados da PREVI (quadro próprio e cedidos do Banco do Brasil) possuem contrato de tempo indeterminado e jornada integral. Os dados são extraídos do sistema AQF - Administração do Quadro de Funcionários.

EMPREGADOS POR CATEGORIA FUNCIONAL E REGIÃO

	2016	2017	
Gerência Executiva	28	24	
Gerência de Núcleo	Rio de Janeiro	56	60
	Brasília	1	1
Administrativo	Rio de Janeiro	317	331
	Brasília	2	2
Técnica/supervisão	103	84	
Operacional	Rio de Janeiro	47	53
	Brasília	5	5
Total	559	560	

Indivíduos dos órgãos de governança	2016	2017	
Diretoria	6	6	
Conselho Deliberativo	titulares	6	6
	suplentes	6	4
Conselho Fiscal	titulares	4	4
	suplentes	4	2
Conselho Consultivo do Plano I	titulares	5	5
	suplentes	5	4
Conselho Consultivo do Previ Futuro	titulares	5	5
	suplentes	5	5
Total	titulares	26	26
	suplentes	20	15

Trabalhadores	2016	2017
Estagiários	8	6
Aprendizes	1	0
Terceiros	79	103
Total	88	109

Gestão e desenvolvimento de pessoas

Ações voltadas ao aprimoramento constante do clima interno e para a preparação dos futuros líderes marcaram o ano de 2017. A mais recente pesquisa interna sobre o clima organizacional apontou um resultado positivo em relação a 2016 e confirmou a tendência de alta nas avaliações nos últimos anos. O Comitê Fala PREVI – que tem status de instância consultiva e conta com acesso direto à Diretoria Executiva – acompanhou e disseminou as iniciativas para fomentar a melhoria do clima.

Os treinamentos corporativos foram alinhados com as diretrizes dos objetivos estratégicos, que também nortearam os critérios de avaliação de desempenho no ano. Com diversos programas destinados à formação das próximas gerações de gestores, a PREVI investiu na garantia de sua sustentabilidade operacional, preparando-se para transições sem sobressaltos em curto e médio prazos. Outro tema relevante foi a revisão dos termos do convênio de cessão de funcionários do Banco do Brasil para a PREVI, a ser aprovada em 2018.

Recrutamento e seleção

O processo de recrutamento e seleção na PREVI tem critérios transparentes que valorizam o mérito, o desempenho e a formação, permitindo o acesso democrático às oportunidades. Em 2017, foram realizados nove processos seletivos na PREVI, com 10.846 inscritos, dos quais 108 candidatos foram qualificados e 13 nomeados.

Mentoria

O programa de Mentoria, uma das ações integrantes do Programa de Desenvolvimento e Sucessão, chegou ao seu segundo ciclo em 2017. Com foco maior na participação de gerentes executivos e de núcleo, além da presença de diretores do Banco do Brasil e de empresas coligadas ao grupo BB, a iniciativa permite o compartilhamento de conhecimentos e experiências entre gestores com reconhecido nível de excelência e funcionários em formação para a carreira gerencial.

Programa de Desenvolvimento de Executivos

Concebido para capacitar gestores e prepará-los para alta performance na gestão de pessoas, processos e negócios, o Programa conta com módulos ministrados por instituições de referência na educação corporativa brasileira. Entre os conhecimentos abordados, incluem-se governança corporativa, liderança e comportamento organizacional, gestão estratégica e inovação e ambiente de negócios.

Líder do Futuro Executivo

Voltado aos gerentes de núcleo. Trata-se de um programa de imersão que busca estimular todas as competências necessárias para preparar um líder, com um desenvolvimento pessoal e profissional baseado em uma metodologia de simulação corporativa. Experiências práticas levam os envolvidos a vivenciar, com realismo, situações vividas no cotidiano empresarial.

Inovação: Inova PREVI e LAB Infor

O programa interno de inovação da Entidade, batizado de Inova PREVI, foi lançado em 2017. A ideia é motivar e engajar os funcionários para o desenvolvimento de ideias que auxiliem no atingimento dos objetivos estratégicos e na melhoria de processos, com a busca da satisfação do participante e da sustentabilidade dos negócios. Após uma fase inicial de divulgação do conceito, foram encaminhadas 35 propostas. As cinco melhores ideias foram reconhecidas e estão sendo avaliadas para desenvolvimento. Os primeiros resultados concretos são esperados para 2018.



10.846

inscritos em processos seletivos realizados pela PREVI em 2017

35

propostas de inovação apresentadas por meio do programa Inova PREVI, lançado em 2017

Também no sentido de incentivar a busca de soluções inovadoras, no caso específico da gestão de tecnologia da informação (TI), foi criado o LAB Infor – uma espécie de start-up interna, incubada na Gerência de Tecnologia da Informação (Infor). Busca-se com a iniciativa trazer uma nova forma de experimentar tecnologias e soluções disruptivas, utilizando metodologias ágeis que propiciem maior qualidade de produtos, entregas mais rápidas e redução de custos.

Foco na capacitação

O Acordo de Trabalho dos funcionários cedidos (ATB) reforça a importância da capacitação ao incluir como meta a quantidade mínima de 15 horas de treinamento. Foi também incluído no ATB o cumprimento da Trilha Ética (composta por oito cursos), como medida alinhada à necessidade de mitigar riscos de integridade que possam impactar a Missão da PREVI de garantir o pagamento de benefícios aos associados de forma eficiente, segura e sustentável.

Portal de Educação: dois anos

O espaço virtual que concentra as trilhas educacionais da PREVI completou dois anos em abril de 2017. Criado para fomentar o autodesenvolvimento e o compartilhamento de informações, o Portal hoje também abriga o Programa de Mentoria, além de vídeos e jogos interativos. Os destaques do período:

10.754

acessos



Média de

220

conclusões por mês

8.933

conclusões de ações educacionais

Os cursos mais concluídos foram:

- “A história da PREVI”
- “Mais PREVI: saiba mais sobre o Plano 1”
- “Gestão da ética na PREVI”

Principais iniciativas de gestão em 2017

Além de mudanças importantes no processo orçamentário da PREVI (*detalhadas no capítulo Planos de Benefícios*), 2017 viu a conclusão e/ou o avanço em vários projetos ligados ao objetivo estratégico “Gestão eficiente e eficaz”. Boa parte do esforço no ano se concentrou na modernização dos sistemas de tecnologia da informação (TI) da Entidade, que possibilitaram, por exemplo, o lançamento do App PREVI (leia mais na seção Participantes) e uma melhor conexão entre as plataformas de seguridade e de gestão empresarial – dois eixos fundamentais dos processos de gestão. A conclusão da renovação dessas duas plataformas trará ganhos em redução de custos, melhoria no atendimento e possibilitará a oferta de novos produtos e serviços.

Otimização da sede

O projeto visa aumentar a integração entre as equipes e trazer mais interação entre os gestores da PREVI, além de proporcionar redução de custos da ordem de R\$ 6 milhões ao ano, graças à redução do espaço físico ocupado pela PREVI e sua consequente disponibilização para aluguel. A ideia é modernizar o ambiente de modo geral, com o uso mais racional dos recursos e adequado descarte de resíduos. O projeto arquitetônico aprovado prevê melhor aproveitamento dos espaços e permite acessibilidade total às dependências.

Projeto Governança de Processos

Constituído em 2017 e em andamento até abril de 2018, o projeto visa à implantação coordenada e integrada de um modelo de Gestão e Governança de Processos e Normativos. Fortalece e consolida uma gestão eficiente e eficaz, baseada em análise de desempenho. A Governança de Processos viabiliza a definição dos processos mais críticos para a PREVI, considerando fatores como objetivos estratégicos, riscos, controles e ganhos de eficiência, além de embasar a tomada de decisão quanto às iniciativas e investimentos internos para fortalecimento dos negócios.

Além desses elementos, a Governança de Processos garantirá o mapeamento de todos os processos de negócios executados na PREVI, com base em uma metodologia integrada à verificação de custos dos processos, bem como a um melhor controle dos Riscos Operacionais.

Revisão da estrutura interna

A reestruturação da organização das diretorias da PREVI começou ainda em 2016, com a nova divisão da Diretoria de Participações. Em 2017, todas as demais diretorias passaram por processo semelhante, com a revisão dos papéis de cada gerência e uma reavaliação do tamanho do quadro funcional. Tal reestruturação indica uma economia da ordem de R\$ 12 milhões, cerca de 6% do custo total de pessoal da Entidade.

6%

redução do custo total de pessoal da Entidade com a revisão da estrutura interna

R\$ 6 mi

de reais: economia anual prevista com a otimização da sede



Modernização da Arquitetura de TI

Por meio do Projeto Modernização da Arquitetura de TI, todo um conjunto de esforços e iniciativas foram consolidadas em um planejamento corporativo, com o objetivo de aprimorar tecnologicamente a PREVI à luz da estratégia corporativa.

Esse trabalho estabeleceu uma visão da arquitetura de negócio, validada por toda a Diretoria e pelas gerências executivas da PREVI, com a qual foi possível classificar as unidades de serviços conforme os direcionadores estratégicos, além de elaborar o *Roadmap* para orientar a modernização de TI a sustentar essa arquitetura.

As ações derivadas do projeto *Roadmap* de TI foram distribuídas por um período de quatro anos. As iniciativas que foram priorizadas para início imediato são o barramento de serviços e as plataformas de segurança e gestão empresarial.

Barramento de serviços

O barramento de serviços de TI (interface que conecta e organiza os serviços) estabelece um padrão de mercado para integração dos sistemas corporativos que permite redução de custos, aumento de produtividade, maior flexibilidade e agilidade na implementação de novos sistemas e produtos de mercado.

Além de fazer parte do *Roadmap* de TI, várias outras iniciativas serão beneficiadas com a utilização do barramento de serviços, dentre elas as novas Plataformas de Segurança e Gestão Empresarial e o App PREVI.

Plataformas de Segurança e Gestão Empresarial

Foram prospectadas diversas soluções de mercado em busca de plataforma de TI integrada para substituir os atuais sistemas corporativos de segurança e gestão empresarial, o que permitirá a adoção de um produto com visão moderna e ampla adoção de parametrização. Essa iniciativa possibilitará reduzir custos em função da alta complexidade e necessidade recorrente de manutenção dos sistemas atuais.

Além da modernização tecnológica, essa iniciativa busca dotar a PREVI de sistemas com orientação a processos de negócio, eliminar *gaps* funcionais existentes na plataforma atual e simplificar o ambiente tecnológico, preservando a segurança e disponibilidade das informações e viabilizando o lançamento de novos produtos.

Modernização da Plataforma de Escritório – Office 365

A política de utilização de serviços em nuvem possibilitou a implantação da plataforma Microsoft Office 365, que disponibilizou, dentre várias aplicações, o novo correio eletrônico e o repositório de arquivos em nuvem (OneDrive).

Também foi implementado o Skype for Business, um serviço de mensageria instantânea que permite a comunicação rápida, segura e eficiente entre os colaboradores na PREVI, além da possibilidade de interagir com o público externo e outras empresas.



Acesso Remoto (VDI)

Buscando maior eficiência operacional e redução de custos na execução de processos, principalmente os que são contingenciados, a PREVI vem aprimorando o conceito de Escritório Remoto. Para esta iniciativa, a Gerência de Tecnologia da Informação (Infor) implantou a tecnologia de ambiente virtualizado (VDI), que permite o acesso ao ambiente tecnológico da PREVI a partir de qualquer localidade, de forma ágil e segura. Essa tecnologia atende a dois tipos de contingência: de crise, quando o acesso físico à PREVI é impossibilitado; e em caso de desastre, quando ocorre o acionamento do site de contingência.

Site de contingência

O site de contingência da PREVI é um ambiente apartado, capaz de manter o funcionamento normal da Entidade caso ocorra qualquer incidente que impeça o acesso normal à sede.

Em 2017, o site foi modernizado, aperfeiçoando a estratégia de Continuidade de Negócios, possibilitando a segregação da infraestrutura de servidores de TI do ambiente de escritório, além de permitir ganhos em termos de agilidade e mobilidade para áreas que possuem processos contingenciados.

Com a implantação do novo site de contingência, a PREVI obteve uma economia anual em torno de R\$ 800 mil ao desmobilizar o antigo imóvel e os encargos vinculados e migrar a infraestrutura de servidores para um *data center* comercial. O ambiente de escritório de contingência passou a ser atendido pelas soluções disponibilizadas de acesso remoto e pela modernização da Plataforma de Escritório.

Mais segurança digital

A segurança na área de TI foi um tema importante durante todo o ano. Em janeiro, foi lançado o primeiro de uma sequência de vídeos sobre os riscos de ataques cibernéticos, incluídos na trilha de Segurança da Informação (no Portal de Educação). A série abordou temas como informação corporativa, engenharia social e proteção ao navegar pela internet. Além dos testes de invasão e disponibilidade realizados periodicamente, também foi realizado um estudo do perfil de cada executivo da PREVI em relação ao seu risco de exposição nas redes sociais, que gerou recomendações de comportamento.

As políticas de segurança da informação e ações de monitoramento, prevenção e controle realizadas continuamente pela Gerência de Tecnologia da Informação (Infor) permitiram que a PREVI não sofresse nenhuma ocorrência de infecção e/ou interrupção de serviço pelo Wanna Cry, preservando seus dados, sistemas e mais de 900 computadores ligados em rede (entre servidores e estações de trabalho).

O Wanna Cry é um vírus de resgate (ou *ransomware*), um tipo de programa malicioso (ou *malware*) que, quando entra em um sistema, bloqueia o acesso aos sistemas infectados. Após a infecção, os responsáveis pelo ataque cobram um valor de resgate para desbloquearem o acesso aos sistemas. A ocorrência desse cyberataque de abrangência mundial em maio de 2017 foi amplamente noticiada. Foram atingidos empresas e órgãos de governo também no Brasil. Estima-se que foram infectados mais de 200 mil computadores em 150 países.

R\$ **800** mil

reais de economia obtida com
a modernização do site de
contingência



Posicionamento institucional

GRI 102-12, 102-13, 102-42, 102-43

A PREVI é a maior entidade de previdência complementar do Brasil e é notadamente reconhecida no segmento não apenas por seu porte, mas também pela qualidade de sua gestão e pela solidez de sua governança corporativa. Dentro dos preceitos do novo Programa de Integridade (*leia mais em A PREVI*), a instituição vem assumindo cada vez mais o papel de indutora de boas práticas em seu relacionamento com associações de classe, empresas, órgãos reguladores e demais entes que participam do mercado de previdência complementar. A PREVI tem presença ativa nas principais entidades representativas da previdência complementar brasileira, como o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e a Abrapp. Também permanece como única representante latino-americana no conselho do Principles for Responsible Investment (PRI), iniciativa criada pela Organização das Nações Unidas para disseminar princípios de responsabilidade socioambiental entre grandes investidores institucionais.

18º Encontro PREVI de Governança Corporativa

Quase 400 pessoas, entre acadêmicos, representantes de grandes empresas e de fundos de pensão, dirigentes de instituições financeiras e de investidores institucionais compareceram à 18ª edição do Encontro PREVI de Governança Corporativa, realizado no Rio de Janeiro (RJ) em setembro. Sob o tema geral “Comunicação como Ferramenta Estratégica”, o evento enfatizou a importância da gestão da comunicação na manutenção de um bom sistema de governança, com impactos sobre as decisões estratégicas e os processos de *compliance* das organizações.

Comunicação integrada, formação de uma cultura ética, planejamento estratégico e fluxos de informações entre órgãos da alta direção estiveram entre as temáticas debatidas. O presidente da PREVI, Gueitiro Matsuo Genso, apresentou o Programa de Integridade, dentro do debate “Ética e transparência”. O Encontro foi transmitido ao vivo pela internet e pôde ser acompanhado por todos os associados.

Funcionários da PREVI premiados pela Previc

Um trabalho produzido por quatro funcionários da PREVI (Flávio Machado Pereira, Florentino da Silva Fernandes, Ricardo Martins de Paiva Bastos e Rodrigo Tavares dos Santos) foi o vencedor do 7º Prêmio de Monografias da Previc, que visa estimular a pesquisa e a elaboração de trabalhos técnicos sobre previdência complementar fechada. Com a monografia intitulada “Gerenciando as expectativas dos participantes: a utilização de ferramentas gerenciais em um plano de benefício alvo”, o quarteto de técnicos da PREVI venceu na categoria “Criação de mecanismos para o gerenciamento de expectativas”. O prêmio foi entregue durante o 38º Congresso Brasileiro da Previdência Complementar Fechada, realizado pela Abrapp em outubro. O trabalho ainda deu origem a um serviço que será disponibilizado no App PREVI durante 2018.



400

pessoas: público aproximado presente ao 18º Encontro PREVI de Governança Corporativa



Presença na Abrapp

Além da premiação supracitada, a PREVI teve outras participações no Congresso promovido pela Abrapp. No evento – o maior encontro setorial de previdência complementar do país, que reuniu mais de três mil pessoas –, o presidente Gueitiro Matsuo Genso discursou sobre o tema “Governança como eixo central da credibilidade”, mostrando os pilares centrais da governança da Entidade. Em outras palestras, o gerente executivo Rafael Castro apresentou o Programa de Integridade e a gerente de núcleo Silvania Godoi Ferreira falou sobre “Finanças comportamentais: investimentos imobiliários e o processo decisório nas EFPC”.

Outras interações relevantes incluíram a colaboração da PREVI no grupo de trabalho que delineou os princípios do Código de Autorregulação em Governança de Investimentos (*leia mais no capítulo A PREVI*) e na comissão que criou o guia com orientações de um Programa de Integridade nas EFPCs, além da apresentação à Abrapp da nova metodologia de classificação de imóveis, conduzida pela Gerência de Administração de Participações Imobiliárias (Geraí).

Prêmio Abrasca

A PREVI concorre ao Prêmio Abrasca de Relatório Anual na categoria Organizações Não Empresariais. O prêmio é organizado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e destinado aos melhores relatórios anuais do ano. Nos últimos anos, a Entidade tem alcançado pontuações máximas em quesitos como Demonstrações Contábeis e Perfil da Organização, entre outros. O prêmio tem o objetivo de incentivar a elaboração de relatórios com maior clareza, transparência, qualidade e quantidade de informações.

Sistema de Expectativas do Banco Central

Em 2017, a PREVI continuou a participar do grupo de instituições que compõe o Sistema de Expectativas do Banco Central, ferramenta *online* que reúne projeções de variáveis econômicas feitas por mais de cem bancos, gestores de ativos e consultorias. Confirmando a assertividade de seu corpo técnico, a PREVI foi incluída diversas vezes durante o ano no grupo das instituições com projeções mais acuradas sobre as tendências da taxa básica de juros da economia, taxa de câmbio de médio prazo e sobre as expectativas de inflação.

O Sistema de Expectativas condensa informações importantes sobre a macroeconomia brasileira, que, divulgadas publicamente, permitem que agentes econômicos planejem melhor suas ações em curto, médio e longo prazos. Ao participar do Sistema, a PREVI contribui para o fortalecimento do mercado e reforça a inteligência envolvida na sua gestão de investimentos e em seu planejamento, com reflexos positivos diretos nos resultados financeiros obtidos em prol dos participantes.



3 mil

presenças no Congresso da Abrapp, no qual a PREVI teve participação destacada em 2017



Anexo GRI



Sobre o relatório

O Relatório Anual 2017 da PREVI reúne informações referentes ao período entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017. Exceções estão discriminadas no texto ou no sumário de conteúdo GRI. A única entidade considerada nas demonstrações financeiras é a própria PREVI. Não houve reformulação ou mudança de informações relatadas anteriormente. As diretrizes aplicadas ao conteúdo e aos indicadores foram as GRI Standards, sem verificação externa. Dúvidas, críticas e sugestões podem ser encaminhadas por meio de mensagem no canal Fale Conosco, no endereço <http://www.previ.com.br/menu-auxiliar/fale-conosco>. GRI 102-45, 102-46, 102-50, 102-53, 102-54, 102-56

Sumário de conteúdo GRI

DIVULGAÇÕES GERAIS

GRI Standard	Divulgação	Página/URL	Omissão
Perfil organizacional			
	102-1 Nome da organização	13	
	102-2 Atividades, marcas, produtos e serviços	13	
	102-3 Localização da sede	13	
	102-4 Localização das operações	13	
	102-5 Natureza da propriedade e forma jurídica	13	
	102-6 Mercados atendidos	13	
GRI 102: Divulgações gerais 2017	102-7 Porte da organização	13	
	102-8 Informações sobre empregados e trabalhadores	95	
	102-9 Cadeia de fornecedores	81	
	102-10 Mudanças significativas na organização e na sua cadeia de fornecedores	Não houve	
	102-11 Abordagem ou princípio da precaução	A PREVI não adota o princípio da precaução	
	102-12 Iniciativas desenvolvidas externamente	102	
	102-13 Participação em associações	102	
Estratégia			



GRI Standard	Divulgação	Página/URL	Omissão
GRI 102: Divulgações gerais 2017	102-14 Declaração do tomador de decisão sênior	6	
Ética e integridade			
GRI 102: Divulgações gerais 2017	102-16 Valores, princípios, padrões e normas de comportamento	14	
Governança			
GRI 102: Divulgações gerais 2017	102-18 Estrutura da governança	18	
Engajamento de stakeholders			
	102-40 Lista de grupos de <i>stakeholders</i>	83	
GRI 102: Divulgações gerais 2017	102-41 Acordos de negociação coletiva	100% dos funcionários próprios e dos cedidos pelo Banco do Brasil estão cobertos por acordos coletivos	
	102-42 Identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	83, 102	
	102-43 Abordagem para engajamento de <i>stakeholders</i>	84, 89, 92, 102	
	102-44 Principais tópicos e preocupações levantadas	84, 89, 92	
Práticas de reporte			
	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	105	
	102-46 Definindo o conteúdo do relatório e limites do tópico	105	
	102-47 Lista dos tópicos materiais	33	
	102-48 Reformulações de informações	Não houve	
GRI 102: Divulgações gerais 2017	102-49 Mudanças no relatório	Não houve	
	102-50 Período do relatório	105	
	102-51 Data do relatório mais recente	31/03/2017	
	102-52 Ciclo do relatório	Anual	
	102-53 Ponto de contato para perguntas sobre o relatório	105	
	102-54 Opção de acordo com o GRI Standards	105	
	102-55 Sumário de Conteúdo GRI	105	
	102-56 Asseguração externa	105	

TÓPICOS MATERIAIS

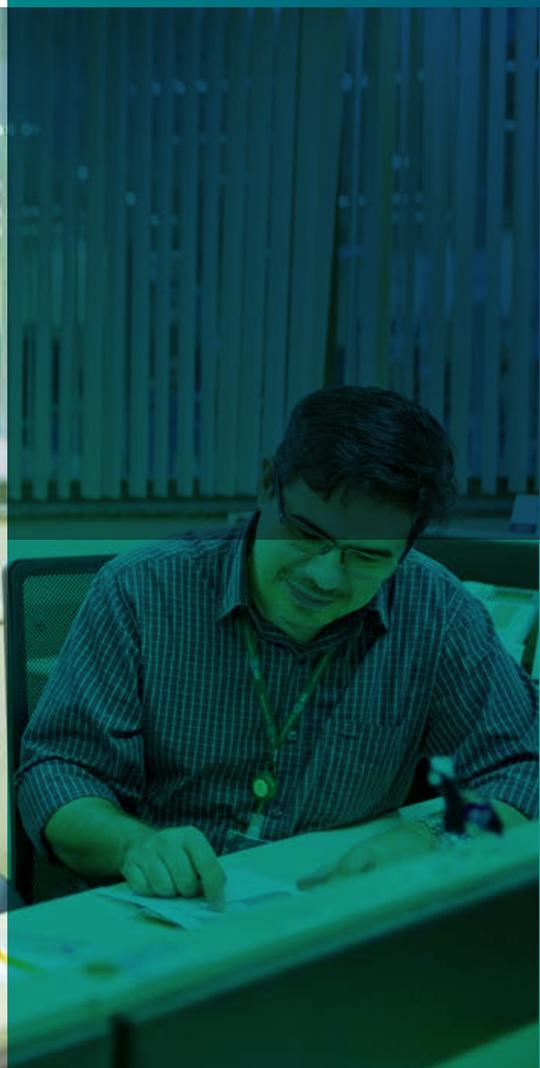
GRI Standard	Divulgação	Página/URL	Omissão
Desempenho econômico			
GRI 103: Abordagem de gestão 2017	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	39-61	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	39-61	
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	39-61	
GRI 201: Desempenho econômico 2017	201-1 Valor econômico direto gerado e distribuído	228	
	201-3 Obrigações do plano de benefício definido e outros planos de aposentadoria	63, 72	
Impactos econômicos indiretos			
GRI 103: Abordagem de gestão 2017	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	34-38	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	34-38	
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	34-38	
	203-2 Impactos econômicos indiretos significativos	34-38	
Combate à corrupção			
GRI 103: Abordagem de gestão 2017	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	22-24	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	22-24	
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	22-24	
GRI 205: Combate à corrupção 2017	205-1 Operações submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	22	
	205-2 Comunicação e treinamento em políticas e procedimentos de combate à corrupção	23	
	205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	21	
Política pública			
GRI 103: Abordagem de gestão 2017	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	22-24	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	22-24	
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	22-24	
GRI 415: Política pública 2017	415-1 Contribuições políticas		A PREVI não faz doações a candidatos ou a partidos políticos
Marketing e rotulagem			
GRI 103: Abordagem de gestão 2017	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	86-93	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	86-93	
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	86-93	



GRI Standard	Divulgação	Página/URL	Omissão
GRI 417: Marketing e rotulagem 2017	417-1 Exigências para informações e rotulagem de produtos e serviços	86	
	417-2 Casos de não-conformidade relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços	Não houve casos a relatar em 2017	
	417-3 Casos de não-conformidade relativos a comunicação de marketing	Não houve casos a relatar em 2017	
Suplemento Setorial Financeiro- Marketing e rotulagem	FS15 Políticas para o correto desenvolvimento, a estruturação e a venda de produtos e serviços financeiros	36, 37	
	FS16 Iniciativas para melhorar a educação financeira por tipo de beneficiário	91	
Conformidade socioeconômica			
GRI 103: Abordagem de gestão 2017	103-1 Explicação sobre o tópico material e seus limites	62-81	
	103-2 Abordagem de gestão e seus componentes	62-81	
	103-3 Evolução da abordagem de gestão	62-81	
GRI 419: Conformidade socioeconômica 2017	419-1 Não-conformidade com leis e regulamentos sociais e econômicos	Não houve casos a relatar em 2017	
Portfólio do produto			
Suplemento Setorial Financeiro – Portfólio do produto	FS1 Políticas com componentes ambientais e sociais específicos aplicadas às linhas de negócio	36, 37, 38	
	FS2 Procedimentos para avaliação e classificação de riscos ambientais e sociais nas linhas de negócios	36, 38	
	FS4 Processo(s) para melhorar a competência do pessoal para implementar as políticas e procedimentos ambientais e sociais aplicados nas linhas de negócios	36	
Auditoria			
Suplemento Setorial Financeiro - Auditoria	FS9 Cobertura e frequência das auditorias para avaliar a implementação de políticas ambientais e sociais e os procedimentos de avaliação de risco	24	
Propriedade dos ativos			
Suplemento Setorial Financeiro – Propriedade dos ativos	FS10 Percentual e número de empresas na carteira da instituição com a qual a organização relatora interagiu em questões ambientais ou sociais	37	
	FS11 Percentual de ativos sujeitos à triagem ambiental ou social, positiva e negativa	38	
	FS12 Política(s) de voto como acionista aplicada a questões ambientais para ações de que a organização relatora detém o direito a voto ou para as quais dá aconselhamento quanto a voto	42	



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS **2017**



Custos com a Administração de Recursos

Dezembro / 2017

I- COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DA ENTIDADE

Segmento	Dezembro / 2017		Dezembro / 2016	
	R\$	Alocação %	R\$	Alocação %
RENDA FIXA	77.372.573.439,39	42,91	69.492.097.462,94	41,47
RENDA VARIÁVEL	84.700.747.097,98	46,98	79.892.782.862,79	47,67
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	1.118.834.338,07	0,62	918.217.953,62	0,55
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	145.665.778,04	0,08	122.707.885,82	0,07
IMÓVEIS	10.092.903.823,15	5,60	10.355.056.392,88	6,18
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	6.868.129.618,77	3,81	6.812.020.357,74	4,06
Recursos da Entidade *	180.298.854.095,40	100,00	167.592.882.915,79	100,00

* Recursos: Disponível + Realizável do Programa de Investimentos - Exigível Operacional do Programa de Investimentos - Exigível Contingencial do Programa de Investimentos

II- COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Plano de Benefício/Segmento	Dezembro / 2017		Dezembro / 2016	
	R\$	Alocação %	R\$	Alocação %
Plano 1	167.153.380.291,97	100,00	157.158.429.955,45	100,00
RENDA FIXA	69.614.229.230,97	41,65	63.389.657.187,48	40,33
RENDA VARIÁVEL	81.316.400.162,06	48,65	77.138.696.392,88	49,08
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	972.565.648,93	0,58	818.503.211,79	0,53
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	131.099.200,25	0,08	110.437.097,27	0,07
IMÓVEIS	9.588.438.319,66	5,74	9.959.674.161,39	6,34
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5.530.647.730,10	3,30	5.741.461.904,64	3,65
Plano PREVI Futuro	11.821.274.339,18	100,00	9.260.455.641,84	100,00
RENDA FIXA	6.562.201.150,57	55,51	5.088.621.362,46	54,95

» CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

RENDA VARIÁVEL	3.256.290.529,52	27,55	2.593.908.064,41	28,01
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	146.268.689,14	1,24	99.714.741,83	1,08
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	14.566.577,79	0,12	12.270.788,55	0,13
IMÓVEIS	504.465.503,49	4,27	395.382.231,49	4,27
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1.337.481.888,67	11,31	1.070.558.453,10	11,56
Plano CAPEC	338.728.438,87	100,00	278.700.228,80	100,00
RENDA FIXA	338.728.438,87	100,00	278.700.228,80	100,00
Plano PGA	985.471.025,38	100,00	895.297.089,70	100,00
RENDA FIXA	857.414.618,98	87,01	735.118.684,20	82,11
RENDA VARIÁVEL	128.056.406,40	12,99	160.178.405,50	17,89

III- ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Plano	Política de Investimentos Ano 2017		Limites Resolução 3792	Alocação
	Limite Mínimo (%)	Limite Máximo (%)	%	%
Plano 1				
RENDA FIXA	39,85	47,85	100,00	41,65
RENDA VARIÁVEL	41,75	49,75	70,00	48,65
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	1,00	20,00	0,58
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	0,50	10,00	0,08
IMÓVEIS	5,00	7,50	8,00	5,74
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	1,50	5,50	15,00	3,30
Plano PREVI Futuro				
RENDA FIXA	21,00	95,00	100,00	55,51
RENDA VARIÁVEL	0,00	60,00	70,00	27,55
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00	5,00	20,00	1,24
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00	1,00	10,00	0,12
IMÓVEIS	0,00	8,00	8,00	4,27
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	5,00	15,00	15,00	11,31
Plano CAPEC				
RENDA FIXA	100,00	100,00	100,00	100,00
Plano PGA				
RENDA FIXA	85,00	100,00	100,00	87,01
RENDA VARIÁVEL	0,00	15,00	70,00	12,99

IV- RENTABILIDADE DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (% NO ANO)

Plano de Benefício	Rentabilidade Bruta (%)	Rentabilidade Líquida (%)	Benchmarks	Política de Investimentos %
Plano1	14,85	14,73	INPC + 5,0 % a.a.	7,17
RENDA FIXA	9,70	9,59	INPC + 5,5 % a.a.	7,68
RENDA VARIÁVEL	21,34	21,22	Superar o desempenho do IBrX	27,55
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	27,95	27,81	IPCA + 6 % a.a.	9,12
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	23,50	23,36	MSCI World Index + Variação Cambial	21,92
IMÓVEIS	9,95	9,84	INPC + 8 % a.a.	10,23
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	7,92	7,92	Superar a meta atuarial do plano	7,17
Plano PREVI Futuro	14,97	14,85	INPC + 5,0 % a.a.	7,17
RENDA FIXA	11,08	10,98	INPC + 5,5 % a.a.	7,68
RENDA VARIÁVEL	26,36	26,26	Superar o desempenho do IBrX	27,55
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	53,56	53,42	IPCA + 5 % a.a.	8,09
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	23,50	23,40	MSCI World Index + Variação Cambial	21,92
IMÓVEIS	0,59	0,51	INPC + 8 % a.a.	10,23
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	6,97	6,97	Superar o índice de referência do plano	7,17
Plano CAPEC	10,87	10,74	TMS	9,94
RENDA FIXA	10,91	10,79	TMS	9,94
Plano PGA	14,58	14,58	TMS	9,94
RENDA FIXA	12,12	12,12	INPC + 5,5 % a.a.	7,68
RENDA VARIÁVEL	27,67	27,67	Superar o desempenho do IBrX	27,55

V- CUSTOS COM A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS (R\$ NO ANO)

Plano de Benefício Itens de Custo	Despesas com Administração		Despesa Total
	Própria	Terceirizada	
Plano 1	168.312.141,42	56.759.910,79	225.072.052,21
Administração/Gestão	116.898.187,01	39.752.106,05	156.650.293,06
Taxa de Performance	-	2.748.415,15	2.748.415,15
Custódia	2.033.278,54	7.813.464,84	9.846.743,38
Corretagem	1.398.956,76	426.587,48	1.825.544,24
Consultoria	7.748.565,41	844.313,80	8.592.879,21
Honorários Advocatícios	10.685.947,44	1.248.802,86	11.934.750,30
Auditoria	288.240,61	361.817,62	650.058,23
Viagens e Transporte	908.246,96	-	908.246,96
Despesas Gerais	15.326.342,30	-	15.326.342,30
Aluguel da Sede	7.903.594,20	-	7.903.594,20
Despesas Judiciais	1.348.830,32	-	1.348.830,32
Depreciações/Amortizações	3.763.471,04	-	3.763.471,04
Outras	8.480,83	3.564.402,98	3.572.883,81
Plano PREVI Futuro	11.621.309,48	5.357.213,79	16.978.523,27
Administração/Gestão	7.836.505,23	3.849.255,86	11.685.761,09
Taxa de Performance	-	305.379,46	305.379,46
Custódia	55.319,03	636.259,04	691.578,07
Corretagem	788.831,02	40.956,55	829.787,57
Consultoria	516.557,99	157.078,77	673.636,76
Honorários Advocatícios	502.911,75	125.900,72	628.812,47
Auditoria	19.268,57	38.219,84	57.488,41
Viagens e Transporte	60.910,06	-	60.910,06
Despesas Gerais	1.031.348,92	-	1.031.348,92
Aluguel da Sede	523.858,53	-	523.858,53
Despesas Judiciais	34.618,37	-	34.618,37
Depreciações/Amortizações	250.609,12	-	250.609,12
Outras	570,89	204.163,56	204.734,45
Plano CAPEC	364.261,52	162.915,98	527.177,50
Administração/Gestão	263.842,53	72.939,22	336.781,75
Custódia	-	43.870,06	43.870,06

> CONTINUAÇÃO

Consultoria	17.019,36	-	17.019,36
Honorários Advocatícios	15.601,06	-	15.601,06
Auditoria	631,89	4.816,00	5.447,89
Viagens e Transporte	2.010,49	-	2.010,49
Despesas Gerais	34.042,41	-	38.858,41
Aluguel da Sede	17.298,48	-	17.298,48
Despesas Judiciais	5.524,56	-	5.524,56
Depreciações/Amortizações	8.272,09	-	8.272,09
Outras	18,65	41.290,70	41.309,35
Plano PGA	41.799,11	418.654,26	460.453,37
Administração/Gestão	-	262.823,65	262.823,65
Custódia	4.925,42	92.808,91	97.734,33
Corretagem	36.873,69	-	36.873,69
Auditoria	-	4.968,95	4.968,95
Aluguel da Sede	-	-	-
Outras	-	58.052,75	58.052,75

VI- DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO TERCEIRIZADA

Gestor	R\$	%
Plano 1		
2BCAPITAL S.A.	31.213.941,84	0,02
ANGRA PARTNERS GESTÃO DE RECURSOS S.A.	152.828.646,67	0,09
BANCO FATOR S.A.	2.469.067,97	0,00
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	100.225.543.956,41	59,96
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	57.814.154,74	0,03
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	147.310.941,18	0,09
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	-	0,00
BRKB DTVM S.A.	55.882.946,22	0,03
(PROVISÃO - PANAMBY)	(51.166.306,22)	-0,03
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	264.253.685,27	0,16
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	151.918.955,58	0,09
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	156.264.638,98	0,09
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	8.130.243,99	0,00
DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	14.428.569,77	0,01

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

FIR CAPITAL PARTNERS LTDA.	4.368.235,46	0,00
IDEAL INVEST S.A.	3.676.150,79	0,00
ITAU UNIBANCO S.A.	95.774.929,35	0,06
KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	88.573.138,63	0,05
LEBLON EQUITIES GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	45.570.689,85	0,03
MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA.	71.816.016,35	0,04
MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	25.957.428,84	0,02
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	62.878.798,49	0,04
TCG GESTOR LTDA.	122.440.339,83	0,07
VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	12.447.462,54	0,01
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	87.861.763,70	0,05
VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	6.026.210,32	0,00
Total Gestão Terceirizada	101.844.284.606,55	60,93
Total dos Recursos do Plano	167.153.380.291,97	100,00
Plano PREVI Futuro		
2BCAPITAL S.A.	13.377.403,90	0,11
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	5.168.049.473,42	43,72
BOZANO PRIVATE EQUITY GESTÃO LTDA.	6.021.078,72	0,05
BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	16.367.882,35	0,14
BRASIL PLURAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	-	0,00
BRZ INVESTIMENTOS LTDA.	18.197.231,55	0,15
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM	16.661.268,76	0,14
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	39.066.159,74	0,33
CRP COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES	5.420.162,66	0,05
DGF INVEST. GESTÃO DE FUNDOS LTDA.	2.638.707,13	0,02
IDEAL INVEST S.A.	1.470.460,52	0,01
ITAU UNIBANCO S.A.	10.641.658,81	0,09
KINEA INVESTIMENTOS LTDA.	29.524.379,54	0,25
MANTIQU INVESTIMENTOS LTDA.	3.424.581,20	0,03
MODAL ADM. DE RECURSOS S.A.	2.884.158,76	0,02
NEO GESTÃO DE RECURSOS LTDA.	10.095.668,06	0,09
TCG GESTOR LTDA.	13.604.482,19	0,12
VALORA GESTÃO DE INVEST. LTDA.	3.111.865,63	0,03
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	22.296.681,57	0,19

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DTVM LTDA.	669.578,92	0,01
Total Gestão Terceirizada	5.383.522.883,43	45,54
Total dos Recursos do Plano	11.821.274.339,18	100,00
Plano CAPEC		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	252.604.349,00	74,57
Total Gestão Terceirizada	252.604.349,00	74,57
Total dos Recursos do Plano	338.728.438,87	100,00
Plano PGA		
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	634.794.587,78	64,42
VINCI GESTORA DE RECURSOS LTDA.	6.836.539,23	0,69
Total Gestão Terceirizada	641.631.127,01	65,11
Total dos Recursos do Plano	985.471.025,38	100,00

Desenquadramentos e Justificativas

Dezembro / 2017

PLANO 1

Limites de Alocação por Emissor

-> As aplicações cujo emissor seja cia. aberta com registro na CVM não podem exceder o limite de 10% dos Recursos de cada Plano de Benefício. (art. 41, inciso III, alínea b)

VALE S.A. (Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.) 18,63%

ENTIDADE

Limites de Concentração por Emissor

-> O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% (Artigo 42)

	capital total (Inciso I)	capital votante (Inciso II)
521 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.	(*)	33,11%
Invests Participações Infra Estrutura S.A. Invepar	25,56%	(*)
Neoenergia S.A.	38,21%	38,21%
Sauipe S.A.	100,00%	100,00%
Tupy S.A.	26,03%	26,03%
-> No caso da Carteira de Fundos de Investimento Estruturados, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (art. 42, inciso IV, alínea b)		
FUNDO INVEST IMOBILIARIO PANAMBY	31,10%	

JUSTIFICATIVAS

A PREVI era detentora de um Plano de Enquadramento dos Investimentos do Plano de Benefícios nº 1, aprovado pelo voto do Banco Central do Brasil - BCB nº 258, de 15.09.2004, e pelo voto CMN nº 105, de 24/11/2004, com vencimento em 31.12.14. Em conformidade com o Art. 17 da Instrução PREVIC nº 2, de 18.05.2010, e com o Art. 56 da Resolução CMN 3.792, foram apresentados 22 Relatórios de acompanhamento da execução do Plano de Enquadramento dos Investimentos do Plano de Benefícios nº 1 da PREVI.

O Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/03/2015 reconheceu, com base na legislação vigente, em especial os artigos 55º e 4º, ambos da Resolução CMN Nº 3.792, de 24.09.2009, o entendimento de que é possível a manutenção de ativos em situação excepcional de desenquadramento, continuando os envios de relatórios semestrais para a Previc.

EVENTO SUBSEQUENTE:

SAUIPE S.A.

Após a contratação de *advisor* em novembro de 2016, teve início o processo competitivo visando a alienação do ativo. Em julho de 2017 foi assinada carta de intenções e dando sequência às negociações foi assinado em novembro de 2017 contrato de compra e venda de ações que culminaram com a alienação de 100% das ações para a Companhia Termas do Rio Quente em 02/01/2018.

EVENTO SUBSEQUENTE:

Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.

A PREVI e o ANGRA PARTNERS - VOLT FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES celebraram em 19/12/2017 contrato de compra e venda de ações e outras avenças, onde a PREVI compromete-se a vender a totalidade de suas ações à EDP – Energias do Brasil S.A.. O Cade já se posicionou favorável e sem restrições à operação de venda, conforme despacho publicado em Diário Oficial da União nº 19 de 26/01/2018, seção 1, pág. 26, restando somente a aprovação da operação pela Previc.

(*) Não existe desenquadramento nessa participação.

Demonstrativo de Investimentos - Plano de Benefícios 1

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2017

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		167.153.380.291,97	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		101.844.284.606,55	60,93
FUNDO DE INVESTIMENTO EM EMPRESAS EMERGENTES	729,8179	4.830.336,43	0,00
FUNDOTEC II - FMIEE INOV.	600,0000	4.368.235,46	
RB NORDESTE II - FMIEE	129,8179	462.100,97	
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	235.832,0000	4.716.640,00	0,00
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO PANAMBY	235.832,0000	55.882.946,22	
(PROVISÃO - PANAMBY)		(51.166.306,22)	
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	278.819.865,6432	911.852.366,27	0,55
BOZANO EDUCACIONAL II	17.608,1871	24.084.314,89	
BRASIL AGRONEGOCIO	109.912,3200	90.603.000,39	
BRASIL EQUITY PROPERTIES	732,2244	0,00	
BRASIL GOVERNANÇA CORPORATIVA	104.052,5492	33.729.839,85	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	75.915,7604	60.770.050,42	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	68.142,2182	61.670.289,41	
BRASIL ÓLEO E GÁS	27.424,0000	12.447.462,54	
BRASIL PETRÓLEO 1	31.533,9683	13.698.324,87	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	27.279,2000	20.870.716,32	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	44.534.210,0000	50.374.675,69	
CAIXA AMBIENTAL	35.780,0000	6.605.159,17	
CAIXA BARCELONA	57.942,4000	156.264.638,98	

> CONTINUAÇÃO

CRP EMPREENDEDOR	7.886.493,0000	8.130.243,99	
DGF FIPAC 2	11.186,4000	10.554.828,54	
INFRABRASIL	8.615,2898	51.512.532,31	
INVEST. INSTITUCIONAIS	182.244,6353	4.382.712,08	
INVEST. INSTITUCIONAIS III	26.279,7804	11.847.757,30	
KINEA PRIVATE EQUITY II	52.625,8842	88.573.138,63	
LOGÍSTICA BRASIL	6.000,0000	102.405.292,87	
NEO CAPITAL MEZANINO	50.964.248,7066	40.493.027,14	
NEO CAPITAL MEZANINO III	23.506.502,6320	22.385.771,35	
NORDESTE III	7.084.500,0000	5.360.906,46	
SONDAS	143.999.999,6000	0,00	
TERRA VIVA	340,5540	3.873.741,23	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	296,3333	31.213.941,84	
FUNDO DE RENDA FIXA	9.624.575.816,4813	63.300.904.822,40	37,87
BB RENDA FIXA IV	1.744.323.293,7251	49.448.252.204,18	
BB RENDA FIXA LIQUIDEZ	7.817.097.024,2218	13.738.006.349,99	
BTG PACTUAL	39.407.329,0000	4.181.015,15	
FATOR SINERGIA	23.614,0000	2.469.067,97	
MODAL GAIA RF CREDITO PRIVADO	23.201.563,5992	25.957.428,84	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	522.991,9352	82.038.756,27	
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	1.126.081.782,4140	37.487.124.285,70	22,43
ANGRA PARTNERS VOLT	123.179.592,3810	136.598.177,29	
BB CARTEIRA ATIVA	871.754.329,5878	35.216.433.131,46	
BB CARTEIRA LIVRE I	130.163.541,0986	1.603.540.763,27	
LEBLON EQUITY PARTNERS IV	677.838,1013	45.570.689,85	
BB SML 1	63.582,3466	94.157.712,87	
SML 2	90.239,2004	147.737.940,43	
SML 4	63.135,8689	95.774.929,35	
SML 7	89.523,8294	147.310.941,18	
FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	65.737.313,4673	131.180.004,96	0,08
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	36.627.863,7804	73.580.647,88	

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

BB MM GLOBAL SELECT EQUITY INVEST. EXTERIOR	14.380.156,9732	31.073.042,98	
BB MM NORDEA INVEST. EXTERIOR	3.919.880,7046	5.090.678,48	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	7.500.906,1206	15.409.425,30	
VOTO MM ALLIANZGI EUROPE INVEST. EXTERIOR	3.308.505,8885	6.026.210,32	
FIDC	3.662.337,0000	3.676.150,79	0,00
FIDC CRÉDITO UNIVERSITÁRIO	3.662.337,0000	3.676.150,79	
CARTEIRA PRÓPRIA		65.309.095.685,42	39,07
DISPONÍVEL		42.008.393,94	0,03
RENDA FIXA - TÍTULOS PÚBLICOS	21.830	83.631.527,80	0,05
LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO	33	306.324,05	
NOTAS DO TESOURO NACIONAL SÉRIE C	21.797	83.325.203,75	
RENDA FIXA DEBÊNTURE	105.279.036	2.133.065.139,01	1,28
AES TIETÊ S.A.	39.702.500	42.325.802,98	
ALGAR TELECOM S.A.	22.353	24.836.558,76	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	121.949	183.507.255,91	
CCR S.A.	29.466	29.466.000,00	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	10.995	57.630.157,71	
CENTRAIS ELÉTRICAS PARÁ S.A. - CELPA	1.662	16.823.091,26	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	18.242	18.189.985,85	
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	20.002.586	48.087.293,50	
COMPANHIA SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR	6.283	69.399.575,22	
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	120.000	144.890.136,07	
ECORODOVIAS CONCESSÕES SERVIÇOS S.A.	5.000	5.000.000,00	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A.	10.000	102.705.976,94	
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVIÇOS S.A.	4.662	63.817.933,39	
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE SÃO PAULO S.A.	16.522.867	16.943.340,91	
EMPRESA CONCESSIONÁRIA RODOVIAS NORTE S.A. - ECONORTE	4.000	27.366.855,12	
FLEURY S.A.	3.482	11.719.582,65	
INVESTIMENTOS E PART. EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR	7.842	104.464.491,25	
JSL S.A.	50.233	68.889.487,04	
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	4.885	49.767.750,86	

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

LOJAS AMERICANAS S.A.	7.974	98.952.845,27	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	4.675	48.177.624,60	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	21.000	213.917.210,91	
NEOENERGIA S.A.	2.500	25.923.547,84	
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	55.000	128.083.697,43	
SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	3.311	41.534.374,80	
SONAE SIERRA BRASIL S.A.	15.625	16.430.909,57	
SUL AMÉRICA S.A.	2.160	29.800.149,72	
TERMOPERNAMBUCO S.A.	1.940	23.384.698,09	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.	75.995	102.986.923,80	
VALE S.A.	28.427.849	298.492.414,50	
VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.	12.000	19.549.467,06	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	3.047	4.316.691.185,82	2,58
BCO. BRADESCO S.A.	400	473.305.460,38	
BCO. BRASIL S.A.	2.190	3.156.256.177,20	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	20	23.220.966,36	
BCO. SAFRA S.A.	117	129.716.374,42	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	70	86.537.247,51	
ITAU UNIBANCO S.A.	250	447.654.959,95	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		0,00	0,00
RENDA VARIÁVEL - EMPRÉSTIMO DE AÇÕES	2.388.162	57.985.769,68	0,03
AMBEV S.A.,ON	1.802.031	38.347.219,68	
EMBRAER S.A.,ON	442.205	8.844.100,00	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	143.926	10.794.450,00	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	12.157.162.788	43.440.959.157,89	25,99
AFLUENTE TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA S.A.,ON	1.445.606	3.644.170,34	
AMBEV S.A.,ON	260.623.394	5.546.065.824,32	
B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO,ON	3.937.500	89.696.250,00	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	10.997.200	313.310.228,00	
BCO. BRADESCO S.A.,ON	33.154.304	1.062.926.986,24	
BCO. BRADESCO S.A.,PN	34.300.757	1.161.080.624,45	

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

BCO. BRASIL S.A.,ON	241.637.745	7.688.913.045,90
BICICLETAS MONARK S.A.,ON	39.704	13.693.909,60
BOMBRIL S.A.,PN	4.081.200	20.161.128,00
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	3.293.800	41.930.074,00
BRF BRASIL S.A.,ON	84.735.803	3.101.330.389,80
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA,ON	3.596.976	131.770.831,04
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA,PNA	1.078.073	39.493.890,18
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN,ON	1.854.848	13.392.866,91
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN,PNA	359.031	2.592.371,12
CIA. ENERGÉTICA RIO GRANDE NORTE - COSERN,PNB	382.135	2.759.192,77
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.,ON	30.361.499	405.326.011,65
EMBRAER S.A.,ON	33.312.498	666.249.960,00
FIBRIA CELULOSE S.A.,ON	3.266.213	156.288.292,05
FRAS-LE S.A.,ON	27.006.698	144.755.901,28
INVITEL LEGACY S.A.,ON	317.311.938	89.164,65
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.,PN	89.229.769	3.799.403.564,02
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.,PN	144.526.920	1.563.781.274,40
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	5.071.323	136.660.480,66
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.,PN	12.686.904	247.521.497,04
KEPLER WEBER S.A.,ON	4.598.648	89.811.595,44
LOJAS AMERICANAS S.A.,PN	2.482.622	42.328.705,10
LOJAS RENNER S.A.,ON	13.800	489.762,00
NEOENERGIA S.A.,ON	441.005.996	8.025.350.821,17
NEWTEL PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	382.709.514	2.286.306,63
PARANAPANEMA S.A.,ON	150.010.903	238.517.335,77
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.,ON	31.333.333	535.799.994,30
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,ON	7.291.432	123.298.115,12
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,PN	332.781.815	5.357.787.221,50
RANDON S.A. - IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES,ON	10.308.300	54.118.575,00
RUMO LOGÍSTICA OPERADORA MULTIMODAL,ON	6.017.188	78.042.928,36
SAUIPE S.A.,ON	12.325.042	32.826.048,51

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

SAUIPE S.A.,PN		24.650.074	65.652.070,38
SUL 116 PARTICIPAÇÕES S.A.,ON		9.339.700.539	1.326.237,47
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A.,ON		3.283.262	61.364.166,78
TELEFÔNICA BRASIL S.A.,PN		665.990	32.380.433,80
TUPY S.A.,ON		37.536.454	685.040.285,50
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON		22.155.974	1.661.698.050,00
VALE S.A.,ON		64	2.576,64
RENDA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR			115.668.461,52 0,07
IMÓVEIS			9.572.004.152,48 5,73
ALAMEDA MAMORÉ, 989	CRYSTAL TOWER	BARUERI - SP	95.962.000,00
RUA LEOPOLDO PEREIRA, 45	APTO 203 - ED. SILVIO ANTONIO	BELO HORIZONTE - MG	189.257,81
AVENIDA VIA ÁPIA, SAI/SO AI, 6580	PARKSHOPPING	BRASILIA - DF	304.866.349,61
CONDOMÍNIO SCS B, QUADRA 9, BLOCO A, 1	PARQUE CIDADE CORP - TORRE C	BRASILIA - DF	297.472.542,87
CONDOMÍNIO SETOR COMERCIAL SUL, 9	PARQUE CIDADE CORP - TORRE A	BRASILIA - DF	298.232.439,29
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CONDOMINIO JORDANESIA PARK	CAJAMAR - SP	184.969.149,99
RODOVIA ANHANGUERA, KM 36	CAJAMAR INDUSTRIAL PARK	CAJAMAR - SP	303.253.883,33
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR	7.207.578,10
RUA BRIGADEIRO FRANCO, 2300	COMPLEXO SHOPPING CURITIBA	CURITIBA - PR	172.399.050,00
AVENIDA BARRETO DE MENEZES, 800	HIPERMERCADO	JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE	52.034.937,03
AVENIDA CEL. FERNANDO FERREIRA LEITE, 1540	RIBEIRÃO SHOPPING	RIBEIRAO PRETO - SP	127.427.032,84
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 5000	NEW YORK CITY CENTER	RIO DE JANEIRO - RJ	110.661.699,55
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 4666	BARRASHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	486.747.035,23
AVENIDA DAS AMÉRICAS, 700	BLOCOS 4 E 5	RIO DE JANEIRO - RJ	105.910.458,11
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1601 A 1606	RIO DE JANEIRO - RJ	23.341.653,77
AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 3131	SALAS 1501 A 1506	RIO DE JANEIRO - RJ	23.341.653,75
AVENIDA REPÚBLICA DO CHILE, 500	PAVS. 16 A 25	RIO DE JANEIRO - RJ	105.752.188,23
AVENIDA RIO BRANCO, 1	PAVS. 9 A 12	RIO DE JANEIRO - RJ	93.148.853,40
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	186.837.626,60
AVENIDA SUBURBANA, 5474	NORTESHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	288.568.109,38

> CONTINUA



> CONTINUAÇÃO

PRAÇA PIO X, 54	MARQUES DOS REIS	RIO DE JANEIRO - RJ	88.917.228,08
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAV. 2	RIO DE JANEIRO - RJ	73.079.621,89
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 7 E 8, LJS E HEALTH CLUB	RIO DE JANEIRO - RJ	127.969.586,79
PRAIA DE BOTAFOGO, 501	PAVS. 3 E 4	RIO DE JANEIRO - RJ	155.610.732,23
PRAIA DO FLAMENGO, 154	PAVS. 3 A 9	RIO DE JANEIRO - RJ	84.011.429,66
RUA DA CANDELÁRIA, 65	PAVS. 18 A 22	RIO DE JANEIRO - RJ	29.406.096,33
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELÁRIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	27.175.897,76
RUA DA CANDELÁRIA, 65	CANDELÁRIA CORPORATE	RIO DE JANEIRO - RJ	64.077.825,74
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFÍCIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	1.340.979,00
RUA DA QUITANDA, 196	EDIFÍCIO GARAGEM	RIO DE JANEIRO - RJ	2.056.168,08
RUA DAS LARANJEIRAS, 475	LOJA	RIO DE JANEIRO - RJ	3.512.105,74
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOPPING BARRA	SALVADOR - BA	117.848.151,33
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42	SHOPPING ABC	SANTO ANDRE - SP	506.650.333,34
AVENIDA CHUCRI ZAIDAN, 80	PRÉDIO	SÃO PAULO - SP	31.237.352,39
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS, PAVS. 9 A 21	SÃO PAULO - SP	169.315.689,76
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7221	LOJAS E PAVS. 1/7 E 23/26	SÃO PAULO - SP	178.693.596,03
AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 7815	WTORRE NAÇÕES UNIDAS	SÃO PAULO - SP	400.547.851,90
AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376	ECO BERRINI	SÃO PAULO - SP	758.906.406,25
AVENIDA FRANCISCO MATARAZZO, 1400	ÁGUA BRANCA	SÃO PAULO - SP	331.029.155,52
AVENIDA MAJOR SYLVIO DE MAG. PADILHA, 5200	EDS. ATLANTA E PHILADELPHIA	SÃO PAULO - SP	94.855.000,00
AVENIDA PAULISTA, 1230	CENTRO EMPRESARIAL	SÃO PAULO - SP	842.343.930,03
AVENIDA PAULISTA, 2163	PRÉDIO	SÃO PAULO - SP	150.739.158,37
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 1089	SHOPPING MORUMBI	SÃO PAULO - SP	272.579.966,55
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	PAVS. 8,9,10	SÃO PAULO - SP	38.969.501,24
AVENIDA ROQUE PETRONI JÚNIOR, 999	LOJA, PAVS. 3, 11 A 16	SÃO PAULO - SP	95.408.089,39
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91	SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SÃO PAULO - SP	475.635.501,35
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP	399.587.501,06
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	TORRE PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP	477.504.656,93
RUA EUGÊNIO BETARELLO, 55	APARTAMENTO	SÃO PAULO - SP	564.454,02
AVENIDA IZORAIDA MARQUES PERES, 401	SHOPPING ESPLANADA	SOROCABA - SP	108.362.176,36

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

AVENIDA AMÉRICO BUAIZ, 200	SHOPPING VITÓRIA	VITÓRIA - ES	96.788.205,55	
AVENIDA GISELE CONSTANTINO, S/N	SHOPPING IGUATEMI ESPLANADA	VOTORANTIM - SP	98.956.304,92	
IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR			16.434.167,18	0,01
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			5.555.781.554,12	3,32
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO			3.527.383.495,56	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)			(2.587.871.537,06)	
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL			4.644.830.832,15	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)			(28.561.236,53)	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR			(25.133.824,02)	-0,02

Demonstrativo de Investimentos - Plano de Benefícios PREVI FUTURO

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2017

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		11.821.274.339,18	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		5.383.522.883,43	45,54
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÃO	61.604.528,8915	146.268.689,14	1,24
BOZANO EDUCACIONAL II	4.402,0468	6.021.078,72	
BRASIL AGRONEGOCIO	7.015,6800	5.783.170,23	
BRASIL EQUITY PROPERTIES	81,9138	0,00	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS	8.435,0845	6.752.227,82	
BRASIL INTER. DE EMPRESAS II	7.571,3576	6.852.254,37	
BRASIL ÓLEO E GÁS	6.856,0000	3.111.865,63	
BRASIL PETRÓLEO 1	7.883,4920	3.424.581,20	
BRASIL PORTOS E ATIVOS LOGÍSTICOS	6.819,8000	5.217.679,08	
BRASIL SUSTENTABILIDADE	6.362.030,0000	7.196.382,24	
CAIXA BARCELONA	14.485,6000	39.066.159,74	
CRP EMPREENDEDOR	5.257.662,0000	5.420.162,66	
DGF FIPAC 2	2.796,6000	2.638.707,13	
KINEA PRIVATE EQUITY II	17.541,9614	29.524.379,54	
NEO CAPITAL MEZANINO	5.662.694,2974	4.499.225,23	
NEO CAPITAL MEZANINO III	5.876.625,6580	5.596.442,83	
NORDESTE III	2.361.500,0000	1.786.968,82	
SONDAS	36.000.000,4000	0,00	
2bCAPITAL-BRASIL CAPITAL	127,0000	13.377.403,90	

> CONTINUAÇÃO

FUNDO DE RENDA FIXA	1.363.973.254,5862	5.167.321.341,72	43,71
BB MAXI	177.008.219,7618	3.071.815.756,40	
BB MAXI LIQUIDEZ	1.181.938.257,1786	2.071.865.771,76	
BTG PACTUAL	2.318.078,0000	245.942,05	
MODAL GAIA RF CREDITO PRIVADO	2.577.951,5110	2.884.158,76	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	130.748,1348	20.509.712,75	
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	34.053,4717	53.886.835,96	0,46
BB SML 1	7.064,7052	10.461.968,09	
SML 2	10.026,5778	16.415.326,71	
SML 4	7.015,0965	10.641.658,81	
SML 7	9.947,0922	16.367.882,35	
FUNDOS MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR	7.304.145,9408	14.575.556,09	0,12
BB MM BLACKROCK INVEST. EXTERIOR	4.069.762,6423	8.175.627,54	
BB MM GLOBAL SELECT EQUITY INVEST. EXTERIOR	1.597.795,2192	3.452.560,33	
BB MM NORDEA INVEST. EXTERIOR	435.542,3005	565.630,94	
BB MM SCHRODER INVEST. EXTERIOR	833.434,0134	1.712.158,36	
VOTO MM ALLIANZGI EUROPE INVEST. EXTERIOR	367.611,7654	669.578,92	
FIDC	1.464.935,0000	1.470.460,52	0,01
FIDC CRÉDITO UNIVERSITÁRIO	1.464.935,0000	1.470.460,52	
CARTEIRA PRÓPRIA		6.437.751.455,75	54,46
DISPONÍVEL		9.865,36	0,00
RENDA FIXA DEBÊNTURE	76.454.574	707.127.672,54	5,98
AES TIETÊ S.A.	39.702.500	42.325.802,98	
ALGAR TELECOM S.A.	22.353	24.836.558,76	
BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR	2.448	3.683.718,25	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.	440	6.718.780,13	
CCR S.A.	14.733	14.733.000,00	
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.	8.253	9.889.748,76	
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	22.775	40.439.238,44	
CENTRAIS ELÉTRICAS PARÁ S.A. - CELPA	1.662	16.823.091,26	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	15.636	15.591.416,44	

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	20.002.586	48.087.293,50	
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP	1.335	18.977.780,25	
CIA. SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR	3.031	32.000.979,14	
CONCESSIONÁRIA AUTO RAPOSO TAVARES S.A.	60.000	72.452.649,81	
ECORODOVIAS CONCESSÕES SERVIÇOS S.A.	3.336	14.265.620,49	
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A.	2.000	20.541.195,38	
ELEKTRO ELETRICIDADE SERVIÇOS S.A.	2.331	31.908.966,69	
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE SÃO PAULO S.A.	16.522.867	16.943.340,91	
EMPRESA CONCESS. DE RODOVIAS DO NORTE S.A. - ECONORTE	1.000	6.841.713,78	
FLEURY S.A.	700	2.356.033,27	
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.	215	2.619.996,35	
JSL S.A.	13.979	19.028.469,10	
LOCALIZA RENT A CAR S.A.	1.910	19.410.141,09	
LOJAS AMERICANAS S.A.	4.117	46.883.013,50	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	3.697	38.779.219,33	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	2.800	28.522.294,78	
NEOENERGIA S.A.	2.500	25.923.547,84	
RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.	11.000	25.616.739,48	
SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.	700	8.781.051,75	
SONAE SIERRA BRASIL S.A.	15.625	16.430.909,57	
SUL AMÉRICA S.A.	1.080	14.900.074,86	
TERMOPERNAMBUCO S.A.	970	11.692.349,04	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.	2.995	4.235.570,85	
VIVO PARTICIPAÇÕES S.A.	3.000	4.887.366,76	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	597	685.703.124,61	5,80
BCO. BRADESCO S.A.	235	279.599.501,32	
BCO. BRASIL S.A.	140	162.980.419,18	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	20	23.220.966,36	
BCO. SAFRA S.A.	127	139.614.107,20	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	65	80.288.130,55	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		(938.101,23)	-0,01

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

RENDA VARIÁVEL - EMPRÉSTIMO DE AÇÕES	1.109.816	53.125.968,36	0,45
AMBEV S.A.,ON	199.039	4.235.549,92	
BCO.SANTANDER (BRASIL) S.A.,UNT	400.000	12.752.000,00	
CIELO S.A.,ON	116.857	2.748.476,64	
EMBRAER S.A.,ON	34.845	696.900,00	
RAIA DROGASIL S.A.,ON	343.001	31.487.491,80	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	16.074	1.205.550,00	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA	3.760.270	87.274.934,00	0,74
AES TIETÊ ENERGIA S.A.,UNT	318.100	4.055.775,00	
BCO. BTG PACTUAL S.A.,UNT	392.400	7.451.676,00	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.,UNT	459.750	14.656.830,00	
CIA. SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR,UNT	154.120	9.231.788,00	
ENERGISA S.A.,UNT	540.300	14.750.190,00	
KLABIN S.A.,UNT	1.154.500	20.319.200,00	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.,UNT	423.400	9.035.356,00	
VIA VAREJO S.A.,UNT	317.700	7.774.119,00	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	131.389.488	3.064.287.026,73	25,92
AMBEV S.A.,ON	8.862.541	188.594.872,48	
B2W CIA.DIGITAL,ON	388.400	7.962.200,00	
B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO,ON	4.683.646	106.693.455,88	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	1.477.950	42.106.795,50	
BCO. BRADESCO S.A.,ON	1.791.851	57.446.743,06	
BCO. BRADESCO S.A.,PN	6.593.631	223.194.409,35	
BCO. BRASIL S.A.,ON	2.822.759	89.820.191,38	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.,PNB	409.704	6.104.589,60	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	2.655.865	33.809.161,45	
BR PROPERTIES S.A.,ON	287.900	3.051.740,00	
BRADESPAR S.A.,PN	498.100	14.305.432,00	
BRASKEM S.A.,PNA	595.300	25.520.511,00	
BRF BRASIL S.A.,ON	1.796.375	65.747.325,00	
CCR S.A.,ON	2.514.243	40.605.024,45	

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,ON	606.592	11.731.489,28
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,PNB	507.308	11.515.891,60
CESP - CIA. ENERGÉTICA SÃO PAULO,PNB	427.478	5.642.709,60
CIA. BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO,PN	349.056	27.550.990,08
CIA. ENERGÉTICA MINAS GERAIS - CEMIG,PN	2.172.982	14.928.386,34
CIA. HERING S.A.,ON	287.300	7.360.626,00
CIA. PARANAENSE ENERGIA - COPEL,PNB	242.400	6.047.880,00
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP,ON	765.288	26.272.337,04
CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL,ON	1.354.060	11.347.022,80
CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG,ON	144.300	6.261.177,00
CIELO S.A.,ON	1.569.355	36.911.229,60
COSAN S.A. IND.COM.,ON	346.866	14.394.939,00
CPFL ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.,ON	1.598.721	21.342.925,35
CTEEP - CIA.TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA,PN	84.400	5.646.360,00
CVC BRASIL OPERADORA AGÊNCIA VIAGENS S.A.,ON	609.570	29.564.145,00
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES,ON	573.000	7.575.060,00
DURATEX S.A.,ON	645.300	5.936.760,00
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A.,ON	2.300.200	28.292.460,00
EDP ENERGIAS BRASIL S.A.,ON	674.185	9.438.590,00
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE SÃO PAULO S.A.,ON	267.217	4.368.997,95
EMBRAER S.A.,ON	1.622.195	32.443.900,00
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.,ON	458.689	16.288.046,39
EQUATORIAL ENERGIA S.A.,ON	446.100	29.286.465,00
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	696.350	22.854.207,00
EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	134.400	2.909.760,00
FIBRIA CELULOSE S.A.,ON	515.300	24.657.105,00
FLEURY S.A.,ON	693.694	20.540.279,34
GERDAU S.A.,PN	2.230.937	27.619.000,06
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.,PN	215.200	3.141.920,00
GRENDENE S.A.,ON	193.909	5.516.711,05
HYPERMARCAS S.A.,ON	893.150	32.153.400,00

» CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.,ON	444.400	17.504.916,00
IOCHPE MAXION S.A.,ON	293.885	6.759.355,00
ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.,PN	7.461.583	317.714.204,14
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.,PN	8.687.939	94.003.499,98
JBS S.A.,ON	3.445.070	33.796.136,70
KROTON EDUCACIONAL S.A.,ON	3.284.828	60.440.835,20
LIGHT S.A.,ON	234.900	3.920.481,00
LINX S.A.,ON	308.600	6.610.212,00
LOCALIZA RENT A CAR S.A.,ON	1.656.360	36.539.301,60
LOJAS AMERICANAS S.A.,ON	452.380	5.939.749,40
LOJAS AMERICANAS S.A.,PN	2.406.526	41.031.268,30
LOJAS RENNER S.A.,ON	1.843.070	65.410.554,30
MAGAZINE LUIZA S.A.,ON	154.000	12.353.880,00
MARCOPOLO S.A.,PN	1.328.453	5.300.527,47
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.,ON	944.100	6.910.812,00
METALÚRGICA GERDAU S.A.,PN	1.348.791	7.809.499,89
MINERVA S.A.,ON	122.500	1.304.625,00
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	645.300	9.705.312,00
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.,ON	200.377	14.206.729,30
NATURA COSMÉTICOS S.A.,ON	387.900	12.823.974,00
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.,ON	2.000.000	34.200.000,00
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,ON	6.234.703	105.428.827,73
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,PN	9.810.680	157.951.948,00
QUALICORP S.A.,ON	540.970	16.770.070,00
RAIA DROGASIL S.A.,ON	258.950	23.771.610,00
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES,PN	419.092	3.004.889,64
RUMO S.A.,ON	2.496.363	32.377.828,11
SÃO MARTINHO S.A.,ON	175.200	3.381.360,00
SER EDUCACIONAL S.A.,ON	97.012	3.036.475,60
SMILES FIDELIDADE S.A.,ON	128.800	9.775.920,00
SUZANO PAPEL CELULOSE S.A.,ON	1.045.800	19.546.002,00

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

TELFÔNICA BRASIL S.A.,PN		899.023	43.710.498,26	
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.,ON		1.825.300	23.911.430,00	
TOTVS S.A.,ON		186.200	5.565.518,00	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON		1.200.618	90.046.350,00	
USINAS SIDERURGICAS MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS,PNA		1.149.700	10.462.270,00	
VALE S.A.,ON		6.797.348	273.661.230,48	
WEG S.A.,ON		1.281.600	30.899.376,00	
WIZ SOLUÇÕES CORRETAGEM SEGUROS S.A.,ON		187.400	2.196.328,00	
RENTA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR			(786.426,78)	-0,01
IMÓVEIS			504.472.800,68	4,27
AVENIDA DOM HELDER CÂMARA, 5474	NORTE SHOPPING	RIO DE JANEIRO - RJ	120.511.092,95	
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOP. BARRA EXPANSÃO	SALVADOR - BA	97.552.589,18	
AVENIDA CENTENÁRIO, 2992	SHOPPING BARRA	SALVADOR - BA	20.263.097,11	
AVENIDA PEREIRA BARRETO, 42	SHOPPING ABC	SANTO ANDRE - SP	44.072.076,39	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	TORRE PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP	53.056.073,00	
RUA ENGENHEIRO MESQUITA SAMPAIO, 782	SHOPPING PARQUE DA CIDADE	SÃO PAULO - SP	44.398.611,25	
RUA DOMINGOS AGOSTIN, 91	SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	SÃO PAULO - SP	47.665.420,06	
AVENIDA AMÉRICO BUAIZ, 200	SHOPPING VITÓRIA	VITÓRIA - ES	76.953.840,74	
IMÓVEIS - A RECEBER / A PAGAR			(7.297,19)	0,00
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES			1.351.841.397,17	11,44
FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO			148.363.587,18	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS FINANCIAMENTOS - IMOBILIÁRIO)			(284.740,00)	
EMPRÉSTIMOS - PESSOAL			1.212.155.831,68	
(PROVISÃO P/ DEVEDORES DUVIDOSOS EMPRÉSTIMOS - PESSOAL)			(8.393.281,69)	
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES - A RECEBER / A PAGAR			(14.359.508,50)	-0,12

Demonstrativo de Investimentos - Plano CAPEC

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2017

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		338.728.438,87	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		252.604.349,00	74,57
FUNDO DE RENDA FIXA	45.174.785,1461	252.604.349,00	74,57
BB CAPEC	45.174.785,1461	252.604.349,00	
CARTEIRA PRÓPRIA		86.124.089,87	25,43
DISPONÍVEL		5.416,31	0,00
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	74	86.160.784,98	25,44
BCO. BRADESCO S.A.	34	40.340.732,90	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	5	5.805.241,59	
BCO. SAFRA S.A.	25	27.622.175,46	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	10	12.392.635,03	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		(42.111,42)	-0,01

Demonstrativo de Investimentos - Plano PGA

Relação dos Investimentos

Dezembro / 2017

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR	%
RECURSOS		985.471.025,38	100,00
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (GESTÃO TERCEIRIZADA)		641.631.127,01	65,11
FUNDO DE RENDA FIXA	251.315.893,1748	641.631.127,01	65,11
BB PGA RF	251.272.310,6652	634.794.587,78	
VINCI RF IMOBILIÁRIO	43.582,5096	6.836.539,23	
CARTEIRA PRÓPRIA		343.839.898,37	34,89
DISPONÍVEL		5.969,56	0,00
RENDA FIXA DEBÊNTURE	10.522.145	46.385.744,42	4,71
CEMIG GERAÇÃO TRANSMISSÃO S.A.	9.800	13.615.727,28	
CIA. ELETRICIDADE ESTADO BAHIA - COELBA	2.606	2.598.569,40	
CIA. ENERGÉTICA PERNAMBUCO - CELPE	5.000.000	5.264.690,00	
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE SÃO PAULO S.A.	5.507.622	5.647.779,96	
FLEURY S.A.	400	1.346.304,72	
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.	517	5.597.389,81	
NCF PARTICIPAÇÕES S.A.	700	7.130.573,69	
NEOENERGIA S.A.	500	5.184.709,56	
RENDA FIXA LETRA FINANCEIRA	142	169.399.362,73	17,19
BCO. BRADESCO S.A.	81	93.790.895,15	
BCO. BRASIL S.A.	20	29.443.930,95	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.	5	5.805.241,59	
BCO. SAFRA S.A.	31	34.215.776,97	

> CONTINUAÇÃO

BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.	5	6.143.518,07	
RENDA FIXA - A RECEBER / A PAGAR		(7.584,74)	0,00
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES CDA	234.879	5.225.308,59	0,53
AES TIETÊ ENERGIA S.A.,UNT	27.325	348.393,75	
ALUPAR INVESTIMENTO S.A.,UNT	13.900	256.455,00	
BCO. BTG PACTUAL S.A.,UNT	15.900	301.941,00	
BCO. SANTANDER (BRASIL) S.A.,UNT	35.140	1.120.263,20	
CIA. SANEAMENTO PARANÁ - SANEPAR,UNT	6.160	368.984,00	
ENERGISA S.A.,UNT	26.000	709.800,00	
KLABIN S.A.,UNT	55.600	978.560,00	
SUL AMÉRICA S.A.,UNT	25.554	476.837,64	
TRANSMISSORA ALIANÇA ENERGIA ELÉTRICA S.A.,UNT	16.900	360.646,00	
VIA VAREJO S.A.,UNT	12.400	303.428,00	
RENDA VARIÁVEL - AÇÕES À VISTA	5.121.191	122.357.576,45	12,42
ALIANSCCE SHOPPING CENTERS S.A.,ON	9.270	167.230,80	
AMBEV S.A.,ON	397.945	8.468.269,60	
B2W CIA.DIGITAL,ON	15.324	314.142,00	
B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO,ON	186.492	4.248.287,76	
BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	61.600	1.754.984,00	
BCO. BRADESCO S.A.,ON	72.966	2.339.289,96	
BCO. BRADESCO S.A.,PN	268.748	9.097.119,80	
BCO. BRASIL S.A.,ON	112.310	3.573.704,20	
BCO. ESTADO RIO GRANDE SUL S.A.,PNB	16.096	239.830,40	
BR MALLS PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	77.037	980.681,01	
BR PROPERTIES S.A.,ON	11.100	117.660,00	
BRADESPAR S.A.,PN	20.300	583.016,00	
BRASKEM S.A.,PNA	24.400	1.046.028,00	
BRF BRASIL S.A.,ON	73.274	2.681.828,40	
CCR S.A.,ON	102.437	1.654.357,55	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,ON	24.808	479.786,72	
CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRA S.A. - ELETROBRAS,PNB	20.692	469.708,40	

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

CESP - CIA. ENERGÉTICA SÃO PAULO,PNB	16.722	220.730,40
CIA. BRASILEIRA DISTRIBUIÇÃO,PN	14.344	1.132.171,92
CIA. ENERGÉTICA MINAS GERAIS - CEMIG,PN	88.586	608.585,82
CIA. HERING,ON	11.446	293.246,52
CIA. PARANAENSE ENERGIA - COPEL,PNB	9.300	232.035,00
CIA. SANEAMENTO BÁSICO ESTADO SÃO PAULO - SABESP,ON	31.212	1.071.507,96
CIA. SANEAMENTO MINAS GERAIS - COPASA MG,ON	5.700	247.323,00
CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL,ON	55.100	461.738,00
CIELO S.A.,ON	102.526	2.411.411,52
COSAN S.A. IND. COM.,ON	14.134	586.561,00
CTEEP - CIA.TRANSMISSÃO ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA,PN	9.100	608.790,00
CVC BRASIL OPERADORA AGÊNCIA VIAGENS S.A.,ON	12.400	601.400,00
CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS PARTICIPAÇÕES,ON	22.400	296.128,00
DURATEX S.A.,ON	24.925	229.310,00
ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA S.A.,ON	17.200	211.560,00
EDP ENERGIAS BRASIL S.A.,ON	27.142	379.988,00
ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE SÃO PAULO S.A.,ON	10.293	168.290,55
EMBRAER S.A.,ON	67.300	1.346.000,00
ENGIE BRASIL ENERGIA S.A.,ON	18.691	663.717,41
EQUATORIAL ENERGIA S.A.,ON	18.200	1.194.830,00
ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	28.400	932.088,00
EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	5.282	114.355,30
FIBRIA CELULOSE S.A.,ON	21.100	1.009.635,00
FLEURY S.A.,ON	28.106	832.218,66
GAFISA S.A.,ON	2.585	52.889,10
GERDAU S.A.,PN	91.472	1.132.423,36
GOL LINHAS AÉREAS INTELIGENTES S.A.,PN	8.800	128.480,00
GRENDENE S.A.,ON	7.791	221.653,95
HYPERMARCAS S.A.,ON	36.300	1.306.800,00
IGUATEMI EMPRESA SHOPPING CENTERS S.A.,ON	8.000	315.120,00
IOCHPE MAXION S.A.,ON	11.481	264.063,00

> CONTINUA

> CONTINUAÇÃO

ITAU UNIBANCO HOLDING S.A.,PN	285.973	12.176.730,34
ITAUSA INVESTIMENTOS ITAU S.A.,PN	354.250	3.832.985,00
JBS S.A.,ON	139.600	1.369.476,00
KROTON EDUCACIONAL S.A.,ON	134.168	2.468.691,20
LIGHT S.A.,ON	9.000	150.210,00
LINX S.A.,ON	12.100	259.182,00
LOCALIZA RENT A CAR S.A.,ON	45.465	1.002.957,90
LOJAS AMERICANAS S.A.,ON	17.780	233.451,40
LOJAS AMERICANAS S.A.,PN	61.601	1.050.297,05
LOJAS RENNER S.A.,ON	64.653	2.294.534,97
M. DIAS BRANCO S.A. IND. COM. ALIMENTOS,ON	7.900	411.590,00
MAGAZINE LUIZA S.A.,ON	6.300	505.386,00
MARCOPOLO S.A.,PN	51.031	203.613,69
MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.,ON	36.903	270.129,96
METALÚRGICA GERDAU S.A.,PN	52.463	303.760,77
MINERVA S.A.,ON	15.300	162.945,00
MRV ENGENHARIA PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	26.100	392.544,00
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.,ON	8.302	588.611,80
MULTIPLUS S.A.,ON	4.100	143.500,00
NATURA COSMÉTICOS S.A.,ON	15.835	523.505,10
ODONTOPREV S.A.,ON	24.253	385.865,23
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,ON	248.380	4.200.105,80
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS,PN	378.280	6.090.308,00
PORTO SEGURO S.A.,ON	8.661	314.654,13
QUALICORP S.A.,ON	22.100	685.100,00
RAIA DROGASIL S.A.,ON	19.369	1.778.074,20
RANDON S.A. IMPLEMENTOS PARTICIPAÇÕES,PN	16.487	118.211,79
RUMO S.A.,ON	102.289	1.326.688,33
SÃO MARTINHO S.A.,ON	14.100	272.130,00
SER EDUCACIONAL S.A.,ON	3.745	117.218,50
SMILES S.A.,ON	5.300	402.270,00

> CONTINUA

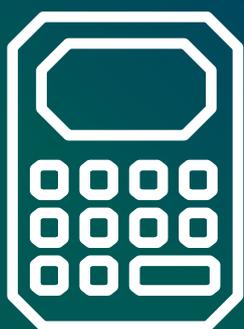


> CONTINUAÇÃO

SUZANO PAPEL CELULOSE S.A.,ON	42.653	797.184,57	
TELEFÔNICA BRASIL S.A.,PN	38.037	1.849.358,94	
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	74.178	971.731,80	
TOTVS S.A.,ON	12.377	369.948,53	
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,ON	49.558	3.716.850,00	
USINAS SIDERÚRGICAS MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS,PNA	46.800	425.880,00	
VALE S.A.,ON	279.143	11.238.297,18	
VALID SOLUÇÕES E SERV. DE SEG. EM MEIOS DE PGTO. E IDENT. S.A.,ON	6.300	116.802,00	
WEG S.A.,ON	52.320	1.261.435,20	
WIZ SOLUÇÕES CORRETAGEM SEGUROS S.A.,ON	7.200	84.384,00	
RENDIA VARIÁVEL - A RECEBER / A PAGAR		473.521,36	0,05



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
E NOTAS EXPLICATIVAS
2017



Balanço Patrimonial

R\$ mil

ATIVO	Notas	2017	2016
DISPONÍVEL		939	718
REALIZÁVEL		183.651.105	170.589.701
Gestão Previdencial	(5)	2.956.695	2.648.583
Gestão Administrativa	(6)	286.575	249.663
Investimentos	(7)	180.407.835	167.691.455
Títulos Públicos	(7.1)	83.632	90.581
Créditos Privados e Depósitos	(7.1)	8.144.533	7.352.910
Ações	(7.2)	46.957.740	46.558.997
Fundos de Investimento	(7.3)	108.122.045	96.391.991
Investimentos Imobiliários	(7.4)	10.138.259	10.405.886
Empréstimos e Financiamentos	(7.5)	6.920.536	6.859.462
Depósitos Judiciais/Recursais	(12.2)	41.090	31.628
PERMANENTE	(8)	16.164	19.227
Imobilizado		9.416	10.944
Intangível		6.748	8.283
TOTAL DO ATIVO		183.668.208	170.609.646

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso

Presidente

CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira

Diretora de Administração

CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos

Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ

CPF: 224.430.703-44

Dilcrecio Akira Miki

Atuário MIBA 1959

CPF: 372.947.091-49

Balanço Patrimonial

R\$ mil

PASSIVO	Notas	2017	2016
EXIGÍVEL OPERACIONAL	(11)	25.477.981	26.616.278
Gestão Previdencial		25.401.478	26.570.210
Gestão Administrativa		15.217	4.302
Investimentos		61.286	41.766
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	(12)	1.830.568	2.240.663
Gestão Previdencial		1.521.970	1.960.453
Gestão Administrativa		277.544	242.913
Investimentos		31.054	37.297
PATRIMÔNIO SOCIAL		156.359.659	141.752.705
Patrimônio de Cobertura do Plano		153.795.330	139.435.024
Provisões Matemáticas	(14)	157.938.419	153.378.362
Benefícios Concedidos		143.674.033	142.534.498
Benefícios a Conceder		28.872.577	26.140.076
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(14.608.191)	(15.296.212)
Equilíbrio Técnico	(15)	(4.143.089)	(13.943.338)
Resultados realizados		(4.143.089)	(13.943.338)
Déficit Técnico Acumulado		(4.143.089)	(13.943.338)
Fundos	(16)	2.564.329	2.317.681
Fundos Previdenciais		568.911	467.804
Fundos Administrativos		1.015.931	939.944
Fundos dos Investimentos		979.487	909.933
TOTAL DO PASSIVO		183.668.208	170.609.646

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Dilcrecio Akira Miki
Atuário MIBA 1959
CPF: 372.947.091-49

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

R\$ mil

DESCRIÇÃO ^(Nota 17)	2017	2016	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	141.752.705	128.189.656	10,6
1. Adições	28.870.909	27.788.718	3,9
(+) Contribuições Previdenciais ^(*)	4.586.697	4.404.788	4,1
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.479.584	22.836.163	2,8
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	321.917	0	-
(+) Receitas Administrativas	284.632	286.173	(0,5)
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	128.525	149.516	(14,0)
(+) Constituição de Fundos de Investimento	69.554	112.078	(37,9)
2. Destinações	(14.263.955)	(14.225.669)	0,3
(-) Benefícios	(13.926.805)	(13.645.160)	2,1
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	(259.946)	(100,0)
(-) Despesas Administrativas	(308.431)	(299.700)	2,9
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(28.719)	(20.863)	37,7
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	14.606.954	13.563.049	7,7
(+/-) Provisões Matemáticas	4.560.057	10.939.898	(58,3)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	9.800.249	2.194.584	346,6
(+/-) Fundos Previdenciais	101.107	201.384	(49,8)
(+/-) Fundos Administrativos	75.987	115.105	(34,0)
(+/-) Fundos dos Investimentos	69.554	112.078	(37,9)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	156.359.659	141.752.705	10,3

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

(*) Contribuições Líquidas, conforme Anexo B, da Resolução CNPC n  8, de 31/10/2011.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Dilcrecio Akira Miki
Atuário MIBA 1959
CPF: 372.947.091-49



Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2017	2016	Varição (%)
1. Ativos	170.919.605	160.604.589	6,4
Disponível	922	649	42,1
Recebível	3.682.937	3.355.446	9,8
Investimento	167.235.746	157.248.494	6,4
Títulos Públicos	83.632	89.533	(6,6)
Créditos Privados e Depósitos	6.449.756	5.875.242	9,8
Ações	43.614.615	43.839.794	(0,5)
Fundos de Investimento	101.844.286	91.620.448	11,2
Investimentos Imobiliários	9.633.786	10.010.297	(3,8)
Empréstimos	4.616.272	4.686.688	(1,5)
Financiamentos Imobiliários	952.313	1.094.864	(13,0)
Depósitos Judiciais/Recurais	41.086	31.628	29,9
2. Obrigações	26.950.037	28.566.669	(5,7)
Operacional	25.401.326	26.574.969	(4,4)
Contingencial	1.548.711	1.991.700	(22,2)
3. Fundos Não Previdenciais	1.694.968	1.605.447	5,6
Fundos Administrativos	736.214	713.587	3,2
Fundos dos Investimentos	958.754	891.860	7,5
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	142.274.600	130.432.473	9,1
Provisões Matemáticas	146.567.429	144.371.339	1,5
Superávit / Déficit Técnico	(4.295.067)	(13.943.338)	(69,2)
Fundos Previdenciais	2.238	4.472	(50,0)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado (Nota 15)			
a) Equilíbrio Técnico	(4.295.067)	(13.943.338)	(69,2)
b) Ajuste de Precificação	2.607.979	2.582.340	1,0
c) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(1.687.088)	(11.360.998)	(85,2)

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador - CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2017	2016	Varição (%)
1. Ativos	12.086.462	9.460.473	27,8
Disponível	6	5	20,0
Recebível	238.606	191.569	24,6
Investimento	11.847.850	9.268.899	27,8
Créditos Privados e Depósitos	1.392.831	1.185.061	17,5
Ações	3.215.069	2.559.025	25,6
Fundos de Investimento	5.383.522	4.051.314	32,9
Investimentos Imobiliários	504.473	395.589	27,5
Empréstimos	1.203.775	1.002.706	20,1
Financiamentos Imobiliários	148.176	75.204	97,0
Depósitos Judiciais/Recursais	4	0	-
2. Obrigações	32.441	12.789	153,7
Operacional	32.295	12.557	157,2
Contingencial	146	232	(37,1)
3. Fundos Não Previdenciais	256.222	207.373	23,6
Fundos Administrativos	235.489	189.300	24,4
Fundos dos Investimentos	20.733	18.073	14,7
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	11.797.799	9.240.311	27,7
Provisões Matemáticas	11.370.990	9.007.023	26,2
Superávit / Déficit Técnico	151.978	0	-
Fundos Previdenciais	274.831	233.288	17,8

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador - CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
1. Ativos	390.790	321.371	21,6
Disponível	5	60	(91,7)
Recebível	52.019	42.630	22,0
Investimento	338.766	278.681	21,6
Títulos Públicos	0	1.048	(100,0)
Créditos Privados e Depósitos	86.161	94.600	(8,9)
Fundos de Investimento	252.605	183.033	38,0
2. Obrigações	54.720	54.270	0,8
Operacional	50.553	48.452	4,3
Contingencial	4.167	5.818	(28,4)
3. Fundos Não Previdenciais	44.228	37.057	19,4
Fundos Administrativos	44.228	37.057	19,4
5. Total do Ativo Líquido (1-2-3-4)	291.842	230.044	26,9
Fundos Previdenciais	291.842	230.044	26,9

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador - CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2017	2016	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	130.432.473	119.731.218	8,9
1. Adi�es	25.455.292	24.327.320	4,6
(+) Contribui�es	3.106.359	3.049.435	1,9
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	22.028.383	21.277.885	3,5
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	320.550	0	-
2. Destina�es	(13.613.165)	(13.626.065)	(0,1)
(-) Benefícios	(13.565.234)	(13.317.708)	1,9
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	(260.459)	(100,0)
(-) Custeio Administrativo	(47.931)	(47.898)	0,1
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	11.842.127	10.701.255	10,7
(+/-) Provisões Matemáticas	2.196.090	8.508.588	(74,2)
(+/-) Fundos Previdenciais	(2.234)	(1.917)	16,5
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	9.648.271	2.194.584	339,6
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	142.274.600	130.432.473	9,1
C) Fundos não Previdenciais	1.694.968	1.605.447	5,6
(+) Fundos Administrativos	736.214	713.587	3,2
(+) Fundos dos Investimentos	958.754	891.860	7,5

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstra es Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administra o
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2017	2016	Varia�o (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	9.240.311	6.657.819	38,8
1. Adi�es	2.687.942	2.689.132	(0,0)
(+) Contribui�es	1.268.258	1.167.360	8,6
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.419.615	1.521.709	(6,7)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	69	63	9,5
2. Destina�es	(130.454)	(106.640)	22,3
(-) Benefícios	(80.019)	(59.985)	33,4
(-) Custeio Administrativo	(50.435)	(46.655)	8,1
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	2.557.488	2.582.492	(1,0)
(+/-) Provisões Matemáticas	2.363.967	2.431.310	(2,8)
(+/-) Fundos Previdenciais	41.543	151.182	(72,5)
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	151.978	0	-
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	11.797.799	9.240.311	27,7
C) Fundos não Previdenciais	256.222	207.373	23,6
(+) Fundos Administrativos	235.489	189.300	24,4
(+) Fundos dos Investimentos	20.733	18.073	14,7

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstra es Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administra o
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Capec

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	230.044	177.925	29,3
1. Adições	351.287	326.813	7,5
(+) Contribuições	318.403	289.794	9,9
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	31.586	36.569	(13,6)
(+) Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	1.298	450	188,4
2. Destinações	(289.489)	(274.694)	5,4
(-) Benefícios	(281.552)	(267.467)	5,3
(-) Custeio Administrativo	(7.937)	(7.227)	9,8
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	61.798	52.119	18,6
(+/-) Fundos Previdenciais	61.798	52.119	18,6
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	291.842	230.044	26,9
C) Fundos não Previdenciais	44.228	37.057	19,4
(+) Fundos Administrativos	44.228	37.057	19,4

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada)

R\$ mil

DESCRIÇÃO (Nota 18)	2017	2016	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	939.944	824.839	14,0
1. Custeio da Gestão Administrativa	413.157	435.689	(5,2)
1.1. Receitas	413.157	435.689	(5,2)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	106.323	101.801	4,4
Custeio Administrativo dos Investimentos	168.109	176.680	(4,9)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	7.912	6.131	29,0
Receitas Diretas	2.271	1.520	49,4
Resultado Positivo dos Investimentos	128.525	149.516	(14,0)
Outras Receitas	17	41	(58,5)
2. Despesas Administrativas	(308.431)	(299.700)	2,9
2.1. Administração Previdencial	(132.410)	(116.889)	13,3
Pessoal e encargos	(67.543)	(65.739)	2,7
Treinamentos / congressos e seminários	(1.608)	(895)	79,7
Viagens e estadias	(864)	(931)	(7,2)
Serviços de terceiros	(24.318)	(23.634)	2,9
Despesas gerais (*)	(20.241)	(18.991)	6,6
Depreciações e amortizações	(3.769)	(3.631)	3,8
Tributos	(3.034)	(3.053)	(0,6)
Outras Despesas	(11.033)	(15)	-
2.2. Administração dos Investimentos	(176.021)	(182.811)	(3,7)
Pessoal e encargos	(117.719)	(126.073)	(6,6)
Treinamentos / congressos e seminários	(2.095)	(1.246)	68,1
Viagens e estadias	(971)	(984)	(1,3)
Serviços de terceiros	(19.795)	(17.153)	15,4
Despesas gerais (*)	(26.225)	(26.144)	0,3
Depreciações e amortizações	(4.022)	(6.052)	(33,5)
Tributos	(5.185)	(5.148)	0,7
Outras Despesas	(9)	(11)	(18,2)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(28.719)	(20.863)	37,7
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(20)	(21)	(4,8)
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	75.987	115.105	(34,0)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	75.987	115.105	(34,0)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	1.015.931	939.944	8,1

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

(*) Inclui gastos com aluguel e manutenção da sede, manutenção de software, publicações, despesas judiciais, cartorárias e informações eletrônicas.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador - CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios 1

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2017	2016	Varição (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	170.183.391	159.891.002	6,4
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	146.567.429	144.371.339	1,5
1.1. Benefícios Concedidos	143.352.341	142.338.371	0,7
Benefício Definido	143.352.341	142.338.371	0,7
1.2. Benefícios a Conceder	17.823.279	17.329.180	2,9
Contribuição Definida	2.481	26	-
Saldo de contas - parcela participantes	2.481	26	-
Benefício Definido	17.820.798	17.329.154	2,8
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(14.608.191)	(15.296.212)	(4,5)
(-) Serviço Passado	(14.608.191)	(15.296.212)	(4,5)
(-) Patrocinador	(14.608.191)	(15.296.212)	(4,5)
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	(4.295.067)	(13.943.338)	(69,2)
2.1. Resultados Realizados	(4.295.067)	(13.943.338)	(69,2)
(-) Déficit técnico acumulado	(4.295.067)	(13.943.338)	(69,2)
3. Fundos	960.992	896.332	7,2
3.1. Fundos Previdenciais	2.238	4.472	(50,0)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	958.754	891.860	7,5
4. Exigível Operacional	25.401.326	26.574.969	(4,4)
4.1. Gestão Previdencial	25.349.093	26.521.553	(4,4)
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	52.233	53.416	(2,2)
5. Exigível Contingencial	1.548.711	1.991.700	(22,2)
5.1. Gestão Previdencial	1.517.657	1.954.403	(22,3)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	31.054	37.297	(16,7)

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Dilcrecio Akira Miki
Atuário MIBA 1959
CPF: 372.947.091-49

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios PREVI Futuro

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	11.850.973	9.271.174	27,8
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	11.370.990	9.007.023	26,2
1.1. Benefícios Concedidos	321.692	196.127	64,0
Benefício Definido	321.692	196.127	64,0
1.2. Benefícios a Conceder	11.049.298	8.810.896	25,4
Contribuição Definida	10.575.076	8.352.930	26,6
Saldo de contas - parcela patrocinador	5.229.695	4.134.309	26,5
Saldo de contas - parcela participantes	5.345.381	4.218.621	26,7
Benefício Definido	474.222	457.966	3,5
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	151.978	0	-
2.1. Resultados Realizados	151.978	0	-
Superavit técnico acumulado	151.978	0	-
Reserva de Contingência	151.978	0	-
3. FUNDOS	295.564	251.361	17,6
3.1. Fundos Previdenciais	274.831	233.288	17,8
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	20.733	18.073	14,7
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	32.295	12.558	157,2
4.1. Gestão Previdencial	5.714	4.109	39,1
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	26.581	8.449	214,6
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	146	232	(37,1)
5.1. Gestão Previdencial	146	232	(37,1)

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Dilcrecio Akira Miki
Atuário MIBA 1959
CPF: 372.947.091-49

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano CAPEC

R\$ mil

DESCRIÇÃO	2017	2016	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	346.562	284.314	21,9
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	0	0	-
1.1. Benefícios Concedidos	0	0	-
Benefício Definido	0	0	-
1.2. Benefícios a Conceder	0	0	-
Contribuição Definida	0	0	-
Saldo de contas - parcela patrocinador	0	0	-
Saldo de contas - parcela participantes	0	0	-
Benefício Definido	0	0	-
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	0	-
(-) Serviço Passado	0	0	-
(-) Patrocinador	0	0	-
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	0	0	-
2.1. Resultados Realizados	0	0	-
Superavit técnico acumulado	0	0	-
Reserva de Contingência	0	0	-
Reserva Especial para Revisão de Plano	0	0	-
(-) Déficit técnico acumulado	0	0	-
2.2. Resultados a realizar	0	0	-
3. FUNDOS	291.842	230.044	26,9
3.1. Fundos Previdenciais	291.842	230.044	26,9
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	50.553	48.452	4,3
4.1. Gestão Previdencial	50.511	48.412	4,3
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	42	40	5,0
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	4.167	5.818	(28,4)
5.1. Gestão Previdencial	4.167	5.818	(28,4)

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis.

Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44

Dilcrecio Akira Miki
Atuário MIBA 1959
CPF: 372.947.091-49



Sumário das Notas Explicativas

1 Contexto Operacional	46	8 Permanente	73
2 Planos Administrados	46	9 Composição dos Ativos e	
3 Apresentação das Demonstrações Contábeis	47	Análise de Sensibilidade	74
4 Principais Práticas Contábeis	48	9.1 Alocação por Segmento	74
4.1 Premissas e Estimativas Contábeis.....	48	9.2 Análise de Sensibilidade	75
4.2 Gestão de Riscos	48	9.2.1 Carteira de Renda Fixa	75
4.3 Gestão Previdencial.....	50	9.2.2 Carteira de Renda Variável	75
4.4 Gestão Administrativa	50	10 Transações Entre Partes Relacionadas	76
4.5 Investimentos	50	11 Exigível Operacional	79
4.5.1 Instrumentos Financeiros	50	11.1 Contrato BB X PREVI – Grupo Pré-67,	
4.5.2 Propriedade para Investimento.....	51	Paridade – Acordo 2006 E Contribuição	
4.5.3 Provisão para Perdas e para Créditos		Amortizante – Grupo Especial	80
de Liquidação Duvidosa	51	11.2 Utilização do Superávit 2010	80
4.6 Imobilizado e Intangível	51	12 Exigível Contingencial	80
4.7 Exigível Operacional.....	52	12.1 Contingências – Perda Provável	81
4.8 Provisões, Passivos e Ativos Contingentes	52	12.1.1 Gestão Previdencial	81
4.8.1 Provisões e Passivos Contingentes.....	52	12.1.2 Gestão Administrativa	81
4.8.2 Depósitos Judiciais e Recursais	52	12.1.3 Investimentos.....	81
4.8.3 Ativos Contingentes.....	52	12.2 Depósitos e Bloqueios Judiciais.....	82
4.9 Provisões Matemáticas.....	53	12.2.1 Ações Fiscais.....	82
4.10 Equilíbrio Técnico	53	13 Passivos e Ativos Contingentes	83
4.11 Fundos	53	13.1 Passivos Contingentes	83
4.12 Apuração do Resultado	53	13.2 Ativos Contingentes	83
4.13 Custeio Administrativo	53	13.2.1 Obrigações do Fundo Nacional	
5 Realizável – Gestão Previdencial	54	de Desenvolvimento – OFND.....	83
6 Realizável – Gestão Administrativa	54	13.2.2 Dividendos da Telebrás.....	83
7 Realizável – Investimentos	55	14 Provisões Matemáticas	83
7.1 Títulos Públicos, Créditos Privados		14.1 Plano de Benefícios 1.....	83
e Depósitos.....	56	14.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro.....	85
7.1.1 Títulos para Negociação.....	57	15 Equilíbrio Técnico	86
7.1.2 Títulos Mantidos até o Vencimento	57	15.1 Plano de Benefícios 1.....	86
7.2 Ações	58	15.2 Plano de Benefícios PREVI Futuro.....	88
7.2.1 Ações sem Mercado Ativo e/ou		16 Fundos	88
Bloqueadas – Plano 1.....	59	16.1 Gestão Previdencial	89
7.3 Fundos de Investimento.....	61	16.2 Gestão Administrativa.....	89
7.3.1 Títulos para Negociação.....	65	16.3 Investimentos	90
7.3.2 Títulos Mantidos até o Vencimento	66	17 Mutação do Patrimônio Social	90
7.3.3 Fundo de Participa�es.....	66	17.1 Gestão Previdencial	91
7.4 Investimentos Imobiliários	67	17.2 Resultados e Rentabilidade por Tipo de Emissor.....	92
7.5 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários	70	18 Gestão Administrativa	92
7.5.1 Empréstimos Simples	71	19 Ajustes e Elimina�es de Consolida�o	94
7.5.2 Financiamentos Imobiliários.....	72	20 Evento Subsequente	94



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Exercícios de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (“PREVI” ou “Entidade”), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, criada em 1904, é uma entidade fechada de previdência complementar que tem como objetivo a instituição e administração de planos de benefícios, em conformidade com as normas emanadas do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria de Políticas de Previdência Complementar – SPPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Os recursos de que a PREVI dispõe são oriundos de contribuições das suas patrocinadoras, Banco do Brasil S.A. e PREVI, e de seus participantes, vertidas de forma paritária, e pelos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN.

Durante o exercício de 2017, a PREVI efetuou diversas operações nos mercados financeiro e de capitais com o Banco do Brasil S.A. e com sua subsidiária BB DTVM S.A., além de outras instituições financeiras. Mantém ainda com o Banco do Brasil S.A. contrato de prestação de serviços de liquidação financeira e custódia de seus ativos de renda fixa e de renda variável, de acordo com a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e alterada pela Resolução CMN nº 4.275, de 31/10/2013, Resolução CMN nº 3.846, de 25/03/2010, Resolução CMN nº 4.449, de 20/11/2015, Resolução CMN nº 4.469, de 25/02/2016, e Resolução CMN nº 4.611, de 30/11/2017.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29/12/2004, e com a Instrução

Normativa SRF nº 588, de 21/12/2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e nº 1.315, de 27/07/2006 e de 03/01/2013, respectivamente.

2 PLANOS ADMINISTRADOS

A PREVI administra três planos de benefícios, que estão inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), mantido pela Previc. Além dos planos de benefícios, a PREVI também possui um Plano de Gestão Administrativa:

- **Plano de Benefícios 1 – Plano 1** – CNPB nº: 19800001-74, de benefício definido estruturado em regime financeiro de capitalização, em extinção desde 23/12/1997. Participam deste plano aqueles que detinham a condição de associados da PREVI naquela data. O Plano 1, cujos patrocinadores são o Banco do Brasil e a PREVI, é composto pelas partes Geral e Opcional, que proporciona benefícios apenas para os que a contratarem, arcando com as respectivas contribuições. Seus benefícios podem ser:

a) Parte Geral

- Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
- Complemento Antecipado de Aposentadoria;
- Complemento de Aposentadoria por Invalidez;
- Complemento de Aposentadoria por Idade;
- Complemento de Pensão por Morte;
- Renda Mensal Vitalícia;
- Renda Mensal de Pensão por Morte; e
- Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano.



- b) Benefícios da Parte Opcional
- Renda Mensal de Aposentadoria; e
 - Renda Mensal de Pensão por Morte.
- **Plano de Benefícios PREVI Futuro – PREVI Futuro**
– CNPB nº: 19800035-74, de Contribuição Variável (Contribuição Definida na fase de acumulação para os benefícios programados e Benefício Definido para os benefícios de risco) estruturado em regime financeiro de capitalização. Instituído pelo Banco do Brasil S.A. e pela PREVI para os funcionários que ingressaram a partir de 1998. Este plano encontra-se ativo. Os benefícios assegurados pelo Plano PREVI Futuro são de dois tipos:
 - a) Benefícios de Risco
 - Complemento de Aposentadoria por Invalidez; e
 - Complemento de Pensão por Morte.
 - b) Benefícios Programados
 - Renda Mensal de Aposentadoria;
 - Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria;
 - Renda Mensal Vitalícia; e
 - Renda Mensal de Pensão por Morte.

- **Plano de Benefícios Carteira de Pecúlios – Capec** – CNPB nº: 19040001-18, de Pagamento Único estruturado em regime financeiro de repartição simples. Executa, sob forma e condições fixadas em regulamento próprio, sistema de pecúlios composto de planos para cobertura de falecimento e invalidez, mantidos com contribuições exclusivas dos seus participantes. Os ativos do Plano Capec são segregados, as reservas são próprias e não se confundem com as dos planos de aposentadorias e de pensões. Este plano encontra-se ativo. Os pecúlios oferecidos atualmente são: Pecúlio por Morte, Especial, Manutença e Invalidez.
- **Plano de Gestão Administrativa – PGA** – tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa da PREVI, na forma do seu Regulamento, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVI por intermédio da Decisão nº 90, de 18/12/2009.

PARTICIPANTES

Situação	Plano 1		PREVI Futuro		Capec	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos ^{(1) (2)}	11.035	11.558	84.729	85.674	126.905	127.041
Aposentados ⁽²⁾	81.912	82.535	862	428		
Pensões ⁽³⁾	18.254	17.862	438	395		
TOTAL	111.201	111.955	86.029	86.497	126.905	127.041
Idade Média da População ⁽⁴⁾	64	63	40	39	58	57

⁽¹⁾ A maioria dos participantes da Capec também são participantes do Plano 1 ou PREVI Futuro. ⁽²⁾ Inclui Autopatrocínados, conforme Parecer Atuarial. ⁽³⁾ Considera apenas as pensões de responsabilidade da PREVI. ⁽⁴⁾ Idade média de participantes ativos e aposentados.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e observam as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº 8, de 31/10/2011, e suas alterações posteriores, e Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e suas alterações posteriores. Desde que aplicável, foram observados pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pelos órgãos reguladores.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balanco Patrimonial** - De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- **Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social – DMPS** - De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos.



- **Demonstração do Ativo Líquido – DAL** - Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.
- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL** - Por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.
- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA** - De forma consolidada, o resultado da atividade administrativa da Entidade e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.
- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT** - Por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

As Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro, Capec e do PGA. Cada plano de benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos.

A moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a PREVI opera.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações, dentre outras, são “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota 19).

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 09/03/2018.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administração são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis, valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor justo dos ativos imobiliários, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

4.2 GESTÃO DE RISCOS

A PREVI entende que para atender aos seus compromissos de pagamentos de benefícios e pensões precisa gerir de forma adequada os seus investimentos e considerar a totalidade de riscos a que está exposta em suas diversas classes de ativos, em conformidade com as normas em vigor, com destaque para a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e a Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004.

A gestão de riscos considera alguns conceitos e parâmetros como o impacto das variações de preços negociados no mercado financeiro e de capitais (risco de mercado), os riscos provenientes do não pagamento de obrigações assumidas por contrapartes (risco de crédito), riscos decorrentes de não disponibilidade de recursos (risco de liquidez), o risco de ocorrência de déficits futuros (risco de solvência), o risco da não constituição de recursos garantidores compatíveis com os compromissos atuariais (risco atuarial), o risco de perdas decorrentes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas e eventos externos (risco operacional) ou de ações legais (risco legal).

- **Risco de Mercado** – O gerenciamento do risco de mercado dos ativos da PREVI considera diversas métricas para sua mensuração e acompanhamento. A seleção da métrica mais apropriada depende diretamente do objetivo do portfólio, sua meta e dos tipos de instrumentos financeiros considerados. Algumas das métricas utilizadas são:

- Value-at-Risk (VaR)** – calculado diariamente usando a metodologia não paramétrica, com cenário histórico de 504 dias úteis, utilizando opcionalmente a técnica do EWMA – média móvel ponderada exponencialmente – para os cenários históricos, com fator de decaimento de 0,93 (métrica mais utilizada para ativos líquidos com gestão ativa). Para comparação com o mercado, calcula-se também o VaR da carteira teórica dos diversos *benchmarks* cadastrados (IBrX, IMA etc.). O intervalo de confiança padrão adotado pela PREVI é de 99%.
- Divergência Não Planejada (DNP)** – calculada mensalmente, utilizando o retorno acumulado de 12 e 36 meses. O *benchmark* utilizado pode ser o atuarial do plano (para análise de desempenho) ou qualquer *benchmark* predeterminado pela Política de Investimentos, dependendo do objetivo da carteira. Apesar de a DNP ser essencialmente uma medida de desempenho, serve como um bom indicador do risco de solvência do plano, principalmente quando utiliza o atuarial como *benchmark*.
- Tracking Error (TE)** – indica a intensidade da variação do descolamento entre a rentabilidade de uma carteira/ativo e um *benchmark*. Tipo de medida



utilizada principalmente para ativos de gestão passiva. Representa o risco do desempenho de uma carteira não refletir o desempenho do *benchmark*. É normalmente calculado com o horizonte de 12 e 36 meses.

- d) **Simulações de Stress** – apresenta uma simulação de perda/ganho dado o acontecimento de um determinado cenário. Os cenários utilizados podem refletir os choques usualmente observados no mercado e/ou cenários traçados com base em projeções macroeconômicas. A periodicidade pode ser semanal, mensal, ou eventual, previamente à realização de alguma operação relevante. Além dos cenários de choque nos fatores de risco, existem os choques nas posições, simulando compra/venda de ativos e seu impacto no risco global.
- **Risco de Crédito** – Pode ser segmentado em três grandes conjuntos:
 - a) **Risco de Crédito de Instituições Financeiras** – utiliza metodologia própria para cálculo de *rating* interno e limite operacional para instituições financeiras. A aplicação dessa metodologia é feita por sistema institucional, integrado a outros sistemas da PREVI. Além do *rating* interno e limite operacional, há um processo de acompanhamento diário de fatos de mercado e de avaliação da qualidade de crédito de contrapartes.
 - b) **Risco de Crédito de Instituições Não Financeiras** – utiliza metodologia própria para obtenção de *rating* interno para operações com instituições não financeiras. Esse processo também engloba a análise do risco de operações estruturadas, o que demanda uma avaliação da estrutura da operação proposta.
 - c) **Risco de Crédito de Operações com Participantes** – utiliza metodologia de cálculo de fundo de *hedge* e liquidez, que visa à formação de reserva para suportar eventos de inadimplência ou descasamento de taxas, tanto na carteira de Empréstimos a Participantes quanto na de Financiamentos Imobiliários.
 - **Risco de Liquidez e Solvência** – O Risco de Liquidez no curto prazo é acompanhado e mitigado por meio da formação de um caixa mínimo, composto por ativos de altíssima liquidez, em volume suficiente para arcar com o pagamento de benefícios para os próximos seis meses. Para o longo prazo realizamos o *cash flow matching*, que tem como objetivo o casamento de fluxo de caixa no médio e no longo prazo, visando mitigar riscos de liquidez dos próximos anos. O caixa mínimo e o *cash flow matching* são calculados mensalmente e acompanhados pela Diretoria de Investimentos a fim de aproveitar as oportunidades de mercado.

O Risco de Solvência é medido pelo impacto das projeções de resultado no balanço da Entidade. Os cenários que impactam os fatores de riscos são gerados utilizando o método de Monte Carlo. Dessa maneira, há uma projeção das necessidades de caixa e do resultado de cada plano, ao longo do tempo, que permite fazer uma alocação de recursos mais eficiente.

A combinação do risco de liquidez e do risco de solvência é o centro do processo de ALM (Gestão de Ativos e Passivos). Além das projeções, é utilizada a simulação do passivo estocástico (ver Risco do Passivo Atuarial). Dessa forma, são traçadas estratégias de alocação futura de recursos, visando garantir liquidez e solvência do plano no longo prazo.

- **Risco Operacional** – A PREVI utiliza metodologia própria para identificação e avaliação anual do nível de criticidade (extrema, alta, média e baixa) e da perda financeira potencial dos riscos operacionais, a partir de uma análise de probabilidade, impactos (financeiro, de imagem e legal), fragilidades e controles.

Os riscos de criticidade baixa e média são mantidos sob supervisão, de forma que qualquer variação que possa ocasionar a sua materialização seja tempestivamente identificada e devidamente corrigida.

Os riscos de criticidade extrema e alta são tratados por meio de planos de ação com o objetivo de implementar ou aprimorar controles que sejam capazes de reduzir a probabilidade de materialização do risco a níveis aceitáveis.

O comportamento dos riscos é monitorado tanto para atestar se estes foram devidamente mitigados quanto para subsidiar a composição dos indicadores-chave de risco. Também são monitoradas as ações corretivas para tratamento das falhas operacionais nos processos da PREVI.
- **Risco Legal** – Refere-se à possibilidade de perdas financeiras decorrentes do descumprimento de dispositivos legais que importem em: (i) sanções impostas por órgãos de supervisão e controle; (ii) indenizações por danos a terceiros; ou (iii) criação de tributos ou nova interpretação quanto à sua incidência. Seu acompanhamento é constante e envolve o provisionamento dos processos judiciais e/ou administrativos a partir da classificação da probabilidade de perda estimada pela Administração da PREVI com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (“provável”, “possível” ou “remota”) e da mensuração dos valores envolvidos. Paralelamente, são elaboradas ações mitigadoras junto às partes envolvidas.
- **Risco do Passivo Atuarial** – É o risco de não formação de reserva adequada em função da ocorrência de riscos biométricos, tais como aumento de longevidade, alteração



na taxa de entrada em invalidez etc. Uma inovação complementar ao cálculo normalmente realizado para o passivo atuarial é o cálculo do passivo estocástico: para cada participante são simulados diversos caminhos aleatórios, o que faz com que cada participante possua uma distribuição de possíveis provisões matemáticas. O total desse conjunto de provisões matemáticas forma a reserva matemática estocástica, que é utilizada no processo de ALM para a mensuração do risco de solvência. Por se tratar de uma distribuição, conceitos estatísticos como intervalo de confiança, desvio-padrão etc. podem ser aplicados para melhor mensuração da probabilidade de insolvência no futuro.

Neste processo, cada reserva matemática da distribuição considera uma projeção de fluxo de caixa atuarial, que por sua vez é utilizada pelo ALM para determinação do risco de liquidez.

Dessa forma, o processo de ALM é realizado de maneira completamente estocástica, tanto pelo lado dos ativos quanto pelo lado do passivo atuarial.

4.3 GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relativos às contribuições normais dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, assim como os adiantamentos do INSS, depósitos judiciais e recursais.

4.4 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade. A apuração da participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo prevista no Regulamento do PGA é feita da seguinte forma:

- A rentabilidade obtida pela aplicação dos recursos do Fundo Administrativo será creditada mensalmente ao Fundo, de forma proporcional à parcela registrada para cada Plano no último dia do mês anterior.
- Os recursos arrecadados para o custeio do PGA, oriundos das contribuições dos participantes e patrocinadores, serão creditados no Fundo Administrativo, de forma que a arrecadação oriunda de cada plano seja incorporada ao saldo do respectivo Plano.
- As despesas administrativas comuns da PREVI serão suportadas pelo Fundo Administrativo. A totalidade das despesas comuns incorridas mensalmente, deduzidas as receitas administrativas, será debitada do Fundo, impactando o saldo registrado em nome de cada Plano de forma proporcional à sua parcela verificada no último dia do mês.
- As despesas administrativas específicas de cada plano de benefícios serão integralmente deduzidas do saldo do Fundo Administrativo relativo ao respectivo plano de benefícios.

4.5 INVESTIMENTOS

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das provisões matemáticas e fundos são determinados pela Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional – CMN, de 24/09/2009, e alterações posteriores.

Para precificação dos títulos e valores mobiliários, conforme indica a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, utilizamos os critérios definidos na Deliberação CVM nº 699, de 20/12/2012, que estabelece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

- Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos idênticos a que a Entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2** – Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou o passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- Nível 3** – Dados não observáveis para o ativo ou o passivo.

4.5.1 Instrumentos Financeiros

4.5.1.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

São classificados e registrados como “Títulos para negociação” e “Títulos mantidos até o vencimento” conforme norma específica do CNPC. Os títulos de renda fixa são registrados ao custo de aquisição, incluídas as corretagens e emolumentos, acrescidos dos rendimentos auferidos *pro rata die* até a data das demonstrações contábeis.

Os títulos classificados como “para negociação” são ajustados ao valor de mercado.

Para os títulos que não possuem mercado ativo, a PREVI emprega as seguintes metodologias de precificação:

- preço referencial indicativo de entidade de renome que represente instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais brasileiros (exemplo: Anbima); ou
- custo amortizado com aplicação do teste de *impairment* considerado o risco de crédito do emissor. Caso o emissor não tenha risco de crédito calculado por nenhuma empresa de *rating*, a PREVI atribui o grau de risco máximo.

4.5.1.2 Ações

As ações adquiridas no mercado à vista são registradas em sua mensuração inicial pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e de outras taxas. Nas



mensurações subsequentes, são precificadas ao valor de mercado pela cotação de fechamento na data mais próxima à de encerramento das Demonstrações Contábeis. Os rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre capital próprio são registrados pelo regime de competência e são reconhecidos contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendo.

Para as ações sem um mercado ativo, o valor justo é baseado em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares.

4.5.1.3 Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e podem incluir custos de transação em sua mensuração inicial. Os montantes relativos aos fundos de investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento das Demonstrações Contábeis, e alguns ativos relevantes alocados nesses fundos são precificados ao valor justo (nível 2), caso não haja valor de mercado.

4.5.1.4 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

São operações com participantes, e seus saldos incluem principal, juros e atualização monetária até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis. O registro é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

4.5.2 Propriedade para Investimento

4.5.2.1 Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção e são ajustados periodicamente, por meio de avaliações a valor de mercado em, no máximo, três anos. Os investimentos imobiliários do Plano 1 são reavaliados a cada dois anos e os do plano PREVI Futuro anualmente. Os ajustes da reavaliação, positivos ou negativos, são contabilizados nas contas específicas de resultado de acordo com norma específica da Previc.

Para determinação dos valores dos imóveis são utilizados os métodos de Capitalização da Renda, Comparativo Direto de Dados de Mercado. O método de Custo de Reprodução é utilizado para divisão dos valores entre Terreno e Benfeitorias, conforme Norma Brasileira para Avaliações de Bens (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Os valores registrados como a receber a título de aluguéis e de alienação são atualizados pelos índices contratados, acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

4.5.3 Provisão para Perdas e para Créditos de Liquidação Duvidosa

As Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são registradas para os direitos creditórios mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida com a conta redutora do respectivo segmento do ativo. Os investimentos sujeitos à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) são apresentados por seu valor líquido.

Perda por *Impairment* – um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A análise de recuperabilidade é uma análise comparativa do valor do ativo para verificar se o mesmo está desvalorizado. Considera-se ativo desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. A análise de recuperabilidade deve ser realizada, no mínimo, a cada encerramento de exercício.

Foram constituídas provisões para perdas em investimentos decorrentes de redução ao valor recuperável, considerados os riscos e incertezas e, para os direitos creditórios de liquidação duvidosa, segundo critérios definidos no item 11 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009, e apresentados abaixo.

		PCLD		
		Atraso (em dias)		
	De	Até		Faixa de Provisionamento ⁽¹⁾
	61	120		25%
	121	240		50%
	241	360		75%
	≥ 361			100%

⁽¹⁾ Incidem sobre os créditos vencidos e vincendos.

4.6 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício, usados para fins administrativos.



Os bens corpóreos são demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada.

Os bens incorpóreos constituem o ativo intangível abrangido pelo CPC 04 e estão sujeitos ao teste anual de *impairment*, caso não tenham vida útil definida. As estimativas desses ativos não monetários identificáveis e sem substância física observam as normas do CFC. Caso um item abrangido pelo CPC 04 não atenda à definição de ativo intangível, os gastos incorridos na sua aquisição ou geração interna são reconhecidos como despesa do exercício. Os softwares constituem o ativo intangível e são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-econômica estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, de acordo com o item 23 das Normas Complementares da Instrução MPS/SPC nº 34, de 24/09/2009.

BENS	Taxa Anual % Depreciação / Amortização
Computadores e Periféricos	20%
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Intangível	20%

4.7 EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão demonstrados valores conhecidos ou calculáveis com critérios apropriados e consistentes. Estão acrescidos, quando aplicável, de encargos e variações monetárias, representados por obrigações presentes decorrentes de acordos firmados com o patrocinador Banco do Brasil S.A., por direitos a benefícios pelos participantes e por obrigações fiscais.

4.8 PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

4.8.1 Provisões e Passivos Contingentes

São passivos de prazo ou valor incerto, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologada pelo CFC e ratificada pelo CNPC. A Entidade é parte em diversos processos judiciais e/ou administrativos (Nota 12) e suas provisões são constituídas para todos os processos em que a Entidade é ré e representam perda provável ou se encontram em fase de execução.

Nos processos em que a Entidade é ré e que o risco de perda é classificado como possível, ocorre apenas a evidenciação em Nota Explicativa e, quando a probabilidade de perda for remota, não há constituição de provisão e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis.

Para os processos em que a Entidade é autora, a chance de êxito é classificada como possível ou provável. Adicionalmente, quando há previsão de honorários de êxito no contrato com os escritórios terceirizados, há constituição da respectiva provisão para honorários. A avaliação da probabilidade de perda dos processos é feita pelos advogados internos, com classificação das contingências conforme resolução do CFC, incluindo a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível e decisões mais recentes dos tribunais, conforme sua relevância no ordenamento jurídico.

O valor da provisão é obtido por meio de cálculo prévio a depender da natureza e do objeto do pedido da ação judicial para os processos em fase de conhecimento. Para os processos em fase de execução, o cálculo da provisão leva em conta o valor exato da execução da demanda judicial assim como o valor da atualização monetária dos depósitos judiciais e recursais.

As provisões são revisadas, no mínimo, a cada encerramento do exercício. A Administração acredita que as provisões constituídas para os processos judiciais e administrativos são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes desses processos.

4.8.2 Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores em processos judiciais na fase de cumprimento de sentença, quando a Entidade é ré no processo. Já os depósitos recursais são efetuados somente na justiça do trabalho e permitem que a Entidade apresente recurso caso tenha sido sucumbente na demanda.

Os depósitos judiciais e recursais podem ser registrados na Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, bem como em Investimentos.

Todos os depósitos judiciais e recursais são registrados pelos valores depositados e atualizados monetariamente.

4.8.3 Ativos Contingentes

A Entidade se utiliza dos seguintes conceitos:

- **Praticamente Certo** – reflete uma situação na qual um evento futuro é certo, apesar de não ocorrido. A certeza advém de situações cujo controle está com a administração da Entidade e depende apenas dela, ou de situações em que há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos. Neste caso, a Entidade reconhece o Ativo pois este não é contingente.



- **Provável** – quando o posicionamento dominante nos tribunais é favorável à tese jurídica da Entidade envolvida na demanda. Neste caso, apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente (Nota 13.2).
- **Possível e Remota** – nestes casos, a Entidade não reconhece e não divulga em Notas Explicativas ou porque não há posicionamento predominante nos tribunais ou o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica da Entidade, respectivamente.

4.9 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios, chamadas de reservas matemáticas no parecer atuarial, correspondem ao valor presente dos compromissos futuros líquidos do Plano, apurado atuarialmente, para o pagamento dos benefícios previstos no Regulamento:

- **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos** – representam os compromissos futuros do Plano com os benefícios já concedidos para aposentados e pensionistas, líquido das contribuições futuras, quando houver.
- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder** – representam os compromissos futuros líquidos do Plano com os participantes em atividade.
- **Provisões Matemáticas a Constituir** – correspondem à parcela de provisão a constituir relativa aos empregados do Banco do Brasil com posse até 14/04/1967, que vem sendo integralizada na forma do Acordo celebrado em 1997, aditado em 1998, bem como ao valor das provisões matemáticas garantidoras do complemento adicional de aposentadoria do Grupo Especial disciplinado no contrato firmado em 2012 (Nota 14.1).

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade e de acordo com o regulamento do respectivo plano de benefícios.

4.10 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Apurado pela diferença entre o Ativo Líquido e as Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superávit Técnico Acumulado é registrado em Reserva de Contingência até o limite definido em lei. O que ultrapassa este limite é registrado em Reserva Especial para Revisão de Plano a cada exercício, conforme determina a legislação vigente. O Déficit Técnico Acumulado registra a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos totais do plano de benefícios.

O cálculo do Superávit/Déficit Técnico Acumulado e o respectivo registro em Reserva de Contingência são contabilizados segundo normas do CNPC e da Previc.

4.11 FUNDOS

São registrados recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- **Previdenciais** – são fundos criados a partir de avaliação atuarial. Têm sua destinação especificada no Parecer Atuarial. A exceção é o Fundo de Renda Certa, que é financeiro.
- **Administrativo** – o Fundo Administrativo tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da Entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela Entidade na administração dos planos de benefícios.
- **Investimentos** – são fundos constituídos para fazer face à quitação de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários em caso de morte do mutuário, de resíduos existentes após o prazo contratual, no caso de financiamentos, e de risco de crédito da carteira de empréstimos, depois de esgotadas todas as medidas cabíveis de recuperação. Sua constituição ocorre a partir de taxas contratuais cobradas dos mutuários.

4.12 APURAÇÃO DO RESULTADO

Representa adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa e rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, que estabelece a apuração de resultado nos períodos em que ocorrerem, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

4.13 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Representa o valor líquido das importâncias transferidas à Gestão Administrativa para cobertura dos gastos com a Gestão Previdencial e Investimentos dos respectivos planos de benefícios.

O custeio administrativo tem origem nas seguintes fontes:

- **Custeio Administrativo da Gestão Previdencial** – corresponde a 4% dos recursos previdenciais ordinários arrecadados mensalmente nos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro e a 2,5% das contribuições da Capec. As despesas que excederem esses percentuais serão cobertas pelo Fundo Administrativo.
- **Custeio Administrativo de Investimentos** – baseia-se na transferência mensal de recursos dos Investimentos correspondentes aos gastos administrativos realizados na sua gestão (Nota 18).



5 REALIZÁVEL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Apresentamos abaixo o realizável da gestão previdencial que registra, além dos depósitos judiciais e recursais de natureza previdencial, o adiantamento realizado no dia 20/12/2017 dos benefícios de responsabilidade do INSS, cujo ressarcimento ocorre no quinto dia útil do mês subsequente (Nota 4.3).

Descrição	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		Consolidado ⁽¹⁾	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Adiantamento por Conta do INSS	230.008	209.449	2.669	1.884	0	0	232.677	211.333
Depósitos Judiciais ⁽²⁾ (Nota 12.2)	2.705.238	2.423.335	298	252	7.791	5.572	2.713.327	2.429.159
Bloqueios Judiciais ^(Nota 12.2)	9.626	7.186	0	0	0	0	9.626	7.186
Demais Realizáveis	1.851	1.889	150	133	0	1	1.065	905
TOTAL	2.946.723	2.641.859	3.117	2.269	7.791	5.573	2.956.695	2.648.583

⁽¹⁾ Ajustes e eliminações para consolidação detalhados na Nota 19. ⁽²⁾ Ingresso de processos na fase de execução com necessidade de depósito judicial.

6 REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA

Descrição	2017	2016
Gestão Administrativa	286.575	249.663
Contas a Receber	431	427
Despesas Antecipadas	207	241
Depósitos Judiciais / Recursais ^(Nota 12.2)	281.855	245.055
Trabalhistas	5.634	3.434
INSS de Cooperativas	4.897	4.897
PIS/Cofins	271.324	236.724
Demais Realizáveis	4.082	3.940

7 REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos consolidada é composta por Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, Ações, Fundos de Investimento, Investimentos Imobiliários, Empréstimos e Financiamentos e Depósitos Judiciais/Recursais. Alcançou o montante de R\$ 180.407.835 (R\$ 167.691.455 em 2016), a seguir demonstrado.

INVESTIMENTOS - Consolidado	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo Amortizado	2017	2016
Títulos Públicos	⁽¹⁾ 83.632	0	0	0	83.632	90.581
Títulos Públicos Federais	83.632	0	0	0	83.632	90.581
Créditos Privados e Depósitos	2.316.596	569.983	0	5.257.954	8.144.533	7.352.910
Instituições Financeiras	0	0	0	1.909.274	1.909.274	1.910.875
Companhias Abertas	2.316.596	⁽²⁾ 569.983	0	0	2.886.579	2.443.123
Patrocinador	0	0	0	3.348.680	3.348.680	2.998.912
Ações	37.363.288	9.594.452	0	0	46.957.740	46.558.997
Instituições Financeiras	6.670.467	7.757	0	0	6.678.224	5.970.407
Companhias Abertas	22.442.120	9.586.695	0	0	32.028.815	31.509.313
Patrocinador	8.139.479	0	0	0	8.139.479	8.257.200
Empréstimos de ações	111.222	0	0	0	111.222	822.077
Fundos de Investimento	210.680	57.253.149	0	50.658.216	108.122.045	96.391.991
Fundo de Renda Fixa	0	18.798.614	0	⁽³⁾ 50.563.849	69.362.463	62.159.695
Fundo de Ações	0	37.541.012	0	0	37.541.012	33.241.193
Fundo Multimercado	0	145.756	0	0	145.756	122.953
Fundo de Direitos Creditórios	0	0	0	5.146	5.146	0
Fundo de Empresas Emergentes	0	4.830	0	0	4.830	11.205
Fundo de Participações	205.963	762.937	0	⁽⁴⁾ 89.221	1.058.121	852.081
Fundo Imobiliário	4.717	0	0	0	4.717	4.864
Investimentos Imobiliários	0	⁽⁵⁾ 9.295.915	⁽⁶⁾ 842.344	0	10.138.259	10.405.886
Empréstimos	0	0	0	5.820.047	5.820.047	5.689.394
Financiamentos Imobiliários	0	0	0	1.100.489	1.100.489	1.170.068
Depósitos Judiciais/Recursais	41.090	0	0	0	41.090	31.628
Total	40.015.286	76.713.499	842.344	62.836.706	180.407.835	167.691.455

⁽¹⁾ Títulos Públicos Federais bloqueados e oferecidos como garantia nos processos em que a Entidade é autora.

⁽²⁾ Metodologia própria para as debêntures sem cotação de mercado.

⁽³⁾ Títulos Mantidos até o Vencimento (Nota 7.3.2).

⁽⁴⁾ Avaliados ao custo, conforme regulamento do Fundo.

⁽⁵⁾ Avaliados ao valor justo e depreciados pela vida útil estimada.

⁽⁶⁾ Posição em 31.12.2017 do imóvel Torre Matarazzo (Nota 7.4).

7.1 TÍTULOS PÚBLICOS, CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

CARTEIRA	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Títulos Públicos	⁽¹⁾ 83.632	89.533	0	0	0	1.048	0	0	83.632	90.581
Créditos Privados e Depósitos	6.449.756	5.875.242	1.392.831	1.185.061	86.161	94.600	215.785	198.007	8.144.533	7.352.910
Instituições Financeiras	1.160.435	1.139.692	522.723	531.812	86.161	94.600	139.955	144.771	1.909.274	1.910.875
Companhias Abertas	⁽²⁾ 2.133.065	1.883.733	707.128	523.647	0	0	46.386	35.743	2.886.579	2.443.123
Patrocinador ^(Nota 10)	3.156.256	2.851.817	162.980	129.602	0	0	29.444	17.493	3.348.680	2.998.912
TOTAL	6.533.388	5.964.775	1.392.831	1.185.061	86.161	95.648	215.785	198.007	8.228.165	7.443.491

⁽¹⁾ Títulos Públicos Federais bloqueados e oferecidos como garantia nos processos em que a Entidade é autora. ⁽²⁾ Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 7.279.124 (R\$ 5.949.424 no exercício anterior) referente às debêntures de Embaúba, Invesc e Teka, adquiridas no período de 1982 a 1999, bem como a provisão no valor de R\$ 5.261 aplicada às debêntures repactuadas do Parque Hopi Hari.

CINCO MAIORES EMISSORES POR PLANO

		Tipo	Vencimento	Taxa média negociada	Qtde.	Valores	Carteira (%)
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/2018 a 16/05/2022	IPCA + 5,30% a 8,08% a.a. e PRE 10,51% AA 252 EX DU	2.190	3.156.256	48,9
	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	20/02/2018 a 18/11/2019	IPCA + 6,50% a 7,93% a.a. e TMS (104,87% e 105,65%)	400	473.305	7,3
	Itau Unibanco S.A.	Letra Financeira	21/11/2022	IPCA + 5,27% a.a.	250	447.655	6,9
	Vale S.A.	Debênture não conversível	31/12/2040	IGPM	28.427.849	298.492	4,6
	NCF Participações S.A.	Debênture não conversível	23/12/2020	CDI (112,00%)	21.000	213.917	3,3
	Total					4.589.625	71,0 ⁽¹⁾
PREVI Futuro	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	20/02/2018 a 18/11/2019	IPCA + 6,50% a 7,93% a.a. e TMS (104,87% e 105,65%)	235	279.600	20,1
	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/2018 e 16/05/2022	IPCA + 5,30% a 8,08% a.a.	140	162.980	11,7
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	15/10/2018 a 15/05/2020	IPCA + 5,70% a 6,91% a.a. e TMS (103,35%)	127	139.614	10,0
	Banco Santander S.A.	Letra Financeira	20/02/2018 e 22/03/2019	TMS (104,40% e 105,50%)	65	80.288	5,8
	Invepar- Raposo Tavares	Debênture não conversível	15/12/2024	IPCA + 5,80% e 6,05% a.a.	60.000	72.453	5,2
	Total					734.935	52,8 ⁽¹⁾
Capec	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	20/02/2018 a 15/10/2019	IPCA + 6,50% a 7,93% a.a. e TMS (104,87% e 105,65%)	34	40.341	46,8
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	15/10/2018 a 15/05/2020	IPCA + 5,70% a 6,91% a.a. e TMS (103,35%)	25	27.622	32,1
	Banco Santander S.A.	Letra Financeira	20/02/2018 e 22/03/2019	TMS (104,40% e 105,50%)	10	12.393	14,4
	Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	Letra Financeira	20/09/2018	TMS (107,00%)	5	5.805	6,7
	Total					86.161	100,0 ⁽¹⁾
PGA	Banco Bradesco S.A.	Letra Financeira	16/04/2018 a 18/11/2019	IPCA + 6,50% a 6,94% a.a. e TMS (105,65%)	81	93.791	43,5
	Banco Safra S.A.	Letra Financeira	15/10/2018 a 15/05/2020	IPCA + 5,70% a 6,91% a.a. e TMS (103,35%)	31	34.216	15,9
	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/2018 e 15/04/2020	IPCA + 5,30% e 5,53% a.a.	20	29.444	13,6
	Cemig Geração e Transm. S.A.	Debênture não conversível	15/02/2022	IPCA + 6,20% a.a.	9.800	13.616	6,3
	NCF Participações S.A.	Debênture não conversível	23/12/2020	CDI (120,00%)	700	7.131	3,3
Total					178.198	82,6 ⁽¹⁾	

⁽¹⁾ Representatividade na carteira própria que não se encontram em Fundos de Investimento.



Em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, estão indicados a seguir os valores dos títulos privados, classificados como “Títulos para Negociação” ou “Títulos Mantidos Até o Vencimento”, comparado ao custo amortizado:

7.1.1 Títulos para Negociação

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2017	2016
Títulos Privados - Valor de Mercado								
Debêntures - Plano 1	120.029	1.095.419	514.660	0	298.492	2.028.600		
Letras Financeiras - Plano 1	2.913.317	1.403.374	0	0	0	4.316.691	6.345.291	5.876.179
Debêntures - PREVI Futuro	32.212	434.496	240.420	0	0	707.128		
Letras Financeiras - PREVI Futuro	272.689	413.014	0	0	0	685.703	1.392.831	1.185.061
Letras Financeiras - Capec	40.591	45.570	0	0	0	86.161	86.161	94.600
Debêntures - PGA	1.346	45.040	0	0	0	46.386		
Letras Financeiras - PGA	65.488	103.911	0	0	0	169.399	215.785	198.007
Total ⁽¹⁾	3.445.672	3.540.824	755.080	0	298.492	8.040.068		
Títulos Privados - Custo Amortizado ⁽²⁾								
Debêntures - Plano 1	120.953	1.087.237	534.674	0	1.315	1.744.179		
Letras Financeiras - Plano 1	2.913.317	1.403.374	0	0	0	4.316.691	6.060.870	5.788.143
Debêntures - PREVI Futuro	32.350	433.313	246.525	0	0	712.188		
Letras Financeiras - PREVI Futuro	272.689	413.014	0	0	0	685.703	1.397.891	1.212.147
Letras Financeiras - Capec	40.591	45.570	0	0	0	86.161	86.161	94.600
Debêntures - PGA	1.338	45.760	0	0	0	47.098		
Letras Financeiras - PGA	65.488	103.911	0	0	0	169.399	216.497	201.401
Total ⁽¹⁾	3.446.726	3.532.179	781.199	0	1.315	7.761.419		

⁽¹⁾ Inclui os ativos constantes dos fundos de investimento exclusivos. ⁽²⁾ Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

7.1.2 Títulos Mantidos até o Vencimento

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2017	2016
Títulos Privados - Valor de Mercado								
Debêntures - Plano 1	0	0	51.317	0	0	51.317	51.317	0
Total ⁽¹⁾	0	0	51.317	0	0	51.317		
Títulos Privados - Custo Amortizado ⁽²⁾								
Debêntures - Plano 1	0	0	104.465	0	0	104.465	104.465	0
Total ⁽¹⁾	0	0	104.465	0	0	104.465		

⁽¹⁾ Inclui os ativos constantes dos fundos de investimento exclusivos. ⁽²⁾ Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.



7.2 AÇÕES

CARTEIRA DE AÇÕES	Plano 1		PREVI Futuro			PGA		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Ações	43.614.615	43.839.794	3.215.069	2.559.025	128.056	160.178	46.957.740	46.558.997	
Instituições Financeiras	6.025.972 ⁽¹⁾	5.392.662	626.849	544.986	25.403	32.759	6.678.224	5.970.407	
Companhias Abertas	29.528.391 ⁽²⁾	29.555.381	2.403.100	1.834.287	97.324	119.645	32.028.815	31.509.313	
Patrocinador ^{(Nota 10) (3)}	8.002.223	8.126.163	131.927	123.263	5.329	7.774	8.139.479	8.257.200	
Empréstimos de ações	58.029	765.588	53.193	56.489	0	0	111.222	822.077	

⁽¹⁾ Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 1.857 referente à participação acionária no Banco Econômico. ⁽²⁾ Valor líquido - deduzida provisão de R\$ 6.069 referente à participação acionária em Casa Anglo e Gazeta Mercantil e IR a recuperar sobre ações da Celesc. ⁽³⁾ Considera ações da BB Seguridade.

SEIS MAIORES AÇÕES POR PLANO		Tipo	Qtde.	Valor	Carteira (%)
Plano 1	Neoenergia	ON	441.005.996	8.025.351	18,4
	Banco do Brasil S.A.	ON	241.637.745	7.688.913	17,6
	Ambev S.A	ON	260.623.394	5.546.066	12,7
	Petrobrás	PN	332.781.815	5.357.787	12,3
	ItauUnibanco	PN	89.229.769	3.799.404	8,7
	BRF S.A	ON	84.735.803	3.101.330	7,1
	Total			33.518.851	76,8 ⁽¹⁾
PREVI Futuro	ItauUnibanco	PN	7.461.583	317.714	9,9
	Vale	ON	6.797.348	273.661	8,5
	Bradesco	PN	6.593.631	223.194	6,9
	Ambev S.A	ON	8.862.541	188.595	5,9
	Petrobrás	PN	9.810.680	157.952	4,9
	B3	ON	4.683.646	106.693	3,3
	Total			1.267.809	39,4 ⁽¹⁾
PGA	ItauUnibanco	PN	285.973	12.177	9,5
	Vale	ON	279.143	11.238	8,8
	Bradesco	PN	268.748	9.097	7,1
	Ambev S.A.	ON	397.945	8.468	6,6
	Petrobrás	PN	378.280	6.090	4,8
	B3	ON	186.492	4.248	3,3
	Total			51.318	40,1 ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Representatividade na carteira própria de ações que não se encontram em Fundos de Investimento.

7.2.1 Ações sem Mercado Ativo e/ou Bloqueadas – Plano 1

A avaliação das ações sem mercado ativo é feita pelo método do Fluxo de Caixa Descontado e reflete a estimativa da administração da Entidade sobre a capacidade de geração de riqueza da empresa e, na taxa de desconto, estão refletidos os riscos e volatilidades, bem como a alavancagem do mercado e da própria empresa. O método é também conhecido como Avaliação a Valor Econômico, porque captura as oportunidades, incorpora efeitos de investimentos futuros e ajusta distorções extraordinárias. A PREVI utiliza este método de avaliação desde 2002 e os ativos são classificados como Nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis além de *inputs* não observáveis.

A definição das premissas operacionais e financeiras das empresas baseia-se em informações históricas e futuras. É observado, entre outras coisas, o cronograma

de investimentos e/ou projetos divulgados que impactam as respectivas operações, as empresas comparáveis correspondentes a cada setor, além das demais informações públicas disponíveis. As premissas macroeconômicas utilizadas nas avaliações dos referidos ativos são estabelecidas internamente na PREVI a partir de suas análises e observações da economia brasileira e mundial.

O valor justo dos títulos patrimoniais mensurados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado e que representam mais do que 0,25% dos recursos garantidores da Entidade foi aprovado pela Diretoria Executiva em 28/11/2017 (Litel, Invepar e Neoenergia) e pelo Conselho Deliberativo em 27/12/2017 (Neoenergia). A PREVI analisou e concluiu que não ocorreram notificações relevantes nas principais premissas utilizadas na modelagem desde a data do laudo até 31/12/2017.

PREMISSAS DE ESTIMATIVAS

Macroeconômicas ^{(1) (2)}		Características	Taxa
LITEL e INVEPAR	Taxa Média de Retorno de Investimento Livre de Risco ⁽³⁾	Bônus do Tesouro Norte-americano	5,03% a.a.
	Taxa de Risco Soberano Brasileiro ^{(4) (5)}	EMBI+ Brasil, calculado pelo J.P. Morgan Private Bank	289 pontos base
	Risco de Mercado ⁽⁶⁾	Retorno médio histórico do mercado de ações, líquido do retorno de investimento livre de risco.	3,61% a.a.
NEOENERGIA	Taxa Média de Retorno de Investimento Livre de Risco ⁽⁷⁾	Bônus do Tesouro Norte-americano	2,60% a.a.
	Taxa de Risco Soberano Brasileiro ^{(4) (8)}	EMBI+ Brasil, calculado pelo J.P. Morgan Private Bank	270 pontos base
	Risco de Mercado ⁽⁹⁾	Retorno médio histórico do mercado de ações, líquido do retorno de investimento livre de risco.	6,00% a.a.

Operacionais ⁽¹⁰⁾

Principais: demanda, preços, custos, nível de investimentos e nível de alavancagem financeira.

⁽¹⁾ A principal premissa é a taxa de desconto. Determinada, ano a ano, pela média ponderada dos custos da dívida e de capital próprio. ⁽²⁾ Considera a estrutura de capital estimada de cada empresa, e está diretamente relacionada ao risco associado a seus fluxos de caixa futuros. ⁽³⁾ Taxa média dos últimos 10 anos do bônus de 10 anos. Fonte: Bloomberg. ⁽⁴⁾ EMBI - Emerging Markets Bond Index: índice que reflete o comportamento de títulos da dívida externa brasileira. Fonte: Banco Central do Brasil. ⁽⁵⁾ Média dos últimos 12 meses. ⁽⁶⁾ Média aritmética do prêmio de risco do mercado americano (2007-2016). Fonte: Bloomberg. ⁽⁷⁾ Taxa média dos últimos 6 meses, com observações diárias, do bônus de 20 anos. Fonte: Federal Reserve System (FED). ⁽⁸⁾ Média dos últimos 6 meses. ⁽⁹⁾ Prêmio estimado pela consultoria contratada e adotado consistentemente em todos os países, baseado no prêmio de risco histórico e expectativas de risco futuro. ⁽¹⁰⁾ Utilizadas na avaliação dos principais ativos.

AÇÕES SEM COTAÇÃO EM MERCADO ATIVO ⁽¹⁾

Empresa	Tipo	2017	2016	Ajuste	Nível de Mensuração
Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.	ON	3.644	3.559	85	2
Afluente Geração de Energia Elétrica S.A. ⁽²⁾	ON / PNA	0	2.636	(2.636)	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A.	ON	131.771	126.997	4.774	2
Cia. Eletricidade Estado Bahia S.A.	PNA	39.494	38.063	1.431	2
Cia. Energética do Rio Grande do Norte S.A.	ON / PNA / PNB	18.744	26.319	(7.575)	2
Daleth Participações S.A. ⁽²⁾	ON	0	115	(115)	2
Invitel Legacy S.A.	ON	89	89	0	2
Jereissati Participações S.A.	ON	136.660	124.116	12.544	2
Litel Participações S.A. ⁽³⁾	ON / PNA	0	18	(18)	2
Neoenergia S.A.	ON	8.025.351	3.116.477	4.908.874	2
Newtel Participações S.A.	ON	2.286	2.206	80	2
Sauípe S.A.	ON / PN	98.478	142.025	(43.547)	2
Sul 116 Participações S.A.	ON	1.326	1.308	18	2

⁽¹⁾ Plano PREVI Futuro e PGA não possuem ações sem cotação em mercado ativo. ⁽²⁾ Venda total das ações. ⁽³⁾ Transferida para o Fundo BB Ativa. ⁽⁴⁾ Vide Nota 7.3.

A PREVI tem ações bloqueadas para negociação por estarem vinculadas a acordo de acionistas que permite participar do bloco de controle da empresa.

VINCULADAS AO ACORDO DE ACIONISTAS

Ações	Tipo	Quantidade	Valor Justo
Tupy S.A.	ON	24.510.175	447.311
Jereissati Participações S.A.	ON / PN	17.758.227	384.182
Invitel Legacy	ON	317.311.938	89
Neoenergia ^{(1) (2) (3)}	ON	441.005.996	8.025.351
Newtel Participações	ON	382.709.514	2.286

⁽¹⁾ Em outubro de 2017, a PREVI passou a deter 382.098.961 ações após grupamento (*inplit*) de emissão da Neoenergia. ⁽²⁾ Em 27/12/2017, o Conselho Deliberativo da PREVI aprovou a subscrição e integralização de novas ações no capital social, proporcional à participação da PREVI. ⁽³⁾ Em 28/12/2017, houve aumento de capital em 58.907.035 ações (R\$ 693.794, em moeda corrente nacional, e R\$ 294.077 mediante capitalização dos créditos de dividendos referentes ao exercício de 2015 e 2016, declarados e não pagos).

7.3 FUNDOS DE INVESTIMENTO

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fundos de Investimento	101.844.286	91.620.448	5.383.522	4.051.314	252.605	183.033	641.632	537.196	108.122.045	96.391.991
Fundo de Renda Fixa ⁽¹⁾	63.300.906	57.536.846	5.167.320	3.902.620	252.605	183.033	641.632	537.196	69.362.463	62.159.695
BB Renda Fixa IV ⁽²⁾	49.448.252	44.557.699	0	0	0	0	0	0	49.448.252	44.557.699
BB Liquidez ⁽²⁾	13.738.006	12.851.323	0	0	0	0	0	0	13.738.006	12.851.323
BB Maxi ⁽²⁾	0	0	3.071.816	2.141.417	0	0	0	0	3.071.816	2.141.417
BB Maxi Liquidez ⁽²⁾	0	0	2.071.866	1.737.766	0	0	0	0	2.071.866	1.737.766
BB Capec ⁽²⁾	0	0	0	0	252.605	183.033	0	0	252.605	183.033
BB PGA ⁽²⁾	0	0	0	0	0	0	634.795	530.818	634.795	530.818
Demais Fundos RF	114.648	127.824	23.638	23.437	0	0	6.837	6.378	145.123	157.639
Fundo de Ações	37.487.125	33.204.505	53.887	36.688	0	0	0	0	37.541.012	33.241.193
Angra Partners Volt ⁽²⁾	136.598	111.181	0	0	0	0	0	0	136.598	111.181
BB Ativa ⁽²⁾	35.216.433	27.451.621	0	0	0	0	0	0	35.216.433	27.451.621
BB Carteira Livre I ⁽²⁾	1.603.540	5.293.573	0	0	0	0	0	0	1.603.540	5.293.573
Leblon Equities	45.571	17.935	0	0	0	0	0	0	45.571	17.935
Small Caps ⁽²⁾	484.983	330.195	53.887	36.688	0	0	0	0	538.870	366.883
Fundo Multimercado	131.180	110.658	14.576	12.295	0	0	0	0	145.756	122.953
Fundo de Direitos Creditórios ⁽³⁾	3.676	0	1.470	0	0	0	0	0	5.146	0
Fundo de Empresas Emergentes	4.830	11.205	0	0	0	0	0	0	4.830	11.205
Fundo de Participações	911.852	752.370	146.269	99.711	0	0	0	0	1.058.121	852.081
Global Equity PR ⁽⁴⁾	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sondas ⁽⁴⁾	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Infrabril Sênior B	51.513	62.164	0	0	0	0	0	0	51.513	62.164
Brasil Governança Corporativa	33.730	30.307	0	0	0	0	0	0	33.730	30.307
Brasil Agronegócios	90.603	73.492	5.783	4.677	0	0	0	0	96.386	78.169
Caixa Barcelona	156.265	102.881	39.066	25.720	0	0	0	0	195.331	128.601
Logística Brasil	102.405	108.966	0	0	0	0	0	0	102.405	108.966
BR Internacional	60.770	51.327	6.752	5.703	0	0	0	0	67.522	57.030
BR Internacional II	61.670	61.740	6.852	7.025	0	0	0	0	68.522	68.765
Demais ⁽⁵⁾	354.896	261.493	87.816	56.586	0	0	0	0	442.712	318.079
Fundo Imobiliário ⁽⁶⁾	4.717	4.864	0	0	0	0	0	0	4.717	4.864

⁽¹⁾ Plano 1 - BB Renda Fixa IV - 95,8% e BB Liquidez - 74,3% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. PREVI Futuro - BB Maxi - 99,7% e BB Maxi Liquidez - 71,5% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. Capec - 36,3% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. PGA - 88,1% dos ativos alocados em Títulos de Responsabilidade do Governo Federal. ⁽²⁾ Fundos de investimento exclusivos. ⁽³⁾ Com aquisição substancial dos riscos e benefícios, conforme classificação da Instrução CVM nº 489, de 14/01/2011. ⁽⁴⁾ Em 2016, foram efetuadas provisões para perdas no valor total dos ativos. ⁽⁵⁾ R\$ 2.591 classificados em valores a receber do fundo GTD Participações. ⁽⁶⁾ Foi efetuado *impairment* no valor de R\$ 51.166, no Fundo de Investimento Imobiliário Panamby, reduzindo seu valor patrimonial de R\$ 55.883 para R\$ 4.717.



Os fundos de ações representam 34,7% do valor total dos fundos de investimentos. Os dois mais relevantes são avaliados pelo método do Fluxo de Caixa Descontado (metodologia já detalhada na Nota 7.2.1): BB Carteira Ativa e o BB Carteira Livre I, ambos do Plano 1.

A Litel é uma empresa investida pelo Fundo BB Carteira Ativa e detém uma participação relevante em Vale. Em 1997, foi efetivada a privatização da Vale. Desde esse ano, a *holding* Valepar exercia o controle da empresa. Essa *holding* era formada por BNDESPar, Bradespar, pela mineradora japonesa Mitsui e pela *holding* Litel. Por sua vez, a Litel agregava os fundos de pensão Funcef, PREVI, Petros e Funcesp.

Em fevereiro de 2017, os acionistas da Valepar anunciaram proposta de reorganização societária, na qual passaram a deter participação direta na Vale, com a consequente extinção do bloco de controle da empresa. O objetivo dessa proposta era de fortalecer a governança da Vale e permitir seu acesso ao Novo Mercado da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão. Uma das condições necessárias para a eficácia do processo dessa reestruturação era a conversão de, ao menos, 54,09% das ações preferenciais em circulação em ações ordinárias. Em 11/08/2017, a Vale informou em Fato Relevante que 84,4% das ações preferenciais foram entregues voluntariamente para conversão, o que superou a adesão mínima.

Em 14/08/2017, foi aprovada a incorporação da Valepar pela Vale. Nessa ocasião, os acionistas da Valepar receberam um prêmio de 10% no volume de ações e passaram a deter participação direta na empresa.

Em 18/10/2017, foi aprovada a conversão das ações preferenciais remanescentes e, conseqüentemente, a Litel teve a sua participação na Vale aumentada de forma passiva, de 19,57% para 21,33%. Assim, a PREVI, como detentora de 80,62% de participação na Litel, passou a deter 17,20% de ações da Vale.

Adicionalmente, o novo Acordo de Acionistas prevê que parte das ações da Vale será desvinculada do mesmo em fevereiro de 2018 e parte permanecerá vinculada até 2020, data de vencimento desse Acordo, que tem validade de três anos.

As ações da Litel não possuem liquidez e o seu valor contabilizado é determinado pela metodologia de fluxo de caixa descontado do investimento na Vale, ou seja, seu valor econômico é influenciado pelo ambiente empresarial em que está inserida. Nesse trabalho de avaliação são consideradas premissas operacionais e financeiras com base nas informações públicas sobre a empresa e os setores onde atua (Nota 7.2.1).

Além disso, a Litel é parte envolvida em processos, cíveis e de outras naturezas, avaliados como perda possível pelos assessores jurídicos daquela empresa.

A Empresa é parte nos seguintes procedimentos de arbitragem e ações judiciais, entre outros procedimentos, conforme informações constantes nas Notas Explicativas Trimestrais de 2017 da Litel (posição em 31.12.2017):

- a) Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S. A. contra a Litel e Bradespar no qual a Elétron S.A. pleiteia o direito de adquirir ações de emissão da Valepar, detidas pela Bradespar e pela Litel, e de ser indenizada por perdas e danos. A Litel ingressou com ação anulatória contra as sentenças parcial e final da Arbitragem. As ações anulatórias estão pendentes de julgamento no Superior Tribunal de Justiça.
- b) A Eletrón S.A. propôs ação de execução da sentença arbitral em face de Litel e da Bradespar decorrentes do Procedimento Arbitral citado acima.
- c) A Litel também é parte em outro Procedimento Arbitral instaurado pela Elétron S.A. contra a Litel, Bradesplan, Clube de Investimentos dos Empregados da Vale - Investvale e Sweet River Investments, no qual alega que houve diluição injustificada da sua participação em Valepar, em razão de aumento de capital aprovado em Assembleia Geral de 26/12/2002.
- d) Em 2015, a Eletrón S.A. instaurou um novo procedimento arbitral visando o ressarcimento de eventuais prejuízos que serão apurados no decorrer da Arbitragem, que se encontra em fase de escolha do árbitro presidente.

PLANO 1		Ativo/Passivo		
FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS	2017	2016	Ajuste	Nível de Mensuração
Fundo BB Carteira Ativa	35.216.433	27.451.620	6.629.331	
Disponível	1	5		
Operações Compromissadas	9.861	10.861		
Ações à vista	30.840.770	24.211.439	6.629.331	
Litel PRB	3.941.119	3.093.964	847.155	2
Litel ON ⁽¹⁾	26.899.616	21.117.464	5.782.152	2
Litel PNA ⁽¹⁾	35	11	24	2
Valores a receber	4.366.171	3.229.403		
JCP Litel	4.366.171	3.229.403		
Valores a pagar	(370)	(88)		

⁽¹⁾ Ações vinculadas ao acordo de acionistas.

PLANO 1		Ativo/Passivo		
FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS	2017	2016	Ajuste	Nível de Mensuração
Fundo BB Carteira Livre I	1.603.540	5.293.573	(3.608.827)	
Disponível	8	2		
Operações Compromissadas	8.501	8.606		
Ações à vista	1.590.066	5.198.893	(3.608.827)	
Neoenergia ON ⁽¹⁾	0	3.750.523	(3.750.523)	2
Invepar ON ⁽¹⁾	514.449	468.255	46.194	2
Invepar PN ⁽¹⁾	1.063.582	968.080	95.502	2
521 Participações ON ⁽¹⁾	12.035	12.035	0	
Valores a receber	5.839	86.146		
Valores a pagar	(874)	(74)		

⁽¹⁾ Ações vinculadas ao acordo de acionistas.

Em 05/06/2017, as ações de Neoenergia detidas por meio do Fundo Carteira Livre I foram transferidas para a Carteira Própria da PREVI. Em agosto de 2017, foi consumada a incorporação da Elektro Holding S.A. pela Neoenergia, acarretando ajuste da participação da PREVI na empresa de 49,01% para 38,21%. Em dezembro, foi realizado aumento de capital na empresa, com um aporte de R\$ 987.871 mil, pela subscrição de 58.907.035 novas ações.

O valor econômico da Neoenergia foi obtido a partir da soma do valor econômico de suas participações diretas e indiretas nos ativos de distribuição, geração, transmissão de energia elétrica e outros. Na avaliação das empresas distribuidoras do grupo Neoenergia considerou-se a concessão atual mais um período de renovação de 30 anos. Para os empreendimentos de geração e transmissão, contudo, foi projetado o período de concessão atual até o término, sem renovação.

Apresentamos abaixo resumo dos ativos a valor econômico:

EVOLUÇÃO - ATIVOS A VALOR ECONÔMICO

Carteira Própria - NEOENERGIA		Resultado por Ativos	
	2016	3.116.477	
Transferência das ações do Fundo BB Carteira Livre I ⁽¹⁾		3.750.523	
	Subtotal ⁽²⁾	6.867.000	
Subscrição e Integralização de ações ⁽³⁾		987.871	
Ajuste positivo da reavaliação econômica ⁽⁴⁾		170.480	170.480
	2017	8.025.351	
Fundo BB Carteira Ativa - LITEL			
	2016	24.211.439	
Incorporação da Valepar S.A. pela Vale S.A. ⁽⁵⁾		2.435.935	
	Subtotal ⁽⁶⁾	26.647.374	
Ajuste positivo da reavaliação econômica ⁽⁷⁾		4.193.396	4.193.396
	2017	30.840.770	
Fundo BB Carteira Livre I - INVEPAR			
	2016	1.436.335	
Ajuste positivo da reavaliação econômica ⁽⁷⁾		141.696	141.696
	2017	1.578.031	
Resultado dos Ativos a Valor Econômico ⁽⁸⁾			4.505.572

⁽¹⁾ Em junho de 2017.

⁽²⁾ Em 30/11/2017.

⁽³⁾ Em 28/12/2017.

⁽⁴⁾ Avaliação econômica de 2017.

⁽⁵⁾ Em 31/08/2017, recebimento de prêmio pelos acionistas da Valepar de 10% da quantidade de ações.

⁽⁶⁾ Em 31/10/2017.

⁽⁷⁾ Em 31/12/2017.

⁽⁸⁾ Vide Nota 15.1.

7.3.1 Títulos para Negociação

Os títulos públicos classificados como “Títulos para Negociação” ou “Títulos Mantidos até o Vencimento” em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, estão indicados nos quadros abaixo:

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2017	2016
Títulos Públicos - Valor de Mercado								
LFT- Plano 1	0	307	0	0	0	307		
NTN-C - Plano 1	0	83.325	0	0	0	83.325		
Op. Compromissadas - Plano 1	2.098.795	0	0	0	0	2.098.795	2.182.427	402.717 ⁽³⁾
Op. Compromissadas - PREVI Futuro	10.048	0	0	0	0	10.048	10.048	11.320
NTN-F - Capec	0	0	0	0	0	0	0	1.048
LFT- PGA	9.283	4.642	0	0	0	13.925		
NTN-B - PGA	0	279.762	65.195	0	0	344.957		
NTN-F - PGA	0	35.885	12.210	0	0	48.095		
Op. Compromissadas - PGA	75.758	0	0	0	0	75.758	482.735	369.958
Total ⁽¹⁾	2.193.884	403.921	77.405	0	0	2.675.210		
Títulos Públicos - Custo Amortizado ⁽²⁾								
LFT- Plano 1	0	307	0	0	0	307		
NTN-C - Plano 1	0	79.199	0	0	0	79.199		
Op. Compromissadas - Plano 1	2.098.795	0	0	0	0	2.098.795	2.178.301	401.630 ⁽³⁾
Op. Compromissadas - PREVI Futuro	10.048	0	0	0	0	10.048	10.048	11.320
NTN-F - Capec	0	0	0	0	0	0	0	1.048
LFT- PGA	9.283	4.642	0	0	0	13.925		
NTN-B - PGA	0	266.326	61.963	0	0	328.289		
NTN-F - PGA	0	32.465	11.428	0	0	43.893		
Op. Compromissadas - PGA	75.758	0	0	0	0	75.758	461.865	364.957
Total ⁽¹⁾	2.193.884	382.939	73.391	0	0	2.650.214		

⁽¹⁾ Inclui os Títulos Públicos Federais registrados na carteira própria.

⁽²⁾ Para fins de simples comparação com os precificados a valor de mercado.

⁽³⁾ Em 2016, incluía NTN-B (R\$ 89.255 em Valor de Mercado e R\$ 88.167 em Custo Amortizado).

7.3.2 Títulos mantidos até o vencimento

Vencimento	0 - 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos	Total	Total por Plano	
							2017	2016
Títulos Públicos - Custo Amortizado								
NTN-B - Plano 1	154.695	10.180.024	7.578.836	1.862.679	27.573.748	47.349.982	47.349.982	44.245.003
NTN-B - PREVI Futuro	0	740.231	570.751	164.651	1.586.164	3.061.797	3.061.797	2.130.114
NTN-B - PGA	0	61.902	0	30.328	59.840	152.070	152.070	160.866
Total	154.695	10.982.157	8.149.587	2.057.658	29.219.752	50.563.849		
Títulos Públicos - Valor de Mercado ⁽¹⁾								
NTN-B - Plano 1	157.724	10.801.335	8.415.479	1.972.334	27.259.341	48.606.213	48.606.213	43.674.891
NTN-B - PREVI Futuro	0	780.700	615.552	175.700	1.675.639	3.247.591	3.247.591	2.213.390
NTN-B - PGA	0	65.347	0	33.070	67.093	165.510	165.510	168.077
Total	157.724	11.647.382	9.031.031	2.181.104	29.002.073	52.019.314		

⁽¹⁾ Apresentados pelo valor de mercado para fins de simples comparação com os precificados pelo custo amortizado.

Em 2017, não houve reclassificação de Títulos Públicos Federais (TPFs) entre as categorias “Títulos para Negociação” e “Mantidos até o Vencimento” no Plano 1 e no PREVI Futuro.

O Plano Capec não possui títulos marcados nesta categoria.

A Entidade atesta que os Planos de Benefícios possuem capacidade financeira para manutenção dos títulos

públicos federais até os respectivos vencimentos, sem comprometimento de sua liquidez, conforme relatório elaborado pelas áreas técnicas responsáveis, representantes das Diretorias de Investimento, de Planejamento e de Seguridade.

7.3.3 Fundo de Participações

Em observância ao Artigo 14º da Instrução CVM nº 578, de 30/08/2016, a composição da carteira está classificada a seguir por planos:

Classificação	2017	
	Plano 1	PREVI Futuro
Empresas Emergentes ⁽¹⁾	4.830	0
Multiestratégia ⁽²⁾	911.852	146.269

⁽¹⁾ Investimentos em empresas com receita bruta anual até R\$ 300 milhões.

⁽²⁾ Não se classifica nas demais categorias e admite o investimento em diferentes tipos e portes de sociedades investidas.

7.4 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os ativos deste segmento, pertencentes em sua quase totalidade ao Plano 1, somaram R\$ 10.138.259 (R\$ 10.405.886, em 2016) no Consolidado.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS		2016	Aquisição	Alienação	Avaliação ao Valor Justo	Depreciação	Incorporação de Custo ⁽¹⁾	Transferência	A Receber -Movimentação	2017
Plano 1	Edificações para Renda	4.804.762	0	(486.379)	(79.996)	(57.910)	2.125	14.030	9.967	4.206.599
	Imóveis em Construção	693.612	0	0	0	0	190.688 ⁽²⁾	0	0	884.300
	Uso Próprio	156.758	0	0	0	(1.147)	0	0	0	155.611
	Locadas a Patrocinador(es)	652.565	0	0	400.514	(5.291)	47	(14.030)	(1.366)	1.032.439
	Shopping Centers	3.517.047	0	0	(103.351)	(59.339)	(21)	0	(5)	3.354.331
	Complexo Hospitalar	185.047	0	(198.600)	16.520	(1.400)	0	0	(1.567)	0
	Direitos de Alienação	506	0	0	0	0	0	0	0	506
	Subtotal	10.010.297	0	(684.979)	233.687	(125.087)	192.839	0	7.029	9.633.786
PREVI Futuro	Imóveis em Construção	76.267	0	0	0	0	21.188 ⁽²⁾	0	0	97.455
	Shopping Centers	319.322	115.000	0	(20.922)	(6.326)	89	0	(145)	407.018
	Subtotal	395.589	115.000	0	(20.922)	(6.326)	21.277	0	(145)	504.473
CONSOLIDADO	10.405.886	115.000	(684.979)	212.765	(131.413)	214.116	0	6.884	10.138.259	

⁽¹⁾ Valor desembolsado em benfeitorias (obras e construções).

⁽²⁾ Torre Parque Cidade e Shopping Parque da Cidade.

Dos imóveis que compõem a carteira da PREVI, 37 foram avaliados a valor justo em 2017, com base em laudos de empresas especializadas, o que gerou variação patrimonial positiva na carteira de R\$ 212.765, conforme quadros a seguir:

IMÓVEIS AVALIADOS A VALOR JUSTO POR CLASSE

Classe	Valor Justo	Valor Contábil	(1)	Ajuste
Edificações Locadas a Patrocinador(es)	880.006	479.492	0	400.514
Edificações Locadas a Terceiros	2.603.717	2.684.568	(855)	(79.996)
Participações em Shopping Center	2.515.540	2.639.813	0	(124.273)
Complexo Hospitalar	200.000	183.480	0	16.520
Total	6.199.263	5.987.353	(855)	212.765

⁽¹⁾ Depreciação entre o valor justo dos imóveis destinados à venda. Avaliação realizada a cada 6 meses.

IMÓVEIS REAVALIADOS NO EXERCÍCIO

Empreendimento	Imóvel	Reavaliação	Valor Contábil	(2)	Ajuste	Data do Laudo	Empresa Avaliadora ⁽¹⁾
América Business Park	Av. Major Sylvio Padilha, 5.200 - São Paulo (SP)	95.210	112.367		(17.157)	14/9	9
BB Laranjeiras	R. das Laranjeiras, 475 - Rio de Janeiro (RJ)	3.529	3.444		85	27/6	10
Birmann 21	Av. Nações Unidas, 7221 - São Paulo (SP)	352.000	320.729		31.271	20/4	5
Cajamar	Rod. Anhanguera, Km 36v - Cajamar (SP)	306.180	287.089		19.091	22/2	1
Candelária Corporate	R. da Candelária, 65 - Centro - Rio de Janeiro (RJ)	121.000	119.129		1.871	28/9	10
Centenário Plaza ⁽³⁾	R. Flórida, 1970 - Brooklin Novo - São Paulo (SP)	70.900	64.544		6.356	11/4	5
Citta América	Av. das Américas, 700 - Rio de Janeiro (RJ)	106.732	123.498	(475)	(16.291)	24/1 e 25/7	13 e 4
Complexo Jordanésia	Rod. Anhanguera, Km 36v - Cajamar (SP)	186.750	180.385		6.365	22/2	1
Crystal Tower	Alameda Mamoré, 989 - São Paulo (SP)	95.962	134.893		(38.931)	24/10	7
Hiper Bompreço Guararapes	Av. Barreto de Menezes, 800 - Recife (PE)	52.565	60.119		(7.554)	19/5	9
Hospital São Luiz ⁽³⁾	Av. Eng. Oscar Americano, 840 - São Paulo (SP)	200.000	183.480		16.520	23/1	3
Internacional Rio	Praia do Flamengo, 154 - Rio de Janeiro (RJ)	84.721	89.544		(4.823)	31/5	4
Mário Bhering	R. da Quitanda, 196 - Centro - Rio de Janeiro (RJ)	3.420	3.657		(237)	28/9	10
Marques dos Reis	Praça Pio X, 54 Centro - Rio de Janeiro (RJ)	89.000	105.886		(16.886)	29/11	8
Metrô Tatuapé - P1	R. Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	490.250	442.633		47.617	19/1	1
Metrô Tatuapé - PF ⁽⁴⁾	R. Domingos Agostin, 91 - São Paulo (SP)	49.130	44.252		4.878	19/1	1
Morumbi Office Tower	Av. Roque Petroni, 999 - São Paulo (SP)	134.557	122.247		12.310	24/11	2
Morumbi Square	Av. Chucri Zaidan, 80 - São Paulo (SP)	31.550	35.984		(4.434)	20/2	5
NorteShopping 1ª Expansão - P1	Av. Dom Helder Câmara, 5.474 - Del Castilho - Rio de Janeiro (RJ)	291.764	307.649		(15.885)	29/5	1
NorteShopping - P1	Av. Dom Helder Câmara, 5.474 - Del Castilho - Rio de Janeiro (RJ)	189.377	210.807		(21.430)	29/5	1
NorteShopping - PF ⁽⁴⁾	Av. Dom Helder Câmara, 5.474 - Del Castilho - Rio de Janeiro (RJ)	122.149	135.717		(13.568)	29/5	1
Parkshopping	Av. Via Ápia, SAI / SO AI, 6.580 - Brasília (DF)	306.052	332.997		(26.945)	30/8	3
Plaza Centenário ⁽³⁾	Av. Nações Unidas, 12.995 - São Paulo (SP)	352.000	343.966		8.034	11/4	5
Residencial Jardim Guedala 32a	R. Eugenio Betarello, 55, apto 32, Bloco A - São Paulo (SP)	565	610	(2)	(43)	10/5 e 23/11	13 e 11
Residencial Jardim Guedala 74a ⁽³⁾	R. Eugenio Betarello, 55, apto 74, Bloco A - São Paulo (SP)	580	629	(2)	(47)	23/1 e 28/6	12 e 11

> CONTINUAÇÃO

IMÓVEIS REAVALIADOS NO EXERCÍCIO

Empreendimento	Imóvel	Reavaliação	Valor Contábil	(2)	Ajuste	Data do Laudo	Empresa Avaliadora ⁽¹⁾
Residencial Leopoldo Pereira	R. Leopoldo Pereira, 45, apto 203 - Belo Horizonte (MG)	190	204	(2)	(12)	2/1 e 19/6	12 e 11
Ribeirão Shopping	Av. Cel. Fernando Ferreira Leite, 1.540 - Ribeirão Preto (SP)	128.363	118.710		9.653	26/5	6
Rio Metropolitan	Av. República do Chile, 500 - Centro - Rio de Janeiro (RJ)	105.000	118.581	(374)	(13.207)	14/2 e 28/8	12 e 10
Shopping ABC - P1	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	510.581	550.202		(39.621)	28/7	1
Shopping ABC - PF ⁽⁴⁾	Av. Pereira Barreto, 42 - Santo André (SP)	44.414	47.943		(3.529)	28/7	1
Shopping Esplanada	Av. Isoraída Marques Peres, 401 - Sorocaba (SP)	109.366	134.811		(25.445)	28/6	3
Shopping Iguatemi Esplanada	Av. Gisele Constantino, 1.850 - Sorocaba (SP)	99.766	121.192		(21.426)	28/6	3
Shopping Vitória - P1	Av. Américo Buaiz, 200 - Vitória (ES)	97.172	107.040		(9.868)	28/9	3
Shopping Vitória - PF ⁽⁴⁾	Av. Américo Buaiz, 200 - Vitória (ES)	77.157	85.860		(8.703)	28/9	3
Teleporto	Av. Presidente Vargas, 3.131 - Rio de Janeiro (RJ)	47.211	46.032		1.179	22/2	8
Torre Matarazzo	Av. Paulista, 1.230 - Bela Vista - São Paulo - SP	843.000	438.533		404.467	21/9	1
Wtorre Nações Unidas	Av. Nações Unidas, 7.815 - São Paulo (SP)	401.100	451.990		(50.890)	25/10	2
Total Consolidado		6.199.263	5.987.353	(855)	212.765		

⁽¹⁾ Empresas responsáveis pelos laudos de avaliação: 1 - Fide Serviços de Engenharia e Consultoria Ltda. 2 - Elo Engenharia Comércio e Construções Ltda - EPP. 3 - UON Consultoria Técnica Ltda. 4 - Analítica Engenharia de Avaliações Ltda. 5 - Anexa - Engenharia, Consultoria e Comércio Ltda ME. 6 - Predictor Avaliações Patrimoniais e Consultoria Ltda. 7 - Avalibens Engenharia e Avaliação Patrimonial Ltda. 8 - Câmara de Consultores Associados Ltda. 9 - Dworking Assessoria em Patrimônio Ltda. 10 - Praxis Avaliação Patrimonial Ltda. 11 - WG Barboza Construções Ltda - ME. 12 - Consul Patrimonial Ltda. 13 - Personal Patrimonial Ltda.

⁽²⁾ Depreciação entre reavaliações dos imóveis destinados à venda. Reavaliação a cada 6 meses.

⁽³⁾ Imóveis alienados.

⁽⁴⁾ Imóvel pertencente à Carteira Imobiliária do Plano PREVI Futuro.

EMPREENHIMENTOS ALIENADOS	Imóvel	Valor Justo	Valor de Venda	Resultado
Imóvel Residencial	Rua Eugenio Betarello, 55, apt 74, Bloco A - São Paulo (SP)	579	570	(9)
Hospital São Luiz	Av. Eng. Oscar Americano, 840 - São Paulo (SP)	198.600	250.000	51.400
Plaza Centenário	Av. Nações Unidas, 12.995 - São Paulo (SP)	350.741	336.161	(14.580)
Centenário Plaza	Rua Flórida, 1.970 - Brooklin Novo - São Paulo (SP)	70.646	103.462	32.816
São Luiz - Bloco I	Av. Juscelino Kubitscheck, 1.830 - São Paulo (SP)	29.278	39.228	9.950
São Luiz - Bloco III	Av. Juscelino Kubitscheck, 1.830 - São Paulo (SP)	35.135	38.181	3.046
Total		684.979	767.602	82.623

As provisões para perdas e para liquidação duvidosa deste segmento somaram R\$ 268.998, conforme quadro a seguir:

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	2016		2017	
Dívidas de Garantia Mínima	48.877	Provisões	Reversões	34.750
Dívidas de Locação	184.545			234.248
Total	233.422	50.196	(14.620)	268.998

7.5 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

As Operações com Participantes são realizadas somente com os Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro e são assim demonstradas:

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS	Plano 1		PREVI Futuro		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Empréstimos	4.616.272	4.686.688	1.203.775	1.002.706	5.820.047	5.689.394
Empréstimos Simples	4.644.833	4.711.697	1.212.168	1.009.718	5.857.001	5.721.415
(Provisão para Devedores Duvidosos)	(28.561)	(25.009)	(8.393)	(7.012)	(36.954)	(32.021)
Financiamentos Imobiliários	952.313	1.094.864	148.176	75.204	1.100.489	1.170.068
Financiamentos	3.540.185	3.507.143	148.460	75.428	3.688.645	3.582.571
(Provisão para Devedores Duvidosos)	(2.587.872)	(2.412.279)	(284)	(224)	(2.588.156)	(2.412.503)
Total	5.568.585	5.781.552	1.351.951	1.077.910	6.920.536	6.859.462



7.5.1 Empréstimos Simples

O Empréstimo Simples está disponível para participantes e assistidos que estejam em dia com as contribuições e obrigações para com a PREVI e que já tenham seu Termo de Adesão cadastrado.

Descrição	Empréstimos						
	Plano 1			PREVI Futuro			
Modalidades	ES Rotativo ⁽¹⁾	ES 13º Salário ⁽²⁾	ES Finimob ⁽³⁾	ES Reingresso	ES 13º Salário ⁽²⁾	ES Rotativo ⁽¹⁾	
Prestações ⁽⁴⁾	120 meses ⁽⁵⁾			120 meses ⁽⁶⁾			
Taxa de administração	0,1%			0,2%			
	R\$ 160 ⁽⁷⁾			R\$ 60 ⁽⁸⁾			
Limite de Concessão ⁽⁹⁾	<p>O valor máximo da prestação mensal a ser assumida pelo participante está condicionado à existência de margem consignável, conforme previsto em lei, calculada mensalmente pela PREVI.</p> <p>Funcionários Ativos: não poderá ser superior à reserva líquida individual com a qual poderá ser liquidado o saldo devedor do ES em caso de desligamento do Plano de Benefícios.</p> <p>Autopatrocínados ou em licença-interesse: menor valor da margem consignável calculada considerando como proventos o menor valor entre o salário-de-participação na PREVI e a renda comprovada.</p> <p>Pensionistas: O teto para contratação do empréstimo simples é rateado proporcionalmente entre todos os pensionistas de uma mesma matrícula. No caso de grupos familiares, apenas o titular de cada grupo pode solicitar o empréstimo e fica limitado à sua parte no rateio e ao permitido pela margem consignável.</p>						
Reajustes das Mensalidades	<p>Operações contratadas até 18/01/2015: uma vez ao ano, pelo índice de atualização monetária do contrato, acumulado nos 12 meses anteriores ao mês da cobrança da prestação reajustada. Operações contratadas a partir de 19/01/2015: O recálculo da prestação acontece no mês de aniversário do contrato, considerando o saldo devedor, o prazo restante e a projeção do INPC. A prestação recalculada pela nova metodologia passa a vigorar a partir do mês seguinte.</p>						
	INPC + 5% a.a.						
	IOF	2,993% + 0,38% sobre novos valores (concessão ou renovação: sobre o valor a ser disponibilizado).					
	FL	Taxa suspensa desde 2009.		Taxa nominal de 0,1% a.a. cobrada mensalmente sobre o saldo devedor.			
Encargos	FQM	Taxa nominal de 0,6% a.a. para os participantes com idade até 59 anos, 1,0% a.a. para participantes com idade de 60 a 64 anos, 1,2% a.a. para participantes com idade de 65 a 69 anos, 3,0% a.a. para os participantes com idade de 70 a 74 anos, 3,5% a.a. para os participantes com idade de 75 a 79 anos, 4,0% a.a. para os participantes com idade de 80 a 84 anos, 4,5% a.a. para os participantes com idade de 85 a 89 anos e de 5,0% a.a. para os participantes a partir de 90 anos.			Taxa nominal de 0,1% a.a. para os participantes com idade até 59 anos, 0,7% a.a. para participantes com idade de 60 a 69 anos, 1,7% a.a. para os participantes com idade de 70 a 79 anos, 3,5% a.a. para os participantes com idade de 80 a 89 anos e de 4,0% a.a. para os participantes a partir de 90 anos.		

⁽¹⁾ A partir de 30/11/2015 foi disponibilizada a todos os mutuários a possibilidade de renegociar seus contratos de ES Rotativo de acordo com as regras vigentes.

⁽²⁾ A partir de 01/03/2016 foi disponibilizada a todos os mutuários a possibilidade de contratar nova linha de crédito ES-13º salário, de acordo com as regras vigentes.

⁽³⁾ Exclusivo para quitação de saldo devedor do financiamento imobiliário com recursos próprios.

⁽⁴⁾ Prazo máximo em meses.

⁽⁵⁾ Prazo de acordo com a faixa etária.

⁽⁶⁾ A partir de 13/07/2017, o prazo do empréstimo simples para novas contratações foi alterado de 108 para 120 meses.

⁽⁷⁾ A partir de 15/09/2016, o teto de concessão do empréstimo simples para novas contratações foi alterado de R\$ 145 mil para R\$ 160 mil.

⁽⁸⁾ A partir de 13/07/2017, o teto de concessão do empréstimo simples para novas contratações foi alterado de R\$ 55 mil para R\$ 60 mil.

⁽⁹⁾ Em R\$ mil.

CONCESSÕES	2017		2016	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Plano 1	60.084	846.474	50.908	637.431
PREVI Futuro	85.652	484.567	75.162	379.181
Total	145.736	1.331.041	126.070	1.016.612

7.5.2 Financiamentos Imobiliários

Linha de crédito disponível para a aquisição de imóvel residencial pelos participantes e assistidos.

Descrição	FI - Financiamentos Imobiliários	
	Plano 1	PREVI Futuro
Pré-requisito	Participantes e assistidos com dez anos completos de filiação à PREVI.	Participantes e assistidos com dez anos completos de filiação à PREVI, desde que o titular ainda não tenha utilizado financiamento.
Modalidade	CP1 - Carim Plano 1	CP2 - Carim Plano 2
Valor Financiável	Até 100% do valor de avaliação do Imóvel.	
Concessão: Condições	Imóveis residenciais, novos ou usados, de alvenaria e em boas condições de conservação. Os imóveis precisam estar situados em regiões urbanas, com obras concluídas e devidamente averbados no Registro de Imóveis. Também é necessário que a situação documental esteja regular, sem gravames ou ônus reais. Utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (conta vinculada) para complemento do valor de compra do imóvel no ato da concessão do financiamento, observadas as regras do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).	
Prestação Inicial (comprometimento de renda)	Até 20% da renda bruta/ benefício bruto ou margem consignável, o que for menor.	
Prazo	Prazo: de 36 meses (3 anos) a 420 meses (35 anos). Limitação: idade + prazo = 85 anos.	
Atualização do Saldo Devedor	Mensal	
Recálculo das Prestações	Mensal	
Limitação das Prestações durante o Financiamento	30% dos proventos brutos/total dos benefícios.	
Índice de Atualização do Saldo Devedor	INPC	
Taxa de Juros	5% a.a.	
Garantia	Alienação Fiduciária do Imóvel Financiado	
Fundo de Liquidez - FL ⁽¹⁾	0,24% a.a. ⁽²⁾	0,10% a.a.
Fundo de Quitação por Morte - FQM ⁽¹⁾	até 59 anos - 0,25% a.a. A partir de 60 anos - 1,80% a.a. ⁽²⁾	até 59 anos - 0,10% a.a. A partir de 60 anos - 1,80% a.a.
Taxa de Administração	R\$ 19,00 por mês	
Seguro do Imóvel	0,06196% sobre o valor de avaliação do imóvel, cobrado anualmente junto com uma das prestações durante todo o prazo de financiamento.	

⁽¹⁾ Calculadas mensalmente sobre o saldo devedor.

⁽²⁾ Referem-se a contratos concedidos a partir de 2007.

CONCESSÕES	2017		2016	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Plano 1	230	69.175	270	71.374
PREVI Futuro	328	79.356	137	31.083
Total	558	148.530	407	102.457

LIQUIDAÇÕES DE CONTRATOS ⁽¹⁾	Plano 1				PREVI Futuro			
	2017		2016		2017		2016	
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor
Antecipadas com Recursos Próprios ⁽²⁾	2.065	58.796	1.409	52.473	16	1.584	15	1.906
Nas modalidades Fim de Prazo, FQM e FL ⁽³⁾	2.372	9.186	957	61.128	0	0	0	0

⁽¹⁾ Não houve liquidações com Recursos do FGTS.

⁽²⁾ Abrange àqueles em recuperação de crédito, por Devolução de Reserva - DR, Devolução de Reserva Matemática - DRM e Substituição de Garantia.

⁽³⁾ Fundo de Quitação por Morte - FQM e Fundo de Liquidez - FL.

7.5.2.1 Plano 1

A PREVI implementou medidas para cobrança extrajudicial e judicial com vistas à recuperação dos créditos inadimplidos.

INADIMPLÊNCIA DA CARTEIRA ⁽¹⁾	Plano 1			
	2017		2016	
	Qtde.	%	Qtde.	%
Índice de Inadimplência ⁽²⁾		1,18		1,12
Contratos com Prestação Superior há mais de 90 dias ^{(3) (4)}	4.584		4.733	

⁽¹⁾ 70,17% (69,50, em 2016) referem-se aos contratos de mutuários desligados do Banco do Brasil a partir da instituição dos planos de demissões incentivadas. ⁽²⁾ Posição de dezembro, excluídos os contratos firmados ou repactuados até 2006. ⁽³⁾ O Plano 1 possui 12.105 contratos "em ser" (16.583, em 2016). ⁽⁴⁾ 84,73% estão em fase de cobrança judicial (80,54%, em 2016).

8 PERMANENTE

DESCRIÇÃO	2016	Aquisição	Baixa / Reversão	Depreciação / Amortização	2017
Móveis e Utensílios	1.288	66	(4)	(265)	1.085
Máquinas e Equipamentos	59	0	0	(8)	51
Computadores e Periféricos	9.515	2.544	7	(3.868)	8.198
Obras de Arte	82	0	0	0	82
Intangível	8.283	2.115	0	(3.650)	6.748
Software	6.478	2.115	0	(3.134)	5.459
Projetos ⁽¹⁾	1.805	0	0	(516)	1.289
Total	19.227	4.725	3	(7.791)	16.164

⁽¹⁾ Inclui R\$ 1.933 do projeto API (Automação do Processo Imobiliário) com respectiva amortização integral de perda por *impairment*.

9 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

9.1 ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

Composição dos ativos quanto à alocação de recursos conforme a Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24/09/2009.

INVESTIMENTOS POR SEGMENTO	Plano 1		PREVI Futuro	
	2017	2016	2017	2016
Renda Fixa	41,6%	40,3%	55,5%	55,0%
Renda Variável	48,7%	49,0%	27,6%	28,0%
Investimentos Estruturados	0,6%	0,6%	1,2%	1,1%
Investimentos no Exterior	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Investimentos Imobiliários	5,7%	6,3%	4,3%	4,3%
Operações com Participantes	3,3%	3,7%	11,3%	11,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

SITUAÇÃO EXCEPCIONAL DE DESENQUADRAMENTO

Plano 1

Limites de Alocação por Emissor

As aplicações cujo emissor seja cia. aberta com registro na CVM não podem exceder o limite de 10% dos Recursos de cada Plano de Benefício. (art. 41, inciso IV, alínea b).

Vale S.A.	18,63%
(Participação direta e por intermédio da Litel Participações S.A.)	

Entidade

Limites de Concentração por Emissor

O total das aplicações de uma mesma companhia não pode exceder 25% do respectivo capital total (Artigo 42).	capital total (Inciso I)	capital votante (Inciso II)
521 Participações S.A.	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.	(1)	33,11%
Invepar Investimentos Participações Infra Estrutura S.A.	25,56%	(1)
Neoenergia S.A.	38,21%	38,21%
Sauipe S.A.	100,00%	100,00%
Tupy S.A.	26,03%	26,03%

No caso da Carteira de Fundos de Investimentos Estruturados, o total das aplicações em um mesmo Fundo não pode exceder 25% do Patrimônio Líquido do Fundo. (Artigo 42, inciso IV, alínea b).

Fundo de Investimento Imobiliário Panamby	31,10%
---	--------

Justificativas

A PREVI era detentora de um Plano de Enquadramento dos Investimentos do Plano de Benefícios nº 1, aprovado pelo voto do Banco Central do Brasil - BCB nº 258, de 15.09.2004, e pelo voto CMN nº 105, de 24/11/2004, com vencimento em 31.12.14. Em conformidade com o Artigo 17 da Instrução Previc nº 2, de 18.05.2010, e com o Artigo 56 da Resolução CMN 3.792, foram apresentados 22 Relatórios de acompanhamento da execução do Plano de Enquadramento dos Investimentos do Plano de Benefícios nº 1 da PREVI.

O Ofício nº 790/2015/CGMI/DIACE/PREVIC, de 30/03/2015 reconheceu, com base na legislação vigente, em especial os artigos 55º e 4º, ambos da Resolução CMN Nº 3.792, de 24.09.2009, o entendimento de que é possível a manutenção de ativos em situação excepcional de desenquadramento, continuando os envios de relatórios semestrais para a Previc.



> CONTINUAÇÃO

Eventos Subsequentes**Sauipe S.A.**

Após a contratação de *advisor* em novembro de 2016, teve início o processo competitivo visando a alienação do ativo. Em julho de 2017, foi assinada carta de intenções e dando sequência às negociações foi assinado em novembro de 2017 contrato de compra e venda de ações que culminaram com a alienação de 100% das ações para a Companhia Termas do Rio Quente, em 02/01/2018.

Centrais Elétricas Santa Catarina S.A.

A PREVI e o Angra Partners – Volt Fundo de Investimento em Ações celebraram, em 19/12/2017, contrato de compra e venda de ações e outras avenças, onde a PREVI compromete-se a vender a totalidade de suas ações à EDP – Energias do Brasil S.A.. O CADE já se posicionou favorável e sem restrições à operação de venda, conforme despacho publicado em Diário Oficial da União nº 19, de 26/01/2018, seção 1, página 26, restando somente a aprovação da operação pela Previc.

⁽¹⁾ Não existe desenquadramento nessa participação.

O plano de enquadramento está de acordo com a Resolução CMN nº 3.792, de 24/09/2009, e foi considerado procedente pela Previc, que é informada semestralmente sobre o desenquadramento. Os ativos permanecerão em carteira sem data definida para desinvestimento.

9.2 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE**9.2.1 Carteira de Renda Fixa**

A análise de sensibilidade do segmento de Renda Fixa para os fatores de risco do mercado utilizou o cenário de simulação de choque de crescimento nas curvas de juros pré-fixado e cupom de inflação (IPCA e IGP-M).

CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA FIXA - IMPACTOS NO RESULTADO

PLANOS	50 pontos-base	100 pontos-base	150 pontos-base	200 pontos-base
Plano 1	455.900	882.200	1.281.700	1.656.900
PREVI Futuro	53.700	104.500	152.800	198.600
Capec	1.300	2.600	3.900	5.200
PGA	7.300	14.500	21.600	28.500

9.2.2 Carteira de Renda Variável

A metodologia para análise de sensibilidade de riscos de mercado do segmento de Renda Variável simula a aplicação de choques de 10%, 25% e 50% ao índice IBrX, que é o *benchmark* adotado, levando-se em consideração a variação do portfólio em relação ao referido índice, mensurada pelo seu beta.

CHOQUES NO SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL - IMPACTOS NO RESULTADO

PLANOS	Δ 10%	Δ 25%	Δ 50%
Plano 1	8.861.821	22.154.553	44.309.105
PREVI Futuro	336.693	841.732	1.683.463
PGA	12.703	31.758	63.516

10 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Sumário das Transações com o Patrocinador:

SUMÁRIO	Consolidado	
	2017	2016
ATIVOS		
Depósito à vista	982	756
Créditos Privados e Depósitos (Nota 7.1)	3.348.680	2.998.912
Letras Financeiras	3.348.680	2.998.912
Ações à vista (Nota 7.2)	8.139.479	8.257.200
Fundo de Participações ⁽¹⁾	5.084	0
Locadas a Patrocinador ⁽²⁾	1.032.439	652.565
PASSIVOS (Nota 11)		
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997	13.506.509	14.251.783
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Pré-67	(13.506.509)	(14.153.457)
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	1.101.682	1.145.314
(Provisões Matemáticas a Constituir) - Grupo Especial	(1.101.682)	(1.142.755)
Paridade - Acordo 2006	102.726	129.900
Utilização Superávit 2010 - Patrocinador	9.520.222	9.432.110
DESPESAS		
Contrato PREVI X BB - 24/12/1997	968.256	1.635.861
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	78.347	130.414
Paridade - Acordo 2006	9.091	14.065
Utilização Superávit 2010 - Patrocinador	658.524	1.043.592
Custódia Financeira - Contrato PREVI x BB - Disat	850	850
RECEITAS		
Letras Financeiras	310.045	349.327
Ações - Dividendos e JCP	264.967	284.212
Imóveis Locados à Patrocinadora	101.048	75.176
Contrato BB x PREVI (53,6883529%)	1.742.339	1.698.235
Contribuições Amortizantes - Grupo Especial	129.436	124.725

⁽¹⁾ R\$ 1.526 em Operações Compromissadas no FIP Brasil Portos e R\$ 3.558 no Fundo BB COM 17 LF RF do FIP Logística Brasil.⁽²⁾ Torre Matarazzo (Nota 7.4).

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	Tipo	Data Compra	Taxa Média Negociada	Vencimento	Qtde.	PU	Valor		
Plano 1	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/05/17	5,3	IPCA + Taxa a.a.	15/04/20	20	1.000	20.000
			15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	450	1.000	450.000
			15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	720	500	360.000
			28/09/12	10,51	PRE a.a. 252 EX DU	02/07/18	1.000	1.000	1.000.000
Total							1.830.000		
PREVI Futuro	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/05/17	5,3	IPCA + Taxa a.a.	15/04/20	20	1.000	20.000
			15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	40	1.000	40.000
			15/05/14	8,08	IPCA + Taxa a.a.	16/05/22	80	500	40.000
			Total						
PGA	Banco do Brasil S.A.	Letra Financeira	15/06/12	5,53	IPCA + Taxa a.a.	15/06/18	10	1.000	10.000
			15/05/17	5,3	IPCA + Taxa a.a.	15/04/20	10	1.000	10.000
			Total						

Também são consideradas transações entre partes relacionadas as operações com participantes detalhadas na Nota 7.5.

A PREVI utiliza o Banco do Brasil S.A., que é devidamente credenciado na CVM, para atuar como agente custodiante e responsável pelo fluxo de pagamentos e recebimentos relativos às operações de renda fixa e variável.

	2017		2016	
BB DTVM - FUNDOS DE INVESTIMENTO EXCLUSIVOS	%	Valor	%	Valor
Montante Administrado ⁽¹⁾		106.141.932		94.819.187
Taxa de administração a.a.	Renda Fixa ⁽²⁾	0,035%	0,035%	
	Renda Variável	BB Carteira Ativa e Carteira Livre I ⁽³⁾	450	450
		BB SML1	0,34% + 20% Performance	0,34% + 20% Performance

⁽¹⁾ Representa quase a totalidade, com posição de dezembro, dos fundos de investimento exclusivos (Nota 7.3).

⁽²⁾ Cobrada sobre o patrimônio do respectivo fundo.

⁽³⁾ Valor para cada um dos fundos, cobrada mensalmente à razão de 1/12 e provisionado todos os dias úteis.

Além das transações com a patrocinadora, apresentamos abaixo a remuneração mensal atribuída ao Pessoal Chave da Administração, bem como a faixa de remuneração dos funcionários cedidos da patrocinadora, que também são considerados partes relacionadas:

REMUNERAÇÃO MENSAL PAGA AOS FUNCIONÁRIOS E À ADMINISTRAÇÃO DA PREVI (Em reais)	2017	2016
Menor Salário	1.933,07	1.839,45
Maior Salário	34.631,32	33.704,45
Salário Médio	13.343,70	14.542,48
Dirigentes		
Presidente	64.138,30	64.138,30
Diretor	54.358,52 ⁽¹⁾	54.358,52
Conselheiros ⁽²⁾		
Conselho Deliberativo	16.034,58	16.034,58
Conselho Fiscal	12.827,66 ⁽³⁾	12.827,66
Conselhos Consultivos Plano 1 e PREVI Futuro	0	0

⁽¹⁾ Reajuste limitado à equiparação da remuneração do Banco do Brasil.

⁽²⁾ Conselheiros suplentes recebem 50% da remuneração dos conselheiros titulares.

⁽³⁾ Proporcionalidade sobre remuneração do Presidente, conforme regimento interno.

11 EXIGÍVEL OPERACIONAL

EXIGÍVEL OPERACIONAL	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Ajustes		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Gestão Previdencial	25.349.093	26.521.553	5.714	4.109	50.511	48.412	0	0	(3.840)	(3.864)	25.401.478	26.570.210
Benefícios a Pagar	844.084	1.300.826	2.620	2.384	50.511	48.412	0	0	(3.840)	(3.864)	893.375	1.347.758
Retenções a Recolher	106.190	96.388	1.278	1.113	0	0	0	0	0	0	107.468	97.501
Recursos Antecipados	14.710.917	15.526.997									14.710.917	15.526.997
Contrato PREVI X BB - de 24/12/97	13.506.509	14.251.783									13.506.509	14.251.783
Paridade - Acordo 2006	102.726	129.900									102.726	129.900
Contribuição Amortizante - Grupo Especial	1.101.682	1.145.314									1.101.682	1.145.314
Outras Exigibilidades	9.687.902	9.597.342	1.816	612	0	0	0	0	0	0	9.689.718	9.597.954
Utiliz. Superávit 2010 - Patrocinadores	9.520.222	9.432.110									9.520.222	9.432.110
Demais	167.680	165.232	1.816	612	0	0	0	0	0	0	169.496	165.844
Gestão Administrativa							16.153	5.420	(936)	(1.118)	15.217	4.302
Investimentos	52.233	53.416	26.581	8.448	42	40	8	87	(17.578)	(20.225)	61.286	41.766
Total	25.401.326	26.574.969	32.295	12.557	50.553	48.452	16.161	5.507	(22.354)	(25.207)	25.477.981	26.616.278

O grupo Passivo Exigível Operacional está subdividido nas Gestões Previdencial e Administrativa e em Investimentos e assinala as obrigações decorrentes das operações da PREVI, com destaque para os registros na Gestão Previdencial do Plano 1:

11.1 CONTRATO BB X PREVI – GRUPO PRÉ-67, PARIDADE – ACORDO 2006 E CONTRIBUIÇÃO AMORTIZANTE – GRUPO ESPECIAL

MOVIMENTAÇÃO	2016	Atualizações ⁽¹⁾	Contribuições Antecipadas	Transferências pelo Fundo Paridade	2017
Contrato BB x PREVI 97 ⁽²⁾	14.251.783	968.256	(1.742.339)	28.809	13.506.509
(Provisões Matemáticas a Constituir) ⁽²⁾	(14.153.457)				(13.506.509)
Contrib. Amortizante - Grupo Especial ⁽³⁾	1.145.314	78.347	(129.436)	7.457	1.101.682
(Provisões Matemáticas a Constituir) ⁽³⁾	(1.142.755)				(1.101.682)
Paridade - Acordo 2006	129.900	9.091	(36.265)		102.726

⁽¹⁾ INPC + 5% a.a.

⁽²⁾ Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 24/12/1997, aditado em 09/02/1998.

⁽³⁾ Contrato firmado entre Banco do Brasil e PREVI em 31/12/2012.

11.2 UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT 2010

UTILIZAÇÃO DO SUPERÁVIT - 2010 ⁽¹⁾	2016	Atualizações ⁽²⁾	Utilizações	2017
Patrocinadores	9.432.110	658.524	(570.412) ⁽³⁾	9.520.222
Banco do Brasil	9.412.763	657.137	(570.412)	9.499.488
PREVI	19.347	1.387	0	20.734
Ativos	1.216.536	53.267	(519.573)	750.230
Total	10.648.646	711.791	(1.089.985)	10.270.452

⁽¹⁾ Recursos oriundos da utilização do Superávit acumulado em 2010, com implementação do Benefício Especial Temporário - BET, autorizada em 16/02/2011.

⁽²⁾ INPC + 5% a.a.

⁽³⁾ Contribuições patronais.

12 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A PREVI classifica a faixa de risco de perda em cada um dos objetos (pedido a ser apreciado pelo juiz) contidos nos processos em que a Entidade é parte.

FAIXA DE RISCO	Quantidade de Objetos
Provável	5.342
Possível	27.130
Remota	40.623
Total	73.095

Cada um dos objetos corresponde a pedido efetuado pela parte autora em processo judicial movido em face da PREVI. Os critérios utilizados pela Entidade para mensurar o valor

correspondente a cada um desses objetos levam em conta as fases do respectivo processo:

a) conhecimento: os processos ajuizados são agrupados por Plano de Benefícios e Programa de Gestão. O valor relacionado a cada processo é obtido por meio da liquidação prévia dos pedidos, cujos cálculos são elaborados internamente de acordo com a natureza do objeto da demanda judicial e da jurisprudência dos tribunais, permanecendo inalterada até que alguma decisão judicial venha a alterar o cenário do desfecho da lide ou que ocorra atualização anual da liquidação prévia.

b) execução: o valor do objeto é obtido considerando o “valor da execução” em lugar das estimativas feitas na fase de conhecimento.



12.1 CONTINGÊNCIAS – PERDA PROVÁVEL

As provisões decorrentes dos objetos com chance de perda provável, ou seja, aqueles que a PREVI entende que provavelmente terão decisões contrárias à sua tese e provavelmente gerarão desembolsos futuros, estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais relativas aos Planos de Benefícios e ao PGA.

Foi aplicado sobre as provisões relativas aos depósitos judiciais o cálculo do indicador-chave de risco (KRI), que mensura o nível de risco ao qual a PREVI está exposta para as ações em execução. Apurou-se, com base nos processos encerrados nos últimos cinco anos, um índice de 60,85%, posição de dezembro/2017 (76,26%, em dezembro/2016). Assim, este foi o percentual de provisão constituída para todos os processos em fase de execução em que a PREVI é ré.

EVOLUÇÃO DAS CONTINGÊNCIAS	Gestão Previdencial					Investimentos ⁽³⁾	Gestão Administrativa	Total	
	Plano 1	PREVI Futuro	Capec	Consolidado					
2016	1.954.403	232	5.818	1.960.453		37.297	238.288	4.625	2.240.663
Provisões Adicionais - Novos Processos	4.667	3	0	4.670		42	0	0	4.712
Baixa de Provisões - Levantamentos ⁽¹⁾	(82.777)	(10)	(20)	(82.807)		(7.400)	0	(12)	(90.219)
Baixa de Provisões - Pagamentos	(310.173)	0	(1.729)	(311.902)		(12.904)	0	(339)	(325.145)
Reavaliação das Ações Existentes ⁽²⁾	(48.463)	(79)	98	(48.444)		14.019	34.964	18	557
2017	1.517.657	146	4.167	1.521.970		31.054	273.252 ⁽⁴⁾	4.292 ⁽⁵⁾	1.830.568

⁽¹⁾ Depósitos revertidos em favor da PREVI. ⁽²⁾ Maturidade dos processos em andamento, seja por encerramento ou migração para fase de execução; revisão anual do cálculo de liquidação prévia dos objetos com faixa de risco provável. ⁽³⁾ Plano 1, exclusivamente. ⁽⁴⁾ Ações fiscais. ⁽⁵⁾ Ações trabalhistas.

12.1.1 Gestão Previdencial

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI constituiu provisão para fazer face às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda provável ou aqueles em que já existe execução de julgado contrário à PREVI. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

São compostas principalmente pelos pedidos relacionados aos expurgos inflacionários referentes à correção do montante das contribuições resgatadas mediante a desconsideração dos índices previstos no regulamento do plano e a aplicação de índices de inflação supostamente expurgados pelos planos econômicos do Governo Federal.

12.1.2 Gestão Administrativa

12.1.2.1 Ações Trabalhistas

Compõe as ações de ex-funcionários da PREVI contra a Entidade, por meio das quais os reclamantes discutem pretensos direitos, relativos a diversas verbas salariais e indenizatórias.

12.1.3 Investimentos

a) Condomínio do Edifício Verdes Mares - Processo nº 2004.209.000645-2, 5ª VC Barra Tijuca (RJ). Ação de obrigação de fazer/providenciar a recuperação

dos planos das fachadas do Edifício do Condomínio Verdes Mares, construído nos anos de 1990 em regime de incorporação imobiliária com a participação da PREVI, cumulada com pedido de pagamento de indenização correspondente à desvalorização experimentada pelas unidades imobiliárias em razão de problemas construtivos (“Indenização”). A Ação foi ajuizada em 16/1/2004 pelo Condomínio do Edifício Verdes Mares em face da PREVI e PLENGE ENGENHARIA, então denominada de PLARCON ENGENHARIA. O STJ determinou a realização de perícia judicial para apuração e quantificação do valor indenizatório correspondente à desvalorização imobiliária experimentada pelas unidades imobiliárias do Condomínio em razão dos problemas construtivos verificados no Edifício. Atualmente o processo encontra-se em fase de perícia para apurar a extensão dos danos.

b) Camp Tower - Processo nº 98.0613429-0, 2ª VF Campinas (SP). Desapropriação do imóvel em Campinas pelo TRT. Recurso ao TRF da 3ª Região para julgamento desde 31/07/2012. Em 11/11/2015, autos recebidos do gabinete para juntada de petição; apelação ainda pendente de julgamento.

c) Outros - Encontram-se também provisionados os valores relativos às ações de revisão de contratos de financiamento imobiliário.



12.2 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	GESTÃO PREVIDENCIAL		INVESTIMENTOS		GESTÃO ADMINISTRATIVA		TOTAIS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Plano 1	2.714.864	2.430.521	41.086	31.628			2.755.950	2.462.149
PREVI Futuro	298	252	4	0			302	252
Capec	7.791	5.572	0	0			7.791	5.572
PGA					281.855	245.055	281.855	245.055
CONSOLIDADO	2.722.953	2.436.345	41.090	31.628	281.855	245.055	3.045.898	2.713.028

12.2.1 Ações Fiscais

São ações que a PREVI move contra a União em que se discute a incidência de tributos sobre as receitas administrativas e encargos patronais sobre serviços prestados por cooperativas de trabalho. Esses valores são depositados judicialmente e encontram-se integralmente provisionados.

a) Contribuição Social ao PIS e COFINS – Processo nº 2006.51.01.013659-9, do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. Mandado de segurança impetrado pela PREVI em 13/07/2006, com pedido de liminar visando à garantia do direito líquido e certo de não submeter a Entidade à cobrança do PIS e da COFINS nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718, de 27/11/1998. A liminar foi concedida e a segurança foi julgada em sentença que considerou parcialmente procedentes os pedidos da PREVI. O processo tramita no Supremo Tribunal Federal em razão da interposição de recurso extraordinário. O referido recurso, no entanto, encontra-se suspenso em razão da declaração de repercussão geral em outro processo com recurso extraordinário pendente de julgamento, cuja matéria é similar àquela tratada no processo da PREVI e, portanto, poderá ter reflexos na decisão relativa ao Mandado de Segurança da PREVI. Portanto, até o momento não há decisão final do Poder Judiciário sobre a exigibilidade ou não das contribuições devidas ao PIS e a COFINS, razão pela qual a PREVI continua dando cumprimento à legislação vigente e à decisão do TRF, depositando os valores em juízo, até que o STF defina a situação das EFPCs. Encontram-se integralmente provisionados recursos na ordem de R\$ 273.252, dos quais R\$ 1.928 são da competência do exercício findo em 31/12/2017. Com fundamento em parecer jurídico e chance de perda classificada como possível, está sendo efetuado, desde julho de 2006, depósito judicial correspondente às referidas contribuições, que totalizavam, em dezembro de 2017, o saldo de R\$ 271.324 (Nota 6).

b) Contribuição Previdenciária - INSS - Processo nº 2010.51.01.002955-5, 4ª VF do Rio de Janeiro (RJ) – União, Fazenda Nacional. Ação Ordinária em face da União Federal em que se questiona a legalidade da cobrança de contribuição previdenciária prevista no Inciso IV, do

Artigo 22, da Lei 8.212, de 24/06/1991. Estão depositados judicialmente R\$ 4.897 referentes às contribuições previdenciárias incidentes sobre os serviços prestados por cooperativas de trabalho e de transporte, correspondentes ao período de dezembro de 2004 a outubro de 2014. Em 21/11/2014, foi acolhido parcialmente o requerimento da PREVI de antecipação dos efeitos de tutela somente para determinar a suspensão das exigibilidades do crédito tributário quanto a eventuais recolhimentos vincendos da contribuição previdenciária sobre serviços prestados pelas cooperativas de trabalho, desobrigando a Entidade a realizar depósitos judiciais. Em 25/06/2015, foi publicada sentença julgando procedente o pedido da PREVI, para o fim de: “(i) declarar a inexistência de relação jurídica entre as partes no que se refere à obrigação de recolher a contribuição previdenciária prevista no Artigo 22, IV da lei 8.212/91 e determinar que a parte ré se abstenha de exigir da autora a referida contribuição, diante da inconstitucionalidade já reconhecida nos termos do Recurso Extraordinário nº 595.838 do Supremo Tribunal Federal e assim (ii) declarar direito da parte autora à repetição do indébito, após o trânsito em julgado desta decisão (CTN, Artigo 170-A), mediante restituição em espécie ou compensação, nos moldes do Artigo 66 da lei 8.383/91.” Não houve a interposição de recurso e em 18/08/2015 foi certificado o trânsito em julgado da decisão. Em 08/09/2015, foi apresentado pedido de permanência dos autos em cartório a fim de darmos início à execução do julgado. Em 04/12/2015, fomos intimados para levantar os valores depositados. Como a ordem de levantamento de valores contemplara apenas o valor histórico, a PREVI requereu que fosse também autorizado o levantamento da correção. Contra a decisão, a União apresentou Agravo de Instrumento, cujo provimento foi negado, sendo que em 23/11/2017 foi publicado despacho que autorizou o levantamento pela PREVI do percentual de 88,76% do total depositado nos autos; em 04/12/2017 a PREVI peticionou reiterando a necessidade de deferimento do levantamento do total depositado, tendo sido esse pedido negado, em despacho publicado em 11/12/2017. Essa posição permaneceu até 31/12/2017.



13 PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

13.1 PASSIVOS CONTINGENTES

Fundamentada em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, a PREVI considera como passivos contingentes os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda possível. Quase a totalidade dessas ações refere-se ao Plano 1.

Os objetos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 2.025.177 (R\$ 2.139.263, em 2016). São compostos principalmente pelos seguintes pedidos: revisão contratual em financiamento imobiliário, revisão de benefício pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamatórias trabalhistas em face do patrocinador. Nesse montante, inclui-se também os processos junto à Receita Federal do Brasil no âmbito administrativo.

13.2 ATIVOS CONTINGENTES

13.2.1 Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento – OFND

Processo nº 123902-36.1991.4.02.5101, 23ª VF do Rio de Janeiro (RJ). Ação ordinária ajuizada pela Abrapp em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFNDs e, consequentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008, e o processo entrou na fase de execução. Em 18/05/2013, a execução foi suspensa em função da Ação Rescisória nº 2012.02.01.000858-3 interposta pela União Federal em face da Abrapp. Foram apresentados Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela União e pela Abrapp. O Recurso Especial teve provimento negado monocraticamente pelo relator. Contra a decisão, a União apresentou Agravo Interno, pendente de julgamento.

Em 27/11/2015, foram ajuizadas as ações de liquidação por artigos de título judicial, sendo a PREVI tombada sob o nº 0145854-31.2015.4.02.5101, em trâmite perante a 26ª VF do Rio de Janeiro (RJ).

Em 14/04/2016, a União peticionou na execução na tentativa de discutir suposta ausência de documentos e a questão preliminar já ultrapassada, quanto à legitimidade da Abrapp. Segundo a União, a Abrapp somente poderia atuar em juízo como substituta processual de suas associadas quando expressamente autorizada. Dessa forma,

segundo o argumento da União, somente poderiam figurar como substituídas as entidades que estiveram presentes na assembleia onde se discutiu o ingresso em juízo. Alegou também que não foi comprovado pela Abrapp que todas as EFPCs eram mantidas por empresas públicas.

A preliminar de ilegitimidade foi apreciada e afastada pelo juízo em decisão datada de 30/06/2017.

A União apresentou sua contestação e a Abrapp sua réplica, de modo que a execução seguirá perante o respectivo juízo, sendo certo que próximo desdobramento deverá ser a nomeação de perito para, a partir dos valores ofertados pelas partes, apresentar seu laudo, o que deverá ocorrer tão logo haja a resposta da Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos – CETIP ao questionamento do juízo com relação à titularidade das OFNDs no período compreendido entre abril de 1990 e fevereiro de 1991.

13.2.2. Dividendos da Telebrás

Processo nº 1997.34.00.026811-3, 23ª VF de Brasília (DF). A Telebrás firmou transação parcial com a PREVI decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado. O valor remanescente da transação parcial está sendo pago em 30 prestações semestrais e sucessivas, atualizadas pelo INPC, acrescido de 6% a.a. O valor considerado controverso está em discussão e será definido ao cabo da impugnação. Na atual fase processual (fase de cumprimento de sentença) está sendo realizada a perícia.

14 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas apresentadas a seguir foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por profissionais habilitados da Diretoria de Seguridade, conforme Parecer Atuarial de 31/01/2018.

14.1 PLANO DE BENEFÍCIOS 1

Os valores especificados no DPT (Nota 3) do Plano 1 foram obtidos com base no seguinte plano de custeio:

Participantes Ativos – de acordo com o enquadramento de seus salários de participação nas alíquotas estabelecidas na tabela a seguir: (Artigo 66 do Regulamento)

PLANO DE CUSTEIO

Salário de participação	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
SP < ½ PP * 1,25	1,8% x SP	-
½ PP * 1,25 <= SP < PP * 1,25	3,0% x SP	0,75% x PP
SP >= PP * 1,25	7,8% x SP	6,75% x PP

SP – Salário de participação
PP – Parcela PREVI

Participantes Assistidos – 4,8% do valor do complemento de aposentadoria. (Artigo 68 do Regulamento)

Patrocinadoras – valor idêntico ao das contribuições vertidas pelos participantes. (Artigo 69 do Regulamento)

Além dessas contribuições, o plano de custeio do Plano 1 prevê, na forma do contrato BB x PREVI – Grupo Pré-67, de 24/12/1997, que o Banco verterá contribuições para manter equilibrado o saldo da conta “Contribuições Amortizantes Antecipadas” frente à conta “Provisões Matemáticas a Constituir” (Nota 11.1).

O aumento das Provisões Matemáticas deve-se principalmente à variação do INPC (2,07%) na reavaliação atuarial para o exercício de 2017, no valor de R\$ 2.196.090, conforme apresentado na DMAL do Plano 1. As premissas atuariais, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 21/02/2018, foram:

PREMISSAS ATUARIAIS	2017	2016
Biométricas ⁽¹⁾		
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015
Rotatividade ⁽²⁾	0%	-
Entrada em Aposentadoria ⁽²⁾	53 anos (Aposentadoria Antecipada) ⁽³⁾	-
Econômicas		
Taxa Real de Juros	5% ao ano ⁽⁴⁾	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00%	4,50%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,225%	98,011%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	0,9320%	1,0380%

⁽¹⁾ O estudo de aderência das tábuas biométricas (mortalidade de válidos e inválidos e entrada em invalidez) subsidia as premissas biométricas utilizadas para o cálculo das Provisões Matemáticas.

⁽²⁾ As premissas de Rotatividade e Entrada em Aposentadoria foram incluídas na relação dos Estudos Técnicos a partir do exercício de 2018. Essas premissas não impactaram os resultados das Reservas Matemáticas.

⁽³⁾ Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada e o valor do maior encargo dentre os benefícios programados.

⁽⁴⁾ De acordo com a Portaria Previc nº 375, de 17/04/2017, e Artigo 3º, da Resolução MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, está no intervalo estabelecido entre os limites inferior e superior de 4,38% a.a. e 6,65% a.a., respectivamente.

14.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

O PREVI Futuro é estruturado na modalidade de contribuição variável e composto de duas partes: a Parte I, relativa aos benefícios de risco, e a Parte II, relativa aos benefícios programados.

PLANO DE CUSTEIO - PREVI Futuro

Participantes	Patrocinadora
Parte I	
- 0,609984% sobre o salário de participação.	- 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
Parte II	
- subparte "a": 6,390016% sobre o salário de participação. - subparte "b": percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento - subparte "c": percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%.	- subparte "a": 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte. - subparte "b": 100% da contribuição individual do participante para esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano. - subparte "c": não há

Obs.: A contribuição total da patrocinadora para o PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

A variação das Provisões Matemáticas no valor de R\$ 2.363.967, conforme apresentado na DMAL do PREVI Futuro, deve-se principalmente ao montante de contribuições vertidas especialmente para a Parte II, porquanto o plano encontra-se no estágio de acumulação de reservas.

PREMISSAS ATUARIAIS - PREVI Futuro

2017

2016

Biométricas		
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015
Rotatividade ⁽¹⁾	0%	-
Entrada em Aposentadoria ⁽¹⁾	53 anos (Aposentadoria Antecipada) ⁽²⁾	-
Econômicas		
Taxa Real de Juros	5% a.a.	5% a.a.
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00%	4,50%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,225%	98,011%
Taxa de Carregamento	4%	4%
Taxa de Crescimento Real de Salário	2,682% (Banco do Brasil) 0,783% (PREVI)	3,042%

⁽¹⁾ As premissas de Rotatividade e Entrada em Aposentadoria foram incluídas na relação dos Estudos Técnicos a partir do exercício de 2018. Essas premissas não impactaram os resultados das Reservas Matemáticas.

⁽²⁾ Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada.

15 EQUILÍBRIO TÉCNICO

Em 25/11/2015, foi promulgada a Resolução MPS/CNPC nº 22, que alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, quanto aos procedimentos a serem observados na apuração do resultado do plano e que passou a considerar a *duration* (duração do passivo) do plano de benefícios na apuração do limite de equilíbrio técnico acumulado, com

aplicação obrigatória em resultados a partir do exercício de 2015. A *duration* corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

15.1 PLANO DE BENEFÍCIOS 1

EQUILÍBRIO TÉCNICO	2017	2016
Reserva de Contingência	0	0
Reserva Especial para Rev. de Plano	0	0
Déficit Técnico Acumulado	(4.295.067)	(13.943.338)

O Superávit Técnico do Exercício foi de R\$ 9.648.271 e resultou na redução do Déficit Técnico Acumulado para R\$ 4.295.067, em 31/12/2017. Contribuiu para esse resultado o retorno positivo de 14,85% da carteira de investimentos (Nota 17.2). O índice de cobertura dos compromissos atuariais (Ativo Líquido sobre as Provisões Matemáticas) foi de 0,97 (0,90, em 2016).

o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Em 31/12/2017, o valor do ajuste de precificação corresponde a R\$ 2.607.979.

A Resolução CNPC nº 16, de 19/11/2014, estabelece que, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser deduzido do equilíbrio técnico o valor de ajuste de precificação. Entende-se como ajuste de precificação a diferença entre

O Equilíbrio Técnico Ajustado é divulgado para demonstrar um possível déficit a ser equacionado no próximo exercício. O Déficit Técnico calculado para equacionamento em 2018 foi nulo, conforme demonstrado no quadro abaixo.

EVOLUÇÃO - Plano 1	2017	2016
Equilíbrio Técnico - Exercício Anterior	(13.943.338)	(16.137.922)
Resultado Líquido Previdencial	(10.458.875)	(10.268.273)
Resultado das Contingências	320.550	(260.459)
Cobertura de Despesas Administrativas	(47.931)	(47.898)
Resultado Líquido dos Investimentos	22.028.383	21.277.885
Varição Provisão Matemática	(2.196.090)	(8.508.588)
Fundos Previdenciais	2.234	1.917
Equilíbrio Técnico - No Exercício	(4.295.067)	(13.943.338)
Ajuste de Precificação	2.607.979	2.582.340
Equilíbrio Técnico Ajustado - No Exercício (A)	(1.687.088)	(11.360.998)
Limite de Déficit Técnico Acumulado (B) ⁽¹⁾	(10.963.244)	(11.087.719)
Déficit Técnico a ser equacionado (A-B) ⁽²⁾	0	(273.279)
Piso do Déficit Técnico a ser equacionado ⁽³⁾	(1.465.674)	(1.443.713)
Valor do Déficit Técnico a ser equacionado	0	(1.443.713)

⁽¹⁾ 7,48% das Provisões Matemáticas em 31/12/2017 (Em 31/12/2016 foi 7,68%). ⁽²⁾ Conforme estabelece o artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, não haverá Déficit a Equacionar quando o Limite do Déficit Técnico Acumulado for superior ao Equilíbrio Técnico Ajustado. ⁽³⁾ Valor resultante da aplicação de 1% sobre as Provisões Matemáticas, conforme determina o parágrafo 2º, do Artigo 28, da Resolução CGPC nº 26, de 29/09/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015.

CONTROLE E ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL E FINANCEIRO DOS TÍTULOS OBJETO DO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

	Tipo	Taxa Média de	Vencimento	Qtde.	Vlr Contábil	Vlr Ajustado	Ajuste
		Aquisição % a.a.					
PLANO 1	NTN-B	6,50	15/08/18	50.000	154.695	156.036	1.341
		6,38	15/05/19	121.200	369.222	375.599	6.377
		6,75	15/08/20	2.067.210	6.306.902	6.563.867	256.965
		6,23	15/05/21	635.000	1.930.621	2.000.848	70.227
		5,75	15/08/22	499.072	1.564.757	1.609.853	45.096
		6,27	15/05/23	120.301	364.236	384.912	20.676
		7,41	15/08/24	1.921.377	5.565.009	6.284.868	719.859
		5,98	15/08/26	530.112	1.649.147	1.755.131	105.984
		5,95	15/08/30	596.416	1.862.765	2.017.749	154.984
		6,86	15/05/35	1.679.268	4.747.761	5.720.660	972.899
		4,97	15/08/40	2.100.507	7.489.181	7.371.407	(117.774)
		6,92	15/05/45	907.764	2.508.145	3.183.738	675.593
		4,77	15/08/50	2.944.908	11.094.618	10.565.647	(528.971)
		5,81	15/05/55	548.831	1.734.213	1.958.936	224.723
Totais				14.721.966	47.341.272	49.949.251	2.607.979

A Instrução Previc nº 32, de 02/09/2016, estabelece procedimentos a serem adotados para a elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit. O valor apurado em 2016 de R\$ 1.443.713 foi totalmente equacionado no exercício de 2017.

Conseqüentemente, não houve necessidade de cobrança de contribuição extraordinária para o plano a partir de 2018.

RESULTADOS LÍQUIDOS POSITIVOS	2017	2016
Rentabilidade acumulada (deduzidas as despesas administrativas de investimento)	10,36% ⁽¹⁾	15,75% ⁽⁴⁾
Meta Atuarial acumulada	6,46% ⁽¹⁾	11,30% ⁽⁴⁾
Rentabilidade líquida do atuarial	3,66% ⁽¹⁾	4,00% ⁽⁴⁾
Resultado líquido positivo do atuarial	5.757.629 ⁽¹⁾	5.832.560 ⁽⁴⁾
Resultado dos ativos a valor econômico	4.505.572 ⁽²⁾	(996.862) ⁽⁵⁾
Resultado líquido positivo final	10.263.201 ⁽¹⁾	4.835.698 ⁽⁴⁾
Valor equacionado	1.443.713 ⁽³⁾	2.909.716 ⁽⁶⁾

Posição em:

⁽¹⁾ 30/11/2017.

⁽⁴⁾ 30/11/2016.

⁽²⁾ 31/12/2017 (Nota 7.3).

⁽⁵⁾ 31/12/2016.

⁽³⁾ 31/12/2016.

⁽⁶⁾ 31/12/2015.



15.2 PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

Por ser de Contribuição Variável, o Equilíbrio Técnico do PREVI Futuro é decorrente principalmente dos valores apurados na Parte I do plano, estruturada na modalidade de Benefício Definido. Nessa parte, são calculados os benefícios de risco, enquanto que na Parte II são apuradas as reservas dos benefícios programados.

EQUILÍBRIO TÉCNICO	2017	2016
Reserva de Contigência	151.978	0
Reserva Especial para Rev. de Plano	0	0
Superavit Técnico Acumulado	151.978	0

EVOLUÇÃO - PREVI Futuro

Equilíbrio Técnico - 2016	0
Resultado Líquido Previdencial	1.188.239
Resultado Líquido das Contingências	69
Cobertura de Despesas Administrativas	(50.435)
Resultado Líquido dos Investimentos	1.419.615
Atualização Provisão Matemática	(2.363.967)
Fundos Previdenciais	(41.543)
Equilíbrio Técnico - 2017	151.978

16 FUNDOS

EVOLUÇÃO DOS FUNDOS	Gestão Previdencial	Gestão Administrativa	Investimentos	Consolidado
2015	266.420	824.839	797.855	1.889.114
Formação/Reversão de Fundos	201.384	115.105	112.078	428.567
2016	467.804	939.944	909.933	2.317.681
Formação/Reversão de Fundos	101.107	75.987	69.554	246.648
2017	568.911	1.015.931	979.487	2.564.329

16.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Os fundos previdenciais são constituídos pelo atuário com o objetivo de minimizar os efeitos de oscilações das variáveis atuariais sobre os resultados dos planos de benefícios, para promover maior estabilidade e reduzir a ocorrência

de déficits conjunturais. O atuário deve indicar sua fonte de custeio e finalidade, que deve guardar relação com o evento determinado ou um risco identificado, avaliado, controlado e monitorado.

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS		2016	Aportes	Atualizações	Utilizações	2017
Plano 1	Fundo de Renda Certa ⁽¹⁾	4.472	0			2.238
	Subtotal	4.472	0	0	0	2.238
PREVI Futuro	Fundo de Cotas Resguardadas ⁽²⁾	68.570	0	15.741	0	84.311
	Fundo Cobert. Risco Reingresso Ex-Part. ⁽³⁾	30.608	0	5.686	0	36.294
	Fundo de Gestão Risco ⁽⁴⁾	134.110	0	20.116	0	154.226
	Subtotal	233.288	0	41.543	0	274.831
Capec	Fundo da Carteira de Pecúlios ⁽⁵⁾	30.604	0	0	7.172	37.776
	Fundo de Reserva para Cob. Oscilações ⁽⁶⁾	199.440			0	254.066
	Subtotal	230.044	0	0	7.172	291.842
TOTAL		467.804	0	41.543	7.172	568.911

Finalidades:

⁽¹⁾ Pagamento do Benefício Especial aos participantes que excederam 360 contribuições até 31/12/2006 (Artigo 93 do Regulamento). ⁽²⁾ Consolidação dos saldos sem destinação definida no Regulamento anterior, bem como de participantes e ex-participantes que podem receber de imediato. ⁽³⁾ Valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que têm direito a reingressar ao PREVI Futuro. ⁽⁴⁾ Para fazer frente às oscilações de compromissos e ajustes operacionais. ⁽⁵⁾ Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes, em função do subsídio das contribuições para as faixas etárias maiores. ⁽⁶⁾ Garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes (Artigo 50 do Regulamento).

16.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas excedentes relativas à manutenção da estrutura administrativa da PREVI. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na apuração das receitas, despesas e resultado dos investimentos da Gestão Administrativa.

O quadro abaixo apresenta a metodologia empregada pela Entidade na apuração do Fundo Administrativo, segregado por Plano de Benefícios, de acordo com os Artigos 22 a 26 do Regulamento do PGA:

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO	Plano 1	PREVI Futuro	Capec	Consolidado
2016	713.587	189.300	37.057	939.944
(+/-) Remuneração do Fundo Administrativo ⁽¹⁾	95.851	27.386	5.288	128.525
(+) Custeio Administrativo - Previdencial ⁽²⁾	47.931	50.435	7.937	106.303
(-) Despesas Específicas - Previdenciais	(16.337)	(301)	(24)	(16.662)
(+) Receitas Específicas ⁽³⁾	2.242	2	0	2.244
Subtotal	843.274	266.822	50.258	1.160.354
(+/-) Despesas Comuns Previdenciais (-) Receitas Comuns ⁽⁴⁾	(107.060)	(31.333)	(6.030)	(144.423)
2017	736.214	235.489	44.228	1.015.931
(+/-) Aporte / Reversão do Fundo Administrativo	22.627	46.189	7.171	75.987

⁽¹⁾ Resultado Positivo dos Investimentos. ⁽²⁾ Taxa de carregamento de 4% sobre as contribuições do Plano 1 e Plano PREVI Futuro e de 2,5% da Capec. ⁽³⁾ Reembolsos c/Veiculação e Convênios e Taxa de Devolução de Reservas. ⁽⁴⁾ Valor rateado com base na proporção apurada mensalmente no campo subtotal.

16.3 INVESTIMENTOS

Os Fundos dos Investimentos são constituídos de percentuais cobrados mensalmente nas prestações de Empréstimos Simples e de Financiamentos Imobiliários, estabelecidos de acordo com os regulamentos em vigor.

As taxas de FQM e FL das Carteiras de Empréstimos e Financiamentos são apuradas/reavaliadas anualmente, e os recursos existentes nos Fundos são suficientes para fazer frente aos riscos referentes aos

eventos de morte dos mutuários e de crédito das carteiras. O FQM destina-se à quitação das obrigações vincendas em caso de morte do tomador. O FL, no Empréstimo Simples, destina-se à quitação das dívidas inadimplidas consideradas irre recuperáveis pela PREVI após a adoção de todas as medidas cabíveis, inclusive judiciais, e, no Financiamento Imobiliário, para quitar eventual resíduo do saldo existente após o pagamento da última prestação.

MOVIMENTAÇÃO DOS FUNDOS DOS INVESTIMENTOS		2016	Aportes	Atualizações	Utilizações/ Reversões	2017
Plano 1	Fundos de Empréstimos Simples	320.698	65.262	22.176	(62.993)	345.143
	Fundo de Liquidez	178.431	5	12.405	(23)	190.818
	Fundo de Quitação por Morte	142.267	65.257	9.771	(62.970)	154.325
	Fundo de Financiamentos Imobiliários	571.162	30.610	43.146	(31.307)	613.611
	Fundo Comum de Liquidez e Quitação por Morte	529.847	5.479	40.174	(25.857) ⁽¹⁾	549.643
	Fundo de Liquidez - Carim 2007	22.179	2.104	1.598	(11)	25.870
	Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	19.136	7.583	1.374	(5.439)	22.654
	Excedente Fundo de Hedge - 1996 a 2009	0	15.444 ⁽²⁾	0	0	15.444
	Subtotal	891.860	95.872	65.322	(94.300)	958.754
PREVI Futuro	Fundos de Empréstimos Simples	17.600	2.162	1.256	(1.009)	20.009
	Fundo de Liquidez	9.440	1.064	689	0	11.193
	Fundo de Quitação por Morte	8.160	1.098	567	(1.009)	8.816
	Fundo de Financiamentos Imobiliários	473	213	38	0	724
	Fundo de Liquidez - Carim 2007	229	101	18	0	348
	Fundo de Quitação por Morte - Carim 2007	244	112	20	0	376
	Subtotal	18.073	2.375	1.294	(1.009)	20.733
TOTAL		909.933	98.247	66.616	(95.309)	979.487

⁽¹⁾ Inclui aporte para implantação do Fundo Excedente Fundo de Hedge - 1996 - 2009. ⁽²⁾ Implantação de saldo destinado à absorção de gastos judiciais na recuperação de créditos imobiliários.

A forma de cálculo e cobrança das taxas do FQM e do FL do Plano 1 e do PREVI Futuro sobre operações de empréstimos simples e financiamentos imobiliários encontram-se divulgados nas Notas 7.5.1 e 7.5.2, respectivamente.

17 MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	2017	2016
A) Patrimônio Social - início do exercício	141.752.705	128.189.656
Adições	28.870.909	27.788.718
Destinações	(14.263.955)	(14.225.669)
B) Patrimônio Social - final do exercício	156.359.659	141.752.705

17.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

GESTÃO PREVIDENCIAL	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Adições	25.455.292	24.327.320	2.687.942	2.689.132	351.287	326.813	28.494.521	27.343.265
Contribuições	3.106.359	3.049.435	1.268.258	1.167.360	318.403	289.794	4.693.020	4.506.589
Correntes	3.070.194	3.020.404	1.267.205	1.166.360	318.396	289.787	4.655.795	4.476.551
Patrocinador	571.024	571.371	619.753	571.742	0	0	1.190.777	1.143.113
Participantes	573.482	571.092	635.237	583.346	318.396	289.787	1.527.115	1.444.225
Autopatrocinados	53.914	54.981	12.215	11.272	0	0	66.129	66.253
Outros Recursos Correntes ⁽¹⁾	1.871.774	1.822.960	0	0	0	0	1.871.774	1.822.960
Portabilidade	0	0	909	859	0	0	909	859
Remuneração das contribuições em atraso	5	1.209	0	0	0	0	5	1.209
Outras Adições	36.160	27.822	144	141	7	7	36.311	27.970
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	22.028.383	21.277.885	1.419.615	1.521.709	31.586	36.569	23.479.584	22.836.163
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	320.550	0	69	63	1.298	450	321.917	513
Destinações	(13.613.165)	(13.626.065)	(130.454)	(106.640)	(289.489)	(274.694)	(14.033.108)	(14.007.399)
Benefícios	(13.565.234)	(13.317.708)	(80.019)	(59.985)	(281.552)	(267.467)	(13.926.805)	(13.645.160)
Prestação Continuada	(11.710.607)	(10.280.202)	(20.950)	(11.697)	0	0	(11.731.557)	(10.291.899)
Prestação Única	(30.515)	(13.866)	(56.048)	(46.156)	(278.568)	(260.203)	(365.131)	(320.225)
Institutos	0	(625)	(2.901)	(2.016)	0	0	(2.901)	(2.641)
Outras Deduções ⁽²⁾	(1.824.112)	(3.023.015)	(120)	(116)	(2.984)	(7.264)	(1.827.216)	(3.030.395)
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0	0	0	0	0	0	0
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	(260.459)	0	0	0	0	0	(260.459)
Custeio Administrativo	(47.931)	(47.898)	(50.435)	(46.655)	(7.937)	(7.227)	(106.303)	(101.780)
Acréscimos/ Decréscimos	11.842.127	10.701.255	2.557.488	2.582.492	61.798	52.119	14.461.413	13.335.866

⁽¹⁾ Contratos firmados entre Banco do Brasil e PREVI (53,6883529% do Grupo Pré-67 e 100% do Grupo Especial).

⁽²⁾ Referentes principalmente às atualizações dos contratos (Nota 11.1).

17.2 RESULTADOS E RENTABILIDADE POR TIPO DE EMISSOR

POR TIPO DE EMISSOR	PREVIDENCIAL										
	Plano 1		PREVI Futuro		Capec		PGA		Consolidado		
Títulos Públicos	7.974	9,25%	0	0	1	-	0	0	7.975	9,25%	
Créditos Privados e Depósitos	783.027	13,44%	156.473	11,93%	9.538	9,94%	23.328	11,20%	972.366	13,11%	
Ações	5.869.472	14,39%	699.978	26,09%	0		37.190	27,73%	6.606.640	15,12%	
Fundos de Investimentos	14.262.725	15,89%	491.206	11,99%	22.411	11,31%	68.007	12,41%	14.844.349	15,64%	
Investimentos Imobiliários	919.846	9,95%	1.446	0,59%	0		0		921.292	9,46%	
Empréstimos e Financiamentos	416.194	7,92%	83.949	6,97%	0		0		500.143	7,75%	
Outros Investimentos	871		0		0		0		871		
DOS PLANOS	22.260.109	14,85%	1.433.052	14,97%	31.950	10,87%	Subtotal	128.525	14,58%	23.853.636	14,84%
Contingências de Investimentos	48		0		0		48		48		
Despesa Administrativa de Investimentos	(164.880)		(10.777)		(364)		(176.021)		(176.021)		
Fundos dos Investimentos	(66.894)		(2.660)		0		(69.554)		(69.554)		
RESULTADO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	22.028.383		1.419.615		31.586		23.479.584	128.525	23.608.109		

18 GESTÃO ADMINISTRATIVA

GESTÃO ADMINISTRATIVA	2017	2016
A) Fundo Administrativo Inicial	939.944	824.839
Custeio da Gestão Administrativa	413.157	435.689
Despesas Administrativas	(308.431)	(299.700)
Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(28.719)	(20.863)
Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(20)	(21)
B) Fundo Administrativo Final	1.015.931	939.944

O Custeio da Gestão Administrativa alcançou 2,8% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), dentro do limite estabelecido pelo Conselho Deliberativo, de acordo com

o exigido pela Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009. O resultado dos investimentos do Fundo Administrativo foi de R\$ 128.525 (R\$ 149.516, em 2016) e atingiu a rentabilidade de 14,6% a.a. (19,4% a.a., em 2016).

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	Plano Administrativo		
	2017	2016	Variação (%)
Total das Despesas Administrativas	308.431	299.700	2,9
Pessoal e Encargos	185.262	191.812	(3,4)
Conselheiros	3.037	3.067	
Conselho Deliberativo	1.994	1.966	
Conselho Fiscal	1.043	1.101	
Dirigentes	8.792	8.380	
Pessoal Próprio	6.149	5.668	
Pessoal Cedido ⁽¹⁾	167.221	174.627	
Demais Despesas com Pessoal	63	70	
Treinamento / Congressos e Seminários	3.703	2.141	73,0
Viagens e Estádias	1.835	1.915	(4,2)
Serviços de Terceiros	44.113	40.787	8,2
Consultoria Atuarial	59	9	
Consultoria Contábil	9	9	
Consultoria Jurídica ⁽²⁾	27.082	21.089	
Serviços de Recursos Humanos ⁽³⁾	3.917	4.183	
Serviços de Informática	9.692	11.743	
Serviços de Gestão / Planejamento Estratégico	1.732	1.503	
Auditoria Contábil	165	159	
Auditoria de Investimentos	308	332	
Consultoria dos Investimentos	208	162	
Outros Serviços	941	1.598	
Despesas Gerais	46.466	45.135	2,9
Manutenção Predial da Sede	1.323	962	
Manutenção de Equipamentos de Informática	2.915	1.008	
Manutenção de Software	6.935	5.610	
Publicações da PREVI	1.888	2.542	
Informações Eletrônicas	2.744	2.886	
Remessa de Documentos	938	1.830	
Energia Elétrica e Gás	1.354	1.351	
Telecomunicações	2.674	2.644	
Despesas Judiciais / Cartorárias	3.832	3.011	
Aluguel / Encargos - Imóvel de Uso Próprio	13.547	15.406	
Aluguel da Sede	10.553	12.477	
Condomínio	2.994	2.929	
Locação de Veículos	1.125	1.125	
Organização de Eventos	1.819	1.952	
Demais Despesas Gerais	5.372	4.808	
Depreciações e Amortizações	7.791	9.683	(19,5)
Tributos	8.219	8.201	0,2
TAFIC	7.303	7.299	
IPTU e Outros Impostos	916	902	
Outras	11.042	26	

⁽¹⁾ Funcionários do patrocinador cedidos à PREVI, cfe. Parágrafo Único do Artigo 7º da LC 108, de 29/05/2001. ⁽²⁾ Escritórios terceirizados. A PREVI possui 27.329 causas judiciais e administrativas.

⁽³⁾ Entrevista e seleção, desenvolvimento e sucessão e suporte administrativo.



As Despesas Administrativas alcançaram 2,1% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), consideradas as Despesas Administrativas dos Investimentos que somaram R\$ 176.021 e foram integralmente ressarcidas pelo Custeio dos Investimentos (Nota 4.4.c).

Para identificação das Despesas Administrativas realizadas pelas áreas comuns, utilizam-se critérios

de rateio baseados nas despesas de pessoal alocado em cada área (previdencial e investimento), no número de funcionários, no percentual de área física ocupada por essas atividades, na quantidade de softwares e de ações judiciais. Ao aplicar esses parâmetros de rateio entre a Gestão Previdencial e de Investimentos, os percentuais médios apurados foram de 42,9% para a Gestão Previdencial e de 57,1% para Investimentos.

19 AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

DESCRIÇÃO	Plano 1	PREVI Futuro	Capec	PGA	Ajustes e	Consolidado
					Eliminações	
2017 (Nota 3)						
ATIVO	170.919.605	12.086.462	390.790	1.309.636	(1.038.285)	183.668.208
Disponível	922	6	5	6	0	939
Realizável	170.918.683	12.086.456	390.785	1.293.466	(1.038.285)	183.651.105
Previdencial	2.946.723	3.117	7.791	0	(936)	2.956.695
Administrativo	736.214	235.489	44.228	307.993	(1.037.349)	286.575
Participação Fundo Administrativo	736.214	235.489	44.228	0	(1.015.931)	0
Contas a Receber				21.589	(21.418)	171
Depósitos Judiciais/Recurais				281.855		281.855
Outros				4.549		4.549
Investimento	167.235.746	11.847.850	338.766	985.473		180.407.835
Permanente				16.164		16.164
PASSIVO	(170.919.605)	(12.086.462)	(390.790)	(1.309.636)	1.038.285	(183.668.208)
Operacional	(25.401.326)	(32.295)	(50.553)	(16.161)	22.354	(25.477.981)
Previdencial	(25.349.093)	(5.714)	(50.511)		3.840	(25.401.478)
Administrativo				(16.153)	936	(15.217)
Investimento	(52.233)	(26.581)	(42)	(8)	17.578	(61.286)
Contingencial	(1.548.711)	(146)	(4.167)	(277.544)	0	(1.830.568)
Previdencial	(1.517.657)	(146)	(4.167)			(1.521.970)
Administrativo				(277.544)		(277.544)
Investimento	(31.054)	0	0			(31.054)

> CONTINUA



PATRIMÔNIO SOCIAL	(143.969.568)	(12.054.021)	(336.070)	(1.015.931)	1.015.931	(156.359.659)
Patrimônio de Cobertura do Plano	(142.272.362)	(11.522.968)	0	0	0	(153.795.330)
Provisões Matemáticas	(146.567.429)	(11.370.990)				(157.938.419)
Equilíbrio Técnico	4.295.067	(151.978)				4.143.089
Fundos	(1.697.206)	(531.053)	(336.070)	(1.015.931)	1.015.931	(2.564.329)
Fundos Previdenciais	(2.238)	(274.831)	(291.842)			(568.911)
Fundos Administrativos	(736.214)	(235.489)	(44.228)	(1.015.931)	1.015.931	(1.015.931)
Fundos dos Investimentos	(958.754)	(20.733)				(979.487)

20 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em dezembro de 2017, a PREVI concluiu a venda de sua participação na Celesc (Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.) à EDP Brasil, empresa controlada pela EDP Energias de Portugal. Pelo negócio, a PREVI receberá R\$ 230.000, valor que será corrigido pela variação do CDI desde a data de oficialização da proposta até a data do fechamento da operação. A PREVI aguarda a aprovação da Previc, uma vez que o Cade já se posicionou favorável e sem restrições à operação de venda (Nota 9.1).

Em janeiro de 2018, foi concretizada a operação de venda do complexo hoteleiro Costa de Sauípe para o Grupo Rio Quente, anunciada em novembro de 2017 por R\$ 140.500 e que estava sujeita a ajustes usuais nesse tipo de operação. Após ajuste com base em estimativas de endividamento líquido e variação do capital circulante líquido, o valor recebido pela PREVI foi de R\$ 98.478.

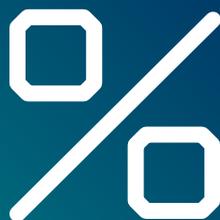
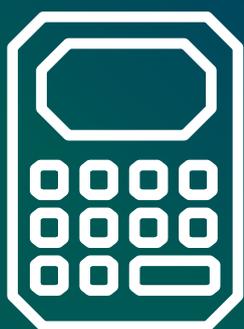
Gueitiro Matsuo Genso
Presidente
CPF: 624.201.519-68

Cecilia Mendes Garcez Siqueira
Diretora de Administração
CPF: 513.478.737-91

Antonio Henrique Pereira dos Santos
Contador CRC DF 12.360/O-T-RJ
CPF: 224.430.703-44



PARECER ATUARIAL 2017





Parecer Atuarial 2017

Plano de Benefícios 1 Plano de Benefícios Previ Futuro Carteira de Pecúlios – CAPEC

1. OBJETIVO

1.1. O presente Parecer Atuarial tem por objetivo informar sobre a qualidade da base cadastral, as premissas atuariais, o custo e plano de custeio e o resultado da avaliação atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

1.2. A PREVI administra três planos de benefícios, todos registrados no órgão regulador e fiscalizador por meio de reconhecimento no CNPB – Cadastro Nacional de Planos de Benefícios, a saber:

Registro	Nome do Plano
19.800.001-74	Plano de Benefícios 1
19.980.035-74	Plano de Benefícios 2 (PREVI Futuro)
19.040.001-18	Carteira de Pecúlios

Tabela A

1.3. O Plano de Benefícios 1 entrou em extinção em 24.12.1997. O Plano de Benefícios PREVI Futuro e a Carteira de Pecúlios encontram-se em curso de novas adesões.

1.4. A PREVI dispõe de cadastro próprio de participantes dos Planos de Benefícios 1 e PREVI Futuro integrado aos demais sistemas de informações da Entidade. Para formação desse cadastro recebemos informações cadastrais e financeiras do patrocinador. Os dados são criteriosamente tratados, submetidos a filtros de consistência e confiabilidade.

2. PLANO DE BENEFÍCIOS 1

2.1. BASE DE DADOS

2.1.1 A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios 1 foi gerada em 10.01.2018 e refere-se à data base de dezembro de 2017. A síntese

do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensões, comparados a dezembro de 2016:

Quantidade	Dezembro/2016	Dezembro/2017
Ativos	11.558	11.035
Avaliados	11.544	11.020
Matrículas Rejeitadas	14	15
Idade Média Ativos em anos	50	51
Tempo Médio Faltante para Aposentadoria (meses)⁽¹⁾	31	26
Salário de Participação Médio (R\$)⁽²⁾	12.378,88	12.906,80
Institutos (aguardando benefício)	492	433
Autopatrocínados	216	175
Benefício Proporcional Diferido (BPD)	276	258
Aposentados	82.535	81.912
Benefícios		
Idade	241	241
Tempo de Contribuição	56.135	55.582
Antecipada	20.032	20.012
Invalidez	5.829	5.765 ⁽³⁾
Renda Mensal Vitalícia	242	251
Pensão Mínima	56	53
Idade Média Aposentados em anos⁽⁴⁾	65	66
Benefício Médio (R\$)⁽⁴⁾	8.818,32	9.664,61
Institutos	3.635	3.660
Autopatrocínados	3.393	3.409
Benefício Proporcional Diferido	242	251
Pensões ⁽⁵⁾	17.862	18.254
Beneficiários PREVI	20.855	21.151
Benefício Médio (R\$)	6.758,37	7.207,10

Tabela B

⁽¹⁾ Excluídos os participantes cujo tempo faltante para a aposentadoria é zero. ⁽²⁾ Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas. ⁽³⁾ Excluídas oito matrículas com benefício zero. ⁽⁴⁾ Não considera os participantes com status de Pensão Mínima. ⁽⁵⁾ Considera apenas as pensões de responsabilidade PREVI.

2.1.2 Em dezembro de 2017, apenas 15 matrículas de participantes ativos foram rejeitadas em função de inconsistências no cadastro. Em relação à base de aposentados, 53 participantes não recebem atualmente benefício da PREVI, sendo avaliados somente pelo encargo de pensão mínima. Na quantidade de ativos e aposentados já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.

2.1.3 Em 31.12.2017, a quantidade de participantes ativos do Plano 1 foi reduzida a 11.035, sendo que desses, 5.859 participantes ativos, exceto BPD, já cumpriram as exigibilidades para aquisição de um benefício programado, representando 53,09% do total de ativos. Desses, 5.418 são elegíveis somente ao benefício sob a forma antecipada.

2.1.4 A quantidade de aposentados reduziu para 81.912 tendo em vista que o número de falecimentos foi superior

à quantidade de concessões de aposentadorias. Assim, em 31.12.2017, 88,1 % dos participantes do Plano 1 encontram-se assistidos.

2.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

2.2.1 O Plano de Benefícios 1 é composto de uma Parte Geral, destinada a todos os participantes, estruturada como benefício definido, e de uma Parte Opcional, de caráter facultativo e adicional à Parte Geral, estruturada como contribuição variável, com contribuição exclusiva do participante.

2.2.2 O Plano contempla ainda o Benefício Especial de Renda Certa, pago com recursos do Fundo de Renda Certa, constituído em dezembro de 2007.

2.2.3 A Tabela C apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios 1:

PARTE GERAL	Institutos	Parte Opcional	Benefícios Especiais
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal Vitalícia (com reversão em pensão) (BPD)	Renda Mensal de Aposentadoria	Benefício Especial de Renda Certa ⁽¹⁾
Complemento de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Autopatrocínio	Renda Mensal de Pensão por Morte	
Complemento de Aposentadoria por Idade	Portabilidade		
Complemento Antecipado de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)		
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Temporária por Desligamento do Plano (Resgate)		

Tabela C

⁽¹⁾ Relativo aos participantes que contribuíram na atividade por mais de 30 anos até 31/12/2006, a ser pago em até 24 meses enquanto houver recursos no Fundo de Renda Certa.

2.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

2.3.1 O Plano de Benefícios 1 é avaliado sob o regime financeiro de capitalização para todos os benefícios regulamentares e o método atuarial empregado é o agregado.

2.3.2 Na tabela D são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2017 e as aprovadas para o exercício de 2018:

Premissas Biométricas/Demográficas	Exercício 2017	Exercício 2018
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015
Rotatividade ^(*)	-	0%
Entrada em Aposentadoria ^(**)	-	53 anos (Apose Antecip.) ^(**)

^(*) As premissas de Rotatividade e Entrada em Aposentadoria foram incluídas na relação dos Estudos Técnicos a partir do exercício de 2018. Essas premissas não impactaram os resultados das Reservas Matemáticas.

^(**) Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada e o valor do maior encargo dentre os benefícios programados.

Premissas Econômicas	Exercício 2017	Exercício 2018
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,50%	4,00%
Capacidade Salarial/ de Benefício	98,011%	98,225%
Taxa de Crescimento Real de Salário	1,038%	0,932%

Tabela D

2.3.3 Ao compararmos as premissas para o exercício de 2018 com as do ano anterior, verificamos que houve alteração na taxa de inflação de longo prazo (capacidade salarial ou benefício) e na taxa de crescimento real de salários.

2.3.4 Foram incluídas para o exercício de 2018, as premissas de Rotatividade e Entrada em Aposentadoria. A inclusão da premissa de entrada em aposentadoria não impactou o resultado da reserva, pois o estudo técnico recomenda a metodologia que já era adotada nas avaliações atuariais para os Planos de Benefícios 1, ou seja, a manutenção do atual critério utilizado para a premissa de entrada em aposentadoria que considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada, e que contempla também o maior encargo dentre os benefícios programados para definição da idade para aposentadoria.

2.3.5 Para a premissa de rotatividade, o estudo técnico indica taxa nula como a mais indicada para o Plano de Benefícios 1.

2.3.6 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano de Benefícios 1 no período 2012 a 2016. Após realizarmos testes estatísticos e análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua AT-2000 Suavizada em 10% permanece como a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro e Capec.

2.3.7 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a manutenção da Tábua Winklevoss Experiência PREVI, uma vez que seus resultados se mostraram mais próximos dos eventos ocorridos no período de 2012 a 2016.

2.3.8 O estudo de adequação à tábua de entrada em invalidez concluiu que a Tábua Light Fraca é a mais aderente aos eventos de invalidez ocorridos nos planos de benefícios e, com base no estudo, indicamos pela manutenção da mencionada tábua para a avaliação atuarial de 31.12.2017 e para o exercício de 2018 dos Planos 1, PREVI Futuro e Capec.

2.3.9 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2018-2024, indicaram a alteração da taxa de 4,5% para 4,0% ao ano no cenário base, resultando na modificação do fator de capacidade de 98,011% para 98,225%.

2.3.10 A taxa de crescimento real de salários, que reflete a projeção dos salários dos participantes em atividade quando da entrada em benefício, adotada para o exercício de 2018, é de 0,932% ao ano, conforme estudo elaborado com base na variação salarial decorrente da carreira dos funcionários que estão em atividade no Banco do Brasil e são filiados ao Plano de Benefícios 1 (tendo como base o período de 2009 a 2017).

2.3.11 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano teve como base os relatórios de gerenciamento do ativo e do passivo e os cenários projetados pela PREVI, indicando a manutenção da taxa real de 5% ao ano para o exercício de 2018.

2.3.12 As alterações das premissas atuariais da taxa de inflação de longo prazo (capacidade salarial ou benefício) e da taxa de crescimento real de salários para o exercício de 2018 implicaram aumento da Reserva Matemática na ordem de R\$ 270 milhões, posição em dezembro de 2017, representando uma majoração de 0,18% das reservas matemáticas para o Plano de Benefícios 1.

2.4. RESERVA A AMORTIZAR

2.4.1 Em 24.12.1997, foi firmado entre o Banco do Brasil e a PREVI o Contrato que disciplina a integralização das reservas matemáticas pelo regime financeiro de capitalização para pagamento do complemento de aposentadoria dos participantes admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, denominado Grupo 67. Em 31.12.2017, havia 16.348 integrantes do Grupo 67 cujo valor da Reserva a Amortizar relativa ao grupo era de R\$ 13.506 milhões.

2.4.2 O Plano de Custeio para o financiamento da Reserva a Amortizar do Grupo 67 foi determinado pelo citado Contrato, cabendo à PREVI a mensuração do compromisso previdencial do Banco do Brasil, correspondente a 53,6883529% do total do encargo de aposentadoria relativo ao Grupo 67. Conforme Cláusula Décima do Acordo, a duração do referido contrato tem prazo vinculado à quitação do último compromisso referente ao complemento de aposentadoria dos participantes do Grupo 67.

2.4.3 A Cláusula Quarta do Contrato estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento antecipado de contribuições que são contabilizadas como contribuições amortizantes antecipadas. Em 31.12.2017, o valor relativo à rubrica contábil "Contribuições Amortizantes Antecipadas" corresponde a R\$ 13.506 milhões.

2.4.4 Em 31.12.2012 o Banco do Brasil e a PREVI assinaram novo Contrato que disciplina a integralização de 100% das reservas matemáticas do Grupo Especial pelo regime financeiro de capitali-

zação.

2.4.5 Conforme §1º da Cláusula Primeira do Contrato de 31.12.2012, entende-se como Grupo Especial o contingente de participantes do Plano 1 admitidos no Banco do Brasil até 14.04.1967, listados no documento anexo ao contrato, e que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou judiciais assumidas pelo patrocinador. Em 31.12.2017 havia 2.776 integrantes do Grupo Especial, cujo valor do passivo atuarial corresponde a R\$ 1.101 milhões. Cabe ressaltar que os participantes do Grupo Especial vertem contribuições normais conforme estabelecido no artigo 69 do Regulamento vigente do Plano de Benefícios 1.

2.4.6 A Cláusula Terceira do Contrato de 31.12.2012 estabelece que o Banco do Brasil efetue pagamento

antecipado de contribuições que serão contabilizadas como "Contribuição Amortizante Grupo Especial". O saldo dessa rubrica, em 31.12.2017, corresponde a R\$ 1.101 milhões, mesmo valor do passivo atuarial desse grupo.

2.5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

2.5.1 O Fundo de Renda Certa foi constituído em dezembro de 2007, apurado com base em cálculo financeiro para pagamento do Benefício Especial de Renda Certa, que permanece vigente no regulamento. Seu saldo em 31.12.2017 corresponde a R\$ 2.237.501,74 .

2.6. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

2.6.1 A Tabela E mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus

	Dezembro/2016	Dezembro/2017
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	130.428.001.246,31	142.272.362.306,15
Reservas Matemáticas (B)	144.371.339.114,96	146.567.429.646,90
Benefícios Concedidos	142.338.370.798,02	143.352.341.486,48
Benefícios a Conceder	17.329.179.857,12	17.823.279.269,13
(-) Reserva a Amortizar	(15.296.211.540,18)	(14.608.191.108,71)
Reserva a Amortizar - Grupo 67	(14.153.456.333,81)	(13.506.509.323,74)
Reserva a Amortizar - Grupo Especial	(1.142.755.206,37)	(1.101.681.784,97)
Déficit Acumulado (B) - (A)	13.943.337.868,65	4.295.067.340,75
Fundo Previdencial	4.471.704,39	2.237.501,74
Fundo de Renda Certa	4.471.704,39	2.237.501,74

Tabela E - Valores em Reais

Patrimônios de Cobertura em 31.12.2016 e 31.12.2017:

2.6.2 Observamos que no período de dezembro de 2016 a dezembro de 2017, a Reserva Matemática teve variação de 1,52%. O principal fator responsável pelo aumento do passivo atuarial foi a variação do INPC no período de janeiro a dezembro de 2017, equivalente a 2,07%, impactando principalmente a variação da Reserva Matemática de Benefícios Concedidos, porquanto os benefícios são reajustados de acordo com a variação do INPC, conforme estabelecido no Regulamento do Plano.

2.6.3 Vale ressaltar que o valor das Reservas Matemáticas é impactado pelas implantações e/ou aumentos de benefícios decorrentes de determinação judicial, para os quais não houve prévia constituição de reservas e nem aporte equivalente de recursos, posto que seus valores divergem daqueles obtidos estritamente com a aplicação das regras regulamentares. A partir de 2012 a PREVI iniciou o acompanhamento gerencial desses impactos. Em dezembro/2017, R\$ 818 milhões do total da Reserva Matemática refere-se ao impacto do aumento no benefício decorrente de decisão judicial implantada

para 2.118 benefícios de aposentadorias e pensões. Esse valor não demonstra os valores retroativos desembolsados pelo plano de benefício ao longo do processo judicial, pois representa apenas o valor atual do compromisso futuro com essas parcelas. Destaca-se o aumento relevante dos valores, a partir do início do acompanhamento gerencial pela PREVI, no final de 2012, quando apuramos R\$ 77,3 milhões de impacto, relativo a 250 assistidos, tendo essa quantidade aumentada

Decisões Judiciais – Frequência

(Quantidade de Benefícios)



Decisões Judiciais

(Impacto na Reserva Matemática)

MILHÕES



2.6.4 Quanto ao Patrimônio para Cobertura do Plano, verificamos que houve variação positiva de 9,08% no ano. Cabe ressaltar que a rentabilidade do Plano de Benefícios 1 no ano de 2017 foi positiva, no valor de 14,85%, enquanto que a meta atuarial foi de 7,17%.

2.6.5 Em virtude do desempenho positivo dos ativos de investimentos no decorrer de 2017, bem como da queda na variação do INPC no mesmo período, verificou-se em 31.12.2017 um superávit técnico de R\$ 9.648 milhões no exercício. Contudo, o resultado do plano ainda apresenta déficit acumulado de R\$ 4.295 milhões.

mais de oito vezes nos últimos cinco anos.

	Dezembro/2014	Dezembro/2015	Dezembro/2016
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	134.611.755	119.724.828	130.428.001
Reservas Matemáticas (B)	122.073.122	135.862.750	144.371.339
Superávit Acumulado (C) = (A) - (B)	12.538.633	(16.137.922)	(13.943.338)
Reserva de Contingência (D) (até 25% A)	12.538.633	-	-
Reserva Especial (C) - (D)	-	-	-
Varição Anual Patrimônio Cobertura Plano		-11,06%	8,94%
Varição Anual Reserva Matemática		11,30%	6,26%
Varição INPC	6,23%	11,28%	6,58%
Meta Atuarial (INPC + 5%)	11,54%	16,84%	11,91%

Tabela F - Valores em R\$ Mil

2.7. INFORMAÇÕES ACERCA DAS CAUSAS DO DÉFICIT TÉCNICO:

2.7.1 Nos últimos três exercícios, os resultados contábeis do Plano de Benefícios 1 foram assim apurados:

2.7.2 No período analisado, constatamos que o passivo atuarial e a variação do INPC possuem comportamentos similares. A maior variação da Reserva Matemática ocorreu em 2015, quando a variação do INPC foi mais significativa.

2.7.3 Por outro lado, o patrimônio de cobertura, que corresponde aos recursos provenientes dos investimentos realizados pela Entidade de acordo com o disposto nas normas em vigor, teve redução de 11,06% em 2015 e aumento de 8,94% em 2016.

2.7.4 Conforme Resolução CMN 3.792/09, os recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades devem ser classificados nos seguintes segmentos de aplicação: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes. A Tabela G

Segmentos	2014		2015		2016	
	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade	Alocação	Rentabilidade
Renda Fixa	33,61%	13,08%	40,48%	14,68%	41,19%	15,51%
Renda Variável	56,10%	-4,43%	48,09%	-17,20%	47,91%	17,16%
Investimentos Estruturados	0,66%	-4,45%	0,63%	-35,05%	0,50%	9,72%
Imóveis	5,94%	13,75%	6,76%	11,22%	6,53%	7,98%
Operações c/Participantes	3,57%	12,28%	3,96%	16,28%	3,81%	14,26%
Investimento no Exterior	0,05%	19,67%	0,08%	50,58%	0,07%	-15,52%
Rentabilidade Total		2,55%		-2,84%		15,03%

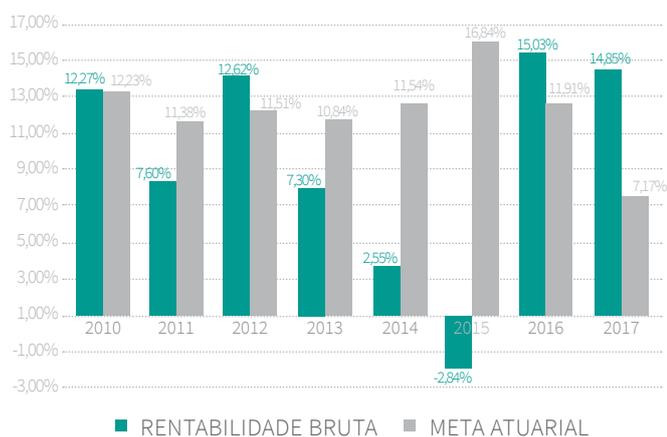
Tabela G



mostra os valores em percentuais de alocação por segmento nos últimos três exercícios, conforme Política de Investimentos do Plano de Benefícios 1, bem como a rentabilidade de seus respectivos ativos:

2.7.5 Observa-se pela Tabela G, que no ano de 2016 a

Rentabilidade x Metal Atuarial



rentabilidade do Plano 1 teve aumento significativo, voltando a ficar acima da meta atuarial.

2.7.6 O gráfico a seguir mostra a comparação entre a rentabilidade anual e a meta atuarial nos últimos exercícios.

2.7.7 Observamos que a meta atuarial do Plano de Benefícios 1 se manteve estável, à exceção de 2015 e 2017, quando apresentou o maior e o menor valor respectivamente. A rentabilidade anual no mesmo período foi mais volátil, sendo significativamente decrescente entre 2012 e 2015. A rentabilidade média desde 2010 foi de 8,7%, enquanto que a meta atuarial foi de 11,7% no mesmo período.

2.7.8 Com base nas informações dos três últimos exercícios, verificamos que em 2016 e 2017 a rentabilidade dos investimentos voltou a superar a meta atuarial, recuperando

Segmentos	Alocação	Rentabilidade 2017
Renda Fixa	42,74%	9,70%
Renda Variável	47,25%	21,34%
Investimentos Estruturados	0,57%	27,95%
Imóveis	5,95%	9,95%
Operações com Participantes	3,41%	7,92%
Investimento no Exterior	0,08%	23,50%
Rentabilidade Total		14,85%

Tabela H

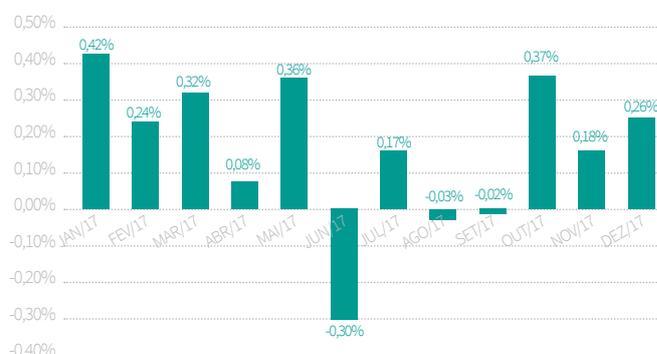
boa parte do resultado negativo de 2015, refletindo no resultado técnico do plano observado nesse período.

2.7.9 A Tabela H apresenta a rentabilidade acumulada no ano de 2017 dos ativos totais do Plano de Benefícios 1, por segmento de aplicação, e seus respectivos percentuais de alocação:

2.7.10 No exercício de 2017, todos os segmentos de aplicação tiveram rentabilidade superior à meta atuarial de 7,17%, proporcionando uma rentabilidade total maior que o dobro da meta atuarial.

2.7.11 Por outro lado, observamos que a meta atuarial do Plano 1, composta pela taxa real de juros de 5% ao ano e pelo índice de correção monetária

Varição do INPC – 2017



dos benefícios do plano, foi menor em relação a de 2016. Tal fato decorre da queda no INPC que teve variação acumulada de 2,07% no período de janeiro a dezembro de 2017, apresentando índices negativos nos meses de junho, agosto e setembro, conforme gráfico a seguir:

2.7.12 Desta forma, o resultado negativo apurado em 2015 vem diminuindo nos dois últimos exercícios, resultando, em 31.12.2017, no déficit técnico acumulado de R\$ 4.295 milhões.

2.7.13 Apesar de termos obtido em 2016 e 2017 resultados líquidos positivos dos investimentos, em relação ao mínimo atuarial, o excedente de rentabilidade não foi suficiente para reverter integralmente a situação deficitária do plano. Contudo, viabilizou a quitação dos Planos de Equacionamento do Déficit de 2015 e 2016 e demonstra a tendência de recuperação dos investimentos.



2.8. PLANO DE EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DE 2016:

2.8.1 Em decorrência do déficit técnico acumulado de R\$ 13.943 milhões em 31.12.2016, foi apurado o valor a ser equacionado do Plano de Benefícios 1, após dedução do ajuste de precificação e comparação com o limite do déficit calculado em função da duração do passivo do plano na mesma data, conforme demonstrado abaixo:

Apuração para fins de Equacionamento de Déficit	Dezembro 2016
Déficit Técnico Acumulado (A)	13.943.337.868,65
Ajuste de Precificação (Res. CNPC 16/2014) (B)	2.582.338.501,42
Déficit Técnico Ajustado (C = A - B)	11.360.999.367,23
Limite de Déficit Técnico Acumulado (art. 28 da Res.CGPC 26/2008) (D) (*)	11.087.718.844,03
(1) Diferença entre C e D	273.280.523,20
(2) 1% da Reserva Matemática (§2º do art. 28 da Res.CGPC 26/2008)	1.443.713.391,15
Valor do Déficit Técnico a ser Equacionado – Máximo entre (1) e (2)	1.443.713.391,15

Tabela I

Valores em R\$

(*) Limite de déficit = (duração do passivo - 4) x 1% x Reserva Matemática

2.8.2 Assim, ao longo de 2017 foi elaborado o Plano de Equacionamento do Déficit de 2016, prevendo o equacionamento de R\$ 1,44 bilhão por participantes, assistidos e patrocinadores, considerando a proporção contributiva em relação às contribuições pessoais e patronais observadas nos exercícios de 2015 e 2016, período em que foram apurados resultados deficitários no Plano de Benefícios 1.

2.8.3 No decorrer dos exercícios de 2015 e 2016, considerado o montante das contribuições normais vertidas para o Plano de Benefícios 1 pelos participantes, ativos e assistidos, inclusive as vertidas pelos autopatrocinados, e o montante das contribuições patronais, vertidas pelos patrocinadores (Banco do Brasil e PREVI), apurou-se a proporção de 52,30% para os participantes e assistidos e 47,70% para os patrocinadores Banco do Brasil e PREVI. Portanto a proporção do déficit a ser equacionado pelos participantes e assistidos seria de R\$ 755.044.548,79, enquanto que a proporção relativa aos patrocinadores Banco do Brasil e PREVI corresponderia a R\$ 688.668.842,36.

2.8.4 Para tanto, o plano de equacionamento foi elaborado visando a amortização por fluxo linear de contribuições, em atendimento ao disposto no parágrafo 6º do artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/08 e ao artigo 6º da Instrução Previc nº 26/16. O prazo estabelecido para amortização do déficit a ser equacionado corresponde a uma vez e meia o prazo

da duração do passivo do plano de benefícios apurado no exercício de 2016, ou seja, 17,5 anos (210 meses). Tal prazo atende ao disposto no item 10 do Anexo à Resolução CGPC nº 18/2006.

2.8.5 Para os participantes e assistidos, o plano de equacionamento previu a cobrança de contribuições extraordinárias mensais apuradas atuarialmente com base nos dados e nas premissas e hipóteses adotadas na avaliação atuarial de dezembro de 2016, considerando como parâmetro o benefício efetivo ou projetado atribuível a cada um deles, sem incidência sobre abono anual. Quanto aos patrocinadores, o valor relativo ao Banco do Brasil seria tratado por meio de um documento formal firmado entre o Banco do Brasil e a PREVI, considerando informações como prazo de pagamento, valor da contribuição extraordinária, parâmetros adotados na apuração do déficit e cláusulas de atualização e suspensão das contribuições extraordinárias, dentre outras e o valor relativo ao patrocinador PREVI (quadro próprio) seria tratado contabilmente, considerando os mesmos parâmetros do patrocinador Banco do Brasil.

2.8.6 Em 05.09.2016 foi publicada a Instrução Previc nº 32, que estabelece os procedimentos a serem adotados para a elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit. Tal instrução trouxe a possibilidade de serem utilizados, como fonte alternativa de recurso para o equacionamento do



déficit, eventuais resultados líquidos positivos obtidos pelo plano de benefícios entre a data de apuração do valor a ser equacionado e a data de aprovação do plano de equacionamento, desde que sejam derivados exclusivamente de excedente de rentabilidade financeira em relação à meta atuarial adotada na avaliação atuarial em que se apurou o valor do déficit a ser equacionado.

2.8.7 O Plano de Equacionamento de Déficit foi então elaborado considerando os critérios acima citados, inclusive a possibilidade de quitação ou amortização com os resultados líquidos positivos de rentabilidade.

2.8.8 Em função da necessidade de aprovação do Plano de Equacionamento antes do encerramento do exercício subsequente à identificação do Déficit a equacionar, consideramos, para apuração do excedente de rentabilidade a data do balancete de novembro/2017, que foi o último disponível antes da aprovação do Plano de Equacionamento.

2.8.9 Importante ressaltar que o resultado líquido positivo, decorrente do excedente financeiro a que se refere o Art. 3º da Instrução Previc nº 32, não se confunde com o resultado do plano de benefícios, obtido mediante o levantamento de suas demonstrações contábeis.

2.8.10 Diante do exposto, foi apurado o Resultado Líquido positivo decorrente do excedente de rentabilidade, em relação à meta atuarial, considerando a data de 30.11.2017:

Item	Resultado
Rentabilidade acumulada (deduzidas as despesas administrativas de investimento)	10,36%
Meta Atuarial acumulada	6,46%
Rentabilidade líquida acima do atuarial	3,66%
Resultado líquido positivo	R\$ 5.757.628.863,04

Tabela J

2.8.11 Adicionalmente, o princípio da prudência é atendido em virtude de ser apurada a inexistência de impactos negativos decorrentes da reavaliação pelo valor econômico dos ativos Litel Participações S.A., Neoenergia S.A. e Invepar, não necessitando considerá-los para apuração do excedente de rentabilidade financeira em virtude de o resultado total das reavaliações ser positivo, pois isso elevaria o valor do Resultado Líquido Positivo.

2.8.12 Tendo em vista que o valor apurado de R\$ 5.757.628.863,04 superou o valor do déficit a equacionar em 31.12.2016, de R\$ 1.443.713.391,15, o Plano de Equacionamento foi integralmente quitado por esse excedente, não sendo necessário instituir, para 2018,

contribuições extraordinárias de participantes, assistidos e patrocinadores relativamente ao Equacionamento do Déficit de 31.12.2016.

2.8.13 Registra-se, ainda, que ao longo do exercício de 2017 as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios nº 1 foram reavaliadas atuarialmente com as mesmas hipóteses atuariais, regime financeiro e método de financiamento utilizados na data de apuração do déficit a equacionar de 31.12.2016.

2.8.14 Portanto, a utilização do excedente de rentabilidade, quitou o Plano de Equacionamento do Déficit de 31.12.2016 do Plano de Benefícios nº 1 em conformidade com o disposto no artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/08, no artigo 3º da Instrução Previc nº 32, de 02.09.2016, e no Ofício nº 3761/2016/CGMA/DIACE/PREVIC, de 01.12.2016, da Previc.

2.8.15 A Instrução Previc nº 16, de 11.12.2017, promoveu alterações na Instrução Previc nº 32, de 02.09.2016. A mudança ocorreu no art. 3º da IN 32/2016, do qual foi excluída a possibilidade de utilização do excedente de rentabilidade financeira em relação à meta atuarial como fonte de recursos alternativa para o equacionamento de déficit. Entretanto essa regra tem efeitos para os resultados apurados a partir de 31.12.2017. Desta forma, os procedimentos adotados para quitação do Plano de Equacionamento do Déficit de 31.12.2016 estão em conformidade com as regras vigentes à época de sua aprovação.

2.9. PLANO DE CUSTEIO

2.9.1 O Plano de Benefícios 1 é custeado pelas contribuições mensais e anuais dos participantes ativos e aposentados e do patrocinador. As contribuições dos participantes ativos são apuradas em função do seu salário de participação, conforme Tabela K:

Salário de Participação (SP)	Contribuição Mensal	Parcela a deduzir
SP < ½ PP*1,25	1,8% SP	-
½ PP*1,25 ≤ SP < PP*1,25	3,0% SP	0,75% PP
SP ≥ PP*1,25	7,8% SP	6,75% PP

Tabela K
PP - Parcela PREVI

2.9.2 O percentual médio de contribuição dos participantes ativos, em 2017, foi de 6,1% do salário de participação. No caso dos aposentados, o percentual de contribuição equivale a 4,8% sobre o complemento de aposentadoria. As contribuições normais do patrocinador correspondem a 100% do valor das contribuições dos participantes em atividade ou em gozo de benefício previsto no Regulamento.



2.9.3 Em 25.11.2015 foi divulgada a Resolução CNPC nº 22, que atualiza a Resolução CGPC nº 26/2008, referente a procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado do plano. A Resolução revisada passou a considerar a duração do passivo do plano de benefícios na apuração do limite de déficit técnico acumulado.

2.9.4 A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Em 31.12.2017, a duração do passivo do Plano de Benefícios 1 corresponde a 11,48 anos. Consequentemente, em 31.12.2017, o limite do déficit é 7,48% da Reserva Matemática, isto é, R\$ 10.963 milhões.

2.9.5 A referida Resolução estabelece ainda que, para fins de equacionamento de déficit, deverá ser

deduzido o valor do ajuste de precificação. Entende-se como ajuste de precificação a diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Em 31.12.2017, o valor do ajuste de precificação corresponde a R\$ 2.608 milhões.

2.9.6 A Resolução CNPC nº 22/2015 determinou ainda que deverá ser elaborado e aprovado o plano de equacionamento de déficit se o resultado deficitário for superior ao limite mencionado no item 2.9.4. A tabela abaixo mostra a apuração do valor do déficit técnico a ser equacionado, considerando o déficit técnico acumulado em 31.12.2017, líquido do valor de ajuste de precificação, bem como o limite do déficit apurado com base na duração do passivo do plano:

Apuração para fins de Equacionamento de Déficit	Dezembro 2017
Déficit Técnico Acumulado (A)	4.295.067.340,75
Ajuste de Precificação (Res. CNPC 16/2014) (B)	2.607.979.232,64
Déficit Técnico Apurado para fins de Equacionamento (C) =(A) - (B)	1.687.088.108,11
Limite de Déficit Técnico Acumulado (D) (7,48% da Reserva Matemática)	10.963.243.737,59
Valor do Déficit Técnico a ser Equacionado – Valor de (C) que ultrapassar (D)	0,00

Tabela L – Valores em R\$

2.9.7 Tendo em vista que o valor do déficit técnico apurado para fins de equacionamento é inferior ao limite legal, não haverá necessidade de ser elaborado o plano de equacionamento de déficit, conforme disposto no artigo 28 da Resolução CGPC nº26/2008.

2.10. CONCLUSÃO

2.10.1 O resultado técnico de dezembro de 2017 mostra que o Plano de Benefícios 1 se encontra deficitário no valor de R\$ 4.295 milhões, equivalente a 2,93% da Reserva Matemática.

2.10.2 Como o déficit técnico acumulado apurado ao final do exercício de 2017 é inferior ao limite de déficit técnico acumulado, concluímos que não haverá a necessidade de ser elaborado plano de equacionamento de déficit, conforme dispõe o artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/2008.

2.10.3 Os investimentos apresentaram boa recuperação nos últimos dois exercícios, principalmente em 2017, quando a rentabilidade foi mais que o dobro da meta atuarial, resultando na redução gradativa do déficit técnico do Plano de Benefícios 1. Desta forma, recomendamos a manutenção do seu atual Plano de Custeio.

3. PLANO DE BENEFÍCIOS PREVI FUTURO

3.1. BASE DE DADOS

3.1.1 A base de dados do cadastro utilizada para a avaliação atuarial do Plano de Benefícios PREVI Futuro foi gerada em 10.01.2018 e refere-se ao mês de dezembro de 2017. A síntese do cadastro apresenta os seguintes números para os participantes ativos, aposentados e pensionistas, comparado a dezembro de 2016:

Quantidade	Dezembro/2016	Dezembro/2017
Ativos	85.674	84.729
Avaliados	85.500	84.589
Matrículas Rejeitadas	174	140
Idade Média Ativos em anos	39	40
Salário de Participação Médio (R\$) ⁽¹⁾	6.308,60	6.609,27
Institutos (aguardando benefício)	6.796	6.749
Autopatrocinaados	1.938	1.866
Benefício Proporcional Diferido	4.858	4.883
Aposentados	428	862
Avaliados		
Benefícios Programados	141	528
Benefícios de Risco (Invalidez)	286	333
Matrículas Rejeitadas	1	1
Idade Média Aposentados em anos	53	55
Benefício Médio (R\$)	1.403,76	1.355,93
Institutos	33	93
Autopatrocinaado	10	14
Benefício Proporcional Diferido	23	79
Pensões	395	438
Beneficiários PREVI	716	778
Benefício Médio (R\$)	1.037,29	1.126,65

Tabela M

⁽¹⁾ Não considera participantes em BPD ou matrículas rejeitadas.

3.1.2 Existem 140 matrículas de participantes ativos e uma matrícula de aposentado que foram rejeitadas em função de inconsistências no cadastro. Entre os ativos autopatrocinaados, foram incluídos 808 participantes que

não fizeram opção por um dos institutos por estarem dentro do prazo regulamentar da opção. Nas quantidades totais de ativos e de aposentados já foram considerados os participantes que optaram pelos institutos.



3.1.3 Em 31.12.2017, 2.362 participantes ativos já reuniam as condições de exigibilidade para aquisição do benefício programado.

3.1.4 Destaca-se que em 2017 a base de ativos do Plano PREVI Futuro diminuiu 945 participantes, reflexo de movimentações decorrentes da reestruturação do Banco do Brasil e do Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada – PEAI, lançado pelo patrocinador em novembro de 2016 e que sensibilizou a quantidade de participantes do plano em 2017. Contribuiu também para essa redução, a menor quantidade de posses de novos funcionários

e conseqüentemente de novas adesões ao plano, que foi observada ao longo de 2016 e se intensificou em 2017.

3.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

3.2.1 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é estruturado na modalidade contribuição variável, sendo composto da Parte I, relativa aos riscos não programados, e da Parte II, relativa aos riscos programados.

3.2.2 A Tabela N apresenta os benefícios oferecidos no Plano de Benefícios PREVI Futuro:

Parte I Riscos Não Programados	Parte II Riscos Programados	Institutos
Complemento de Aposentadoria por Invalidez	Renda Mensal de Aposentadoria	Devolução da Reserva de Poupança (Resgate)
Complemento de Pensão por Morte	Renda Mensal Antecipada de Aposentadoria	Renda Mensal Vitalícia (BPD)
	Renda Mensal de Pensão por Morte	Autopatrocínio
		Portabilidade

Tabela N

3.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

3.3.1 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é avaliado sob o regime de capitalização para todos os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas. Incluem-se nesse tipo as aposentadorias normais e antecipadas.

3.3.2 Para a Parte I, adota-se o método agregado para cálculo dos encargos de invalidez e pensão por morte.

Para a Parte II, é utilizado o princípio de acumulação financeira dos ativos para geração de renda mensal de aposentadoria ou renda mensal antecipada de aposentadoria.

3.3.3 Na tabela O são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2017 e as aprovadas para o exercício de 2018:

Premissas Biométricas/Demográficas	Exercício 2017	Exercício 2018
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss Experiência PREVI	Winklevoss Experiência PREVI
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Composição da Família de Pensionistas	Base 2015	Base 2015
Rotatividade (*)	-	0%
Entrada em Aposentadoria (**)	-	53 anos (Apose Antecip.) (**)

(*) As premissas de Rotatividade e Entrada em Aposentadoria foram incluídas na relação dos Estudos Técnicos a partir do exercício de 2018. Essas premissas não impactaram os resultados das Reservas Matemáticas.

(**) Considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada.

Premissas Econômicas	Exercício 2017	Exercício 2018
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,5%	4,0%
Capacidade Salarial/de Benefício	98,011%	98,225%
Taxa de Crescimento Real de Salário	3,042%	2,682% (Banco do Brasil) 0,783% (PREVI)

Tabela O

3.3.4 Ao compararmos as premissas para o exercício de 2018 com as do ano anterior, verificamos que houve alteração nas premissas de Inflação de Longo Prazo (Fator de Capacidade Salarial e de Benefícios) e na Taxa de Crescimento Real de Salários, que foi subdividida para funcionários cedidos do Banco do Brasil e funcionários do quadro próprio da PREVI.

3.3.5 Foram incluídas para o exercício de 2018, as premissas de Rotatividade e Entrada em Aposentadoria. A inclusão da premissa de entrada em aposentadoria não impactou o resultado da reserva, pois o estudo técnico recomenda a metodologia que já era adotada nas avaliações atuariais para os Plano de Benefícios PREVI Futuro, ou seja, a manutenção do atual critério utilizado para a premissa de entrada em aposentadoria que considera a primeira condição de elegibilidade de acordo com as regras previstas no regulamento, observada a idade mínima de 53 anos para a aposentadoria antecipada.

3.3.6 Para a premissa de rotatividade, o estudo técnico indica a taxa nula como a mais indicada para o Plano de Benefícios PREVI Futuro.

3.3.7 Foi elaborado estudo sobre aderência da tábua de mortalidade de válidos, considerando a base de dados de participantes e assistidos do Plano de Benefícios 1 no período 2012-2016. Após realizarmos testes estatísticos e análises para determinar qual a tábua de mercado mais aderente à população, concluímos que a Tábua AT-2000 Suavizada em 10% permanece como a mais indicada para ser adotada na avaliação atuarial dos Planos de Benefícios 1, PREVI Futuro e Capec.

3.3.8 Do mesmo modo, o estudo sobre a tábua de mortalidade de inválidos indicou a manutenção da Tábua Winklevoss Experiência PREVI, uma vez que seus resultados se mostraram mais próximos dos eventos ocorridos no período de 2012 a 2016.

3.3.9 Quanto ao estudo de aderência à tábua de entrada em invalidez, concluímos pela manutenção da Tábua Light Fraca como a mais aderente aos eventos de invalidez ocorridos no período de 2012 a 2016.

3.3.10 Para a premissa relativa à taxa de inflação de longo prazo, os cenários estruturados no relatório elaborado pela PREVI, em conjunto com a Política de Investimentos 2018-2024, indicaram a alteração da taxa de 4,5% para 4,0% ao ano no cenário base, resultando na modificação do fator de capacidade de 98,011% para 98,225%.

3.3.11 A taxa de crescimento real de salários é a estimativa do crescimento anual médio dos salários de participação, apurada com base nos cargos ocupados pelos participantes ativos ao longo da sua vida laborativa no Patrocinador. O crescimento salarial dos funcionários em atividade no Banco do Brasil e do quadro próprio da PREVI foi avaliado separadamente. A premissa adotada para o exercício de 2018 é de 2,682% ao ano para os funcionários do Banco do Brasil e de 0,783% ao ano para os funcionários do quadro próprio da PREVI, conforme estudo técnico elaborado para demonstrar a aderência das taxas de crescimento real de salários às características da massa de participantes ativos do plano.

3.3.12 Por fim, o estudo sobre aderência da taxa real de juros utilizada na avaliação atuarial do plano teve como base os relatórios de gerenciamento do ativo e do passivo e os cenários projetados pela PREVI, indicando a manutenção da taxa real de 5% ao ano para o exercício de 2018.

3.3.13 A alteração das premissas de Inflação de Longo Prazo e de Crescimento Salarial para o exercício de 2018 implicaram uma redução da Reserva Matemática na ordem de R\$ 39,4 milhões, posição em dezembro de 2017.



3.4. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

3.4.1 A Tabela P mostra os resultados das avaliações atuariais relativas aos compromissos assumidos pelo plano e os seus Patrimônios de Cobertura em 31.12.2016 e 31.12.2017:

	Dezembro/2016	Dezembro/2017
Patrimônio de Cobertura do Plano (A)	9.007.022.764,65	11.522.967.813,04
Reservas Matemáticas (B)	9.007.022.764,65	11.370.989.521,29
Parte I (Benefícios Não Programados)	626.020.080,77	674.125.327,62
Benefícios Concedidos	168.054.171,42	199.903.509,09
Benefícios a Conceder	457.965.909,35	474.221.818,53
Parte II (Benefícios Programados)	8.381.002.684,48	10.696.864.193,67
Benefícios Concedidos	28.072.881,61	121.788.695,05
Benefícios a Conceder	8.352.929.802,27	10.575.075.498,62
Superávit Acumulado (A) - (B)	-	151.978.291,75
Reserva de Contingência	-	151.978.291,75
Fundos Previdenciais	233.287.949,12	274.830.449,29
Fundo de Cotas Resguardadas	68.570.294,55	84.310.287,24
Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes	30.608.175,51	36.293.891,75
Fundo de Gestão de Risco	134.109.479,06	154.226.270,30

Tabela P - Valores em Reais

3.4.2 Observamos que no período de dezembro de 2016 a dezembro de 2017, a Reserva Matemática teve variação de 26,25%. Tal resultado decorre, principalmente, da rentabilidade auferida nos investimentos, que altera os saldos de contas dos participantes, registrados na Reserva de Benefícios a Conceder – Parte II (Benefícios Programados) e das contribuições que foram vertidas ao plano, especialmente para a Parte II, cujo total de contribuições (pessoais e patronais) foi da ordem de R\$ 1.135 milhões em 2017.

3.4.3 Quanto aos recursos garantidores do plano, verificamos que a rentabilidade do Plano PREVI Futuro em 2017 foi de 14,97%, enquanto que a variação do INPC, índice de reajuste dos benefícios, conjugada com a taxa real de juros, foi de 7,17%.

3.4.4 O encerramento do exercício de 2017 apresentou superávit técnico de R\$ 151.978.291,75 decorrente principalmente do desempenho dos ativos de investimento e da alteração das premissas atuariais, conforme

mencionado no item 3.3.13. O resultado superavitário do plano foi destinado à constituição de reserva de contingência.

3.4.5 A duração de passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquido de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos. Em 31.12.2017, a duração do passivo do Plano de Benefícios PREVI Futuro corresponde a 26,36 anos.

3.5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

3.5.1 Os Fundos Previdenciais relacionados abaixo foram criados em outubro de 2006, após ajustes em processos e sistemas, e neles foram alocados os valores apropriados. São eles:

3.5.1.1 **Fundo de Cotas Resguardadas:** relativo a saldos de participantes que podem ser recebidos de imediato, mas ainda não foram solicitados pelos participantes ou



seus beneficiários, como por exemplo, saldos individuais de participantes que romperam o vínculo empregatício, de aposentados por invalidez ou de falecidos. Esse fundo também consolida os saldos que não tinham destinação definida no Regulamento vigente até 13.12.2010, como os saldos patronais dos ex-participantes que optaram pelo Resgate. Esses saldos são apurados para os participantes enquadrados nas mencionadas situações com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.

3.5.1.2 Fundo de Cobertura de Risco para Reingresso de Ex-Participantes: relativo a valores necessários para recompor o saldo patronal da Parte II de participantes que se desligaram do plano, mas mantiveram o vínculo empregatício. Portanto, podem retornar ao plano e têm tal direito reconhecido pelo regulamento do Plano. O mencionado saldo é obtido com base nas informações utilizadas para o cálculo das reservas e são atualizados de

acordo com a rentabilidade do perfil de investimento a que esses valores estão vinculados.

3.5.1.3 Fundo de Gestão de Risco: constituído para fazer frente a oscilações dos ativos de investimento e do passivo atuarial do Plano e o seu valor, até agosto de 2017, era atualizado de acordo com a variação da cota do Perfil PREVI e a partir de setembro de 2017 passou a ser corrigido pela variação da cota do Perfil BD1.

3.6. PLANO DE CUSTEIO

3.6.1 O Plano de Custeio determina o nível de contribuições necessário ao financiamento dos benefícios do plano de acordo com o regime financeiro e o método de financiamento, de tal forma que seja mantido o equilíbrio e a solvência do plano.

3.6.2 O Plano de Benefícios PREVI Futuro é custeado pelas contribuições mensais e anuais de participantes e da patrocinadora relacionadas na Tabela Q.

Participantes	Patrocinadora
Parte I	
<ul style="list-style-type: none"> • 0,609984% sobre o salário de participação. 	<ul style="list-style-type: none"> • 100% do somatório das contribuições dos participantes relativas a esta parte do plano.
Parte II	
<ul style="list-style-type: none"> • Subparte “a”: 6,390016% sobre o salário de participação. • Subparte “b”: percentual do respectivo salário de participação, a ser obtido de acordo com a pontuação relativa ao participante, conforme Tabela 1 do artigo 62 do Regulamento. • Subparte “c”: percentual do salário de participação a ser fixado individualmente pelo participante, não podendo ser inferior a 2%. 	<ul style="list-style-type: none"> • Subparte “a”: 100% do somatório das contribuições dos participantes para esta subparte. • Subparte “b”: 100% da contribuição individual do participante para esta subparte, limitado o somatório dessas contribuições a 7% do total da folha de salários de participação dos participantes deste plano. • Subparte “c”: não há.

Tabela Q

Obs.: A contribuição total da Patrocinadora para o Plano PREVI Futuro está limitada a 14% do total da folha de salários de participação.

3.7. CONCLUSÃO

3.7.1 A rentabilidade do Plano de Benefícios PREVI Futuro de 14,97%, apresentada no ano de 2017, foi mais que o dobro da meta atuarial de 7,17%, composta pela taxa real de juros de 5% ao ano e pelo índice de correção monetária dos benefícios do plano, impactando positivamente o saldo de conta dos participantes ativos e o resultado técnico do Plano.

3.7.2 Em dezembro de 2017, foi apurado resultado técnico superavitário com constituição de Reserva de Contingência para garantia dos benefícios do Plano, em face de eventos futuros e incertos, no valor de R\$ 151.978.291,75, equivalente a 1,34% da Reserva Matemática. Desta forma, concluímos que a situação financeiro-atuarial do plano permite a manutenção do atual Plano de Custeio.

4. CARTEIRA DE PECÚLIOS - CAPEC

4.1. BASE DE DADOS

4.1.1 A base de dados para avaliação atuarial da Capec é de julho de 2017, composta por **126.905¹** participantes distribuídos nas seguintes modalidades:

- **Pecúlio por Morte: 120.230** participantes inscritos nas modalidades Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo;
- **Pecúlio Especial: 37.129** participantes inscritos nas modalidades Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo;
- **Pecúlio Manutença: 6.675** participantes inscritos nas modalidades Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo;

¹ Os participantes vinculados ao Pecúlio Especial e ao Pecúlio por Invalidez possuem o Pecúlio por Morte.

- **Pecúlio por Invalidez: 26.172** participantes inscritos nas modalidades Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo.

4.2. PLANO DE BENEFÍCIOS

4.2.1 A Capec está prevista no Art. 3º, Inciso IV, do Estatuto da Entidade, que assegura “a todos os participantes: a opção de vínculo a um plano de pecúlio mediante contribuições específicas”.

4.2.2 A Capec está cadastrada na Previc como plano de benefícios de pagamento único e paga os seguintes pecúlios:

Aos dependentes ou beneficiários designados	Aos participantes
Pecúlio por Morte	Pecúlio por Invalidez
Pecúlio Especial	Pecúlio Especial
Pecúlio Manutença	

Tabela R

4.2.3 Cada tipo de pecúlio é oferecido aos participantes da Capec segundo faixas de valores, constituindo cada faixa uma das seguintes modalidades de pecúlio: Júnior, Pleno, Sênior, Master e Executivo.

4.3. METODOLOGIA DE CÁLCULO E PREMISSAS ATUARIAIS

4.3.1 A Capec tem seus valores de receitas calculados pelo Regime Financeiro de Repartição Simples com avaliações atuariais anuais, seguindo o princípio de cálculo atuarial usual para a constituição técnica do seguro de vida temporário por um ano com renovações automáticas anuais.

4.3.2 Na tabela S são apresentadas as premissas adotadas no exercício de 2017 e as aprovadas para o exercício de 2018:

Premissas Biométricas	Exercício 2017	Exercício 2018
Mortalidade de Válidos	AT-2000 Suavizada em 10%	AT-2000 Suavizada em 10%
Entrada em Invalidez	Light Fraca	Light Fraca
Premissas Econômicas	Exercício 2017	Exercício 2018
Taxa Real de Juros	5% ao ano	5% ao ano
Taxa de Carregamento	2,5%	2,5%

Tabela S

4.3.3 Observamos que nos últimos doze meses os eventos biométricos de mortalidade estão aderentes aos eventos esperados pelas Tábuas de Mortalidade de Válidos AT 2000 Suavizada em 10%, tendo em vista que houve 1.555 óbitos de agosto de 2016 até julho de 2017, que representa 85% do número de óbitos esperados pela tábua de mortalidade no mesmo período, de 1.823.

4.3.4 No entanto, no que se refere à sinistralidade dos eventos de entrada em invalidez, o número de sinistros ocorridos nessa modalidade de plano não se mostrou tão aderente ao esperado no período de agosto de 2016 a julho de 2017. Ocorreram 17 eventos de invalidez contra 48

esperados, o que provavelmente se deve à política adotada pela Previdência Oficial de restrição à concessão desse tipo de benefício.

4.4. SITUAÇÃO FINANCEIRO-ATUARIAL

4.4.1 Os valores dos pecúlios foram reajustados em 2,63%, superior à variação do INPC no período de janeiro (data da última alteração de valores) a julho de 2017 (data da nova avaliação atuarial), em conformidade com o disposto no regulamento da Capec. A tabela T apresenta os valores dos pecúlios de 2017 e os novos valores dos pecúlios para o exercício de 2018:

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
Valores em 2017 - R\$	38.000	76.000	114.000	152.000	190.000
Valores em 2018 - R\$	39.000	78.000	117.000	156.000	195.000

Tabela T – Valores em Reais

4.4.2 Na tabela U estão consignados os novos valores das contribuições dos Pecúlios por Morte, Especial/Manutenção e por Invalidez que consideram o risco biométrico de cada faixa etária, acrescidos da taxa de carregamento de 2,5% e da taxa de 10% para o Fundo RCO, aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo:

Planos	Júnior	Pleno	Sênior	Master	Executivo
Pecúlio por Morte	39.000	78.000	117.000	156.000	195.000
Até 34 anos	5,82	11,65	17,47	23,29	29,12
De 35 a 40 anos	7,32	14,63	21,95	29,26	36,59
De 41 a 45 anos	10,07	20,17	30,23	40,31	50,38
De 46 a 50 anos	12,08	24,16	36,24	48,33	60,41
De 51 a 55 anos	19,61	39,21	58,83	78,44	98,03
De 56 a 60 anos	37,20	78,14	117,20	156,28	195,35
De 61 a 65 anos	46,17	94,78	176,30	223,80	250,43
Maior que 65 anos	61,95	130,51	239,90	296,99	334,44
Pecúlio Especial/Manutenção	39.000	78.000	117.000	156.000	195.000
Até 34 anos	5,82	11,65	17,47	23,29	29,12
De 35 a 40 anos	7,32	14,63	21,95	29,26	36,59
De 41 a 45 anos	10,07	20,17	30,23	40,31	50,38
De 46 a 50 anos	12,08	24,16	36,24	48,33	60,41

> CONTINUAÇÃO

De 51 a 55 anos	19,61	39,21	58,83	78,44	98,03
De 56 a 60 anos	37,20	78,14	117,20	156,28	187,17
De 61 a 65 anos	46,17	94,78	176,30	201,17	219,02
Maior que 65 anos	61,95	130,51	239,90	274,48	298,95
Pecúlio por Invalidez	39.000	78.000	117.000	156.000	195.000
Até 34 anos	1,65	3,30	4,96	6,61	8,26
De 35 a 40 anos	3,29	6,58	9,85	13,13	16,41
De 41 a 45 anos	7,27	14,54	21,79	29,05	36,30
De 46 a 50 anos	10,82	21,63	32,45	43,27	54,08
De 51 a 55 anos	13,69	27,36	41,04	54,71	68,39
De 56 a 60 anos	21,25	42,48	63,72	84,95	106,19
De 61 a 65 anos	25,28	50,56	75,82	101,08	126,35
Maior que 65 anos	33,04	66,08	99,12	132,15	165,17

Tabela U – Valores em Reais

4.4.3 O fluxo de contribuições arrecadadas, pecúlios pagos e ganhos com investimentos relativos à Carteira apresentaram os seguintes resultados em 31.12.2017, que afetaram o Fundo Capec:

Contribuições Brutas	318.395.726,25
(-) Destinação para RCO 10%	(31.047.422,91)
(-) Destinação para Despesas Administrativas 2,5%	(7.936.611,58)
Contribuições Líquidas (A)	279.411.691,76
Benefícios Pagos (B)	(278.568.000,00)
(-)Utilização do Fundo Capec para custeio das contribuições (A) - (B)= (C)	843.691,76
Resultado Financeiro Bruto	31.586.066,16
(-) Atualização Monetária dos pecúlios a pagar	(2.395.775,37)
(-) Atualização da RCO	(23.577.529,72)
(-/+) Outros resultados / reversões	716.148,80
Resultado Financeiro Líquido (D)	6.328.909,87
Resultado Final Fundo Capec (C) + (D)	7.172.601,63

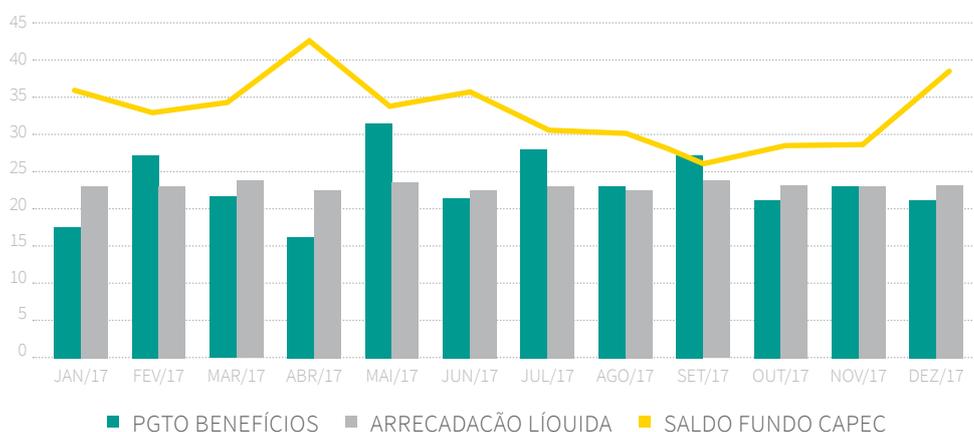
Tabela V – Valores em Reais



4.4.4 O somatório das contribuições líquidas arrecadadas foi superior ao montante de benefícios pagos no período, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.

Evolução Fundo Capec

MILHÕES



4.4.5 Registramos ainda o valor de R\$ 50.463.921,38, em 31.12.2017, relativo à provisão para pagamento de pecúlios avisados e não pagos pela Carteira correspondente a processos em curso de liquidação.

4.5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

4.5.1 O Fundo Capec destina-se ao equilíbrio das contribuições dos participantes, considerando o processo de transição da cobrança por prêmio único para a cobrança por faixa etária ocorrida a partir de 2006. Tal medida faz parte do Plano de Reestruturação da Capec, aprovado em 2005 pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo. O saldo do Fundo Capec foi majorado em função do resultado positivo demonstrado na tabela V do item 4.4.3, fechando em 31.12.2017 no valor de R\$ 37.776.175,80.

4.5.2 O Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO), constituído em abril de 2010, é um fundo previdencial destinado para garantir o pagamento de pecúlios sempre que as disponibilidades próprias forem insuficientes. O saldo do Fundo RCO, em 31.12.2017, é de R\$ 254.065.503,36 e tende a crescer até a extinção do Fundo Capec.

4.5.3 O saldo do ativo líquido da Capec aumentou de R\$ 230.044.124,90 (31.12.2016) para R\$ 291.841.679,16 (31.12.2017), principalmente em função do incremento do saldo do Fundo de Reserva para Cobertura de Oscilações (RCO).

4.6. PLANO DE CUSTEIO

4.6.1 O custeio da Capec é de responsabilidade dos participantes do plano, não havendo contribuição patronal.

4.6.2 Os valores das contribuições mensais variarão segundo a faixa etária e o tipo de pecúlio ao qual o participante tenha aderido ou contratado, conforme tabela U do item 4.4.2.

4.6.3 Nesse contexto, além das contribuições vertidas pelos participantes, a estratégia para reestruturação da Capec prevê a utilização do Fundo Capec até sua extinção, quando então, o Fundo RCO passará a cobrir as diferenças decorrentes dos subsídios ainda existentes, até que as contribuições arrecadadas sejam suficientes para custear integralmente os pagamentos dos pecúlios.

4.7. CONCLUSÃO

4.7.1 A utilização do Fundo Capec para cobertura das contribuições para as faixas etárias mais avançadas, demonstra a importância da continuidade da estratégia mencionada no item 4.5.1, de tal forma que, ao fim do Fundo Capec, o valor dessas contribuições não tenha impacto significativo para os participantes.

4.7.2 Diante do exposto, concluímos que os resultados apresentados pela Capec, considerando a utilização de recursos do Fundo Capec, quando do encerramento do exercício de 2017, indicam o reconhecimento do seu estado de equilíbrio atuarial.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2018.

Dilcrecio Akira Miki
Atuário – MIBA 1959



Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadoras
PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil

Rio de Janeiro - RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil e individual por plano de benefício, em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

"Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

- Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências

de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 09 de março de 2018.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Roberto Paulo Kenedi

Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5



Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI**, no uso das atribuições conferidas pelos incisos II e III do artigo 49 do Estatuto da Entidade e tendo em vista o disposto na Resolução MPS/CNPC nº 8, de 31.10.2011, Anexo “C”, item 17, examinou as Demonstrações Contábeis da PREVI e o Relatório Anual da PREVI, apresentados pela Diretoria Executiva, referentes ao exercício findo em 31.12.2017.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos da PREVI, e considerando ainda o Parecer da Atuária Interna, o Parecer dos Auditores Independentes e o Relatório Atuarial de Auditoria Externa, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da PREVI e do Relatório Anual da PREVI, relativos ao exercício de 2017.

Rio de Janeiro (RJ), 09 de março de 2018.

Williams Francisco da Silva

Presidente

Adriano Meira Ricci

Conselheiro

Rosalina do Socorro Ferreira Amorim

Conselheira

Rudinei dos Santos

Conselheiro



Manifestação do Conselho Deliberativo Quanto às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2017

Em reunião de 09 de março de 2018 o Conselho Deliberativo da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, no uso das competências de que trata o inciso XII do artigo 22 do Estatuto da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Parecer dos Auditores Independentes, no Parecer Atuarial emitido pelos Atuários Internos, no Parecer do Conselho Fiscal e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Conselho Deliberativo conclui que as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício 2017 refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

Rio de Janeiro (RJ), 09 de março de 2018.

Walter Malieni Junior

Presidente

Antonio José de Carvalho

Carlos Alberto Araújo Netto

Carlos Alberto Guimarães de Sousa

Eduardo Cesar Pasa

Wagner de Sousa Nascimento

Demonstração do Valor Adicionado GRI 201-1

R\$ mil

VALOR ECONÔMICO GERADO	2017	2016	2015
1. Adições	5.164.527	4.410.131	4.599.360
Contribuições	4.586.697	4.404.788	4.043.477
Receitas Administrativas (*)	284.632	286.152	271.591
Contingências	293.198	(280.809)	284.292
2. Variação das Provisões Técnicas	(4.560.057)	(10.939.898)	(14.917.204)
Provisões Matemáticas	(4.560.057)	(10.939.898)	(14.917.204)
3. Resultado Líquido Operacional (1+2)	604.470	(6.529.767)	(10.317.844)
4. Benefícios	12.156.902	10.678.741	9.607.301
Benefícios de prestação continuada e única e institutos (líquidos de IR)	10.712.004	9.508.112	8.412.418
Imposto de Renda Retido na Fonte dos Benefícios	1.387.584	1.106.652	935.596
Outros	57.314	63.977	259.287
5. Insumos de Terceiros	87.472	68.686	94.342
Materiais, energia e outros (DESPESAS GERAIS líquidas de impostos, taxas e contribuições)	26.779	23.817	37.638
Serviços de Terceiros e comissões	44.113	40.787	50.874
Treinamentos	3.703	2.141	2.987
Viagens e Estadias	1.835	1.915	2.645
Outros	11.042	26	198
6. Valor adicionado Bruto (3-4-5)	(11.639.904)	(17.277.194)	(20.019.487)
7. Depreciação, amortização e exaustão	7.791	9.683	7.838
8. Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (6-7)	(11.647.695)	(17.286.877)	(20.027.325)
9. Valor adicionado recebido/cedido em transferência	23.608.109	22.985.679	(4.529.537)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.479.584	22.836.163	0
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0	(4.589.990)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	128.525	149.516	60.453
10. Valor adicionado total a distribuir (8+9)	11.960.414	5.698.802	(24.556.862)
11. Distribuição do valor adicionado	11.960.414	5.698.802	(24.556.862)
Pessoal e encargos	185.262	191.812	186.800
Pessoal Cedido da Patrocinadora	167.221	174.627	168.575
Conselheiros, Dirigentes, Pessoal Próprio e Demais Despesas com Pessoal	18.041	17.185	18.225
Impostos, taxas e contribuições (**)	27.906	29.519	19.861
Remuneração de Capitais Próprios	11.747.246	5.477.471	(24.763.523)
Juros (atualização de contratos/acordos)	1.767.486	2.964.439	3.920.479
Fundos	179.511	318.448	(7.447)
Superávit/Déficit Técnico do Exercício	9.800.249	2.194.584	(28.676.555)

(*) Taxa de Carregamento, de Administração e Demais Receitas Administrativas.

(**) Considera R\$ 19.230 de PIS/Cofins (R\$ 20.863, em 2016).

Modelo para Entidades Fechadas de Previdência Complementar - padrão iBase

1 - Identificação				
Nome da Instituição: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI		Inscrição PREVIC: 1781		
Localização: Região: N []; NE []; CO []; SE [X]; S []; (UF): RJ		Patrocínio: Público []; Privado [X]		
Setor de atividade (segundo atividade da patrocinadora/instituidor principal): Instituição financeira				
Tipo/Natureza jurídica: [] fundação [X] sociedade civil sem fins lucrativos? [] outra _____				
Vinculação dos planos de benefícios: [X] patrocinados [] multipatrocinados [] instituídos				
2 - Situação patrimonial (final de período)	2017 (R\$ mil)	Relações %	2016 (R\$ mil)	Relações %
1. Ativo total	183.668.208		170.609.646	
2. Carteira de Investimentos	180.407.835	100,0	167.691.455	100,0
2.1 Títulos públicos	83.632	0,0	90.581	0,1
2.2 Créditos Privados e Depósitos	8.144.533	4,4	7.352.910	4,3
2.3 Ações	46.957.740	26,0	46.558.997	27,8
2.4 Fundos de Investimento	108.122.045	60,2	96.391.991	57,5
2.5 Derivativos	0	0,0	0	0,0
2.6 Investimentos Imobiliários	10.138.259	5,6	10.405.886	6,2
2.7 Empréstimos	5.820.047	3,2	5.689.394	3,4
2.8 Financiamentos Imobiliários	1.100.489	0,6	1.170.068	0,7
2.9 Depósitos Judiciais/Recursais	41.090	0,0	31.628	0,0
3. Patrimônio para cobertura do plano	153.795.330	83,7	139.435.024	81,7
4. Compromissos com benefícios (provisões)	157.938.419	100,0	153.378.362	100,0
4.1 concedidos	143.674.033	90,8	142.534.498	92,9
4.2 a conceder	28.872.577	18,4	26.140.076	17,1
4.3 (provisões matemáticas a constituir)	(14.608.191)	(9,2)	(15.296.212)	(10,0)
5. Equilíbrio Técnico	(4.143.089)	(2,3)	(13.943.338)	(8,2)
6. Indicador de equilíbrio técnico (%)	97,4		90,9	
3. Origem dos recursos	2017 (R\$ mil)	Distribuição %	2016 (R\$ mil)	Distribuição %
Adições	28.870.909	100,0	27.788.718	100,0
a. Contribuições previdenciais	4.586.697	16,0	4.404.788	15,9
b. Contribuições extraordinárias	0	0,0	0	0,0
c. Reversão de Contingências Previdenciais	321.917	1,1	0	0,0
d. Outras receitas (Tx. Carregamento, de Adm. e Demais Rec. Adm.)	284.632	1,0	286.173	1,0



> CONTINUAÇÃO

e. Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	23.479.584	81,3	22.836.163	82,2
f. Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	128.525	0,4	149.516	0,5
g. Constituição de Fundos de Investimentos	69.554	0,2	112.078	0,4
4. Aplicação dos recursos	2017 (R\$ mil)	Distribuição %	2016 (R\$ mil)	Distribuição %
Destinações	(14.263.975)	100,0	(14.225.690)	100,0
a. Previdenciais	(13.926.805)	97,6	(13.905.106)	97,7
- Benefícios de prestação continuada	(11.731.557)	82,2	(10.291.899)	72,3
- Benefícios de pagamento único	(365.131)	2,6	(320.225)	2,3
- Constituição de Contingências	0	0,0	(259.946)	1,8
- Outras	(1.830.117)	12,8	(3.033.036)	21,3
b. Despesas administrativas	(308.431)	2,2	(299.700)	2,2
- Pessoal e encargos	(185.262)	1,3	(191.812)	1,4
- Treinamento	(3.703)	0,0	(2.141)	0,0
- Tributos	(8.219)	0,1	(8.201)	0,1
- Viagens e estadias	(1.835)	0,0	(1.915)	0,0
- Serviços de Terceiros	(44.113)	0,3	(40.787)	0,3
- Despesas Gerais	(46.466)	0,3	(45.135)	0,3
- Depreciação e amortização	(7.791)	0,1	(9.683)	0,1
- Outras	(11.042)	0,1	(26)	0,0
c. Outras Destinações	(28.739)	0,2	(20.884)	0,1
- Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(28.719)	0,2	(20.863)	0,1
- Resultado negativo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	0,0	0	0,0
- Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	(20)	0,0	(21)	0,0
5 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as))	2017 (R\$ mil)	% sobre despesas administrativas	2016 (R\$ mil)	% sobre despesas administrativas
a. Alimentação	8.420	2,63	7.354	2,30
b. Educação	296	0,09	751	0,23
c. Capacitação e desenvolvimento profissional	2.289	0,71	755	0,24
d. Previdência complementar	7.509	2,35	8.092	2,53
e. Creche ou auxílio-creche	33	0,01	56	0,02
f. Saúde	3.293	1,03	5.980	1,87
g. Segurança e medicina no trabalho	128	0,04	147	0,05
h. Transporte	330	0,10	313	0,10
i. Estágios	86	0,03	98	0,03
j. Outros	384	0,12	0	0,00
Total - Indicadores sociais internos	22.768	7,11	23.546	7,35

> CONTINUA



> CONTINUAÇÃO

6 - Contribuição para a sustentabilidade - Investimentos Socialmente Responsáveis	2017 (R\$ mil)	Relação %	2016 (R\$ mil)	Relação %
a. Carteira de Investimentos Socialmente Responsáveis (saldo em 31/12)	R\$ 17.651.293		R\$ 28.410.477	
	Empresas: R\$ 17.593.722		Empresas: R\$ 28.361.546	
	Fundos e Projetos: R\$ 57.571		Fundos e Projetos: R\$ 48.931	
b. Participação da Carteira de Investimentos Socialmente Responsáveis no total de Investimentos (saldo em 31/12).	9,75%		16,9%	
	Empresas: 9,75%		Empresas: 16,9%	
	Fundos e Projetos: 0,03%		Fundos e Projetos: 0,03%	
c. A entidade adota critérios de responsabilidade social e ambiental em suas decisões de investimento?	[X] sim, institucionalizada [] sim, não institucionalizada [] em estudo [] não		[X] sim, institucionalizada [] sim, não institucionalizada [] em estudo [] não	
d. A entidade adota critérios de responsabilidade social e ambiental no acompanhamento das empresas, fundos e projetos em que investe?	[X] sim, institucionalizada [] sim, não institucionalizada [] em estudo [] não		[X] sim, institucionalizada [] sim, não institucionalizada [] em estudo [] não	
e. A entidade participa de organizações/iniciativas internacionais e nacionais de critérios de responsabilidade social e ambiental? Quais?	[X] PRI; [X] CDP [X] Pacto Global/ONU [X] Princípios Abrapp/Ethos		[X] PRI; [X] CDP [X] Pacto Global/ONU [X] Princípios Abrapp/Ethos	

7 - Informações Populacionais	2017	2016
a) Nº total de participantes (em dezembro)	200.754	202.172
- ativos	96.273	97.971
- assistidos (aposentados)	82.748	82.800
- beneficiários de pensão	21.733	21.401
b) Valor anual dos benefícios pagos (R\$ mil)	12.343.842	10.697.557
- aposentadorias (incluído Benef. Proporc. Diferido - BPD)	10.047.928	8.753.651
- pensões	1.686.500	1.550.445
- auxílios	0	0
- pecúlios	278.809	264.641
- outros (4) (Dev. Reservas e Renda Mensal Temporária)	91.887	70.475
- distribuição superávit (Benef. Espec. Remun/Proporc./R. Certa e Temporário - BET)	517.528	58.345
c) Participação da suplementação na renda mensal dos assistidos aposentados - planos BD (%)	80,97	79,24
d) Participação da suplementação na renda mensal dos assistidos aposentados - planos CD ou CV (%)	47,50	36,93

8 - Indicadores sobre o corpo funcional	2017	2016
Nº total de empregados(as) ao final do período	566	557
Nº de admissões durante o período	28	37
Nº de prestadores(as) de serviço Temporários ⁽¹⁾	1	2

> CONTINUA



> CONTINUAÇÃO

% de empregados(as) acima de 45 anos	36,39	34,29
Nº de mulheres que trabalham na instituição	160	238
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,27	26,92
Idade média das mulheres em cargos de chefia	48	48
Salário médio das mulheres	R\$ 14.281	R\$ 9.586
Idade média dos homens em cargos de chefia	48	48
Salário médio dos homens	R\$ 15.879	R\$ 13.201
Nº de negros(as) que trabalham na instituição	86	103
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	10,98	13,00
Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia	47	42
Salário médio dos(as) negros(as)	R\$ 12.134	R\$ 10.628
Nº de brancos(as) que trabalham na instituição	374	430
Salário médio dos(as) brancos(as)	R\$ 15.053	R\$ 12.310
Nº de estagiários(as)	6	8
Nº de voluntários(as)	0	0
Nº portadores(as) necessidades especiais	0	0
Salário médio portadores(as) necessidades especiais	R\$ 0	R\$ 0
9 - Qualificação do corpo funcional	2017	2016
Nº total de empregados	566	557
Nº de doutores(as), mestres e com especialização	510	470
Nº de graduados(as)	35	63
Nº de graduandos(as)	0	1
Nº de pessoas com ensino médio	21	23
Nº de pessoas com ensino fundamental	0	0
Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto	0	0
Nº de pessoas não-alfabetizadas	0	0

> CONTINUA



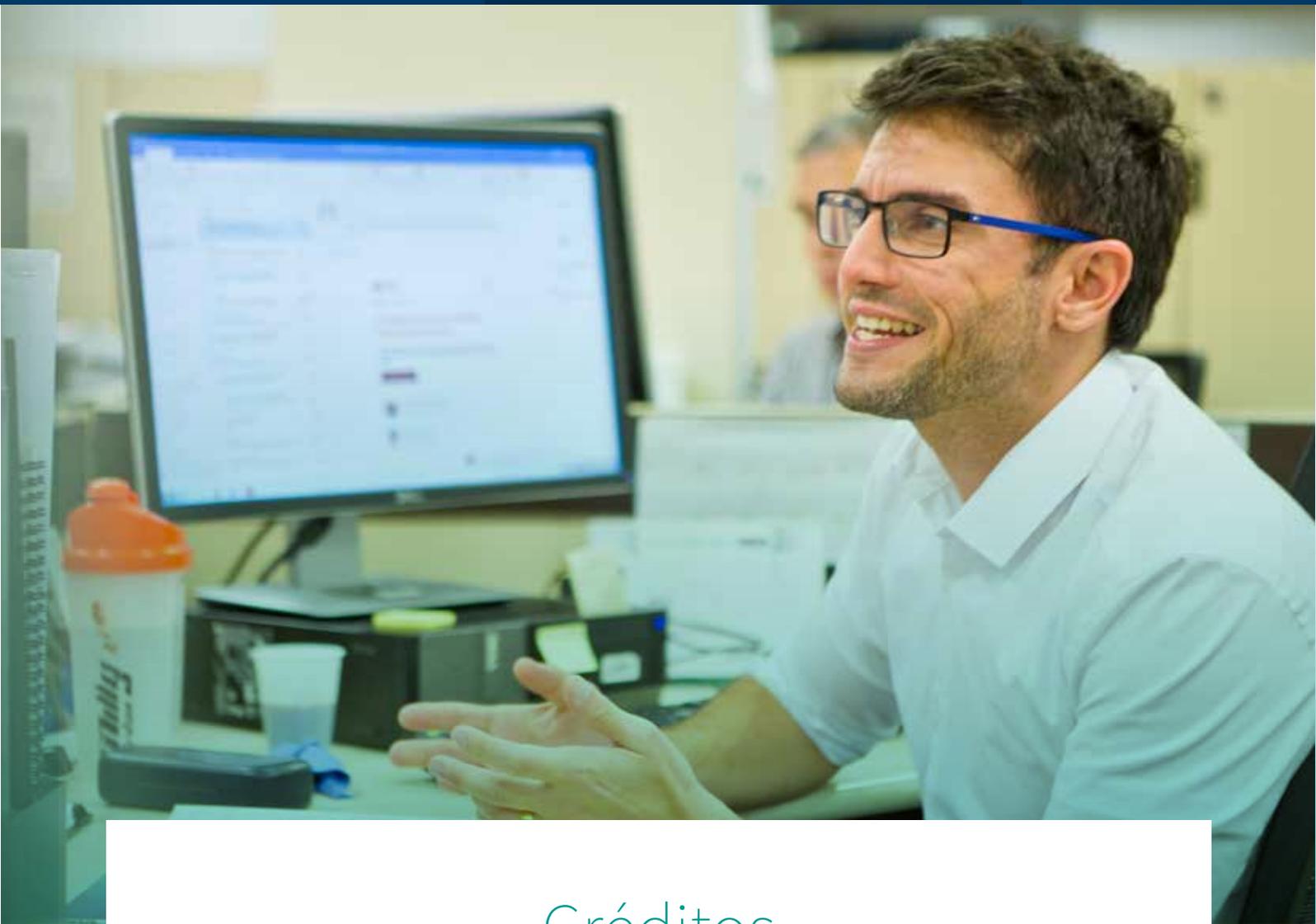
> CONTINUAÇÃO

10 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social	2017	Metas 2018	2016
Relação entre a maior e a menor remuneração	33,2		28,9
O processo de admissão de empregados(as) é:	1 % por indicação 99 % por seleção/concurso	% por indicação % por seleção/concurso	1% por indicação 99% por seleção/concurso
A entidade desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não	<input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não
Se “sim” na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	<input type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	<input type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual
	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais
	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____	<input type="checkbox"/> _____
A entidade desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade entre seus participantes?	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> não	<input type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input checked="" type="checkbox"/> não
Se “sim” na questão anterior, qual?	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual	<input type="checkbox"/> negros <input type="checkbox"/> gênero <input type="checkbox"/> opção sexual
	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais	<input type="checkbox"/> portadores(as) de necessidades especiais
	<input type="checkbox"/> outros _____	<input type="checkbox"/> outros _____	<input type="checkbox"/> outros _____
Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos
A participação de empregados(as) no planejamento da entidade:	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis	<input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis
Os processos eleitorais democráticos para escolha da alta direção:	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input checked="" type="checkbox"/> ocorrem regularmente	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input checked="" type="checkbox"/> ocorrem regularmente	<input type="checkbox"/> não ocorrem <input checked="" type="checkbox"/> ocorrem regularmente
	<input type="checkbox"/> só conselheiros <input checked="" type="checkbox"/> conselheiros e diretores	<input type="checkbox"/> só conselheiros <input checked="" type="checkbox"/> conselheiros e diretores	<input type="checkbox"/> só conselheiros <input checked="" type="checkbox"/> conselheiros e diretores
A composição dos conselhos é:	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras <input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras <input checked="" type="checkbox"/> paritária <input type="checkbox"/> outra	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras <input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras <input checked="" type="checkbox"/> paritária <input type="checkbox"/> outra	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras <input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras <input checked="" type="checkbox"/> paritária <input type="checkbox"/> outra
	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras <input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras <input checked="" type="checkbox"/> paritária <input type="checkbox"/> outra	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras <input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras <input checked="" type="checkbox"/> paritária <input type="checkbox"/> outra	<input type="checkbox"/> 100% patrocinadoras <input type="checkbox"/> 2/3 patrocinadoras <input checked="" type="checkbox"/> paritária <input type="checkbox"/> outra
A instituição possui Comissão/ Conselho de Ética extensivo para:	<input checked="" type="checkbox"/> empregados e alta direção <input type="checkbox"/> só empregados	<input checked="" type="checkbox"/> empregados e alta direção <input type="checkbox"/> só empregados	<input checked="" type="checkbox"/> empregados e alta direção <input type="checkbox"/> só empregados
	<input checked="" type="checkbox"/> todas as ações/atividades	<input checked="" type="checkbox"/> todas as ações/atividades	<input checked="" type="checkbox"/> todas as ações/atividades
	<input type="checkbox"/> só situações comportamentais	<input type="checkbox"/> só situações comportamentais	<input type="checkbox"/> só situações comportamentais

Observações

Fonte: Modelo elaborado pela Comissão Técnica Nacional de Sustentabilidade da ABRAPP (CTNSus) em parceria com o iBase.

⁽¹⁾ Número de prestadores de serviços temporários: não foram inseridos dados relativos às consultorias técnicas.



Créditos

Coordenação

Gerência de Comunicação e
Marketing da PREVI

Consultoria GRI, redação e design

Report Sustentabilidade
(www.reportsustentabilidade.com.br)

Fotografia

Anna Fischer e
Banco de Imagens PREVI

Revisão

Alicia Toffani